

JOSÉ VICTOR REGADAS LUIZ

A DEMOCRACIA E SEUS INIMIGOS
Um estudo sobre os conceitos de Bonapartismo e Totalitarismo

IUPERJ

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ VICTOR REGADAS LUIZ

A DEMOCRACIA E SEUS INIMIGOS
Um estudo sobre os conceitos de Bonapartismo e Totalitarismo

Dissertação apresentada no Instituto
Universitário de Pesquisas do Estado do
Rio de Janeiro como requisito necessário
à obtenção do título de Mestre em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. João Feres Jr.

Rio de Janeiro
2008

José Victor Regadas Luiz

A DEMOCRACIA E SEUS INIMIGOS
Um estudo sobre os conceitos de Bonapartismo e Totalitarismo

Dissertação apresentada no Instituto
Universitário de Pesquisas do Estado do
Rio de Janeiro como requisito necessário
à obtenção do título de Mestre em
Ciência Política.

Examinada em 29 de agosto de 2008.

Banca Examinadora:

(Prof. Dr. João Feres Jr., IUPERJ)

(Prof. Dr. César Guimarães, IUPERJ)

(Prof. Dr. Adriano Nervo Codato, UFPR)

RESUMO

REGADAS LUIZ, José Victor. *A Democracia e seus Inimigos. Um estudo sobre os conceitos de Bonapartismo e Totalitarismo*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Este é um estudo sobre a história dos conceitos de “bonapartismo” e “totalitarismo”, e dos usos particulares que deles fizeram importantes pensadores políticos das tradições marxista (Marx, Engels e Trotsky), no que tange o primeiro conceito, e liberal (Popper e Arendt), no que se refere ao segundo, a partir de algumas indicações teóricas e metodológicas deixadas por Reinhart Koselleck, idealizador e historiador da *Begriffsgeschichte*.

Palavras-chave: História dos Conceitos; Bonapartismo; Totalitarismo; Democracia; Karl Marx; Friedrich Engels; Leon Trotsky; Karl Popper; Hannah Arendt.

ABSTRACT

REGADAS LUIZ, José Victor. *Democracy and its Enemies. An essay on the concepts of Bonapartism and Totalitarianism*. Master degree on Politic Sciense – Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

This is an essay on the history of the concepts of “bonapartism” and “totalitarianism”, and on their particular uses by some important political thinkers from the Marxist Tradition (such as Marx, Engels and Trotsky), in respect to the first concept, and from the Liberal Tradition (such as Popper and Arendt), in relation to the second one. This research on the history of those concepts was based on some methodological and theoretical indications left by Reinhart Koselleck, a German historian and one of the leading founders of the *Begriffsgeschichte*.

Key-words: History of Concepts; Bonapartism; Totalitarianism; Democracy; Karl Marx; Friedrich Engels; Leon Trotsky; Karl Popper; Hannah Arendt.

Para Juliana, meu amor

Poucas descobertas são mais irritantes do que as que expõem a origem das idéias.

Lord Acton

Por vezes, todo o destino do movimento operário pode, por certo tempo, ser decidido por uma ou duas palavras presentes no programa do partido.

Vladmir I. Lênin

AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Feres Jr., por sua imensa paciência e confiança, que motivaram a elaboração deste trabalho.

A todos os professores com quem tive o prazer, a honra e o privilégio de cursar o mestrado de Ciência Política no IUPERJ.

A todos os meus colegas de turma do mestrado, com quem compartilhei dois anos de crescimento em minha vida.

Aos funcionários do IUPERJ pela dedicação e competência em auxiliar aos alunos e a manter sempre elevada a excelência desta casa.

Aos meus queridos e celebrados amigos de quem tanto estive distante por todo esse tempo, em especial àqueles que insistiram em me resgatar do computador e dos livros, nem que por poucas horas, em especial a Felipe Rangel, pela indispensável ajuda e inestimável disposição.

A Juliana Leopoldino, minha vida, pelo apoio incondicional e tudo mais para o qual não tenho palavras, só gestos.

À minha família, bem mais precioso desta vida, a quem tudo devo e jamais saberei como retribuir, por tudo, sempre. À minha avó, Dona Maria de Lourdes, por sua coragem e história de luta, e pelo vício do café com leite que carrego desde a infância. Aos meus irmãos, William e Beatriz, por compreenderem minha ausência e me animarem à distância. À minha mãe, Isabel, espelho de minha existência, por cada sacrifício teu e pela infinita ternura. Ao meu pai, José Walter, “alma minha gentil que te partiste tão cedo desta vida descontente”, a quem devo todo meu prazer pelo estudo, saudades.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	10
2 – BONAPARTISMO	35
2.1 – Das origens da palavra à invenção do conceito	35
2.2 - A tradição marxista e seus usos	59
2.2.1 – Karl Marx e Friedrich Engels	59
2.2.2 – Leon Trotsky	77
3 – TOTALITARISMO	106
3.1 – Das origens da palavra à invenção do conceito	106
3.2 – A tradição liberal e seus usos	133
3.2.1 – Karl Popper	133
3.2.2 – Hannah Arendt	146
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

1 – INTRODUÇÃO

Os conceitos de “bonapartismo” e de “totalitarismo” constituem peças fundamentais para a compreensão da história política e social dos séculos XIX e XX, respectivamente. Pode-se dizer que, sem recorrer a estes termos, dificilmente um historiador poderia elaborar um quadro convincente acerca dos principais eventos ocorridos neste período, sobretudo na Europa. Mas não apenas. Basta pensarmos que até o fim da Segunda Guerra Mundial era o Velho Continente o principal palco das transformações sociais e políticas do mundo e que, mesmo depois, ele continuou a ter um papel crucial nas disputas que polarizaram o planeta entre as duas potências vitoriosas, os Estados Unidos, no Ocidente, e a União Soviética, no Oriente. De qualquer forma, ainda que um historiador discordasse da adequação daqueles conceitos como forma de descrever ou explicar fidedignamente os fatos por eles narrados, forçosamente ele teria que reconhecer sua relevância para os pensadores e atores políticos da época em questão, pois foi através deste novo vocabulário que muitos deles procuraram entender, caracterizar, justificar, defender, atacar, deslegitimar ou empreender estes regimes.

Tais conceitos seriam, portanto, indissociáveis das controvérsias e disputas políticas nas quais foram evocados, contribuindo, em maior ou menor grau, para moldar os próprios acontecimentos históricos os quais a princípio buscavam somente designar. Neste sentido, eles podem ser apreendidos como o que o historiador alemão Reinhart Koselleck chamara de “conceitos básicos”, uma vez que “combinam experiências e expectativas multiformes de tal forma indispensáveis para qualquer formulação dos temas mais urgentes de um determinado tempo”, sendo, assim, “uma parte inescapável, insubstituível, do vocabulário político e social”.¹ Deste ponto de vista, conceitos básicos como os de “bonapartismo” e de “totalitarismo” adquirem uma considerável importância para o historiador, que pode assim estudar melhor uma dada época reconstituindo a linguagem usada pelos atores políticos de então, traduzindo, em seguida, os conceitos passados para sua própria terminologia.² Claro que este método, essencial à tarefa de todo historiador dos conceitos, não seria obrigatório ao historiador político e social. Mas tampouco seria irrelevante. Ao contrário, argumentaria Koselleck, ele poderia enriquecer enormemente o repertório historiográfico convencional,

¹ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. In: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Edições Loyola, IUPERJ, p. 103.

² Cf. *Idem*, p. 98.

que assim passaria a considerar os conceitos políticos além de sua mera função referencial. Isto porque “um conceito não é somente o indicador de conteúdos compreendidos por ele, é também o seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias”.³ “Por um lado, eles apontam para algo exterior a eles, para o contexto no qual são usados. Por outro, esta realidade é percebida em termos de categorias fornecidas pela linguagem.”⁴

Com efeito, uma das mais importantes premissas teórico-metodológicas do projeto da história conceitual desenvolvido por Koselleck é de que não existe história possível sem um conjunto de conceitos básicos que, articulados na prática, delimite e oriente o campo de ação política dos sujeitos numa determinada formação social. “Sem eles”, afirma o teórico e historiador da *Begriffsgeschichte*, “é impossível experimentar e interpretar a história”.⁵ O que se deve destacar aqui é a inegável correspondência entre as condições de possibilidade de existência da história real e as condições de seu conhecimento. Correspondência que, no entanto, não significa identidade. Nas palavras de Koselleck,

A relação da história dos conceitos e da história social é mais complexa do que a simples possibilidade de redução de uma disciplina à outra. Isso pode se comprovar pela própria natureza do *corpus* das duas disciplinas. Sem conceitos comuns não pode haver sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que se faz supor sua compreensão como comunidades lingüísticas organizadas sob determinados conceitos-chave.⁶

Ao mesmo tempo, portanto, em que ele aponta para a íntima correlação entre as duas historiografias, a conceitual e a social, ele ressalta as peculiaridades e especificidades que tornam seus objetos e métodos de estudo distintos, embora não totalmente autônomos.⁷ De

³ Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. *Op. cit.*, p. 109-110.

⁴ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 99-100.

⁵ Reinhart Koselleck (2002). “Social history and conceptual history”. In: *The practice of conceptual history. Timing history, special concepts*. Stanford, Stanford University Press, p. 23.

⁶ Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. *Op. cit.*, p. 98.

⁷ Se Koselleck defende a possibilidade de uma confluência produtiva entre as duas disciplinas é justamente porque ele reivindica uma autonomia relativa entre ambas. Segundo ele, “a história dos conceitos é capaz de investigar determinados conteúdos não apreensíveis a partir da análise empírica. (...) É certo que essa tarefa pode ser realizada com um propósito social e histórico; no entanto, na execução dessa tarefa, o método da história dos conceitos deve ser preservado”. Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. *Op. cit.*, p. 110. “Dito de outra forma, a história dos conceitos não é um fim em si mesma, ainda que tenha um aparato metodológico próprio. A história dos conceitos pode ser definida como parte metodologicamente autônoma da pesquisa social e histórica” (*Idem*, p. 114).

acordo com Melvin Richter, a proposta teórico-metodológica de Koselleck procura, assim, refutar duas correntes historiográficas antagônicas e igualmente equivocadas. A primeira delas consideraria a elaboração conceitual um simples epifenômeno da realidade histórica, mero reflexo das verdadeiras forças sociais externas; a segunda alegaria que a linguagem política e social seria um discurso autônomo sem qualquer ligação como o mundo exterior, como se este, na verdade, não passasse de uma construção lingüística, isto é, como se ele tivesse existência real tão-somente no interior da linguagem.⁸ No primeiro caso, a realidade social seria vista como o único e essencial objeto de preocupação para os historiadores e a linguagem e os conceitos seriam considerados só acessórios. No segundo caso, a realidade social seria percebida, ora como inacessível, ora como inexistente, sendo a linguagem ou o discurso o único espaço de construção das relações sociais. Na perspectiva defendida por Koselleck, porém, não haveria nem identidade, nem redução de uma dimensão à outra. Toda linguagem seria historicamente condicionada, ao mesmo tempo em que toda história seria linguisticamente condicionada. É esta reciprocidade mesma que torna toda a história possível.⁹ É por esta razão que Koselleck insiste em preservar a distinção analítica entre a linguagem e a realidade e, por conseguinte, entre a história conceitual e a história social,¹⁰ de maneira que ambas “permaneceriam numa tensão recíproca e historicamente necessária que jamais poderia ser suprimida”.¹¹

Desta compreensão se seguiriam outras premissas não menos importantes ao estudo dos conceitos políticos e sociais básicos. A primeira delas diz respeito ao que poderia aqui ser denominado de a natureza “assindética” dos conceitos, numa referencia à compreensão exposta por Friedrich Engels, em carta de 12 de março de 1895, a Conrad Schmitt, na qual busca desfazer a impressão equivocada deste quanto à suposta concepção da lei do valor e da taxa decrescente de lucro em Marx. Segundo Engels, esta lei, na verdade, expressaria a realidade como “uma aproximação, uma tendência, uma média, e não a realidade imediata” como interpretara o amigo. Desta forma, escreveria Engels, “sua reprovação quanto à lei do valor se aplica a *todos* os conceitos, tomando-se o ponto de vista da realidade. A iden-

⁸ Cf. Melvin Richter (2001). “A german version of the ‘linguistic turn’: Reinhart Koselleck and the history of political and social concepts”. In: Dario Castiglione e Iain Hampshire-Monk (org). *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 60 e 63.

⁹ Cf. Reinhart Koselleck (1989). “Linguistic change and the history of the events”. *The Journal of Modern History*, vol.61, n° 4, pp. 649-650.

¹⁰ Cf. Reinhart Koselleck (2002). “Social history and conceptual history”. *Op cit.*, 27 e 31.

¹¹ *Idem*, p. 23.

tidade entre o ser e consciência, para me expressar em termos hegelianos, coincide em toda parte com seu exemplo do círculo e do polígono”.

Ambos, conceito de uma coisa e sua realidade, correm lado a lado como dois assíndetos, sempre se aproximando um do outro, embora jamais se encontrando. Esta diferença entre os dois é a precisa diferença que impede o conceito de ser direta e imediatamente realidade e a realidade de ser direta e imediatamente o seu conceito. Mas apesar de um conceito ter a natureza essencial de um conceito e não poder, portanto, coincidir *prima facie* diretamente com a realidade, da qual deve primeiro se abstrair, ele ainda é algo mais que uma ficção, a menos que você declare ser ficção todo produto do pensamento, porque a realidade deve seguir um longo trajeto antes que este lhe corresponda, e mesmo assim numa aproximação assindética.¹²

Esta longa citação se faz necessária, pois, além de abordar com bastante simplicidade e clareza alguns dos principais elementos teórico-metodológicos tratados pela história dos conceitos até aqui, ela nos proporciona uma caracterização sumária da “natureza essencial” dos conceitos como sendo equivalente a de um “assíndeto”. Como sabemos, esta figura de linguagem indica a ligação de duas ou mais partes de uma oração ou frase pela omissão do conectivo. Trata-se, enfim, de uma metáfora bem apropriada para a definição de conceito em Koselleck. Engels chegaria mesmo a sugerir que a possibilidade de transformação tanto da realidade quanto do conceito, isto é, a possibilidade de haver uma história, residiria na distinção fundamental que proíbe a identidade de ambos, algo que também seria sustentado pelo historiador alemão, para quem “é possível registrar continuamente a existência de um hiato entre fatos sociais e o uso lingüístico a ele associado”, o que impediria que houvesse um “curto-circuito” na história.¹³ A natureza “assindética” dos conceitos expressa o “hiato” que existe entre ser (fatos sociais) e a consciência (uso lingüístico a eles associado), isto é, entre a realidade social, política e econômica e a elaboração conceitual dessa realidade. Se Engels, no entanto, se refere apenas de passagem à proporção que pode tomar este hiato, de modo que, dependendo de quão longo seja o trajeto que separa o conceito de uma coisa e a

¹² A íntegra da carta pode ser encontrada na internet em <www.marxists.org>. Devo a indicação desta citação ao artigo de Nanci Leonzo. “Engels e a historiografia Contemporânea”. In: Osvaldo Coggiola (org.) (1996). *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã, pp. 51-56.

¹³ Segundo Koselleck, “o método da história dos conceitos é capaz de superar o círculo vicioso da palavra em direção ao objeto e vice-versa. A compreensão da história a partir exclusivamente de seus próprios conceitos, como a identidade entre um *Zeitgeist* linguisticamente articulado e as circunstâncias nas quais se deram os fatos, causaria um curto-circuito irreversível do ponto de vista teórico. Em vez disso estabelece-se uma tensão entre conceito e fatos, tensão que ora se neutraliza, ora parece novamente irromper à superfície, ora parece ser irremediavelmente insolúvel. É possível registrar continuamente a existência de um hiato entre fatos sociais e o uso lingüístico a ele associado”. Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. *Op. cit.*, p. 110-111.

sua realidade, aquele pode até se parecer como uma “ficção” em relação a esta, é Koselleck quem, se debruçando sobre esse problema específico, buscará investigar, para além da pura distinção entre estas duas dimensões, a relação que se existe entre ambas, ou seja, em que medida a conservação, as transformações e as inovações nas estruturas sociais, políticas e econômicas correspondem à continuidade, às alterações ou às invenções na elaboração dos conceitos, e vice-versa.

Embora tais correspondências e associações só possam ser examinadas concretamente e, portanto, jamais *a priori* (ou mesmo *in eventu*, já que a atividade do historiador o obriga a lidar com os fatos históricos *ex eventu*), Koselleck sugere um “modelo básico”, de caráter puramente heurístico, seguindo as indicações deixadas por Heiner Schultz, segundo o qual haveria quatro padrões possíveis de variação nas relações entre conceito e realidade a partir da suposição analítica de que seja mesmo viável separar, de um lado, um estado de coisas, de outro, um conceito desse estado de coisas (algo que do ponto de vista da história *in actu* é inseparável). Primeiramente, realidade e conceito poderiam permanecer estáveis por um tempo considerável. Em segundo lugar, ambos poderiam se transformar simultaneamente. Em terceiro, o conceito poderia se modificar, sem que houvesse mudança concomitante na realidade. Por fim, a realidade poderia se alterar, sem que o conceito o acompanhasse.¹⁴ É claro que se trata, como o próprio Koselleck admite, de um modelo “super-simplificado”, já que não abarca toda a complexidade do mundo histórico e da linguagem reais. Além de a história da linguagem e a história da sociedade terem “diferentes taxas de velocidade”,¹⁵ a própria estrutura semântica dos conceitos apresenta diferentes “camadas temporais”, ou, dito de outro modo, “diferentes *durées*”. Não apenas “não é necessário que a permanência e a alteração dos significados das palavras correspondam à permanência e à alteração das estruturas por elas designadas”,¹⁶ como também cada conceito costuma reter “um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração de constituição social e originários do passado”.¹⁷

Cada uma dessas camadas de sentido indicaria um processo de permanência, transformação e inovação, que deve ser apreendido pelo historiador dos conceitos a partir de

¹⁴ Reinhart Koselleck (1994). “Some reflections on the temporal structure of conceptual change”. In: Willem Melching e Wyger Velema (org). *Main trends in cultural history. Ten essays*. Amsterdam, Rodopi, p. 9.

¹⁵ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 105.

¹⁶ Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. *Op. cit.*, p. 114.

¹⁷ *Idem*, p. 101.

uma perspectiva ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, isto é, tanto em sua existência pragmática, que diz respeito à aplicação concreta do conceito numa situação específica, e que, portanto, é sempre única no tempo, quanto em sua persistência semântica, que diz respeito à preservação dos significados de um conceito ao longo do tempo, e que, portanto, pressupõe um grau mínimo de repetição para a compreensão.

No primeiro caso, o historiador contemplaria o que Koselleck chamaria de “exigência metodológica mínima” da história dos conceitos, qual seja: “a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos de linguagem feitos pelos contemporâneos de então”.¹⁸ Em outras palavras, ao lançar mão da perspectiva sincrônica, a história dos conceitos lidaria com “o uso de linguagem específica em situações específicas, no interior das quais os conceitos são desenvolvidos e usados por oradores específicos”.¹⁹ Neste sentido, Koselleck endossaria aquela premissa fundamental do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner, segundo o qual os conceitos articulados no passado pertenceriam única e exclusivamente a ele, não podendo, pois, ser transpostos para realidades e contextos históricos diferentes, sob o risco de se incorrer numa interpretação anacrônica ou “mitológica” da história. O historiador inglês afirmaria assim que a rigor nenhuma história das idéias existe para ser escrita.²⁰ Koselleck, de certo modo, concordaria com ele, pois “todo conceito só pode, enquanto tal, ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta e única”.²¹ Ele ofereceria o exemplo do conceito de *koinonia politike*, formulado por Aristóteles, que então só poderia ter em mente a experiência histórica específica de Atenas e demais cidades gregas. O uso traduzido deste conceito por Cícero para latim, *res publica* ou *societas civiles*, já se refere a uma realidade bastante diferente. Neste sentido, Koselleck acrescenta: “podemos, radicalizando esta problemática, sugerir uma nova questão: os conceitos não possuiriam história, e conseguiriam tornar inteligível somente aquilo que se apresenta em seu caráter único e de novidade”. Ele, porém, recua: “Esta hipótese é um tanto radical, e gostaria de contestá-la imediatamente”.²²

¹⁸ *Idem*, p. 103.

¹⁹ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 100.

²⁰ Cf. Quentin Skinner (1969). “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and theory*, vol. 8, n° 1, pp. 3-53.

²¹ Reinhart Koselleck (1992). “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, n° 10, p. 138.

²² *Idem*, p. 140.

Em outra ocasião, aludindo diretamente à perspectiva de Skinner, Koselleck se expressaria nos seguintes termos:

Metodologicamente, sustento que tal purismo epistemológico é exigido para qualquer análise adequada de como a linguagem está enlaçada aos contextos nos quais funciona. Até este ponto, um historicismo rigoroso que registre a não-convertibilidade do que é articulado pela linguagem é a preocupação de toda análise conceitual. Mas a *Begriffsgeschichte* não termina aí.

Toda leitura das conceituações passadas pelas gerações posteriores altera o espectro de possíveis significados transmitidos. Os contextos originais dos conceitos mudam; assim também o fazem os significados originais ou subsequentes transportados pelos contextos. A história dos conceitos pode ser reconstruída através do estudo da recepção, ou mais radicalmente, da tradução dos conceitos que, usados pela primeira vez no passado, são postos em uso pelas gerações posteriores. Portanto, a singularidade histórica dos atos de fala que parecia tornar qualquer história dos conceitos impossível, na verdade, cria a necessidade de se reciclar as conceituações passadas. O registro de como os seus usos foram subsequentemente mantidos, alterados ou transformados, pode ser chamado, apropriadamente, de história dos conceitos.²³

A passagem acima apresenta de modo lapidar a relação dialética entre a perspectiva sincrônica e a perspectiva diacrônica que constitui, assim, o próprio fundamento da disciplina desenvolvida pelo historiador alemão.²⁴ Sem a primeira, poder-se-ia chegar a um entendimento idealista dos conceitos, atribuindo-lhes uma autonomia que não possuem, já que indissociáveis dos contextos em que se aplicam, e no qual efetivamente existem; sem a segunda, poder-se-ia chegar inversamente a uma visão meramente empírica dos conceitos, perdendo de vista o processo temporal de sua recepção e recriação, que torna possível a transmissão de seu sentido e também de suas implicações práticas, de uma geração à outra. Adotando para si a premissa teórica da moderna lingüística saussureana, segundo a qual

²³ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 101.

²⁴ É preciso observar que o diálogo entre as tradições da história dos conceitos alemã e do contextualismo lingüístico inglês tem aumentado cada vez mais nos últimos anos, tendo se mostrado altamente produtivo. Em parte, isto tem sido facilitado pelo próprio “relaxamento”, por assim dizer, do “historicismo rigoroso” tal como defendido inicialmente por Skinner. Este, embora assevere que “nenhuma história das idéias existe para ser escrita”, já pondera que “o que existe é apenas a história dos seus vários usos e da variedade de intenções com as quais foram usadas”. Quentin Skinner (2002). “Meaning and understanding in the history of ideas”. In: _____. *Visions of politics* (vol.1, *Regarding method*). Cambridge, Cambridge University Press, p. 85. Para uma breve exposição das mudanças de ênfase na obra de Skinner, ver: J. G. A. Pocock (2003). “Estado da arte”. In: _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Edusp, pp. 23-62; Para uma comparação entre as duas “tradições” ver: Melvin Richter (1995). *The history is political and social concepts: a critical introduction*. New York/Oxford, Oxford University Press; e também: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. “História dos conceitos: dois momentos de uma história intelectual” (2006). In: _____. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. *Op. cit.*, pp. 9-38.

Langue e Parole, ou seja, o sistema ou a instituição da língua e os atos individuais de fala, estão numa “relação de compreensão recíproca”, para usar aqui as palavras de Roland Barthes,²⁵ Koselleck argumentaria que “a semântica é imprescindível para a comunicação lingüística e para o uso pragmático da língua”, visto que “em cada utilização específica de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder, e que se expressam pela semântica”, ou seja, através da repetição de sentidos previamente dados.²⁶ Em suma, diz ele,

Estamos lidando com uma característica geral da linguagem. (...) Compreender ou ser compreendido pressupõe um conhecimento prévio de como a linguagem foi usada. Toda palavra e todo conceito têm, portanto, um impulso diacrônico contra o qual qualquer um que busque um novo significado precisa operar. (...) É este aspecto da linguagem que nos permite falar de algumas idéias durando no tempo.²⁷

No entanto, Koselleck buscou ir além do “triângulo lingüístico” entre significante, significado e coisa, para introduzir uma “sutil diferença”, do ponto de vista pragmático, entre palavras e conceitos, diferença esta crucial para sua disciplina. Dificilmente pode-se transmitir e apreender conceitos sem usar palavras, porém, palavras e conceitos de modo algum coincidem. Embora todo conceito esteja ligado a uma palavra, nem toda palavra é ou pode ser um conceito. Cada palavra remete a um sentido e conseqüentemente a um conteúdo específico (seja ele concreto ou abstrato), contudo, nem todos os sentidos atribuídos às palavras são ou podem vir a ser relevantes à história dos conceitos. Seria necessário antes que uma dada palavra pudesse comportar sentidos passíveis de um “certo grau de teorização”.²⁸ Deste modo, os “conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos”,²⁹ isto porque os conceitos bási-

²⁵ Roland Barthes (2006). *Elementos de semiologia*. São Paulo, Cultrix, p. 19. Segundo Barthes, “só podemos manejar uma fala quando a destacamos na língua; mas, por outro lado, a língua só é possível a partir da fala: historicamente, os fatos de fala precedem sempre os fatos de língua (é a fala que faz a língua evoluir) e, geneticamente, a língua constitui-se no indivíduo pela aprendizagem da fala que o envolve (não se ensina a gramática e o vocabulário, isto é, a língua, de um modo geral, aos bebês). A língua (*Langue*) é, em suma, o produto e o instrumento da fala (*Parole*), ao mesmo tempo: trata-se realmente, portanto, de uma verdadeira dialética” (*Idem*). Para uma discussão mais aprofundada sobre a aplicação da lingüística saussureana à história dos conceitos, ver: J. G. A. Pocock (2003). “Estado da arte”. *Op. cit.*

²⁶ Reinhart Koselleck (1992). “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, n° 10, p. 140-141. Barthes diria, neste sentido, a respeito da língua, que “o indivíduo não pode, sozinho, nem criá-la nem modificá-la”, já que “a língua é um sistema de valores contratuais, em parte arbitrários, ou, para ser mais exato, imotivados” (Roland Barthes (2006). *Elementos de semiologia*. *Op. cit.*, p. 18).

²⁷ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 102.

²⁸ Reinhart Koselleck (1992). “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, n° 10, p. 135.

²⁹ Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. *Op. cit.*, p. 108.

cos estão associados a uma ampla e diversificada gama de experiências históricas. As palavras, embora a princípio também sejam polissêmicas, pois também estão relacionadas a um contexto específico, podem ter seus sentidos definidos conforme o uso particular, ao passo que os conceitos devem necessariamente se manter polissêmicos, sendo o resultado de um longo processo semiótico de formação, que abrange experiências complexas e conflitantes, seu sentido, embora contextualizado, jamais pode ser reduzido a uma simples “idéia clara e distinta”. Ao contrário, os conceitos são sempre disputados e controversos. Eles ocupam o lugar de pivô nos debates públicos, onde se acham invariavelmente em conflito (velado ou aberto) grupos políticos com interesses e visões sociais divergentes.³⁰ Sucintamente, diria Koselleck, “uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido”.³¹

Desta maneira, os conceitos básicos são indispensáveis não só à compreensão teórica dos acontecimentos políticos de uma época, mas em grande medida eles são indispensáveis à própria constituição prática desses eventos, uma vez que as possibilidades sociais do efeito desejado a partir do uso dos conceitos já estariam de certa forma contidas nos próprios limites de sua estrutura semântica, que, por sua vez, seria delimitada pelas próprias estruturas sociais e políticas tal como elas se apresentam num contexto particular. Nenhuma ação política é possível sem que haja um conjunto mínimo de conceitos básicos em torno do qual os grupos políticos se unem ou rivalizam entre si numa luta semântica para se chegar ao uso ou ao entendimento “mais adequado” dentre os vários sentidos disponíveis no espectro dos objetivos políticos e das visões sociais em questão. Estes movimentos no interior da arena em que se constituem os conceitos básicos adquirem uma dimensão ainda mais decisiva em tempos de crise, quando rapidamente podem se perceber drásticas e, por vezes, inesperadas transformações das estruturas sociais e das posições políticas. Neste cenário, as disputas e controvérsias em torno das definições e dos usos dos conceitos políticos e sociais tornar-se-iam particularmente acirradas, propiciando ao historiador dos conceitos um inesgotável campo de investigação. Este é o caso particular dos conceitos aqui estudados. Todavia, não se trata de modo algum de uma condição necessária para o estudo da história dos conceitos, mas somente de uma condição privilegiada, em

³⁰ Cf. Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 103-4

³¹ O conceito “reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito”. Reinhart Koselleck (2006). “História dos conceitos e história Social”. *Op. cit.*, p. 109.

que se pode observar, com mais nitidez, em que medida as estruturas semânticas dos conceitos permaneceram constantes, foram alteradas ou mesmo radicalmente recriadas, a partir das diferentes estratégias usadas pelos atores políticos em contenda. A própria Idade Moderna, neste sentido, constitui um palco especial para este tipo de análise. A fundação dos Estados modernos, o Renascimento, a Expansão Marítima, a descoberta do Novo Mundo, o Mercantilismo, as Reformas Religiosas, a Monarquia Absoluta, a Revolução Industrial, o Iluminismo, a Independência Americana, a Revolução Francesa, todos estes acontecimentos provocaram imensas transformações na paisagem política, social, cultural e econômica do planeta e são imprescindíveis à compreensão do mundo tal como o conhecemos hoje. O mesmo pode ser dito com igual ou maior ênfase quanto à chamada “modernidade”, a qual foi conferida especial atenção no projeto original da *Begriffsgeschichte*, apesar de não desempenhar um papel metodológico relevante, sendo tão-somente um marco para se delimitar aqueles objetivos viáveis de pesquisa.

O “período de transição” (*Sattlezeit*), também denominado posteriormente de “período limiar” (*Schwellenzeit*),³² que abrange aproximadamente de 1750 até 1850, isto é, do início da modernidade até o seu estabelecimento (*Neuezeit*), pelo menos na Alemanha (tendo em vista que cada país teria experimentado tal período em épocas diferentes), se caracterizaria, sobretudo, por uma alteração na relação entre o “espaço de experiência” (*Erfahrungsraum*) e o “horizonte de expectativa” (*Erwartungshorizont*) na história, provocado pela dinâmica das sociedades industriais. Segundo o historiador, “experiência” e “expectativa” seriam duas “categorias formais” de conhecimento histórico, cujo “grau de generalidade mais elevado, dificilmente superável”,³³ as faria “capazes de fundamentar a possibilidade mesmo de uma história”.³⁴ Ambas, com efeito, “indicam a condição humana universal; (...) remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada”.³⁵ Seriam, portanto, uma “característica estrutural da história”,³⁶ sendo a experiência “o passado atual, aquele no qual os aconte-

³² Cf. Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 108. A razão da mudança seria que, embora o termo *Sattlezeit* não fosse de todo ruim, era, do ponto de vista teórico um termo bastante frágil, visto que “não alude de forma específica à aceleração, que é o aspecto principal da experiência moderna no mundo”. Javier F. Sebastián e Juan F. Fuentes (entr.) (2006). “Entrevista com Reinhart Koselleck”. In: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. *Op. cit.*, p.162.

³³ Reinhart Koselleck (2006). “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. *Op. cit.*, p. 307.

³⁴ *Idem*, p. 306.

³⁵ *Idem*, p. 308.

³⁶ *Idem*, p. 312.

cimentos foram incorporados e podem ser lembrados” e a expectativa, o futuro atual, voltado para o “ainda não experimentado”.³⁷ Na modernidade, a relação entre essas dimensões temporais teria mudado substancialmente, a ponto de só podermos concebê-la “como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”.³⁸ Num mundo industrial e urbano, o tempo cada vez mais deixaria de ser percebido como experiência tradicional, para ser percebido, em vez disso, como expectativa futura. O descompasso entre “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência” teria chegado ao ponto de o primeiro parecer prescindir do segundo e o segundo parecer se guiar apenas pelo primeiro, algo impensável no “mundo camponês”, onde “as expectativas eram (...) inteiramente sustentadas pelas experiências dos antepassados”, havendo, pois, “uma transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas futuras”.³⁹

Desde o final do século XVIII, um número crescente de conceitos políticos e sociais têm se orientado para um futuro novo e diferente, não mais baseado em qualquer referência a uma experiência prévia. Ao contrário — “o que é antecipado por tais conceitos modernos é inversamente proporcional à experiência passada”.⁴⁰ A razão disto, defenderia Koselleck, teria sido fundamentalmente “extralingüística”; não teria sido uma mudança simplesmente endógena à estrutura semântica dos conceitos, mas provocada por uma mudança no interior das próprias estruturas sociais: “as interações crescentes e complexas de nossa era moderna (...) tornaram-se cada vez menos acessíveis à experiência pessoal direta”; daí “os conceitos tornarem-se, necessariamente, mais abstratos e, ao mesmo tempo, mais gerais e menos descritivos que nunca”, sendo, portanto, “facilmente anexados a ideologias ou dissolvidos pela crítica que os julga ideológicos”.⁴¹

Trata-se aqui de duas das quatro hipóteses principais que norteiam o projeto léxico da *Begriffsgeschichte*: a temporalização (*Verzeitlichung*) dos conceitos básicos, que passaram a incorporar novos horizontes temporais menos ligados às experiências passadas e mais aos futuros possíveis; e a ideologização (*Ideologisierbarkeit*) dos conceitos sociais e políticos, cada vez mais abstratos e menos concretos. As outras duas hipóteses seriam: a politização

³⁷ *Idem*, p. 309.

³⁸ *Idem*, p. 314

³⁹ *Idem*, p. 315. “Quase perfeita”, porque “passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência” (*Idem*, p. 310).

⁴⁰ Reinhart Koselleck. (2006). “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 99.

⁴¹ Reinhart Koselleck. “Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*”. *Op. cit.*, p. 99.

(*Politizierung*) e a democratização (*Demokratisierung*) dos conceitos, que assim passaram a atingir e a mobilizar cada vez mais as massas populares, sendo utilizados como armas por grupos, categorias e classes sociais antes não pertencentes às tradicionais elites políticas. Estes seriam, portanto, os principais aspectos que diferenciariam o modo de produção conceitual moderno daqueles que o precederam.⁴² Não vem ao caso nos alongarmos muito com exemplos, embora sejam vários e sempre esclarecedores. Só para efeito de ilustração podemos citar os conceitos de “História” e de “Revolução” como alguns dos mais significativos exemplos desse processo de transformação das estruturas semânticas modernas.⁴³ Interessa aqui, contudo, destacar que esta distinção fundamental entre a constituição pretérita e atual dos conceitos políticos e sociais, além de fornecer parâmetros importantes para a realização da “exigência metodológica mínima” da história conceitual, evitando, assim, a acepção ou o uso anacrônico ou “mitológico” dos conceitos, que confunde contextos e intenções originais dos autores do passado com àqueles disponíveis a seus intérpretes no presente, também tem o mérito, conforme sublinhara Richter, referindo-se ao dicionário editado por Koselleck,⁴⁴ de “ajudar-nos a compreender por que e quando originalmente surgiram as ideologias, de maneira a combater o pensamento ideológico em nossos próprios tempo e lugares”.⁴⁵ Uma coisa e outra, aliás, não devem ser demasiadamente separadas. As chamadas “mitologias”, por um lado, e o “pensamento ideológico”, de outro, andam sempre muito próximas.

As “mitologias” históricas, para insistir na terminologia usada por Skinner, não deveriam ser apreendidas como simples resultados de “falácias metodológicas”, como costuma defender este historiador, isto é, como se não passassem de um mero equívoco de interpretação histórica, segundo o qual as “obras clássicas” seriam percebidas como portadoras de um “conhecimento atemporal”, expressão de um “conjunto de idéias perenes” de “validade universal”, que, por esta mesma razão, bastariam a si mesmas, sendo, assim, em qualquer época e lugar, de suma utilidade e sempre atuais. Evidentemente que tais “equívocos” estão estreitamente correlacionados àquelas “falácias”, mas apenas esta denúncia, por mais

⁴² Melvin Richter (2006). “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. In: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. *Op. cit.*, p. 44-45.

⁴³ Cf. Reinhart Koselleck. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. *Op. cit.*, pp. 61-77.

⁴⁴ Otto Brunner, Werner Conze, Reinhart Koselleck (editores) (1972-1993). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. 8 volumes, Stuttgart.

⁴⁵ Melvin Richter (2006). “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. *Op. cit.*, p. 46.

justa que seja, não basta, pois ela pouco ou nada tem a acrescentar sobre a natureza destes erros, que não são, de forma alguma, acidentais, mas, ao contrário, como indica o próprio grau de generalidade desta escrita deturpada da história, fato que motivou a empreitada de Skinner, eles são bem determinados, não devendo, pois, ser atribuídos a uma pretensa “ingenuidade gratuita” dos historiadores.⁴⁶ Não se trata, enfim, somente de uma ilusão de ótica (a crença numa falsa premissa histórica) que induziria o historiador a ver uma sobreposição (a partir de analogias) entre o passado e o presente. Se fosse apenas isto, bastaria dar-lhe os óculos adequados (o método correto) para que não mais confundisse objetos tão distintos. Porém, não é assim tão simples. Uma escrita mitológica da história possui, ela mesma, uma natureza ideológica, e toda ideologia, como bem sublinhara Louis Althusser, possui uma existência concreta. Ela não é candidata ao simples posto de substituto acadêmico para o antigo conto do vigário. Para lembrar a conhecida definição de ideologia dada pelo filósofo francês, esta não é uma idéia falsa de uma realidade verdadeira, mas, antes, uma idéia verdadeira de uma realidade falsa.⁴⁷

Apesar desta ambígua terminologia conceitual, consideramos que este seja um ótimo ponto de partida para elucidar nosso desacordo com a perspectiva de Skinner. Segundo este historiador, as ditas mitologias consistiriam numa interpretação anacrônica e falsificada da história, mas como todo anacronismo, por sua vez, se basearia numa idéia de continuidade histórica a partir de analogias, também esta última idéia seria essencialmente falsa e fonte de anacronismo. Esta compreensão, enunciada aqui na forma de um silogismo, conduziria Skinner a privilegiar, sobretudo no começo de sua cruzada metodológica, uma perspectiva histórica sincrônica, em detrimento de uma perspectiva diacrônica. Nisto consistiria, enfim, o seu “historicismo rigoroso”, conforme expressão de Koselleck, posteriormente abrandado

⁴⁶ Cf. Quentin Skinner. (2002). “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: *Visions of Politics*, *Op. cit.*, p. 88.

⁴⁷ Tal definição do conceito de ideologia, baseada, sobretudo, no Marx de *O capital*, viria, aliás, como uma ressalva à concepção do jovem Marx de *A ideologia alemã* de que a ideologia “não tem história”. Para Marx, “A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” Marx & Engels (1998) [1845]. *A ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes, p. 37. Segundo Althusser, “esta formulação aparece, sobretudo, num contexto positivista. Ideologia é concebida como uma pura ilusão, um puro sonho, isto é, nada. Toda sua realidade lhe assim é externa”. Louis Althusser (2001) “Ideology and ideological State apparatuses”. In: *Lenin and Philosophy and others essays*. New York, Monthly Review Press, p. 108. Neste sentido, ele argumentava: se, por um lado, a ideologia não tem realmente existência autônoma, por outro, isto não significa que ela não tenha qualquer autonomia, mas apenas uma autonomia relativa. Daí seu conceito de “sobredeterminação”, apoiado na obra posterior de Marx. Cf. Louis Althusser (1979). *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 75-113.

(embora não totalmente abandonado), devido a sua ponderação diante das acusações que o tacharam de ser demasiadamente “antiquarista” e “positivista”.⁴⁸

Nossa crítica a Skinner é que, ao se livrar tão facilmente do problema das “mitologias” históricas, tomando-as como simples erros, que poderiam ser corrigidos tão logo o historiador percebesse sua ingenuidade, ele acaba por desconsiderar qualquer idéia de continuidade a elas associada, e, por conseguinte, a própria continuidade histórica efetiva da qual ela é apenas derivada. Mesmo reconhecendo que os conceitos são, por assim dizer, os seus usos, e que, portanto, não se pode negar que tenha existido “uma longa continuidade na filosofia moral, social e política do Ocidente”, Skinner preservaria sua opinião de que “existem boas razões para não continuar a organizar nossa história em torno de tais continuidades”.⁴⁹ A inconsistência de Skinner, neste sentido, estaria menos em sua mudança de perspectiva do que no fato de ele não levá-la às últimas conseqüências, ou seja, de ele permanecer avesso à história das continuidades semânticas, mesmo aceitando a premissa de que a história dos conceitos é a história de seus vários usos, ou, como diria Koselleck, a história de sua recepção e de sua tradução. Daí a sua dificuldade em conceber que a própria escrita “mitológica” da história é indissociável do modo como os conceitos são efetivamente usados. Em outras palavras, não há como não “organizar nossa história em torno de tais continuidades”, pois toda história do pensamento político é inseparável do processo de transmissão dos próprios conceitos políticos. Em vez de simplesmente rejeitar “organizar nossa história em torno de tais continuidades”, é preciso antes determinar em torno de que estas mesmas continuidades históricas se organizam efetivamente. Somente assim será possível compreender a natureza de uma escrita mitológica da história e estabelecer uma crítica adequada à forma ideológica pela qual os conceitos sociais e políticos são em grande medida transmitidos, assimilados e traduzidos.

Já sabemos que os conceitos políticos e sociais são sempre disputados e controversos, mas também isto, embora seja uma condição necessária para se compreender sua natureza polissêmica, é insuficiente para investigar o caráter ideológico que perpassa a comunicação de seus sentidos, visto que nada impede que desta compreensão, a princípio neutra e formal, se deduza que os atores e grupos políticos em luta possuam o mesmo peso dentro

⁴⁸ Sobre o abrandamento desta perspectiva, ver nota 24. Sobre as críticas lançadas contra a tendência antiquarista e positivista do projeto teórico-metodológico de Skinner, ver: James Tully (org.) (1988). *Meaning and context: Quentin Skinner and its critics*. Princeton, Princeton University Press.

⁴⁹ Quentin Skinner (2002). “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: *Visions of Politics, Op. cit.*, p. 85-86.

do ringue político, o que seria, evidentemente, uma presunção, senão totalmente incorreta, ao menos bastante imprudente. Em meio as diferentes estratégias semânticas usadas por determinados grupos políticos e seus representantes para combater, neutralizar, desacreditar, escarnecer, inverter ou reorientar os significados daqueles conceitos políticos e sociais disponíveis em sua época e igualmente alvo de atenção por seus adversários, o mais provável mesmo é que se perceba uma correlação de forças tal que tenda a beneficiar os portavozes de determinados interesses e aspirações e não outros. Na luta política, seja ela imediata e concreta como no caso extremo de uma guerra, seja ela mediada e abstrata como no caso da publicação de um tratado filosófico, cujas conseqüências materiais geralmente demoram um pouco mais para aparecer, as batatas costumam ficar com os vencedores.

É neste contexto que se deve ter em mente que as tradições de pensamento político e social não somente são formadas por variados processos de disputa e controvérsia em torno dos significados aplicáveis dos conceitos, mas também que tais processos não são aleatórios — eles são coordenados por uma constante atualização seletiva, que normalmente pesa em favor dos vencedores, não só os do passado, mas daqueles que hoje reclamam sua herança. Trata-se, em suma, daquilo que Raymond Williams denominou de “tradição seletiva”. De acordo com Williams, “em toda sociedade, em qualquer período particular, existe um sistema central de práticas, significados e valores, que podemos apropriadamente considerar como sendo efetivo e dominante”. Tal sistema, que ele julga fundamentalmente dinâmico, pressupõe, por sua vez, uma idéia de tradição, que é constituída por meio de um processo seletivo, a partir do qual, “de toda uma área possível do passado e no presente, certos significados e práticas são escolhidos para se dar ênfase, ao passo que outros tantos significados e práticas são negligenciados e excluídos. E ainda mais crucial: alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos ou modificados de maneira a dar suporte, ou pelo menos não contradizer, outros elementos da cultura dominante efetiva”. É desta forma que, segundo ele, podemos conceber uma “tradição seletiva” que, “dentro dos termos da cultura dominante efetiva, sempre se passa como ‘a tradição’ e ‘o passado significativo’”.⁵⁰

Isto não quer dizer, porém, que não se possa pensar igualmente em tradições que não sejam expressão intelectual ou cultural dos interesses e aspirações dos grupos sociais dominantes e vencedores na arena política. Além destas tradições, por maior que tenda a ser sua

⁵⁰ Raymond Williams (2005). “Base and superstructure in marxist cultural theory”. In: *Culture and materialism*. London/ New York, Verso, p. 38 e 39.

coerência, não serem jamais completamente homogêneas (sempre estarão sujeitas a disputas e controvérsias em seu interior), elas nunca deixam de ser contestadas em maior ou menor grau pelos grupos sociais marginais, dominados e vencidos na arena política. É neste sentido que é necessário também não perder de vista certa “tradição dos oprimidos”, conforme expressão de Walter Benjamin, pois é a partir do resgate desta tradição que se pode lutar contra o pensamento ideológico em nosso tempo e lugar. Assim como Williams percebia o potencial contestador das chamadas culturas “emergentes” ou “residuais” frente ao sistema cultural dominante e à ordem social estabelecida, chamando atenção para o fato de que sua posição, no entanto, seria a princípio demasiadamente frágil e desvantajosa, tendo em vista que, tão logo representassem alguma ameaça real ao *status quo*, elas ficariam sob a mira dos aparelhos ideológicos a serviço dos grupos dominantes, que tratariam assim de esvaziá-las, incorporá-las e domesticá-las, também Benjamin alertaria sobre o perigo que ameaçava sempre a tradição dos oprimidos e seus destinatários de se deixar “transformar em instrumento da classe dominante”; daí o seu apelo ao “historiador convencido de que também os mortos não estarão a salvo se o inimigo vencer” a “acender no passado a centelha da esperança” e com isso “arrancar a tradição [dos oprimidos] ao conformismo que dela quer se apoderar”, rompendo, assim, com o “*continuum* da história” representado pelo “cortejo triunfal dos vencedores”, cujo rumo é ditado sempre pelos vencedores de hoje, “herdeiros de todos os que já venceram antes”.⁵¹

Arrancar a tradição dos oprimidos ao conformismo que dela quer se apoderar é tarefa incontornável de todo aquele que pretende combater as formas ideológicas de interpretação e de transmissão dos conceitos políticos e sociais. Para tanto, a história dos conceitos pode nos oferecer uma inestimável contribuição tanto teórica como metodológica. Mas é preciso ir um pouco além dela, a fim de escapar do que John Pocock, outro eminente representante do “contextualismo lingüístico”, admitiria ser o “modo característico” do historiador, que “está interessado nas ações de outros agentes que não ele próprio, e não deseja ser o autor de seu próprio passado tanto quanto deseja desvelar as ações de outros autores na história e da história. Essa é provavelmente”, concluiria, “uma das razões porque as suas políticas são intrinsecamente liberais, mais do que voltadas para a *práxis*”.⁵² Ora, para evitar reproduzir este “modo característico” do historiador que o impede de orientar sua atividade

⁵¹ Walter Benjamin (1994). “Sobre o conceito de história”. *Obras escolhidas*, vol. 1. São Paulo, Brasiliense, pp. 224 e 230.

⁵² J. G. A. Pocock (2003). “Estado da arte”. In: *Linguagens do ideário político*. *Op. cit.*, p. 33.

de pesquisa para a *práxis*, seria preciso, de imediato, suspender a recomendação comumente seguida de que o distanciamento em relação ao presente é imprescindível como forma de se entender o passado “tal como ele realmente foi” (*wie es denn eigentlich gewesen ist*, como postulava o patrono da “história científica”, o alemão Leopold von Ranke). Tal recomendação, levada ao extremo pelo historiador sob o justo pretexto de se evitar uma visão histórica deturpada, que subordinaria o passado ao presente, implicaria num *duplo interdito* — devendo ambos, passado e presente, serem assim compreendidos exclusivamente em seus próprios termos, não só ficaria proibido ao presente ser um ponto de vista legítimo sobre o passado, como também o passado jamais poderia se pronunciar adequadamente sobre o presente.⁵³ O que deve ficar claro ao historiador que deseja atender ao apelo de Benjamin é que ele não pode se descuidar do presente se quiser resgatar o passado. A história do pensamento político, neste sentido, deve ser sempre uma história crítica do pensamento político e, portanto, necessariamente voltada para a *práxis*. A tarefa de impedir que o passado seja subordinado à ideologia dominante do presente não pressupõe o distanciamento em relação a este, mas, ao contrário, é indissociável da tarefa de se buscar, neste mesmo passado, as armas com as quais se devem combater tal ideologia. Assim, em vez de se *distanciar desinteressadamente* do presente para melhor compreender o passado, o historiador deve procurar se *aproximar criticamente* do presente, em atitude análoga ao estranhamento (*Verfremdung*) brechtiano, de acordo com o qual “nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”. Trata-se sobretudo de um *distanciamento interessado*.

É tomando como base essa perspectiva crítica que se pretende desenvolver adiante o estudo sobre os conceitos de “bonapartismo” e “totalitarismo”. Para tanto, recorreremos ao auxílio do instrumental teórico-metodológico fornecido pela história dos conceitos, principalmente em sua vertente alemã, representada por Koselleck, sem prejuízo, é claro, de algumas valiosas contribuições da abordagem collingwoodiana defendida por Skinner.⁵⁴

⁵³ Nas palavras de Skinner, que tenderia a se aproximar deste ponto de vista, afirmando que todo aprendizado, ao menos legítimo, em relação ao passado deve se basear, não em lições, mas sim na distinção entre o que foi necessário na história e o que foi simplesmente produto de arranjos contingentes (o que demonstra o quanto é limitada sua apreensão da relação dialética entre necessidade e contingência): “exigir da história da história do pensamento uma solução para nossos problemas imediatos é cometer não só uma falácia metodológica, mas também algo como um erro moral”. Esta passagem pode ser encontrada tanto em seu texto original, de 1969, “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and theory*, vol. 8, nº 1, p. 53, quanto em sua versão mais recente “Meaning and understanding in the history of ideas”. In: *Visions of Politics, Op. cit.*, p. 89.

⁵⁴ O contextualismo lingüístico de Skinner e de outros autores, como Pocock, esteve inicialmente identificado à “Escola de Cambridge”, onde primeiro se desenvolveu esta perspectiva de estudo da história do pensamento político, sendo, mais recentemente, rebatizada de “abordagem collingwoodiana” em reconhecimento a dívida

Desta forma, partirmos da compreensão geral, já mencionada, de que ambos os termos devem ser tratados aqui como conceitos fundamentais indispensáveis, tanto ao entendimento, quanto à conformação dos fenômenos históricos que eles pretendem designar. Como tais, eles devem ser estudados sempre à luz das disputas e controvérsias que marcaram a origem, bem como a evolução do processo de teorização através do qual eles passaram a incorporar ao longo do tempo uma gama variada e complexa de experiências e expectativas históricas. A tarefa do historiador dos conceitos seria assim dissecar, sincrônica e diacronicamente, as diversas camadas que compõem suas estruturas semânticas a fim de observar como elas são reagrupadas pelos agentes em contextos políticos e sociais específicos. Esta polissemia intrínseca aos conceitos poderia ser examinada pela combinação do estudo de todos os significados do termo ou conceito (semasiologia) com o estudo de todos os nomes atribuídos a um mesmo fenômeno ou conceito (onomasiologia). Mas a história dos conceitos não poderia se limitar ao registro de seus usos específicos em situações específicas; ela deveria também apreender o conjunto das estruturas reproduzíveis de longa duração (*Langue*) que condicionam os atos únicos de fala (*Parole*). Somente assim ela se torna capaz de aferir em que medida algumas camadas de significado persistem ou se modificam, enquanto outras são descartadas, dando lugar a novas.

Se tais são as estratégias gerais de pesquisa que devem ser observadas levando-se em conta aquelas características também gerais dos conceitos políticos e sociais fundamentais, deve-se ressaltar que, uma vez identificadas outras características mais particulares, outras estratégias precisarão ser acrescentadas àquelas já existentes. Este será o caso do estudo em questão. Dentro do universo dos conceitos políticos e sociais fundamentais, os conceitos de “bonapartismo” e de “totalitarismo” guardam certas peculiaridades que nos obrigam a lidar com eles de um modo relativamente à parte.

Conforme salientara Richter, “bonapartismo” e “totalitarismo” pertenceriam ao que se pode chamar de uma “família de conceitos”, da qual participariam outros como “tirania”, “despotismo”, “monarquia absoluta”, “ditadura” e “cesarismo”.⁵⁵ Em comum, eles seriam “classificações de regimes, normalmente, embora nem sempre, opostos ou contrários a algum ideal político ou conjunto de ideais”. Deste modo:

teórica fundamental que tal disciplina possuía em relação ao filósofo R. G. Collingwood. Ver, neste sentido, o artigo de Quentin Skinner (2001). “The rise of, challenge to and prospects for a Collingwood approach to the history of political thought”. In: Dario Castiglione e Iain Hampsher-Monk. *The history of political thought in national context*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 175-188.

⁵⁵ Cf. Melvin Richter (2005). “A family of Political Concepts: tyranny, despotism, bonapartism, caesarism, dictatorship, 1750-1917”. *European Journal of Political theory*, vol. 4, n° 3, pp.221-248.

É dito que tais regimes negam aos seus súditos um ou todos os seguintes [bens]: liberdade, justiça, igualdade, direitos humanos, tolerância, governo da lei, o governo limitado, a divisão dos poderes, o governo representativo e ou constitucional, instituições democráticas. Em suma, todos os tipos de regime nesta família funcional como opostos ou contrários a alguma alternativa preferida.⁵⁶

Tais conceitos se ajustariam, assim, a uma linha de argumentação política, segundo a qual os agentes interessados em defender a preservação ou a realização de um determinado tipo de regime se lançam ao ataque contra os regimes defendidos por seus adversários. Ora, aqueles que pretendem alçar o poder não podem ser indiferentes aos nomes cunhados para designar o regime estabelecido, da mesma forma que aqueles que desejam permanecer nele não podem negligenciar os ataques lançados contra suas posições. “Estabelecer razões convincentes para apoiar qualquer regime requer desestabilizar as reivindicações de seus rivais; uma posição positiva requer a negação da de seus oponentes”.⁵⁷ O que isso implica, como método de pesquisa, é que não se deve investigar apenas os vários sentidos atribuídos a um mesmo conceito pertencente a esta família, e nem apenas buscar os diversos sinônimos deste mesmo conceito ou os nomes que a princípio se referem ao mesmo fenômeno por ele designado. Deve-se também dar especial atenção aos significados opostos aos conceitos em questão, ou seja, ao que está sendo defendido no momento em que o ataque é desferido. Trata-se aqui de investigar, portanto, as motivações e as intenções incorporadas aos atos de fala ou, para ser mais abrangente, aos atos de comunicação dos atores envolvidos no debate político,⁵⁸ conforme a conhecida proposição metodológica de Skinner de que “devemos dar conta não somente do sentido do que foi dito, mas também do que o autor em questão pode ter pretendido dizer com o que foi dito”, enfim, “precisamos apreender não só o sentido do que é dito, mas, ao mesmo tempo, a força intencional com a qual a proposição é emitida”.⁵⁹ No caso aqui considerado, devemos apreender o sentido positivo das posições políticas dos que lançam contra seus adversários acusações como as

⁵⁶ *Idem*, p. 225.

⁵⁷ *Idem*, p. 226.

⁵⁸ Skinner recentemente recorreu à distinção metodológica entre “motivos” e “intenções”, em que estas últimas deixariam de ser percebidas como algo anterior à ação dos sujeitos, sendo portanto incorporadas aos atos de fala, de modo a coincidir o que um autor quis dizer ou fazer num dado instante com o que ele efetivamente fez ou disse. Assim, “o entedimento de um ato ilocucionário manifestado por um falante será equivalente ao entendimento de suas intenções originais ao enunciar sua proposição”. Já os “motivos” aludiriam a condições contingentes e anteriores ao aparecimento de uma obra: “difícilmente pode-se dizer que eles afetem o [seu] sentido próprio”. Quentin Skinner (2002). “Motives, intentions and interpretations”. In: *Visions of Politics*, *Op. cit.*, pp. 98-99.

⁵⁹ Quentin Skinner (2002). “Meaning and understanding in the history of ideas”. In: *Visions of Politics*, *Op. cit.*, pp. 79 e 82.

de “bonapartistas” ou “totalitários”. Em suma, é preciso descobrir quais os sentidos positivos que, juntamente com os sentidos negativos normalmente atribuídos aos conceitos de “bonapartismo” ou “totalitarismo”, formam os pares de conceitos opostos que, uma vez identificados, permitem uma compreensão melhor tanto do uso particular destes conceitos num contexto específico, quanto da evolução (persistência, transformação e inovação) de suas estruturas semânticas.

Neste sentido, são muito úteis as observações de Koselleck quanto à composição dos pares de conceito opostos e desiguais. De acordo com o historiador, toda ação política só é possível graças à constituição de grupos em “unidades de ação” através de uma elaboração conceitual particular, que delimita, por exclusão ou oposição, a sua relação com os demais grupos que, assim determinados, ficam impedidos, eles mesmos, de agirem politicamente. Assim, “do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que, para ele, equivale lingüisticamente a uma privação, mas que na realidade pode ser equiparado a uma espoliação (...) A linguagem da política se baseia nessa figura básica dos conceitos opostos assimétricos”,⁶⁰ cuja posição, uma vez estabelecida, só pode implicar na rejeição da posição adversária. Koselleck apresenta como exemplos desta “figura básica” da política a oposição entre helenos e bárbaros, cristãos e pagãos, e humanos e não-humanos. Entretanto, ele sublinha que é necessário distinguir tais termos conceituais, historicamente determinados, de suas estruturas semânticas correspondentes, que, ao contrário daqueles, tendem a extrapolar os limites de seu contexto original. “A estrutura dos conceitos antitéticos não depende apenas das palavras com que os pares dos conceitos se formam. As palavras podem até mudar e mesmo assim a estrutura da argumentação assimétrica continuar a mesma”.⁶¹

Isto se deveria, sobretudo, à reprodução de determinados “padrões de experiência” extralingüísticos, sem a qual tais estruturas jamais seriam “historicamente transmissíveis”. Pode-se, assim, de um ponto de vista metodológico, abstrair-se, por um momento, dos conteúdos extralingüísticos específicos dos conceitos a fim de conceber sua estrutura semântica básica. É por esta razão que, aludindo aos conceitos antitéticos assimétricos, Koselleck ressaltaria o mérito teórico de Carl Schmitt, argumentando em seu favor que sua descoberta do “par de conceito ‘amigo-inimigo’ destaca-se por seu caráter político formal, forne-

⁶⁰ Reinhart Koselleck (2006). “A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos”. In: *Futuro Passado, Op. cit.*, p. 193.

⁶¹ *Idem*, pp. 195-196.

cendo uma rede de possíveis antíteses, sem, no entanto, denominá-las”.⁶² De maneira análoga, pois, à sua abordagem das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, o historiador perceberia no par de conceitos ‘amigo-inimigo’ a condição mesma de existência da política. Conforme suas palavras, “independentemente da maneira como Carl Schmitt, com sua própria tomada de partido, tenha posto em prática esta oposição, ele criou uma fórmula insuperável como condição para uma política possível. Pois se trata de um conceito do político, não um conceito da política”.⁶³ Em resumo, Koselleck considera que o par de conceitos schmittiano como duas categorias antitéticas assimétricas transcendentais. Se, por um lado, discordamos desta última assertiva, que tende a enxergar o padrão de experiência em que tais categorias se baseiam, qual seja, a própria história da humanidade dividida em classes, como um dado natural e, portanto, historicamente “insuperável”, por outro, cremos que, para efeito de uma leitura estritamente histórica, quer dizer, relativa à história até hoje existente, para qual os termos utilizados por Marx continuam válidos, aquela consideração metodológica é bastante proveitosa, sobretudo no que diz respeito aos conceitos estudados adiante.⁶⁴

Como afirmaria o próprio Schmitt, para quem “a diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de

⁶² *Idem*, p. 231.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ A nosso ver, uma história dos conceitos que não queira superar esta “figura básica” da linguagem política — que ignore o fato de que ela só é “insuperável” na medida em que o “padrão de experiência” da estrutura de classe das sociedades não é superada — está também comprometida com aquele ponto de vista, mesmo sem defender qualquer um de seus conteúdos específicos. Admitir que os pares de conceitos antitéticos assimétricos são a “figura básica” da política, sem a qual ela é impossível, é o mesmo que admitir o pressuposto da exclusão, da privação e da espoliação na política, é aceitar, por fim, a idéia de que é natural à história humana que haja sempre vencedores e vencidos, opressores e oprimidos, dominadores e dominados, senhores e escravos. Este parece ser o resultado inexorável da “fórmula” schmittiana que reduz toda política possível a uma variação da estrutura básica de oposição do tipo “amigo-inimigo”. Afinal, toda a crítica aos conteúdos específicos desses pares de conceito variantes parece ser inócua se, no fim das contas, acredita-se que aquela “figura básica” é “insuperável”, vale dizer, que o “estado de exceção” que ela encerra é imbatível. Esta postura fica mais do que evidente numa passagem do próprio Koselleck, em que discorre sobre a antítese conceitual paulina, segundo a qual todos os povos existentes pertencem ao passado e, pela morte de Cristo, o futuro pertence aos que vivem nele, pois ele traz a salvação num mundo novo. Nas palavras de Koselleck, esta “negação paulina é mais radical do que parecia antes. A antítese lingüística entre cristãos e todos os homens não é mais assimétrica. A negação da assimetria reforça a certeza de salvação”. Trata-se, enfim, de uma antítese do ponto de vista dos vencidos, que repousa inteiramente na imagem da redenção. Mas Koselleck prossegue em sua argumentação dizendo que a “história subsequente haveria de mostrar” que os outros padrões de antítese assimétrica “sempre conseguem se impor novamente. Também as antíteses derivadas do conceito (Paulino) do cristão deixaram-se impregnar por eles”. Segundo ele, isto teria ocorrido graças à institucionalização da Igreja que, uma vez consumada, deixou de colocar a salvação como um problema prático e atual e para colocá-la como um problema espiritual e futuro (a interiorização da fé e a salvação no Juízo Final). Embora esta explicação pareça correta do ponto de vista histórico, ela está presente no argumento de Koselleck como uma fatalidade (consequência inevitável e natural daqueles eventos), “por causa da impossibilidade de sua realização terrena”. Reinhart Koselleck. (2006) “A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos”. In: *Futuro Passado, Op. cit.*, pp. 207-208 e 209.

uma associação ou dissociação”, do ponto de vista “concreto” e “existencial”, “não vem ao caso saber se se considera condenável ou não, e talvez até um vestígio atávico de épocas de barbárie, o fato de que os povos continuam ainda, realmente, agrupando-se segundo a oposição amigo-inimigo, ou se se espera que esta diferença um dia desapareça da face da terra” (coisa na qual ele certamente não acreditava e via como uma abominação intelectual que enfraquecia o princípio de soberania na qual devia se apoiar toda ordem social) — “trata-se, aqui, não de ficções e normatividades, mas da realidade atual e da possibilidade real dessa distinção”.⁶⁵

Podemos agora tratar os conceitos de “bonapartismo” e de “totalitarismo” como dois membros de uma mesma família de conceitos antitéticos e assimétricos. Porém, ao contrário dos exemplos apresentados por Koselleck, “heleno”, “cristão” e “humano”, esses conceitos não estariam sentados na roda dos amigos, e sim na dos inimigos. Por conseguinte, a partir de sua análise, pelo menos na imensa maioria dos casos, onde se fazia um uso negativo dos termos, chegaremos, pela estratégia da exclusão e separação acima mencionada, a imagem dos tipos de regime considerados positivos. Invertendo os termos utilizados por Koselleck, mas sem alterar a lógica de seu raciocínio, podemos argumentar que do conceito usado para privar o outro decorre uma noção positiva para si próprio. Como notou Richter, na história do pensamento político ocidental, existem vários casos em que se buscou desenvolver uma teoria política em defesa de um regime fundamentado na liberdade por contraste a regimes considerados opressores. Deste modo, diz ele, “aqueles tipos de regime usualmente, senão invariavelmente, tomados como ilegítimos desempenham um papel crucial na discussão da legitimidade. Eles o fazem atuando como um pólo oposto numa distinção dicotômica”.⁶⁶ É precisamente o que ocorre aos conceitos de “bonapartismo” e de “totalitarismo”, que foram — embora nem sempre, sobretudo nas origens do conceito, e, ainda assim, bem menos — considerados típicos exemplos de regimes contrários à democracia. “Nem sempre”, porque houve aqueles que tanto atribuíram um sentido positivo a estes termos, alegando, inclusive, que tais regimes não somente seriam compatíveis com a democracia, como, na verdade, seriam a sua verdadeira consumação,⁶⁷

⁶⁵ Carl Schmitt (1992) [1932]. *O conceito de político*. Petrópolis, Editora Vozes, pp. 52 e 54.

⁶⁶ Melvin Richter (1982). “Toward a concept of political illegitimacy: bonapartist dictatorship and democratic legitimacy”. *Political Theory*, vol. 10, p. 208.

⁶⁷ Luís Bonaparte costumava enaltecer o caráter plebiscitário de seu Império que, em oposição à Segunda República, dava voz direta à vontade da nação, o que era considerado “anti-democrático” pelos republicanos. Sudhir Hazareesingh. “Bonapartism as the progenitor of democracy”. In: Peter Baehr e Melvin Richter (2004). *Dictatorship in history and theory. Bonapartism, Caesarism and Totalitarianism*. Cambridge, Cambridge

quanto aqueles que, ao se opor a tais regimes, o vincularam diretamente à democracia, ou melhor dizendo, a um tipo de democracia, mais à esquerda.⁶⁸

Com isto, antecipamos parte de nosso argumento. Cada uso específico dos conceitos de “bonapartismo” e de “totalitarismo” corresponde, por inversão, à defesa de uma acepção particular do conceito de “democracia” e, não raro, ao ataque a uma outra compreensão do mesmo conceito, considerada distorcida, adulterada, contraditória e, portanto, ilegítima. E mais do que isso: por várias vezes o sentido rival de democracia foi, ele mesmo, associado ao tipo de regime bonapartista ou totalitário que se pretendia combater. Desta maneira, por exemplo, Marx, ao denunciar a “farsa” representada pelo “golpe de Estado” que instaurou a “ditadura bonapartista” como sendo o “resultado necessário e inevitável” da “ditadura parlamentar” em que havia se transformado a Segunda República após a supressão do sufrágio universal, defendia a causa da “república social” fundada pela Revolução de 1848, em oposição à “democracia burguesa”, também chamada de “ditadura da burguesia”, pois, embora aquela ainda não fosse a “ditadura do proletariado”, como viria a ser a Comuna de Paris em 1871, já indicava o “conteúdo geral da revolução moderna”, a “revolução social do século XIX [que] não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro”. Em suma, ao concatenar “ditadura bonapartista” com “democracia parlamentar”, atribuindo-lhes o mesmo conteúdo de classe, a despeito de suas diferentes formas, Marx saía em defesa da revolução do futuro socialista e verdadeiramente democrática. Por outro lado, e em sentido oposto, Tocqueville também combateu aquilo que ele chamou de “despotismo imperial” ou de “tirania militar”, atribuído igualmente aos dois Napoleões, considerados, assim, como expressões diferentes de uma única e mesma substância, qual seja, o lado despótico da revolução. Se Marx havia buscado, em sua célebre comparação entre os dois Bonapartes, enfatizar mais sua profunda divergência histórica do que suas aparências, Tocqueville daria mais atenção a estas últimas. Para ele, a Revolução Francesa havia produzido duas

University Press, p. 130. E Benito Mussolini, assim como o principal filósofo do fascismo italiano, Giovanni Gentile, afirmavam que o totalitarismo significava um salto de qualidade da democracia, livre das amarras formais do liberalismo e mais próxima do desejo das massas populares de serem governadas por um “Estado forte”, no qual elas seriam onipotentes. Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. The inner history of cold war*. Oxford, Oxford University Press, p. 22.

⁶⁸ Os irmãos Leopold e Ludwig von Gerlach, conservadores alemães da época de Frederico Guilherme IV, denunciavam o bonapartismo como um amálgama entre “absolutismo burocrático”, “revolução democrática” e “despotismo militar”. David E. Barclay (2004). “Prussian conservatives and the problem of bonapartism”. In: Peter Baher e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory. Op. cit.*, pp. 70-72. E muitos pensadores li-berais associaram o princípio democrático da “soberania popular” à emergência do totalitarismo. Cf. Gerhard Ritter (1954). “Direct democracy and totalitarianism”. *Diogenes*, n°2, pp. 59-67, e, sobretudo, Jacob Talmon (1952). *The origins of totalitarian democracy*. Londres, Secker and Warburg.

tradições democráticas antagônicas e imiscíveis: uma a favor da liberdade, e outra a favor do despotismo. Na primeira tradição, os cidadãos se autogovernariam livremente em obediência às leis e aos direitos individuais, enquanto que, na segunda tradição, os cidadãos estariam sujeitos ao poder ostensivamente ilimitado de um partido, ou um único indivíduo, que se arrogaria legítimo representante da soberania popular. A princípio, a revolução teria significado a fundação da liberdade, isto é, da república democrática parlamentar constitucional; mas, com a subsequente continuação da revolução, primeiro sob o Terror Jacobino, em seguida sob o Consulado e o Império Napoleônico, a liberdade teria sido amordaçada e afogada em sangue por uma tirania e um despotismo ainda maiores do que aquele atribuído pelos primeiros revolucionários à monarquia absoluta. Desta forma, quando entre 1848 e 1851 Tocqueville viu se repetir os eventos que haviam marcado o curso da Revolução Francesa entre 1789 e 1804 (revolução, república e, por fim, império), ele não titubeou em abandonar seus antigos receios quanto aos prováveis perigos que ameaçavam a liberdade nos países igualitários e democráticos (o “despotismo legislativo” do regime unicameral; a “tirania da maioria” sobre a opinião pública; a “tirania dos césores” oposta à limitação do poder; o “despotismo administrativo ou democrático” de um Estado centralizador e paternalista em relação à massa servil e egoísta dos indivíduos), para enfatizar os riscos inerentes à “continuação da revolução”: fim das liberdades políticas individuais, como liberdade de imprensa e partidária, falta de garantias contra a ação abusiva do Estado, sobretudo em relação à propriedade privada, destruição do governo representativo e dos limites constitucionais à soberania popular.⁶⁹ Em suma, ao concatenar “tirania militar” e “despotismo imperial” com a “continuação da revolução”, agora assombrada pelo espectro do socialismo, que pretendia transformar a liberdade política em igualdade social, Tocqueville tomou claro partido de um regime constitucional parlamentar liberal. Assim, muito embora Marx e Tocqueville tenham direcionado sua artilharia a princípio contra o mesmo inimigo, descrevendo, aliás, de maneira muito próxima, a centralização burocrática e o caráter militar do Império Napoleônico, eles quase nada tinham em comum. Combatiam o mesmo inimigo não somente em barricadas diferentes, mas em frentes opostas. Por cima de ombros do Imperador, e talvez nem tão distantes assim, eles miravam um no outro.

⁶⁹ Uma análise aprofundada da evolução do pensamento de Tocqueville acerca dos perigos que ameaçavam a liberdade nas modernas sociedades democráticas e na qual baseamos o parágrafo acima pode ser encontrada em: Melvin Richter (2007). “Tocqueville on threats to liberty in democracies”. In: Cheryl B. Welch (ed). *The Cambridge Companion to Tocqueville*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 245-275. Ver também: Melvin Richter (2004). “Tocqueville and the french XIXth century conceptualizations of the two Bonapartes and their Empires”. In: Peter Baehr e Melvin Richter (ed). *Dictatorship in history and theory*. Op. cit., pp. 83-102.

Exemplos como estes ou bem parecidos existem vários. Se examinarmos o sentido do conceito de “totalitarismo” para Herbert Marcuse e Jacob Talmon, respectivamente, vemos que ambos estão longe de combater a mesma coisa, e que na verdade combatem por tabela a posição um do outro. Marcuse, assim como Theodor Adorno, pensava que o totalitarismo era a realização do individualismo liberal burguês, com a diferença de que este se mostrava bem mais pessimista em relação ao pensamento ocidental, sobretudo no que diz respeito ao Esclarecimento, ao passo que aquele acreditava que o Esclarecimento foi capaz de produzir um individualismo crítico e libertário, posteriormente degenerado pelo desenvolvimento da industrialização capitalista e de sua racionalidade instrumental.⁷⁰ Talmon, por seu turno, argumentava que o totalitarismo seria a negação extrema do individualismo liberal e que sua origem remontaria, como mais tarde também afirmaria Isaiah Berlin, a J-J Rousseau. Para ele, declarado discípulo de Tocqueville, o Esclarecimento teria produzido dois tipos de ideal democrático: o ideal liberal e o ideal totalitário, sendo este último associado ao socialismo.⁷¹ Novamente, os dois autores escolheram o mesmo conceito para atacar e, por conseguinte, defender projetos políticos inteiramente opostos.

Ao pincelar tais exemplos de como os conceitos de “bonapartismo” e “totalitarismo” podem ser entendidos como membros de uma família de conceitos antitéticos assimétricos, cuja função seria designar tipos de regime normalmente classificados como ilegítimos, ou contrários à “democracia” (um conceito que desta forma se torna igualmente controverso e disputado), introduzimos aqui o traçado geral deste estudo. Nos dois capítulos a seguir, em que trataremos separadamente os dois conceitos, tentaremos, num primeiro momento, ajustar nossas lentes para focalizar o plano mais amplo do contexto histórico em se desenvolveram os debates teóricos e políticos que deram origem a cada um deles, para, em seguida, abordar mais detalhadamente os usos específicos destes conceitos por autores particulares no interior de tradições de pensamento cujas interpretações tornaram-se clássicas: a tradição marxista, referente ao “bonapartismo”, e a tradição liberal, relativa ao “totalitarismo”. Por fim, na conclusão, recapitularemos alguns pontos que julgamos importante destacar nestas duas tradições a fim de comparar suas abordagens em relação às ditaduras modernas à luz de um breve comentário sobre o atual estado hegemônico das teorias democráticas.

⁷⁰ Cf. Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, especialmente, pp. 19-52; 81-112. Herbert Marcuse (1999). “Estado e indivíduo sob o Nacional-Socialismo”. In: _____. Douglas Kellner (org. e intr.). *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo, Unesp, pp. 105-136.

⁷¹ Cf. Jacob Tamon (1956). *Los origenes de la democracia totalitaria*. Madrid, Buenos Aires, Aguilar. Cf. Abbott Gleason. *Totalitarianism. The inner history of cold war*. *Op. cit.*, pp. 112-116.

2 – BONAPARTISMO

2.1 – Das origens da palavra à invenção do conceito

A palavra “bonapartismo” apareceu pela primeira vez na França em 1816, dois anos após o fim do Primeiro Império, e remonta, assim, à Restauração Monárquica. Foi aplicada então por legitimistas para nomear o regime de Napoleão Bonaparte e seus adeptos.⁷² Porém, o uso deste vocábulo se manteve restrito por este tempo. Embora ele tivesse uma conotação pejorativa, não compreendia qualquer grau de teorização que o tornasse fundamental para a compreensão daquele governo, possuindo, desta forma, um caráter meramente indicativo. É evidente que isto não quer dizer que os restauradores da Casa dos Bourbon não possuíssem um entendimento teórico acerca do governo que tão asperamente combateram. Quer dizer apenas que não vestiram a palavra “bonapartismo” com as cores de suas teorias. Preferiram outros termos: alguns antigos, como “despotismo” ou “tirania”, e outros mais novos, como “usurpação”. Os primeiros haviam sido largamente usados durante a Revolução Francesa, sobretudo para designar a monarquia e as instituições do Antigo Regime. Já o último termo foi evocado por Benjamin Constant para dar conta justamente das características peculiares do império.

De acordo com Melvin Richter, Constant, assombrado com o curso que tomara todos os acontecimentos durante o período revolucionário, “começou a sentir que ambos ‘tirania’ e ‘despotismo’ eram palavras obsoletas aplicáveis à sociedade e aos regimes pré-revolucionários”, de forma que “a nova situação exigia um vocabulário político mais adequado para descrever a soberania da nação, a mobilização dos cidadãos e a opinião pública que haviam sido criadas pela Revolução e exploradas por Napoleão Bonaparte”.⁷³ Assim, em seu livro *De l'Esprit de la conquère*, de 1813, ele argumentava que, ao contrário do despotismo e da “tirania”, a “usurpação” não deixava espaço para livre pensamento. Os regimes despóticos e tirânicos buscavam por todos os meios proibir a liberdade individual de expressão, porém ao menos permitiam a seus súditos permanecerem em silêncio. A usurpação, mais que isso, “condenava a falar”. Ela manipulava o pensamento dos indivíduos, obrigando-os a mentir a si mesmos, retirando-lhes, assim, o último refúgio e consolo em relação à opressão. Por ter

⁷² Melvin Richter (1982). “Toward a concept of political illegitimacy: bonapartist dictatorship and democratic legitimacy”. *Political Theory*, vol. 10, p. 187.

⁷³ Melvin Richter (2005). “A family of Political Concepts: tyranny, despotism, bonapartism, caesarism, dictatorship, 1750-1917”. *European Journal of Political theory*, vol. 4, n° 3, p. 235.

saqueado o princípio revolucionário da soberania popular, transformando-o em sinônimo de poder ilimitado, Napoleão estabelecera um governo muito mais opressor do que tudo que já existira antes, mais opressor até do que a Monarquia Absoluta no Antigo Regime. O poder ilimitado, como diria mais tarde, “não importa que se atribua a um, a vários, a todos; sempre seria um mal”. Todavia, os crimes cometidos em nome da soberania popular não podiam anulá-la. “Este princípio se aplica a todos os regimes (...). Quando não os domina, não são mais do que força”.⁷⁴ Seria necessário, portanto, determinar a natureza e a extensão deste princípio, mas não revogá-lo. E tais limites seriam os direitos individuais, cuja violação por qualquer autoridade, independentemente de qual, teria que ser considerada ilegítima. A monarquia destronada pela Revolução teria se esquecido da vontade geral. Já o império de Bonaparte, ao contrário, teria se apropriado dela ilegitimamente, corrompendo sua natureza, que é sempre limitada e relativa. Por isto, “os atentados mais monstruosos do despotismo de um só se deveram, com freqüência, à doutrina do poder ilimitado de todos”.⁷⁵ Rousseau, que percebera, a seu ver, as conseqüências disto, “explicitou que a soberania não podia ser alienada, nem delegada, nem representada”, com isso anulando o princípio que acabara de proclamar. Hobbes, “o homem que elevou de maneira mais inteligente o despotismo à categoria de sistema”, tratara logo de torná-lo não apenas absoluto, como também plenamente transferível, ampliando assim exponencialmente aquele “poder monstruoso”.⁷⁶ De posse de características democráticas e revolucionárias, a “usurpação”, na qual consistia o império, seria incomparavelmente pior do que qualquer tirania ou despotismo antigo. Esta seria a sua terrível novidade. No entanto, Constant ainda relutava em considerar a usurpação um tipo de regime político moderno. Ao contrário, esta seria tão anacrônica quanto o fora antes dela o Terror Jacobino. Ambos seriam incompatíveis com o espírito pacífico próprio à vida comercial no mundo moderno, que, conforme suas palavras, seria “hoje a condição normal, o fim único, a tendência universal, a verdadeira vida das nações”.⁷⁷

O pensamento liberal de Constant não reinaria sozinho durante a Restauração. Outros pensadores políticos também tiveram considerável penetração nos círculos legitimistas, tais como monarquistas conservadores: Edmund Burke, Joseph de Maistre e Louis de Bonald.

⁷⁴ Benjamin Constant (1989) [1814]. *Princípios políticos constitucionais*. Rio de Janeiro, Liber Júris, p. 62.

⁷⁵ *Idem*, p. 71.

⁷⁶ *Idem*, p. 64-65.

⁷⁷ Benjamin Constant (1997) [1819]. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. In: Y. C. Zarka (org.). *Filosofia política*. Porto Alegre, L&PM, p. 13.

Estes ardorosos críticos do iluminismo, ao contrário de Constant, não defenderiam, porém, uma forma limitada de soberania popular, senão sua supressão. Ao perceberem neste princípio não somente uma condição para as calamidades que sucederam à Revolução, mas sua própria essência, tais autores forneceram argumentos valiosos aos que buscavam assentar a legitimidade do regime de Louis XVIII. O conceito mesmo de “legitimidade” foi uma criação desta época e seu emprego teve inicialmente como finalidade o fortalecimento da monarquia, seja por meio da limitação da noção de soberania popular, seja por meio de sua negação *in toto*. Não haveria estratégia mais apropriada para atacar a Revolução do que combater seus princípios mais caros. Enquanto estes ainda encontrassem lugar no espírito dos cidadãos, não haveria uma faísca de descontentamento do povo que não fizesse soar o temível alarme de incêndio da revolução.

Bonald, um pensador católico que chegara a se alistar nos exércitos dos príncipes nos primeiros anos da Revolução Francesa e que, após breve período de exílio na Alemanha, viveu clandestinamente na França, colaborando com Chateaubriand em diversos periódicos nos quais expôs sua doutrina religiosa e política, buscou associar diretamente a democracia ao despotismo. Para ele, o “despotismo de todos”, conforme sua interpretação do princípio da soberania popular contido na idéia de “vontade geral” em Rousseau, produziria, invariavelmente, o “despotismo de um só”. Na crítica que fez ao filósofo do “Contrato Social”, em *Théorie du pouvoir politique et religieux*, escrito em 1897, durante o exílio, ele combateu a idéia de que seria possível ao homem mudar a sociedade. A sociedade é que faz o homem e esta é uma “constituição natural” e, portanto, uma criação divina, cujos desígnios apenas dizem respeito a Deus e a seus intermediários no mundo temporal. Toda tentativa de se afastar ou de se revoltar contra a “constituição natural” do mundo, seja ela religiosa ou política, seria um atentado contra a lei divina que existe para ordenar todos os homens da melhor maneira possível. Desta forma, ele postulava em seu *Essai analytique sur les lois naturelles de l'ordre social*, de 1800, aqueles que seriam os princípios de uma ordem social harmônica baseada na relação entre causa, meio e efeito, segundo a qual a ordem política seria fundada na relação hierárquica entre o poder soberano do monarca, o poder ministerial e os súditos. Qualquer tentativa de inverter esta relação e fazer do sobera-

no o efeito, e os súditos a causa levaria a ordem à desordem, a liberdade ao despotismo e o “estado natural”, isto é, monárquico, a um “estado selvagem”, isto é, revolucionário.⁷⁸

Maistre também defendeu a idéia de que a sociedade é regida por uma ordem divina, ou melhor, pela “Providência”. Por esta razão, em *Considération sur la France*, marco do pensamento contra-revolucionário, escrito entre 1796 e 1797, argumentou, contra aqueles que defendiam a soberania popular, que “nenhuma constituição é resultado de deliberação”, sendo tão somente “sentenças declamatórias de direitos anteriores dos quais nada se poderia dizer, exceto que elas já existiam”.⁷⁹ Os costumes e tradições milenares dos quais se erguia o direito seriam por sua vez manifestações da Providência, não podendo às vezes sequer serem escritos. É deste modo que Maistre afirmava que “todo direito do povo é uma concessão do soberano” da mesma forma que toda “liberdade tem sido sempre uma dádiva dos reis”.⁸⁰ Subverter esta verdade estabelecida seria o mesmo que se contrapor à Providência. E teria sido exatamente isto o que os revolucionários franceses fizeram ao converter o Terceiro Estado em Nação, isto é, nas palavras de Sieyès, ao transformar o que era nada em tudo. Só que eles, por mais que tudo desejassem, nada podiam contra a Providência. E o pecado capital, o regicídio, fora, neste sentido, a última estação de um caminho sem volta. Melhor dizendo, de uma *via crucis* em direção à Ressurreição Monárquica. Os homens da Revolução mais ativos, os que acreditavam estar assim ditando seu próprio destino, na verdade, seriam conduzidos como títeres pela “força irresistível” daquela, como o provava o fato de que toda vez que algum deles tentava tomar-lhe as rédeas era abruptamente atirado ao chão e pisoteado sem piedade. Desta forma, a Revolução era retratada por Maistre, a um só tempo, como um crime (quando os desígnios supremos eram substituídos pelos atos dos homens) e uma benção (quando, por “meios terríveis”, a Providência restitui o seu curso natural, se fazendo ainda mais palpável): “os monstros nascidos da Revolução têm aparentemente trabalhado apenas para a monarquia”.⁸¹ Assim, Maistre criticava até mesmo os que defendiam a contra-revolução monárquica. Nada disto seria necessário. Ao infligir ao povo opressões cada vez maiores na sua busca pela igualdade, liberdade e fraternidade, os revolucionários só lhe mostravam o quanto tudo isto não passava de uma dolorosa quimera. “Os

⁷⁸ Louis de Bonald. “Essai analytique sur les lois naturelles de l'ordre social, ou du pouvoir, du ministre et du sujet de la société”. *Oeuvres Complètes*, vol. 1, p. 1025ss. Disponível na internet em: <<http://gallica.bnf.fr>>

⁷⁹ Joseph de Maistre (1994) [1797]. *Considerations on France*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 49.

⁸⁰ *Idem*, pp. 49 e 51.

⁸¹ *Idem*, p. 16.

tiranos se sucedem uns aos outros e o povo sempre obedece”.⁸² Seria somente uma questão de tempo até que tudo voltasse ao que era antes e os franceses aceitassem a ordem natural das coisas, substituindo as Assembléias Gerais, os Comitês de Salvação Pública, e todo o aparato democrático e revolucionário da República, pelo cetro e pela coroa, regressando, finalmente, à condição da qual nunca deveriam ter saído.

Burke também acreditava que os primeiros homens da revolução foram levados por caminhos que, se pudessem ter antecipado em seu conjunto, jamais teriam trilhado. Ele reconhecia que a Monarquia havia cometido muitos abusos, que se acumularam ao longo do tempo, sobretudo porque não fora inspecionada constantemente por uma instância popular representativa, que poderia ter remediado os vícios de uma Monarquia Absoluta. Mas o que o regime precisava era ser reformado, e não ser aniquilado. No vácuo de autoridade que se instalou, os líderes do Terceiro Estado proclamaram a República democrática. Para Burke, entretanto, a “pura democracia” que governava a França se transformaria em pouco tempo numa “malévola e ignóbil oligarquia”. No fim das contas, de nada teria adiantado aos franceses terem mudado de regime, pois, a seu ver, “uma democracia absoluta, não mais do que uma monarquia absoluta, não pode ser reconhecida como uma forma legítima de governo”. Ao contrário, em vez de uma “forma saudável”, o governo revolucionário pareceria muito mais com uma “forma corrupta e degenerada” de república. Neste sentido, ele se recorda de Aristóteles, para quem havia muitas semelhanças entre a democracia e a tirania.⁸³ A antiga Monarquia podia até ter cometido erros graves, todavia, nenhum deles seria irreparável. Diferentemente da república democrática, por melhor que esta parecesse (e ele não acreditava nisto), aquela seria passível de reforma, enquanto esta possuiria uma “inevitável tendência para a tirania”.⁸⁴

O segredo desta capacidade de reforma residiria no laço que unia o regime monárquico à autoridade tradicional. Porque o povo inglês carregava a marca do passado, ele não teria se deixado converter por um Rousseau e se transformado num selvagem. Os homens à frente da Revolução Gloriosa, ao contrário dos da Revolução Francesa, eram protetores da tradição, e não seus “usurpadores”.⁸⁵ Lorde Cromwell teria preservado a ordem social ao

⁸² *Idem*, p. 73.

⁸³ Edmund Burke (1987) [1790]. *Refletions on the Revolution in France*. Indianapolis/ Cambridge, Hackett Publishing Company, p. 109.

⁸⁴ *Idem*, p. 110.

⁸⁵ *Idem*, p. 42.

aplacar os niveladores. “Acredite-me, senhor, aqueles que tentam nivelar jamais igualam. Em todas as sociedades compostas por vários tipos de cidadãos, alguns tipos devem prevalecer. Os niveladores, assim, somente mudam e pervertem a ordem natural das coisas; eles sobrecarregam o edifício da sociedade ao colocar no ar aquilo que a solidez da estrutura exige que permaneça no chão”.⁸⁶ Desta perversão da ordem natural da qual a Revolução Francesa era o maior de todos os exemplos, só poderia advir uma opressão maior do que a que existia no reinado de Louis XVI. E a principal razão disto teria sido a ruptura com os laços da autoridade proveniente da tradição, condição imperiosa ao estabelecimento de uma ordem política duradoura.

Observando algumas das principais conseqüências desta perda de autoridade do novo regime, Burke se dá conta de uma grave contradição entre o exército e os partidos, sempre em disputa. Por ora, pensava ele, os oficiais deveriam “enxergar as intrigas na Assembléia como o único caminho certo para a promoção”,⁸⁷ porém eles não demorariam para notar o óbvio, isto é, que o fortalecimento do próprio exército dependia da destruição das frações. Assim, numa passagem por muitos considerada premonitória, Burke afirmaria o seguinte:

Diante da fraqueza de um tipo de autoridade, e da flutuação de todas, os oficiais de um exército permanecerão por algum tempo amotinados e divididos até que algum general popular, que entenda da arte de conciliar os soldados, e que possua o espírito de comando, possa dirigir a atenção de todos os homens para si mesmo. Os exércitos irão obedecer-lhe pessoalmente. Não há outra forma de assegurar a obediência militar no atual estado de coisas. E quando este evento ocorrer, a pessoa que realmente comandar o exército será o seu mestre — o mestre (e isto é pouco) do seu rei, o mestre de sua Assembléia, o mestre de toda a sua República.⁸⁸

Burke não viveria para ver o seu presságio realizado. No dia 9 de novembro de 1799, o General Napoleão Bonaparte foi nomeado Cônsul. Poucos anos depois, se proclamava Imperador dos franceses. Vimos que por este tempo não havia um conceito específico para designar o novo regime encarnado por Napoleão. Na falta de conceito novo, seus inimigos chamavam-lhe pelos antigos: “tirano” ou “déspota”. Embora aplicados quase sem distinção durante o regime imperial, nem sempre tais conceitos foram permutáveis entre si. Conforme a secular tradição aristotélica, mantida viva durante a Idade Média, devido, sobretudo, ao tomismo, tirania e despotismo eram conceitos bastante diferentes; de fato, antagônicos.

⁸⁶ *Idem*, p. 43.

⁸⁷ *Idem*, p. 192.

⁸⁸ *Idem*, p. 193.

A tirania estava associada em Aristóteles a uma forma degenerada da democracia helênica, formada por homens livres e senhores de si, ao passo que o despotismo estava associado à forma natural de governo dos povos bárbaros, formados por escravos. No primeiro caso, se poderia reverter a degeneração, pois, sendo um tipo de governo incompatível com a vida de homens livres, ele seria acidental e sempre temporário. Já no segundo, por se tratar de um tipo de governo apropriado aos escravos, ele seria necessário e permanente e, portanto, irreversível. Isto teria algumas conseqüências importantes. Seria dever do cidadão repudiar a tirania, sendo legítima a prática do tiranicídio. O mesmo direito não teria um escravo, que deveria aceitar sem jamais pôr em questão o comando de seu déspota. Porque o conceito de tirania esteve vinculado ao Ocidente, e o conceito de despotismo, por seu turno, ao Oriente, este último não teve uma carreira muito promissora, ao menos até o século XVIII.

Durante o reinado de Louis XIV, o conceito de despotismo foi aplicado pela primeira vez (Saint-Simon, Fénelon e Boulainvilliers) para designar um regime político europeu. Em 1748, Montesquieu o transformou em um dos três tipos fundamentais de governo, ao lado da República e da Monarquia. O despotismo, contudo, continuaria a ser associado, em *De l'Esprit des lois*, aos regimes asiáticos, em oposição aos regimes europeus, sobretudo a monarquia constitucional, compreendida como um regime baseado no equilíbrio de poderes em que seriam garantidas as liberdades individuais e preservados os grupos intermediários. A república democrática era então percebida como um regime arcaico e, graças a isto, segundo Richter, pouca importância foi conferida nesta obra à tirania.⁸⁹ Era o despotismo que, de longe, seria percebido como o mais abominável tipo de governo. Por natureza, ele consistiria em um sistema em que todos os súditos seriam tratados como propriedade do déspota, sendo todos igualmente escravos. Por princípio, o despotismo pressuporia a obediência pela imposição do medo. “Contrariamente às sociedades livres, ele [Montesquieu] destacou os aspectos peculiares ao despotismo: sua supressão do conflito em nome da ordem; sua recusa em reconhecer o *status quo* dos grupos e classes intermediários; e finalmente sua intransigência em obter obediência passiva e inquestionável ao comando do soberano. Enquanto discordâncias ou mesmo conflitos são essenciais às sociedades livres, eles eram fatais ao despotismo”.⁹⁰

⁸⁹ Melvin Richter (2005). “A family of Political Concepts”. *Op. cit.*, p. 229.

⁹⁰ *Idem.*

Esta deliberada reformulação do conceito de despotismo foi sem dúvida alguma uma das principais responsáveis pelo reconhecimento do termo como a categoria predominante para classificação de tipos de governo ilegítimos e pela conseqüente difusão de seu uso nos debates políticos que tomaram conta da segunda metade do século na França. Nesta época, o conceito de despotismo passou rapidamente a ser usado por grupos políticos de oposição no país, sendo cada vez mais relacionado a todas as formas de abuso do poder monárquico. Não tardou muito e a própria monarquia e as instituições aristocráticas sobre as quais esta se assentava passaram a ser também chamadas de despóticas. Junto com isto se disseminou o entendimento de que o regime político inteiro não poderia mais ser reformado, sendo preciso substituí-lo por completo, desde as suas fundações. Tamanha foi a intensidade do conflito político, e o crescente apelo ao conceito de despotismo para denunciar todas as práticas e as instituições consideradas injustas e opressoras, que o vocábulo tornou-se imprescindível aos discursos políticos de então, incorporando, desta forma, uma multiplicidade interminável de sentidos, relativos aos interesses e pontos de vista os mais variados e mesmo antagônicos. Durante a Revolução Francesa, o uso deste conceito constituiu-se em uma das armas mais empregadas pelos tribunos do povo para desfechar seus golpes contra a monarquia e tudo o mais que ela representava.

Uma utilização tão excessiva do termo levou-o, no entanto, a perder uma parte considerável de sua eficácia. Ainda durante a Revolução, tornou-se comum lançar a acusação de que o oponente incorria num “abuso da palavra”.⁹¹ O argumento era basicamente lockeano e consistia na denúncia de que uma palavra não poderia ser usada para denominar as coisas mais distintas. Seria preciso, portanto, “investigar acerca da natureza e da propriedade das coisas e, deste modo, aperfeiçoar, tanto quanto possível, nossas idéias de suas distintas espécies”⁹². O “abuso da palavra”, porém, não teria fim. Uma das conseqüências disto seria o gradativo esfumaçamento das fronteiras entre os conceitos de despotismo e tirania. Ambos eram cada vez mais evocados indistintamente como sinônimo um do outro. Na verdade, tal indistinção era anterior à Revolução. Em 1764, por exemplo, Voltaire já usava tais palavras alternadamente em verbetes como “tirania” ou “democracia” em seu *Dictionnaire Philosophique*. Em 1776, a Declaração de Independência dos Estados Unidos também tornava equivalentes expressões como “despotismo absoluto” e “tirania absoluta”.

⁹¹ Cf. Melvin Richter (2007). “The Concept of Despotism and *l’abus des mots*”. *Contributions to the History of Concepts*, vol. 3, pp. 5-22.

⁹² John Locke (1999) [1690]. “Ensaio acerca do entendimento humano”. *Os pensadores*. São Paulo, Editora Nova Cultural, p. 205.

Este processo se intensificou durante os atribulados anos da Revolução Francesa. E uma reação a isto por parte dos revolucionários preocupados em demarcar suas posições, e assim atacar a de seus adversários, pode ser bem demonstrada pela profusão de panfletos sob a forma de dicionários que circulou pelas ruas de Paris. Neste sentido, também poderá se observar claras tentativas de remodelação dos significados para fins políticos imediatos. Saint-Just, por exemplo, durante o julgamento do rei Louis XVI, deliberadamente mudou o significado da palavra “tirania” de modo a coincidir de todas as formas com “monarquia”, pois assim, sendo capaz de chamar o rei de “tirano”, ele tornava legítima a sua execução, pelo direito que todos os cidadãos possuem de cometer tiranicídio. Também estas palavras foram usadas pelos contra-revolucionários e críticos do modo como era conduzida a Revolução sob o Terror do Comitê de Salvação Pública. Atento a isto, Robespierre, na batalha que travou para combater os inimigos internos e externos da Nação, perguntou da tribuna: “Até quando o furor dos déspotas será chamado de justiça, e a justiça do povo, barbárie ou rebelião?”. Aos que diziam que seu governo se assemelhava ao despotismo, ele retrucou — Sim! “O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania”.⁹³ Com isto, o conceito de “despotismo” não adquiria uma conotação positiva, como alguns poderiam até pensar, mas certamente perdia a sua conotação negativa.⁹⁴ Tornava-se, assim, um elemento neutro para enfatizar algo como um “poder irrestrito”, cujo valor dependeria do predicado a ele acoplado.⁹⁵ Aliás, a expressão “despotismo da liberdade” deve a sua eficácia retórica positiva ao fato de que o conceito de despotismo, tomado isoladamente, continua a ter uma conotação eminentemente negativa.⁹⁶

Assim, por várias décadas ainda os dois únicos conceitos disponíveis para classificar os regimes considerados ilegítimos foram aqueles criados na Antiguidade Clássica. O que, de certa maneira, seria de se esperar, uma vez que a democracia grega e a república romana povoavam os sonhos de liberdade dos revolucionários. Eram, por assim dizer, o retrovisor que jamais perderam de vista ao conduzir o carro da Revolução. O uso daqueles conceitos também fazia parte de um ritual de reverência àqueles tempos imemoriais. Porém, quando

⁹³ Maximillien de Robespierre (1999) [1794]. “Sobre os princípios morais que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República”. In: *Discursos e relatórios da Convenção*. Rio de Janeiro, editora UERJ, p. 150.

⁹⁴ Richter afirma que Robespierre “reverteu a carga negativa de despotismo quando cunhou a frase”. Melvin Richter (2005). “A family of Political Concepts”. *Op. cit.*, p. 233.

⁹⁵ A associação entre despotismo e poder irrestrito encontra-se em: Maximillien de Robespierre (1999)[1792]. “Sobre o julgamento de Luís XVI”. In: *Discursos e relatórios da Convenção*. *Op. cit.*, p. 58.

⁹⁶ A mesma estrutura retórica seria articulada na expressão “ditadura do proletariado” em Marx.

o alarme da revolução disparou novamente em Paris a 24 de fevereiro de 1848, a seqüência de eventos que dali se sucedeu foi o bastante para que muitos se convencessem da novidade do fenômeno e tratassem de buscar para ele conceitos mais adequados. Assim surgiram novos conceitos como “Ditadura”, “Cesarismo”, “Imperialismo”, “Napoleonismo” e, por fim, “Bonapartismo”. Como se pode notar, a referência à Antiguidade Clássica não se perdera, mas uma nova referência era agora suscitada: a Revolução Francesa e, particularmente, o Império Napoleônico. Ademais, com exceção do conceito de “Ditadura”, todos os outros eram neologismos e possuíam uma estrutura semântica próxima ao que Koselleck chamara de “conceitos de movimento”, isto é, conceitos que expressariam mais expectativas do que propriamente experiências. Mesmo o conceito de “Ditadura” seria redefinido neste molde. Ele deixaria de indicar a figura do magistrado revestido provisoriamente de plenos poderes, conforme a Constituição, para resolver problemas específicos num período de instabilidade política, para, em vez disso, designar, grosso modo, governos ilegítimos, inconstitucionais, dotados de amplos e ilimitados poderes, e que, independentemente de terem sido instalados em momentos de crise, poderiam ser exercidos por tempo indefinido, mesmo em épocas de paz ou de normalidade da ordem.⁹⁷ Mas o que teria provocado esta mudança na estrutura de antigos conceitos e o surgimento de novos? O que de novo teria ocorrido? Na verdade, não teria acontecido algo novo, mas, inversamente, a repetição de algo que, imaginava-se, teria sido um fato único na história.

Segundo Richter, “o sucesso de Napoleão Bonaparte em se apropriar da primeira Revolução Francesa foi primeiramente atribuído a sua única combinação de carisma com suas excepcionais habilidades militares e administrativas. Pouco se cogitava se ele havia ou não inventado um novo tipo de regime, que, depois de sua passagem de cena, pudesse ser institucionalizado, adaptado a outros contextos e usado por meros mortais”. Foi somente com a ascensão de seu sobrinho, Louis Bonaparte, ao palco da nova Revolução que “se passou a suscitar a questão sobre o sentido da repetição de um padrão antes assumido como único”.⁹⁸ Assim como na Revolução de 1789, a Revolução de 1848 havia derrubado uma monarquia pelo uso da força, proclamado uma república democrática em seu lugar e, no último ato, se deixado violentar por um império. Não foi por acaso que Marx decidiu começar a sua obra sobre o “Dezoito Brumário” de Louis Bonaparte relembrando Hegel.

⁹⁷ Cf. Claude Nicolet (2004). “Dictatorship in Rome”. In: Peter Baher e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory. Op. cit.*, pp. 263-278.

⁹⁸ Melvin Richter (2005). “A family of Political Concepts”. *Op. cit.*, p. 238.

Este filósofo, em suas “Lições sobre a Filosofia da História” (*Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*), na passagem a qual Marx provavelmente se refere, critica a “notória alucinação” de Brutus, Cassius e Cícero por terem julgado o governo de César como “algo meramente adventício”, creditando a ele toda “impotência” da República: “acreditavam eles que, se este único indivíduo fosse afastado, a República seria *ipso facto* restaurada”.⁹⁹ Para Hegel, César não fez nada senão colocar em movimento as peças que estavam a sua disposição. A república não mais tinha condições de existir em Roma e havia há muito se transformado numa “sombra de si mesma”. Contudo, somente após a sua morte é que isto ficou claro. Tarde demais. Em vez da ditadura vitalícia de César, Roma se curvou ao principado e ao império de Augusto. Desta maneira, Hegel declarou: “Em todas as épocas do mundo, uma revolução política só é sancionada na mente dos homens quando repete a si própria. Assim Napoleão foi derrotado duas vezes, e os Bourbon duas vezes expulsos. Através da repetição o que de início parecia acidental e contingente ganha uma existência real e ratificada”.¹⁰⁰ Esta concepção, que vê na história um processo necessário e não um acúmulo de acasos, típica dos “historiadores dos séculos democráticos”, conforme as palavras de Tocqueville,¹⁰¹ estaria, portanto, na base da percepção daquele fenômeno como algo novo, vale dizer, como algo que seria carregado de sentido histórico. As divergências quanto a este sentido é que seriam várias, a começar pela escolha dos conceitos.

O Segundo Império, assim como o Primeiro, foi estabelecido por um golpe de Estado, apoiado num forte aparato de repressão, que lhe conferia um caráter policial, voltado para o controle da sociedade civil e a eliminação de dissidências, e militar, voltado para expansão e conquistas territoriais, assim como possuía uma estrutura amplamente burocratizada, tudo isto legitimado pelo sufrágio masculino, no qual se baseavam os ple-

⁹⁹ G. W. F. Hegel (2001). *The Philosophy of History*. Kitchener, Ontario, Batoche Books, p. 332.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 365.

¹⁰¹ Tocqueville, na distinção que faz da visão dos historiadores dos séculos aristocráticos da dos historiadores dos séculos democráticos, afirma que aqueles “via de regra fazem depender todos os acontecimentos da vontade particular e do humor de certos homens”, enquanto estes “mostram tendências inteiramente contrárias. A maior parte deles quase não atribui influencia alguma do indivíduo sobre o destino da espécie, nem aos cidadãos sobre a sorte do povo. Mas em troca dão grandes causas gerais aos pequenos fatos particulares”. “Quando os historiadores dos séculos aristocráticos lançam os olhos para o teatro do mundo, a primeira coisa que nele percebem é um pequeno número de atores principais que conduzem toda a peça”, por isso “o encadeamento dos acontecimentos lhes escapa; ou melhor não acreditam em semelhante encadeamento”. Nos séculos democráticos, inversamente, os historiadores não só são “levados a dar a cada fato uma grande causa, mas são levados ainda a ligar a ligar os fatos entre si e a fazer deles sair um sistema”. “Não lhes basta mostrar como se deram os fatos; comprazem-se ainda em mostrar que não podiam dar-se de outro jeito”. Alexis de Tocqueville (1987) [1835/1840]. *A Democracia na América*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, pp. 375-377.

biscitos. As diferentes teorias que surgiram para interpretar este regime variavam, contra ou a favor, à direita e à esquerda, desde sua relação com a “democracia”, a exemplo de liberais, como Guizot, que colocavam o acento no caráter igualitário desta, e socialistas, como Marx, que enfatizavam o caráter burguês e, logo, desigual da mesma, até sua relação com a “revolução”, a exemplo de conservadores liberais, como Tocqueville, que se preocupavam com a sua ininterrupção, e conservadores monarquistas, como os irmãos Leopold e Ludwig von Gerlach, da Prússia, que, fortemente influenciados por Maistre, lutavam “contra a revolução e não pela contra-revolução”, a favor da antiga monarquia, cristã, aristocrática, anticonstitucional, antiliberal, descentralizada e anti-burocrática.¹⁰²

A definição de um conceito que pudesse expressar tais interpretações não era, assim, de modo algum, um problema marginal. As discrepâncias entre as teorias também se faziam sentir nesta esfera, aparentemente neutra, da “nomenclatura”. Algumas controvérsias seriam mais explícitas. O conceito de “cesarismo”, por um lado, e os conceitos de “napoleonismo”, “imperialismo” e “bonapartismo”, por outro, denotam relações com experiências históricas bem diversas, por exemplo. No primeiro caso, pelo menos a princípio, claramente se evoca o precedente romano e, dado o significado que ele representa para a história do Ocidente e, em particular, para a própria Revolução Francesa, o conceito de “cesarismo” aludiria a uma forma de regime político de magnitude quase universal. No segundo caso, a referência diz respeito a uma peculiaridade nacional e, além disto, moderna, à Revolução Francesa, bem como ao Império de Napoleão Bonaparte. A favor do primeiro conceito teremos autores tais como Auguste Romieu, que em 1850 publicou *L'Ère des Césars*.¹⁰³ A análise de Romieu era basicamente de que tanto a monarquia constitucional, quanto a república liberal possuíam uma tendência inerente à impotência e que, portanto, a única forma de governo possível e, por isto mesmo, desejável seria o governo pela força liderado por uma única pessoa. Assim, em vez de governos fracos e constantemente ameaçados por disputas inconciliáveis, o que, a seu ver, era da própria natureza dos regimes baseados em instituições representativas, se teria um governo forte e indivisível na vontade singular do soberano. Se este tipo de regime recebia o consentimento do povo era porque este, na verdade, não desejava se governar; ao contrário, desejava ser liderado por alguém que se mostrasse capaz de impor a ordem e debelar os conflitos que ameaçavam

¹⁰² Cf. David E. Barclay (2004). “Prussian conservatives and the problem of bonapartism”. In: Peter Baehr e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory. Op. cit.*, pp.72-76. Ver também a introdução, nota 68.

¹⁰³ A tradução desta obra para o alemão, nos revela Richter, foi “Cesarismo ou a necessidade do governo pelo sabre, demonstrado por exemplos históricos desde a Era dos Césares até o presente”.

dissolver a sociedade, o que, naquele momento, a seu ver, era o que pretendiam socialistas e anarquistas.¹⁰⁴

A favor de uma interpretação que sublinhava a especificidade francesa temos o caso, por exemplo, de Chateaubriand, que destacaria os estragos provocados pela ânsia democrática dos franceses. “Os franceses”, diria ele, “são instintivamente atraídos pelo poder; eles não têm qualquer amor pela liberdade; a igualdade é seu único ídolo. Agora, a igualdade e a tirania possuem conexões secretas. Neste sentido, Napoleão tem a sua principal fonte no coração da França, militarmente inclinada para o poder e democraticamente enamorada por um nivelamento fatal. Subindo ao trono, ele senta ao seu lado o populacho; um rei proletário, ele humilha todos os reis e nobres”.¹⁰⁵ Analogamente às análises de Tocqueville sobre o anseio pela igualdade dos franceses, mais do que pela própria liberdade, Chateaubriand divergiria, contudo, da opinião deste quanto à irreversibilidade da democracia no mundo moderno e, mais do que isso, da capacidade dos governos de a limitarem em favor da liberdade individual.

Na visão de Tocqueville, embora existissem “conexões secretas” entre a tirania e a democracia, estas não seriam, de forma alguma, necessárias. Certamente a democracia, por sua própria natureza, estaria sujeita a uma série de perigos. Mas outros tipos de regime também, por outros motivos a eles inerentes. A diferença estaria que, na modernidade, a única forma de os indivíduos respeitarem a lei seria participando do governo que as elabora. Por esta razão, a legitimidade de qualquer regime, hoje, estaria invariavelmente ligada à democracia, ao contrário do que defenderia Chateaubriand e, juntamente com ele, conservadores como Bonald, Maistre e Burke, e liberais anti-democráticos como Constant e Guizot. Este, em 1849, bradaria indignado contra esta idéia:

Os socialistas, os comunistas, os *montagnards* querem que a República seja uma democracia pura. É para eles a condição de sua legitimidade. Tal é o domínio da palavra democracia que nenhum governo, nenhum partido se atreve a existir, ou pensa que possa existir, sem inscrevê-la em sua bandeira, e que será mais forte quanto mais alto hasteá-la. Idéia fatal, que ergue e fomenta incessantemente a guerra entre nós, a guerra social! É esta idéia que é preciso erradicar. A paz social é o seu preço. E junto com

¹⁰⁴ Cf. Auguste Romieu (1850). *L'Ère des Césars*. Paris, Galerie D'Orléans. Ver também, sobre a ameaça do socialismo e a necessidade de um regime cesarista: Auguste Romieu (1852). *Le spectre rouge*. Paris, Galerie D'Orléans. Ambos estão disponíveis no “Google Books”.

¹⁰⁵ François-René Chateaubriand *apud* Melvin Richter (2005). “A family of Political Concepts”. *Op. cit.*, p.239.

a paz social, a liberdade, a segurança, a prosperidade, a dignidade, todos os bens morais e materiais que ela pode garantir.¹⁰⁶

Tocqueville, ainda jovem, se sentia inclinado a aceitar a tese de Guizot, porém, após retornar de viagem dos Estados Unidos, entusiasmado com o desenvolvimento da democracia naquele país, passou a acreditar que democracia e liberdade não eram tão contrários um ao outro como lhe havia parecido antes. E o melhor exemplo disto podia ser encontrado ali, no Novo Continente, e não na Europa, como até então haviam tentado seus pares. Para Tocqueville, o maior mérito dos americanos foi o de ter conquistado a estabilidade política e social por meios democráticos, sem que, para tanto, tivessem que abrir mão da liberdade. Ao limitar o domínio do princípio da soberania popular, os americanos haviam conseguido mostrar a própria Europa, e a França em particular, um caminho a seguir, se quisessem não cometer mais os erros do passado, guilhotinando a liberdade para do seu sangue fazer brotar a igualdade. Mas Tocqueville reconhecia que as conquistas políticas dos americanos foram obtidas, em grande medida, graças a condições bem peculiares, com as quais os franceses, infelizmente, não tiveram a sorte de contar. Na França, ao contrário do que ocorrera na América, “a revolução democrática operou-se no seio da própria sociedade, sem que se fizesse nas leis, nas idéias, nos hábitos, e nos costumes, a transformação necessária para ter tornado útil aquela revolução”.¹⁰⁷ Nos Estados Unidos, porque entre eles já havia uma ampla igualdade de condições, tudo aquilo foi conquistado por meios relativamente pacíficos, sem perigos para a liberdade. A revolução na América foi, em suma, essencialmente política, e não social, como ocorrera na França. Nas palavras de Tocqueville, a América, desfrutando de razoáveis condições de igualdade, “recolheu os resultados da revolução democrática (...) sem ter tido necessidade de fazer uma revolução propriamente dita”.¹⁰⁸ Deste modo, para o historiador e político francês, a democracia não seria a irmã gêmea da tirania. Seria bem possível construir uma sociedade livre e pacífica numa democracia. Isto não quer dizer, porém, que Tocqueville tivesse abandonado suas preocupações quanto às possíveis ameaças do despotismo à democracia, mesmo no maior e mais consolidado regime democrático do planeta. Ao contrário, sustentava ele “o despotismo, perigoso em todos os tempos, é, pois, particularmente temível nos séculos democráticos”.¹⁰⁹

¹⁰⁶ François Guizot (1849). *De la démocratie en France*. Paris, Victor Masson, pp. 10-11. Disponível “Google Books”.

¹⁰⁷ Alexis de Tocqueville (1987) [1835/1840]. *A Democracia na América*. *Op. cit.*, pp.14-15.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 19.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 389.

Quando Tocqueville escreveu o primeiro volume de *De la démocratie en Amérique*, em 1835, ele afirmou que, diante da inevitabilidade da democratização do mundo, restaria duas alternativas: ou se combatia a “centralização burocrática” e a “tirania da maioria”, ou se corria o risco de ver a democracia sucumbir ao pior tipo de despotismo. Por isto, admitia: “O que censuro mais no governo democrático tal como é organizado nos Estados Unidos não é, como o pretendem muitos na Europa, a sua fragilidade, mas, ao contrário, a sua força irresistível. E o que mais me repugna, na América, não é a extrema liberdade, mas a pouca garantia que ali se tem contra a tirania”.¹¹⁰ Nada disto, porém, o fazia recuar da idéia de que estas ameaças não eram inerentes à democracia. Tanto que, aos seus compatriotas, ele dizia que, se as instituições democráticas não fossem logo introduzidas entre eles, não haveria liberdade mais para ninguém, independentemente de quem fosse, mas sim “uma tirania igual para todos”. Desta forma, concluía sua advertência, “se não se chegar mesmo com o tempo a fundar entre nós o império pacífico da maioria, chegaremos cedo ou tarde ao poder ilimitado de um só”.¹¹¹

Tais considerações de Tocqueville não se manteriam inalteradas e mudariam bastante ao logo dos anos seguintes, sobretudo após a ascensão de Napoleão III. Já em seu segundo volume de *De la démocratie en Amérique*, publicado em 1840, ele não mais imaginava que a principal ameaça à democracia fosse um tirano onipotente, mas antes o individualismo, o materialismo e a apatia política das massas numa sociedade igualitária. O individualismo, de origem democrática para ele, ameaça se desenvolver, sobretudo, em sociedades igualitárias, onde o indivíduo se mostra mais propenso a se isolar. O despotismo, por sua vez, veria neste isolamento a própria condição para sua emergência e permanência, pois dele nasce a apatia geral da sociedade.¹¹² Assim, diria ele, corrigindo sua opinião anterior, “não se pode dizer de uma maneira absoluta e geral que o maior perigo de nossos dias é a licença ou a tirania, a anarquia ou o despotismo. Uma coisa e outra são igualmente temíveis, e podem sair facilmente de uma só e mesma causa, que é a *apatia geral*, fruto do individualismo”.¹¹³ A ameaça de tirania continuava, mas suas prováveis causas seriam procuradas em outro lugar. No capítulo “Que espécie de despotismo devem temer as nações democráticas”, ele admitiu que no volume anterior chegou a “crer que as nações cristãs talvez aca-

¹¹⁰ Cf. *Idem*, p. 195.

¹¹¹ *Idem*, p. 242.

¹¹² *Idem*, p. 386-388.

¹¹³ *Idem*, p. 566.

bassem por sofrer alguma opressão, semelhante à que outrora pesou sobre vários povos da Antiguidade. Um exame mais detalhado do assunto e cinco anos de novas meditações não diminuiram em nada os meus temores, mas mudaram o seu objeto”. “Na época do maior poder dos Césares”, o soberano jamais havia sido, e nem mesmo teria tido condições sê-lo, tão absoluto a ponto de administrar sozinho toda vida social e privada do império. Em vez disso, “a sua tirania pesava prodigiosamente sobre alguns, mas não se estendia sobre o grande número; prendia-se a alguns objetivos principais maiores e esquecia o resto; era violenta e contida. Parece que, se o despotismo viesse a se instalar nas nações democráticas de hoje, teria outras características: seria mais amplo e mais brando, e degradaria os homens sem atormentá-los”.¹¹⁴ A “mesma igualdade que facilita o despotismo, torna-o mais suave”, de forma que os homens de hoje não buscariam “em seus chefes tiranos, mas antes tutores”. Tocqueville adota assim uma temática que relembriaria Constant, mas em vez da liberdade, ele compararia a tirania e o despotismo dos antigos a dos modernos. Aquela, limitada e violenta; esta, ampla e suave. Aquela, baseada na profunda desigualdade da sociedade, onde os homens eram bem mais ambiciosos; esta, baseada na igualdade, onde os homens são mais brandos e comedidos. Os conceitos, porém, como pode se notar, permaneceriam os mesmos. A razão disto, confessou, é que “em vão procuro uma expressão que reproduza exatamente a idéia que tenho e que a encerre; as antigas palavras, despotismo e tirania, não convêm de maneira alguma. O fenômeno é novo; é preciso defini-lo, já que não posso dar-lhe um nome”.¹¹⁵ E a definição que encontrou à época foi a de “despotismo administrativo”.

Em 1848, porém, mais uma mudança de perspectiva. Diante da significativa repetição da seqüência dos eventos que caracterizou o processo revolucionário de 1789 até 1799, ele passaria a diferenciar este novo regime precisamente por ser pós-revolucionário e também pós-democrático. Neste sentido, a sua visão passou a ficar bem mais calcada no exame das experiências históricas agora comuns aos dois Napoleões. Ambos derrubaram Repúblicas que haviam sido instauradas por meio de grandes revoluções através de um golpe de estado militar. Ambos apoiaram-se em plebiscitos baseados no sufrágio universal masculino a fim de legitimar os aparatos repressivos de seus impérios. Ambos, para tanto, aperfeiçoaram as máquinas administrativas que haviam usurpado de seus predecessores. Ambos, finalmente, converteram estas máquinas numa estrutura despótica sem igual na

¹¹⁴ *Idem*, p. 530.

¹¹⁵ *Idem*, p. 531.

história, eliminando todo vestígio das liberdades políticas que haviam sido criadas pela revolução. As análises de Tocqueville tornaram-se assim bem mais concretas do que antes, quando se referia somente ao primeiro Napoleão. Um dos exemplos disso, segundo Richter, seria que ele, “em 1842, havia atacado a perversão da teoria democrática pelo primeiro Bonaparte, [ao passo que], em 1850, ele acrescentou àquela acusação as sórdidas fraudes eleitorais e outras mais praticadas pelo segundo”.¹¹⁶ Em parte, esta sutil diferença de abordagem se explica até pelo fato de ele ter estudado o primeiro pelos livros (e sua principal fonte era Guizot), enquanto teve que vivenciar na própria pele o governo do segundo.

De todo modo, o paralelo que traçou entre ambos é marcante. Permaneceu avesso aos neologismos, preferindo empregar definições a partir dos antigos conceitos, como “tirania militar” ou “despotismo imperial”. Porém, a novidade do fenômeno era inegável. Não dizia respeito tão-somente à repetição das principais características, mas, sobretudo, ao aperfeiçoamento das mesmas. E o que ambos Napoleões teriam incrementado, cada um a sua época, e o segundo até mais que o primeiro, foi a tradição democrática despótica da revolução, em detrimento da tradição democrática libertária; foi o princípio do poder ilimitado baseado na soberania popular, e não o princípio dos direitos individuais; foi a “paixão pela igualdade”, no dizer de Robespierre, e não a “paixão pela liberdade”, conforme dizia; em resumo, foi a tão temível “revolução social” inspirada em Rousseau, e não a querida “revolução política” inspirada por Montesquieu.

Isto não quer dizer que Tocqueville percebesse no governo dos dois Bonapartes uma revolução social propriamente dita. É bem verdade que muitos saint-simonistas se juntaram logo a Napoleão III (este mesmo admitia ser um deles), mas seus projetos de reforma social e socialização econômica converteram-se, imediatamente, num hino de louvor ao capital.¹¹⁷ Tocqueville era bem consciente de que tais regimes incitavam o enriquecimento dos

¹¹⁶ Melvin Richter (2007). “Tocqueville on threats to liberty in democracies”. In: Cheryl B. Welch (edt). *The Cambridge Companion to Tocqueville*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 268. Este artigo traz uma excelente análise das mudanças de perspectivas de Tocqueville e contribuiu bastante para o presente estudo.

¹¹⁷ Assim são narradas as desventuras dos saint-simonistas com a instalação do Segundo Império por um estudioso: “Enquanto Infantin para o Oriente com o último grupo de fiéis, em busca da Mãe de Ternura, outros se tornam financistas, banqueiros, capitães da indústria. Constroem estradas de ferro, abrem os canais de Suez e do Panamá, fundam o Crédit Mobilier, a Companhia Imobiliária, lançam a primeira agência de publicidade na imprensa. Michel Chevalier vai ser professor no Colégio de França e negociará em nome de Napoleão III o tratado de comércio com a Inglaterra. O próprio Infantin acabará como administrador da Estrada de Ferro Paris-Lyon-Mediterrâneo (...) De um socialismo generoso, mas um pouco sonhador, passaram insensivelmente à glorificação do capitalismo e da iniciativa privada, no Segundo Império”. Jean-Christian Petitfils (1977). *Os socialistas utópicos*. São Paulo, Círculo do Livro, p. 68.

cidadãos, ou pelo menos de uma parcela deles, e que, portanto, não podia atacar, senão pontualmente, a propriedade privada.¹¹⁸ Seu espírito era o individualismo, não o coletivismo. Todavia, ele acreditava que as aspirações por uma revolução social tinham, sim, “conexões secretas” com o despotismo e a tirania. A chave para o segredo era a “paixão pela igualdade” que a revolução despertaria e que o déspota ou tirano manipularia em seu benefício. Como sublinhara Raymond Aron, Tocqueville “acreditava que as desigualdades estavam inscritas nas coisas, ou que pelo menos não poderiam ser eliminadas em seu próprio século”.¹¹⁹ Por isto, ele não pensava que era mesmo possível o sucesso de tal revolução. O seu resultado não seria a igualdade social (se fosse, lutaria também contra ela), mas sim um regime despótico e tirânico de proporções inimagináveis.¹²⁰

Alguns pensadores da passagem do século XIX para o século XX concordariam com Tocqueville quanto à irresistível marcha da democracia, em oposição aos liberais conservadores e monarquistas que ainda acreditavam ser possível reverter este processo, mas, assim como estes últimos, e ao contrário desta vez de Tocqueville, eles compartilhariam da idéia de que o “bonapartismo” e o “cesarismo” fatalmente andariam de mãos dadas à democracia, talvez nem sempre em sua plena forma, mas certamente em alguma medida relevante, e que não necessariamente ele emergiria de uma revolução ou de um período revolucionário, mas, em vez disso, que ele se tornaria um fenômeno cada vez mais comum aos regimes políticos modernos. Como intérpretes desta perspectiva podemos citar Robert Michels e Max Weber.

¹¹⁸ Cf. Melvin Richter (2007). “Tocqueville on threats to liberty in democracies”. *Op. cit.* 266.

¹¹⁹ Raymond Aron. *Las etapas del pensamiento sociológico*. Buenos Aires, Siglo Veinte, p. 325.

¹²⁰ Como dissera Raymond Aron, a reação de Tocqueville à revolução de 1848 foi de “desespero e prostração”, pois ele compreendia muito bem o seu “caráter socialista”. Em um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 27 de Janeiro de 1848, às vésperas da revolução, ele conclamava os seus colegas incrédulos: “Olhai o que se passa no seio dessas classes operárias, que hoje, eu re-conheço, estão tranqüilas. É verdade que não são atormentadas pelas paixões políticas propriamente ditas, no mesmo grau que foram por elas atormentadas outrora; mas não vedes que as suas paixões, de políticas, se tornaram sociais? Não vedes que pouco a pouco se propagam em seu seio opiniões, idéias, que de modo nenhum irão apenas derrubar tal lei, tal ministério, mesmo tal governo, mas a sociedade, a abalá-la sobre as bases nas quais hoje repousa? Não ouvis que entre elas se repete constantemente que tudo o que se acha acima delas é incapaz e indigno de governá-las? Que a divisão dos bens feita no mundo até o presente é injusta? Que a propriedade repousa em bases que não são igualitárias? Não credes que, quando tais opiniões tomam raízes, quando se propagam de uma maneira quase geral, quando penetram profundamente nas massas, devem cedo ou tarde, não sei quando, acarretar as mais temíveis revoluções?” Alexis de Tocqueville (1987). “Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados a 27 de Janeiro de 1848”. In: *A Democracia na América*. *Op. cit.*, p. 582.

Robert Michels, no clássico *Political Parties*, de 1911, definiu o bonapartismo como a “síntese de dois conceitos antagônicos, a democracia e a autocracia”.¹²¹ De certo modo, esta seria a própria síntese do desenvolvimento das instituições democráticas modernas segundo sua tese, que aponta para uma progressiva tendência de oligarquização no seio dos estados, dos sindicatos e dos partidos políticos, sobretudo os socialistas. Para ele, desde o momento em que o sucesso do partido depende do grau de organização com que consegue mobilizar seus quadros, conquistar as massas de eleitores, orientar as massas de filiados e militantes, e, por fim, realizar complexos e ambiciosos programas políticos e sociais, eles se tornam forçosamente uma poderosa engrenagem nas mãos de uma oligarquia. Esta tendência seria o resultado necessário da própria estrutura orgânica desse tipo de organização.

Organização implica numa tendência à oligarquia. Em toda organização, seja ela um partido político, uma união profissional, ou qualquer tipo de associação, uma tendência aristocrática se manifesta muito claramente. O mecanismo da organização, ao mesmo tempo em que confere solidez à estrutura, induz a sérias mudanças na organização de massa, invertendo completamente as respectivas posições entre os líderes e os liderados. Como resultado da organização, todo partido ou união profissional torna-se dividida numa minoria de diretores e numa maioria de dirigidos.¹²²

No que diz respeito aos partidos políticos especificamente, seu funcionamento passa a depender por completo deste corpo técnico especializado de líderes profissionais. Michels evita tecer qualquer julgamento moral sobre o fenômeno. Para ele, não se trata de algo a se recomendar ou reprovar, e sim de uma simples constatação. O que ele procura demonstrar é que seu desenvolvimento, dentro das instituições democráticas, sobretudo nos partidos, é incompatível com a própria democracia. Contradição tanto maior nos partidos operários, na medida em que, graças a sua condição de classe (a mais miserável material e culturalmente) e a seus objetivos políticos e econômicos (construção de uma sociedade igualitária e livre), eles precisariam, mais do que qualquer outro, de uma grande organização e firme liderança. “A massa”, sentenciaria Michels, “jamais governará, exceto *in abstracto*”.¹²³ O lema socialista, segundo o qual “a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”, levado ao pé da letra, seria uma quimera. No entanto, o aprofundamento daquela tendência tampouco permitiria aos partidos socialistas emanciparem os

¹²¹ Robert Michels (2001) [1911/ 1915]. *Political Parties. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. Kitchener, Ontario, Batoche Books, p. 133.

¹²² *Idem*, p. 26.

¹²³ *Idem*, p. 241.

operários. O “bonapartismo”, que consistiria na “dominação individual originada da vontade coletiva, e que tenderia a se livrar dela para se tornar soberano”,¹²⁴ estaria presente em cada partido, em cada sindicato e não apenas no Estado. Os líderes de um partido, uma vez eleitos, passariam a personificar a vontade da maioria, não podendo depois disto ser contrariados de modo algum, pois toda a resistência é vista como antidemocrática, e, portanto, ilegítima; contra o opositor, em nome da vontade coletiva, agora singularizada num pequeno grupo, seria permitido todo tipo de punição, inclusive a eliminação, se a sua posição for considerada como uma ameaça à vida partidária; a oligarquia passa a se identificar com a própria organização que dirige, fazendo seus os interesses do partido e vice-versa; qualquer crítica ao partido é tomada como ofensa pessoal, e toda ofensa pessoal, como uma crítica ao partido inteiro; o debate é substituído pelo rito sumário dos referendos, cuja utilidade se vê reduzida a ratificar as ações infalíveis dos líderes. Em suma, a abordagem sociológica do conceito de “bonapartismo” introduzida por Michels, ao destacá-lo da situação histórica específica que o originou, o reveste de um grau de abstração e generalidade que permite ao autor estender sua aplicação aos contextos os mais variados, em diferentes níveis de análise. O “bonapartismo”, agora, representa uma tendência orgânica de subordinação não apenas na relação entre cidadãos e soberano, como também na relação entre operários e dirigentes sindicais, militantes e líderes partidários, ou seja, toda e qualquer relação entre comandantes e comandados democraticamente instituída.

Esta transmutação sociológica de um conceito originalmente extraído de um contexto político teria sido levada às últimas conseqüências por Max Weber. Conforme Peter Baher, apesar da insistência deste autor em distinguir posição política e conhecimento científico, a sua “sociologia foi uma estrutura narrativa dentro da qual certo número dos seus conceitos *políticos* foram, por assim dizer, naturalizados: retirados de seus contextos políticos polêmicos — inerentemente partidários e instáveis — e reformulados dentro de um discurso, a sociologia, que Weber pretendia que fosse livre de julgamentos de valor”.¹²⁵ Baher observou que o conceito de “cesarismo”, presente no esboço de 1913 de *Wirtschaft und Gesellschaft*, foi substituído, nas revisões de 1818 e 1819, por conceitos como os *plebiszitäre Herrschaft*, *plebiszitäre Führerdemokratie* e *Führer-Demokratie*. Ademais, todos os cognatos daquele conceito, além destes novos, foram subsumidos às categorias de “caris-

¹²⁴ *Idem*, p. 133.

¹²⁵ Peter Baher (2004). “Max Weber and the avatars of caesarism”. In: _____ e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory*. *Op. cit.*, p. 167.

ma” ou de “dominação carismática”. Desta forma, Weber teria “camuflado” seus próprios valores políticos numa “rubrica científica”.¹²⁶ Em textos da década de 1890, ele, como muitos outros de sua época, liberais, monarquistas, conservadores e socialistas, se referia freqüentemente ao governo de Otto von Bismarck pelo termo “cesarista”. A principal razão para a consolidação do regime cesarista na Alemanha unificada teria sido a imaturidade política e a covardia da burguesia, que, não tendo participado ativamente da formação do Estado, preferiu abdicar dele quando teve a chance de estar a sua frente. “Ébria de triunfo e sequiosa de paz”, a grande burguesia “foi tomada por um singular espírito ‘a-histórico’ e apolítico”, ansiosa “pelo advento de um novo César que a proteja, tanto para baixo, contra as massas populares em ascensão, quanto para cima, contra as veleidades da política social que suspeita existirem nas dinastias alemãs”.¹²⁷ O passado apolítico da burguesia, sua exclusão dos negócios públicos, e a ausência de uma educação política que a capacitasse para ação, tudo isto teria a forçado a declinar da tarefa de dirigir a sociedade. Para Weber, “não é nas *massas* que reside o perigo” do regime cesarista (já não havia sinais de que estas tivessem maturidade política para assumir o Estado), “não é uma questão sobre a situação *econômica* dos *dominados*, mas sim, aquela sobre a qualificação política das classes *dominantes* e *emergentes* que constitui o conteúdo último do problema *político-social*”.¹²⁸ Uma educação política urgente das classes dirigentes seria o principal remédio, na Alemanha do pós-guerra, para se combater o “legado de Bismarck” — “impotência política do parlamento e dos líderes partidários”.¹²⁹ Em seu governo, todos se convenceram de que viviam sob uma monarquia, despreocupando-se, pois, das principais questões políticas; esqueceram, assim, de que viviam, na verdade, sob o “domínio irrestrito da burocracia”, e que este tipo de governo não deixa herdeiros. Tal seria o principal inconveniente do cesarismo: Bismarck, além de não deixar sucessores, teria interditado qualquer possibilidade da emer-

¹²⁶ *Idem*, p. 168.

¹²⁷ Max Weber (2004). “O Estado Nacional e a política econômica”. In: Gabriel Cohn (org). *Sociologia*. São Paulo, Ática, p. 75.

¹²⁸ *Idem*, p. 77. As ênfases são do próprio Weber.

¹²⁹ Max Weber (1997) [1918]. “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída”. In: *Max Weber. Textos escolhidos. Os economistas*. São Paulo, Editora Nova Cultural, p.31. Bismarck “deixou atrás de si uma nação sem nenhuma *educação política*, bem abaixo do nível que, a esse respeito, tinha alcançado vinte anos antes (isto é, em 1870). Principalmente, Bismarck deixou atrás de si uma nação *sem nenhuma vontade política própria*, acostumada que estava à idéia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias. Mais, ainda, deixou atrás de si uma nação acostumada à tolerância fatalista diante de todas as decisões tomadas em nome do ‘governo monárquico’”. *Idem*, p. 38.

gência de outro.¹³⁰ Isto, pensava Weber, seria indispensável numa era de inevitável e irresistível crescimento burocrático, onde o papel das lideranças é de crucial importância. Assim como Michels, ele também pensava que “as grandes decisões políticas, mesmo e principalmente numa democracia, são inevitavelmente tomadas por alguns poucos homens; a democracia de massas desde o tempo de Péricles só tem conquistado êxitos com concessões importantes ao princípio cesarista de seleção de líderes”.¹³¹ O maior problema, assim, não seria o cesarismo em si, “inextirpável”, e sim a sua “forma ‘pura’ de aclamação cesarista”, seja “à moda militar como Napoleão I” ou “à moda burguesa (...) da parte de um político não-militar, como Napoleão III”, exemplos seguidos de perto por Bismarck.¹³² Seria preciso estabelecer um regime que fomentasse o surgimento dessas lideranças dentro do contexto moderno de “domínio irrestrito da burocracia”. Este regime, por um lado, teria que evitar se fechar num “círculo de notáveis”, próprio dos tipos de governo tradicionais, e, por outro lado, evitar se render à vontade das massas, próprio dos regimes plebiscitários. O meio termo proposto por Weber é um tipo de parlamentarismo cesarista, capaz de prover a nação com novas lideranças, educadas e monitoradas pelo parlamento, bem como legitimadas pelas massas populares. Um exemplo bem sucedido deste regime seria o sistema parlamentar inglês, cujo desenvolvimento tende para tais “configurações cesaristas”.¹³³

Como se pode perceber, o conceito de cesarismo em Weber possui aqui aspectos bem definidos. Ele se refere, sobretudo, ao político de qualidades excepcionais de liderança que, mesmo se opondo em sua forma mais “pura” à racionalização burocrática que caracteriza o processo político moderno, devido a seu apelo exclusivo à vontade soberana das massas, a ele se ajusta perfeitamente, uma vez que a máquina administrativa do governo necessita de uma estrutura eficiente de comando hierárquico. Neste sentido, o conceito de “cesarismo” é eminentemente moderno e se aplica estritamente ao universo político. Mas quando

¹³⁰ “Bismarck não tolerava qualquer poder autônomo, nem dentro dos ministérios, nem dentro do parlamento (...) A política nacional de Bismarck pretendia exclusivamente impedir a consolidação de qualquer partido forte e independente”. *Idem*, p. 34

¹³¹ *Idem*, p. 62.

¹³² *Idem*, p.108.

¹³³ *Idem*, p. 63. Em relação às condições políticas deste sistema, Weber sublinharia que: “Por um lado, a carreira parlamentar oferece ótimas oportunidades a homens com ambição política e desejo de poder e de responsabilidade; por outro lado, os partidos são compelidos, pela característica “cesarista” da democracia de massas, a submeter-se a homens com temperamento e talento políticos, desde o momento em que estes provem que podem conquistar a confiança das massas. A probabilidade de um líder em potencial chegar ao cume é uma função, como ocorre freqüentemente, das probabilidades de poder dos partidos. Nem o caráter cesarista e a demagogia de massa dos partidos e nem sua burocratização e imagem estereotipada são, em si mesmos, uma barreira rígida para a ascensão de líderes. *Idem*, p. 115.

Weber elaborou uma tipologia das formas legítimas de dominação, ele não tinha em mente apenas esta dimensão. Os tipos ideais de dominação carismática, tradicional e legal-racional não se limitam a esta aplicação. Seu uso pode ser estendido a esferas bem mais amplas da vida social, e, com exceção deste último, podem indicar contextos históricos distintos da moderna civilização ocidental, capitalista e racional. A caracterização de um político cesarista pode, assim, envolver elementos de cada um dos três tipos puros de dominação carismática, seja o profeta, o herói guerreiro, ou o demagogo, sobretudo este, mas nenhum destes três tipos pode ser caracterizado por elementos cesaristas. Em resumo, o conceito de “cesarismo” estaria para Weber demasiadamente vinculado a um contexto histórico específico para se prestar a uma tipologia científica de caráter quase universal. Ele estaria mais associado a uma forma ilegítima de governo do que a uma forma legítima de domínio. Também estaria marcado por inúmeras controvérsias políticas, que fatalmente poderiam revelar a inclinação pessoal do sociólogo em relação ao seu objeto de estudo, mostrando-se, assim, totalmente inadequado ao propósito científico da sociologia compreensiva de “Economia e sociedade”. Ao substituir este conceito por outros ligados à noção de carisma, Weber, mais até do que Michels, teria conferido às suas análises um grau de abstração e neutralidade dificilmente possibilitado pelo conceito de “cesarismo”.

Esta estratégia surtiu excelentes resultados. O conceito de “cesarismo” gradualmente saiu de cena do debate político e acadêmico ao longo do século XX, ao passo que o conceito de “carisma” teve uma carreira prodigiosa nas mais distintas searas. Isto não quer dizer, de modo algum, que este último tenha substituído aquele. Embora o conceito de “carisma” seja empregado em diversas teorias para dar conta de certos aspectos dos regimes considerados ilegítimos, ele mesmo, por sua própria afinidade com uma tipologia de formas legítimas de dominação, não pode sozinho denominá-los.

Se é verdade que os conceitos de “cesarismo” e de “bonapartismo” foram aos poucos deixando de povoar o imaginário político do século XX, isto também não significa que eles tenham desaparecido por completo. O conceito de “napoleonismo” caiu em desuso ainda no século XIX; o conceito de “imperialismo” mudou radicalmente o seu significado, passando a designar, grosso modo, as formas agressivas de expansionismo territorial e de dominação econômicas dos países capitalistas avançados; o conceito de “ditadura”, este se disseminou a ponto de hoje ser empregado como um termo genérico para qualquer tipo de governo de Estado autoritário ou autocrático; o conceito de “cesarismo” ainda encontraria

porta-vozes de peso no século XX, tão diversos como Oswald Spengler e Antonio Gramsci; finalmente, o conceito de “bonapartismo” ganhou uma expressão teórica particularmente sofisticada na tradição marxista de pensamento político (da qual, é claro, participa Gramsci, embora este tenha optado preferencialmente pelo conceito de “cesarismo”, mais disseminado na Itália). Será esta tradição de pensamento que iremos examinar adiante, dando especial atenção aos usos particulares do conceito de “bonapartismo” nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels e Leon Trotsky.

2.2 – A tradição marxista e seus usos

2.2.1 – Karl Marx e Friedrich Engels

As análises de Marx e Engels, contidas em seus chamados textos históricos, acerca dos regimes bonapartistas estabelecidos na segunda metade do século XIX na Europa — os governos de Louis Bonaparte, na França, e de Ludwig von Bismarck, na Alemanha — estão entre as principais contribuições deixadas por estes pensadores para a compreensão não só destes regimes, em particular, mas, de modo geral, para a própria compreensão da política e do Estado no interior de formações sociais modernas onde predomina o modo de produção capitalista. A relevância desses textos e da conceituação dos regimes bonapartistas por estes pensadores para o desenvolvimento ulterior da teoria marxista da política e do Estado, sem dúvida alguma, é inegável. No transcorrer da leitura podemos encontrar passagens inteiras que muito provavelmente inspiraram diretamente as teorias de centralismo democrático em Lênin, de espontaneidade revolucionária em Rosa Luxemburg, de desenvolvimento igual e combinado em Trotsky, o que, obviamente, não surpreende. Porém, a tentação de ver em tais textos a teoria já acabada, mas sinteticamente exposta destes outros autores é imensa. O risco disso é vermos, por exemplo, nas análises de Engels sobre o papel do bonapartismo de Bismarck para o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha a expressão da teoria sobre “revolução passiva” em Gramsci ou sobre “via prussiana” em Lênin, sem distinguirmos as especificidades de cada interpretação. Isto, de fato, não seria muito difícil, e admitimos que nem sempre incorreto. Mas é preciso ter em mente os contextos particulares em que estas teorias foram desenvolvidas, o que implica nos questionarmos também sobre os propósitos específicos de cada pensador quando articulou citações e referências de Marx e Engels para elaborar suas próprias teorias. Afinal, quando Lênin falava de “via prussiana” para analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia na primeira década do século XX teria mesmo em mente o mesmo que Engels, ou ainda, já que nos é vedado entrar na cabeça dos autores, visava ele os mesmos objetivos? O mesmo pode-se indagar em relação a Gramsci, antes e depois de preso por Mussolini. Em suma, não são questões para serem respondidas aqui. O que se deseja ressaltar é a dificuldade de se interpretar os usos específicos de um conceito dentro de qualquer tradição (e não só a marxista, embora esta seja em muitos casos mais controversa do que outras correntes de pensamento político, sobretudo no século XX). No caso aqui estudado existe um ingredien-

te a mais de dificuldade: trata-se dos fundadores de tal tradição. Qualquer investigação, pois, sobre o uso específico de um conceito mobilizado por eles pode ensejar questões quanto ao “verdadeiro” sentido do conceito. Sem nos deixar levar pelo relativismo, confessamos que, de modo algum, é este nosso objetivo. Nossa investigação não possui pretensões arqueológicas, não está voltada para uma caça às origens autênticas do conceito. Buscamos apenas, sempre que possível, apresentar coerentemente o resultado desta pesquisa.

Toda vez que se pretende estudar a concepção de bonapartismo em Marx, o primeiro impulso é abrir as páginas de “O dezoito Brumário de Louis Bonaparte” para ali encontrar a sua clássica descrição e análise do regime político do Segundo Império. Sem dúvida, esta é a principal referência bibliográfica quando o assunto é o conceito marxista de bonapartismo. No entanto, nem Marx utiliza o conceito de bonapartismo, nem seu livro é uma análise sobre aquele regime. Escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852, “O dezoito Brumário” não podia mesmo ser uma interpretação sobre o Segundo Império, que, a rigor, sequer havia sido ainda instaurado, o que só ocorreu com o plebiscito de 20 de novembro de 1852. Mas não é apenas por isto, pois, a rigor mesmo, tratava-se de uma simples formalidade que nada alterou o modo de governar de Napoleão III. É que Marx só teria tido tempo de investigar, nesta obra, cerca de três meses e meio de um regime que durou quase vinte anos. Isto sim é uma grande diferença. Não obstante, a brochura de Marx, publicada pela primeira vez no jornal *Die Revolution*, editado por seu amigo Joseph Weydemeyer, então imigrado nos Estados Unidos, é considerada por muitos a última palavra de Marx sobre o tema. Não que ele tenha mudado sua opinião. Sob muitos aspectos seu texto traz vastas indicações por ele retomadas nas três décadas seguintes sem que tivesse feito qualquer alteração significativa. Não seria para menos. Engels, no Prefácio de 1885 desta obra, viria a confirmar a predição que ele mesmo fizera numa carta de 16 de dezembro de 1851 a Marx, em que incumbia ao amigo a tarefa de redigir um “artigo que marcará época”.¹³⁴ “era na verdade uma obra genial (...) o quadro foi traçado com tanta mestria que todas as revelações novas feitas desde então não fizeram senão confirmar a exatidão com que refletira a realidade”.¹³⁵ Porém, daí a dizer que “O dezoito Brumário” é a palavra final de Marx quanto ao regime de Napoleão III vai um longo caminho. Por mais que não tenha feito nenhuma revisão de suas análises anteriores, Marx enriqueceu e lapidou muito de sua

¹³⁴ Karl Marx & Friedrich Engels (1960). *Selected correspondence*. Moscow, Progress Publish, p. 60.

¹³⁵ Friedrich Engels (1997) [1885]. “Prefácio de Engels para a terceira edição alemã”. In: Karl Marx. *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo, Editora Paz e Terra, p. 17.

compreensão sobre aquele episódio. E é disto que se trata, se tivermos em mente apenas a “obra genial” de Marx: um episódio, tal como o próprio título indica. Um pouco mais que isso, sejamos mais precisos: a concatenação dos acontecimentos desde a Revolução de Fevereiro de 1848 até a culminação do golpe de dois de dezembro de 1851 que liquidou com a Segunda República. Mas o regime de Napoleão III iria, evidentemente, além do golpe. E por mais que Marx tenha sido realmente genial em seus apontamentos, e o foi com certeza, ele não podia saber (e nem era este o caso) o futuro do regime. Encontramos muitas suposições, algumas mais específicas, outras mais gerais; porém, o fato de muitas delas terem se confirmado (como as que fizera antes nos artigos de “A luta de classes na França de 1848 a 1850”) não fazia delas mais do que isto: suposições. E, aliás, era de se supor que ele teria algo a mais a dizer durante os anos subseqüentes ao golpe. E em todas as vezes que voltou ao assunto, porém, raramente se referiu ao fenômeno pelo conceito de “bonapartismo” (em “O dezoito Brumário” mesmo ele somente se refere à palavra no sentido banal que lhe era dado até o final da primeira metade do século XIX). Segundo Terrel Carver, isto se explica porque “Marx não estava inclinado a dignificar tal caricatura com um *ismo*”.¹³⁶ Engels, embora compartilhasse da mesma opinião de Marx, não achou por mal empregar o conceito. Pode-se dizer que Engels foi o primeiro a empregar o termo “bonapartismo” numa acepção verdadeiramente marxista, inclusive elevando-o ao patamar de “religião da burguesia”.¹³⁷

Com efeito, Engels não seria apenas o primeiro a empregar o conceito marxista de bonapartismo. Ao concordar com Lênin, ele teria sido o primeiro a realizar um “esboço de ‘O dezoito Brumário’”.¹³⁸ Em uma carta escrita a Marx no dia seguinte ao golpe de Luis Bonaparte, Engels teria traçado quase o itinerário a ser seguido por Marx na redação de sua obra.¹³⁹ De acordo com David Riazanov, em seu conhecido prefácio de 1927 ao livro de

¹³⁶ Terrel Carver. “Marx’s Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte. Democracy, Dictatorship and the Politics of Class Struggle”. In: Melvin Richter & Peter Baher. *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 126.

¹³⁷ Friedrich Engels. (1866) *apud* Vladimir I. Lênin. *Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels*. 1844-1883. Montevideo, Pueblos Unidos, p. 259. Voltaremos a analisar essa concepção mais adiante.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ “(...) *A História da França alcançou um estágio completamente cômico. Não poderia haver nada de mais ridículo do que esta paródia do 18 Brumário realizado em tempo de paz, com ajuda dos soldados descontentes, pelo ser mais insignificante do mundo e que não encontrou até agora, pelo que se pode julgar, nenhuma resistência!* E que de forma esplêndida foram enganados todos os velhos asnos! A raposa mais astuta de toda da França, o velho Thiers, o advogado mais sutil do foro, M. Dupin, caíram tão facilmente na armadilha preparada pelo imbecil mais notório do século, assim como o general Cavagnac, com sua estúpida virtude republicana, e o fanfarrão Changarnier. E para completar o quadro, um Parlamento poltrão com Odilon Barrot fazendo-se de ‘Löwe von Calbe’. Alguma vez no mundo se realizou um golpe de estado

Marx, Engels teria sido “um colaborador invisível” de seu amigo. Pertence a este a famosa alusão a Hegel feita por Marx nas primeiras linhas de seu livro. A comparação entre o golpe de dois de dezembro de 1851 e o de dezoito brumário de 1799 tem por finalidade ressaltar justamente a oposição entre dois momentos históricos que, a despeito de apresentarem traços formais em comum, expressam um conteúdo inteiramente diverso. O golpe do tio pertencera a uma época “trágica” na qual os homens da revolução, mesmo oprimidos pelos fantasmas do passado, foram capazes de “revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu”.¹⁴⁰ Ainda que tomando emprestado “os nomes, os gritos de guerra e as roupagens” dos antigos, eles puseram a baixo o Antigo Regime. Necessitavam de ilusões para esconderem de si o conteúdo de sua luta, mas foram estas ilusões que mantiveram o seu “entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica”.¹⁴¹ E, “por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi preciso não obstante heroísmo, sacrifício, terror,

acompanhado de declarações tão estúpidas como este? E a isto se segue a risível ostentação napoleônica, o aniversário da coroação em Austerlitz, as especulações em torno do consulado, etc. O fato de que tudo isso pudesse triunfar por um dia sequer mostra a degradação dos senhores franceses a um infantilismo sem igual no mundo.

É admirável a detenção dos grandes charlatães da ‘ordem’, em particular do pequeno Thiers e do valente Changarnier! Esplêndido também foi a seção dos restos do parlamento no X Departamento, com Berryer, gritando da janela: ‘Vive la Republique’ até que toda esta gente fosse detida e encerrada no pátio de um quartel sob a vigilância dos soldados. E este estúpido Napoleão que prepara imediatamente suas malas para ir instalar-se nas Tulherias. Nem torturando-se o espírito durante todo um ano se poderia criar uma comédia mais linda.

E à noite, quando este cretino do Napoleão por fim deitou-se no leito tão desejado das Tulherias, o imbecil, certamente não se deu conta do que isto significava. *Le Consulat sans le premier cónsul!* Nenhuma dificuldade interna mais considerável que durante os últimos três anos, nenhuma grande dificuldade financeira, inclusive no seu bolso, nada de coligação nas fronteiras a ameaçar, nenhuma necessidade de cruzar o São Bernardo, ou de obter a vitória de Marengo! Era para se desesperar. E nem sequer havia uma Assembléia Nacional que colocasse por terra os grandes planos do gênio não reconhecido! Por ora ao menos não este asno encontra-se livre, solto de todas as amarras, tão absoluto como o velho Napoleão, na noite do 18 Brumário, tão completamente livre que não poderá impedir de mostrar a cada passo a sua asnice aos quatro ventos! Terrível perspectiva desta ausência de contradições!

Que pode se esperar de toda esta estupidez? *‘Coloquemo-nos no ponto de vista da história universal’, e teremos um tema esplêndido para declamação.* Por exemplo, agora coloca-se se é possível o regime pretoriano da época do Império Romano, cujas premissas eram um extenso Estado organizado militarmente, uma Itália despovoada e a falta de um operariado moderno: é possível um regime semelhante num país compacto como a França, onde existe um numeroso proletariado industrial? Ou bem: Luis Napoleão carece de seu próprio partido, pisoteou os legitimistas e orleanistas, e agora tem que virar à esquerda. A virada à esquerda significa a anistia, a anistia significa o choque, etc. ou ainda: o sufrágio universal é a base do poder de Luis Napoleão, não pode violá-lo, mas a existência do sufrágio universal, atualmente é incompatível com a existência de Luis Napoleão... Mas depois do que ontem observamos, não há nada o que esperar do povo. *Na verdade, parece que o velho Hegel dirige de sua tumba a história no papel de espírito mundial, cuidando com a maior atenção a que todos os acontecimentos apareçam duas vezes: a primeira sob a forma de tragédia, e a segunda na forma miserável de farsa. Caussidiere por Danton, Louis Blanc por Robespierre, Barthelemy por Saint-Just, Flocon por Carnot, e o lunático Luis Napoleão, com meia dúzia de oficiais desconhecidos e cheios de dívidas, em vez do pequeno cabo Napoleão I com sua turma de marechais. Estaríamos então já no 18 Brumário.* Friedrich Engels *apud* Paulo Barsotti (1996). “Engels e o Bonapartismo” In: Osvaldo Coggiola. *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã, pp. 232-233.

¹⁴⁰ Karl Marx (1997) [1852]. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo, editora Paz e Terra, p. 21.

¹⁴¹ *Idem*, p. 21-22.

guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade”.¹⁴² O golpe do sobrinho, ao contrário, teria tido a sua origem em um período que Marx considerava não ter a menor relevância.¹⁴³ Conforme a expressão de Engels: “Terrível perspectiva desta ausência de contradições!”. Louis Bonaparte não teria sido mais do que uma “paródia”, o próprio “Napoleão caricaturado”, expressão de “fuga” do presente para uma “época morta”. No dia do golpe, a Revolução de Fevereiro de 1848, que havia indicado, segundo Marx, “o conteúdo geral da revolução moderna”, com a declaração do sufrágio universal, “é escamoteada pelo truque de um trapaceiro”. Aquela revolução derrubou a monarquia de julho, a “monarquia burguesa” de Louis Felipe, e em seu lugar proclamou uma “república social”. Esta logo seria substituída por uma “república burguesa”, inicialmente, com a ajuda dos democratas; em seguida, com a dos republicanos puros, e, por fim, com a dos monarquistas que integravam o partido da ordem. O golpe de Bonaparte, que derrubou esta república, restaurou o sufrágio universal revogado pela Assembléia Nacional em 31 de maio de 1850. Contudo, não restaurou seu caráter social; ao contrário, acabou de vez com as “concessões liberais” “arrancadas através de séculos de luta”. Bonaparte tomou da burguesia o domínio político somente para devolver-lhe o domínio social que corria o risco de perder. Desta forma, diria Marx, “longe de ser a sociedade que conquista para si um novo conteúdo, é o Estado que parece voltar a sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina”.¹⁴⁴

A dicotomia entre “tragédia” e “farsa” tem um significado importante nos textos de Marx e Engels. O trágico representa a emergência de um novo conteúdo histórico, ao passo que a farsa, ou ainda o cômico, geralmente significa o retorno ou a persistência de antigas formas históricas. No caso de Napoleão Bonaparte, seu golpe teria sido trágico, porque ele, mesmo usurpando a Grande Revolução Francesa, eliminando de vez a Primeira República para logo em seguida instaurar o Império, continuou o caminho da Revolução. Napoleão I havia sido a negação dos ideais de liberdade política e de igualdade social que nortearam os primeiros conturbados anos da Revolução, contudo, ele cumprira o seu desígnio principal de liquidar o feudalismo e facilitar o florescimento do capitalismo no continente europeu. No caso de Louis Bonaparte, seu golpe teria sido uma farsa, pois ele não havia dado nenhum conteúdo novo à sociedade, mas ao contrário, ele assim procurara manter a ordem

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ Cf. *idem*, p. 48.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 24.

burguesa que poderia vir a ser novamente ameaçada pela ascensão da revolução proletária. Esta dicotomia seria bem explorada num pequeno artigo de Marx (na verdade, provavelmente escrito por Engels) intitulado “A burguesia e a contra-revolução”, de 1848, no qual, é analisada a Revolução de Março na Prússia. Neste texto, encontramos importantes elementos para a compreensão desta característica abordagem histórica. Marx compara aqui a revolução alemã de 1848 às revoluções inglesa de 1648 e francesa de 1789. Embora todas fossem classificadas de revoluções burguesas, Marx acentuaria que a revolução do século XIX pertenceria a um “tipo” bem diferente das ocorridas nos séculos XVII e XVIII. Nestas duas últimas, a burguesia teria dirigido de fato o movimento revolucionário. O proletariado, por não ser ainda uma classe desenvolvida, por não ter ainda interesses separados da burguesia, ao lutar contra o feudalismo e o absolutismo, lutava pela realização dos interesses da burguesia, “embora não da maneira burguesa”.¹⁴⁵ Assim, ambas revoluções não ficaram limitadas a seus países de origem. Teriam sido “revoluções do tipo europeu”, pois representavam o “triunfo de um novo regime social” e a “proclamação de um regime político para a nova sociedade europeia”. A revolução prussiana, ao contrário, “não foi mais do que uma apagada ressonância da revolução europeia num país atrasado”, um “anacronismo”.¹⁴⁶ A burguesia prussiana, diferentemente da burguesia francesa ou inglesa daquelas épocas, não representava, e, na verdade, não tinha condições de representar as classes oprimidas, sobretudo o proletariado, na medida em que este já constituía uma classe desenvolvida, com interesses de classe definidos. Deste modo, se a burguesia esteve ao leme da revolução não foi porque o proletariado a seguia, mas porque a empurrava para frente. Daí ela ter, no fim das contas, traído o apoio popular para se reconciliar com os “representantes coroados da velha sociedade”. Ela percebera que teria bem mais a perder do que a ganhar se o antigo aparato repressivo feudal caísse por terra, pois este era, naquele momento, a única garantia capaz de assegurar sua ordem social frente à mobilização crescente do proletariado, ainda que custasse a renúncia ao poder político. Incapaz, assim, de levar a cabo uma revolução burguesa, sob o risco de ver esta transformada numa revolução proletária, a burguesia prussiana acabou optando pela “contra-revolução”, isto é, um plágio da própria restauração, porém, desta vez, camuflada de revolução. Neste sentido, Marx diria que ela foi “vulgar por carecer de originalidade, e original em sua vulgaridade”.¹⁴⁷ Não se trata de

¹⁴⁵ Karl Marx. “La burguesía y la contrarrevolución”. *Op. cit.*, p. 54. Daí, diria Marx, todo o “terrorismo francês” não ter sido “senão um procedimento plebeu para ajustar as contas com os inimigos da burguesia”.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 55.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 56.

um simples jogo de palavras. A originalidade da contra-revolução burguesa reside em ela não ter originalidade alguma. Por meio dela, a sociedade não conquista um novo conteúdo social, mas mantém o conteúdo vigente. Para tanto, ela se vê obrigada a lançar mão de antigas formas de domínio político, baseadas não mais no ideal de consenso que sustenta a república parlamentarista, através da qual os representantes da burguesia se apresentam como legítimos representantes de todo o povo, a zelar pelos interesses gerais da Nação, e não pelos interesses particulares de sua classe, mas sim na prática da coerção violenta.

É deste modo que Marx percebe o esgotamento do caráter revolucionário da burguesia no limiar de uma nova época de libertação, não mais meramente política, mas também social. A própria limitação da emancipação na esfera política é uma das condições para que, cedo ou tarde, a emancipação política seja suprimida. A burguesia, neste sentido só poderia agir revolucionariamente quando empurrada pelo proletariado, e, portanto, sempre de maneira subordinada a seus interesses de classe. Assim, para Marx, “a atitude do partido operário revolucionário frente à democracia pequeno burguesa é a seguinte: marcha com ela na luta pela derrota daquela fração cuja derrota aspira o partido operário; marcha contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno burguesa quer consolidar sua posição em proveito próprio”.¹⁴⁸ A pequena burguesia não teria interesse na revolução social, argumenta Marx, senão até um certo limite, diante do qual, também ela voltaria as costas ao proletariado, tão logo obtivesse suas parcas reivindicações, exigindo o término da revolução e alinhando-se se necessário às mesmas classes sociais contra as quais lutara antes ao lado do proletariado. Neste sentido, diria Marx:

Nossos interesses e nossas tarefas consistem em fazer a revolução permanente até que seja eliminada a dominação de classe mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que as associações dos proletários se desenvolvam, e não apenas em um país, senão em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários destes países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam nas mãos do proletariado. Para nós não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de amenizar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Karl Marx (1951) [1850] “Mensaje del Comité Central a la Liga Comunista”. In: *Obras escogidas en dos tomos*. Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, vol. 1, p. 95.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 96.

O proletariado, deste ponto de vista, deveria evitar cair na armadilha da social-democracia, que, limitando a sua ação política às instituições democrático-republicanas, buscaria, não acabar com os dois extremos, capital e trabalho assalariado, “mas enfraquecer o seu antagonismo e transformá-lo em harmonia”. Neste sentido, os social-democratas continuariam sendo legítimos representantes da pequena burguesia conservadora, e não do proletariado revolucionário. “Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma *transformação dentro dos limites* da pequena burguesia”,¹⁵⁰ limites tais que, tão logo fossem ultrapassados pelo proletariado, o converteriam num inimigo de classe dos antigos aliados pequeno-burgueses.

Segundo esta análise de Marx, portanto, não caberia mais à burguesia estar à frente das lutas por emancipação, mas, ao contrário, tendo o proletariado moderno se desenvolvido, e, conseqüentemente, seus interesses próprios de classe, caberia a ela trilhar o caminho da contra-revolução. A burguesia continuaria sendo revolucionária apenas no sentido exposto no “Manifesto do Partido Comunista”, isto é, somente na medida em que, no bojo do desenvolvendo das forças produtivas, ela seria levada a forjar, involuntariamente, as armas que se voltariam contra ela no futuro, e também os soldados que as empunhariam. De modo geral, contudo, o papel histórico da burguesia, do ponto de vista da emancipação, seria invariavelmente conservador ou reacionário. Esta inversão no papel histórico da burguesia diante do processo revolucionário é analisada por Marx de modo exemplar nos textos em que trata dos acontecimentos na França após a Revolução de Fevereiro. A partir desta inversão, Marx procurou explicar a ocorrência do golpe de Estado de Luís Bonaparte e também dimensionar o próprio caráter, não apenas da República parlamentar burguesa, em cujo ventre o golpe foi gerado, como do próprio movimento revolucionário que dali em diante tomaria vulto. O seu sentido geral ficaria, assim, estabelecido na comparação entre a Revolução de 1848 e a Revolução de 1789, outra variante da oposição “tragédia *versus* farsa”.

Na primeira Revolução Francesa o domínio dos constitucionalistas é seguido do domínio dos girondinos e o domínio dos girondinos pelo domínio dos jacobinos. Cada um desses partidos se apóia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é

¹⁵⁰ Cf. Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 54-55.

posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado à guilhotina. *A revolução move-se assim ao longo de uma linha ascensional.*

Com a revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno burguês democrático. É traído e abandonado por esse a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apóia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apóiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atiram-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares, quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca para trás aquele que procura empurrá-lo para frente e apóia pela frente aquele que o empurra para trás. (...) *A revolução move-se, assim, em linha descendente.*¹⁵¹

A oposição entre a “linha ascendente” da Revolução de 1789 e a “linha descendente” da Revolução de 1848 é o ponto de partida de Marx para traçar o modo como a concatenação dos eventos entre 1848 e 1851 levou da instauração de uma “República social”, expressão do novo conteúdo histórico, até o golpe de Estado de Luís Bonaparte, expressão da velha forma, porém caricaturada, de uma época morta. *A história da Segunda República, neste sentido, é a história de sua dissolução*, a história de uma República democrática que deseja eliminar a democracia, que, tendo sido trazida à luz por uma revolução proletária, deseja afundar na escuridão o proletariado. Uma contra-revolução, cujo objetivo é a expansão do domínio político burguês sobre toda sociedade, que Marx considerava ser possível apenas por meio de uma República parlamentar. Esta, mais do que o simples “campo neutro no qual as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, a grande propriedade territorial e a indústria podiam viver lado a lado com igualdade de direitos”, “era a condição inevitável para seu domínio *em comum*, a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade”.¹⁵² Daí, portanto, estas frações “exercerem suas verdadeiras atividades como *partido da ordem*, ou seja, sob um rótulo *social* e não sob um rótulo *político* (...) como classe burguesa contra as outras classes e não como monarquistas contra republicanos”.¹⁵³

¹⁵¹ Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 46-47.

¹⁵² *Idem*, p. 100. (Grifo do autor).

¹⁵³ *Idem*, p. 53.

A República parlamentar permitia à burguesia exercer integralmente o seu poder de classe, e não mais o poder de apenas uma de suas partes, como havia ocorrido antes sob a Restauração (domínio dos grandes proprietários de terra) ou sob a Monarquia de Julho (domínio da aristocracia financeira e da burguesia industrial). Este domínio, no entanto, embora fosse completo, não poderia ser exercido sem riscos. O maior de todos esses riscos seria, é claro, o sufrágio universal, conquistado pela Revolução de Fevereiro; afinal, “o regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como então as grandes maiorias fora do parlamento não hão de querer decidir?”.¹⁵⁴ Este dilema para Marx estaria encerrado na própria Constituição de 1848.

A contradição de maior envergadura desta Constituição consiste no seguinte: mediante o sufrágio universal, ela outorga a posse do poder político às classes cuja escravidão social vem a eternizar: o proletariado, os camponeses e os pequenos burgueses. E à classe cujo velho poder social sanciona, à burguesia, a priva das garantias políticas desse poder. Ela encerra seu domínio político nos limites das condições democráticas que a todo momento são um fator para a vitória das classes inimigas e põe em perigo os próprios fundamentos da sociedade burguesa. Exige de uns que não avancem, passando da emancipação política à social; e de outros, que não retrocedam, passando da restauração social à política.¹⁵⁵

A grande maioria da nação, composta, sobretudo, por camponeses, já havia se pronunciado a 10 de dezembro de 1848, ao eleger Bonaparte. Ela havia elegido também os parlamentares para a Assembléia Nacional. Porém, enquanto o primeiro concentrava os votos de toda a Nação, os últimos forçosamente tinham que reparti-los. Ficou evidente, portanto, que, para os representantes da burguesia alcançarem o domínio pretendido, era necessário, em primeiro lugar, neutralizar Bonaparte por meio de uma união de forças, e em segundo lugar, diminuir, ou extinguir, a força dos demais parlamentares que não representavam seus interesses. O partido da ordem assim se empenhou no ataque violento aos parlamentares republicanos e democratas, inclusive com o apoio de Bonaparte, que, num primeiro momento, parecia um fantoche dos ministros indicados pelo partido da ordem, exigindo apenas uma remuneração à altura de seus serviços. O tiro de misericórdia veio a 30 de maio de 1850 quando o partido da ordem, então maioria, devido às prisões, cassações e deportações dos adversários, conseguiu revogar o sufrágio universal. Tratava-se, afirmaria Marx, do próprio “golpe de Estado da burguesia”. O partido da ordem, integrado por monarquistas, para garantir o domínio sobre a Assembléia Nacional, e salvar a ordem cons-

¹⁵⁴ *Idem*, p. 70.

¹⁵⁵ Karl Marx. “Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1850”. *Op. cit.*, p. 154.

titucional, foi forçado a sangrar a Assembléia Nacional e a rasgar a Constituição, ou seja, se “transformara, de corpo de representantes livremente eleitos pelo povo, em Parlamento usurpador de uma classe; que cortara, ela mesma, os músculos que ligavam a cabeça parlamentar ao corpo da nação”.¹⁵⁶ Se, ao fazer isso, ele insultava a república e manifestava toda a sua repugnância por ela, não era devido apenas “a recordações monarquistas”. Seria outra a razão.

O instinto ensina-lhes que a república, é bem verdade, torna completo seu domínio político, mas ao mesmo tempo solapa suas fundações sociais, uma vez que têm agora de se defrontar com as classes subjugadas e lutar contra elas sem qualquer mediação, sem poderem esconder-se atrás da coroa, sem poderem desviar o interesse da nação com as lutas secundárias que sustentavam entre si e contra a monarquia. Era um sentimento de fraqueza que os fazia recuar das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas, menos desenvolvidas e portanto menos perigosas, desse domínio.¹⁵⁷

Se era este o “instinto” que dominava a burguesia e seus representantes, a conclusão lógica a que chegou Marx foi de que a república parlamentar, ao permitir à burguesia exercer a “pura expressão política” de seu domínio de classe, abria caminho para que seu antagonismo com as demais classes se revelasse também de modo mais agudo, assumindo, pois, “o aspecto perigoso que converte toda luta contra o poder do Estado em uma luta contra o capital”. Deste modo, “a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government*”, pois, “a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído”.¹⁵⁸

Uma vez reiniciada a antiga disputa entre a Assembléia Nacional e Luís Bonaparte, este cada vez mais mostrou que não pretendia continuar dançando conforme a música. O crescente descompasso entre ele e o partido da ordem se tornou mais grave à medida que este se entregava agora a disputas entre suas frações, que minavam seu predomínio do parlamento. Diante do clima de instabilidade política do país e da ameaça de mais insurreições, Bonaparte enviou à Assembléia Nacional o projeto de reforma constitucional que lhe permitiria candidatar-se novamente à presidência. A 19 de julho de 1851, todavia, o projeto foi rejeitado. Embora a maioria dos parlamentares fosse a favor da reforma, eles não conseguiram constituir a maioria necessária para aprová-la. Marx percebera o sentido desta votação para a Segunda República: cada voto a favor da reforma era um voto contra a Cons-

¹⁵⁶ *Idem*, p. 117.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 53.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 70.

tituição e a favor de Bonaparte. Como a Assembléia Nacional em peso foi a favor da reforma, ela se declarava a favor de Bonaparte, porém, como a Constituição foi preservada, ela se declarava contra a Assembléia Nacional, de modo que Bonaparte, ao desferir seu golpe “agiu de acordo com o Parlamento, quando rasgou a Constituição, e de acordo com a Constituição quando dissolveu o Parlamento”.¹⁵⁹ A votação contrária à reforma foi, na verdade, a sentença de morte involuntária da República. Nos meses seguintes, Bonaparte nada mais fez do que preparar o golpe. Assim que a Assembléia Nacional retornou de seu recesso em quatro de novembro de 1851, Bonaparte enviou novo pedido, desta vez para que fosse revogada a lei de 30 de maio de 1850. O pedido foi rejeitado, mas por uma margem de apenas sete votos. Estava dado o sinal para o golpe, que finalmente ocorreu a dois de dezembro de 1851.

Em “As lutas de classe na França”, Marx havia cogitado um outro desfecho para esse conflito entre o partido da ordem e Bonaparte. Pensava ser possível que o regime republicano parlamentar ainda pudesse se manter de pé, desde que ambos continuassem a encenar “no essencial” a “velha comédia”, isto é, desde que chegassem a um compromisso, por mais artificial que fosse, para manter a ordem burguesa.¹⁶⁰ Este compromisso, no entanto, se mostrou inviável no decorrer dos acontecimentos. Por fim, a burguesia, já temerosa com a possibilidade de novas insurreições e não suportando mais aquela atmosfera de convulsões, incertezas e conspirações, não teve dúvidas em escolher “antes um fim com terror do que um terror sem fim”. E Marx, que chegara a cogitar outro desenlace, ainda que sem ilusões, pôde constatar depois que “jamais houve um acontecimento que, muito antes de ocorrer, tivesse projetado diante de si a sua sombra” como o golpe de Estado de Bonaparte. Este, com efeito, não foi um “raio em céu azul”, como republicanos e democratas perceberam com assombro, mas antes, “resultado necessário e inevitável de acontecimentos anteriores”.¹⁶¹

Ora, da mesma forma que à monarquia burguesa de Luís Felipe sucedeu uma república burguesa, à ditadura parlamentar da burguesia sucedeu a ditadura de Bonaparte. Se por um lado há ruptura, por outro, há continuidade. Desta forma, embora o golpe de

¹⁵⁹ *Idem*, p. 105.

¹⁶⁰ Dizia ele ao fim de seu texto: “A maioria do partido da ordem, pese o quanto gritem os paladinos dos princípios de suas diversas frações, se verá obrigado a prorrogar os poderes do presidente. E Bonaparte, pese todas as suas manifestações prévias, terá que se dobrar também, por sua vez, a servir, ainda que seja somente por sua penúria de dinheiro, e aceitar esta prorrogação de poderes como simples delegação das mãos da Assembléia Nacional”. Karl Marx. “Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1850”. *Op. cit.*, p. 219.

¹⁶¹ Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 116.

Estado seja o fim da Segunda República, ele também pode ser interpretado (e nisto, aliás, consiste todo o mérito da análise de Marx) como apenas um momento no curso dos eventos que se seguiram à Revolução de Fevereiro; um momento, é bem verdade, singular e repleto de significados, e, neste sentido, original, mas um momento cuja originalidade reside no fato de poder desnudar todo percurso anterior, de apontar o verdadeiro caráter da Segunda República, que é a história da contra-revolução burguesa.

Pode-se argumentar: mas o dois de dezembro de 1851 não seria em certo sentido o avesso do 30 de maio de 1850? Afinal, ele significou a restauração do sufrágio universal, enquanto o outro significou sua abolição. Não seria, portanto, um o oposto do outro? Evidentemente que não. A proclamação do sufrágio universal em fevereiro de 1848 foi uma conquista do proletariado, que, assim, quis instaurar uma “república social” na França. A restauração do sufrágio universal em dezembro de 1851 foi, sobretudo, uma dádiva para o campesinato, e não qualquer campesinato, como salientou Marx, mas do campesinato conservador, aquele que, embevecido das *idées napoléoniennes*¹⁶² da pequena propriedade, quis, a reinstalação do “império napoleônico”. Existe ainda uma outra divergência fundamental, e que diz respeito ao caráter de classe do proletariado e do camponês. O primeiro, em dizer hegeliano, constituiria uma classe “para si”. Ele não só era uma classe por estar sujeito às mesmas condições de vida ou a uma mesma cultura, não apenas porque tais condições de vida e esta cultura os tornavam distintos das outras classes, mas, sobretudo, porque tinham consciência disto, como mostraram na Revolução de Fevereiro e também nas jornadas de junho. O segundo, inversamente, constituiria apenas uma classe “em si”. Os camponeses tinham as mesmas condições de vida, mas “seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo”. “A similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política”. Neste sentido, diria Marx, eles “não podem representar-se, têm que ser representados”.¹⁶³ Esta é, portanto, a diferença fundamental entre os significados do sufrágio universal para a Revolução de Fevereiro e para o golpe de Estado de Bonaparte. O primeiro foi conquistado pelo proletariado revolucionário, o segundo, entregue ao campesinato pelo seu representante, que “tem que aparecer como o seu senhor, como autoridade sobre eles, como poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que

¹⁶² Segundo Marx, as “idéias napoleônicas” seriam as seguintes: 1) a pequena propriedade rural; 2) burocracia e uma burguesia “bem engalanada e bem alimentada”; 3) “domínio dos padres como instrumento de governo”; 4) preponderância do exército. *Idem*, 131-134.

¹⁶³ *Idem*, p. 128.

do alto lhes manda o sol ou a chuva”.¹⁶⁴ Desta perspectiva, não há contradição alguma entre o dois de dezembro de 1851 e o 30 de maio de 1850. Ambos são expressões de um mesmo processo contra-revolucionário.

Engels, logo após a restauração do sufrágio universal, com a previsão de realização de plebiscito nos dias 20 e 21 de dezembro, escreve uma nova carta a Marx expressando sua opinião a respeito:

Que resultará de toda esta porcaria? Napoleão será eleito, disto não resta dúvida. *A burguesia não tem opção*. Além do mais, quem comprovará as papeletas eleitorais. Os erros aritméticos nas contas a favor do aventureiro são extremamente sedutores e toda a baixeza das classes acomodadas francesas, sua submissão servil diante do menor êxito, sua tendência à adulação frente a qualquer poder, tem se manifestado desta vez, com maior clareza do que em qualquer outro tempo. Pois bem, de que forma governará este asno? (...) Nenhuma reforma financeira e fiscal é possível. Primeiro por falta de recursos econômicos; segundo porque uma ditadura militar só pode realizá-la com guerras externas vitoriosas; quando a guerra cobre os custos dos gastos de guerra, enquanto que em tempo de paz, além de não haver excedente nenhum, ainda tem que se gastar muito mais com o exército; terceiro porque Napoleão é estúpido demais. O que lhe resta? A guerra?¹⁶⁵

O prognóstico da necessidade de guerra levantado por Engels é interessante porque ele a associa a uma análise da conjuntura interna que impõe certos limites à forma como poderia governar Napoleão. Diferentemente de prognósticos semelhantes feitos à época, como o de Tocqueville, Engels não se refere ao passado de glórias do primeiro Napoleão; não se limita a repetir as analogias então recorrentes. Diante dele está uma formação social concreta, a França de 1851, encalacrada por dívidas e entregue a um governo cujo principal sustentáculo era o exército, que esperava receber de Napoleão a devida recompensa. Dois fatores, neste sentido, se combinavam para reforçar uma das características fundamentais do regime bonapartista: a necessidade de estabilizar as finanças e de sustentar sua base de apoio no exército levariam Napoleão a por em prática uma política externa expansionista, a fim de manter a “submissão servil” das “classes acomodadas francesas”. Marx identificaria um traço semelhante e notavelmente característico, quando notou a importância da “imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina de Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ Vladimir I. Lênin. (1960) *Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels*. Op. cit., p. 261.

teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros”. Esta característica não seria exclusiva do regime instaurado por Louis Bonaparte. De acordo com Marx, a ampliação do Poder Executivo teria se iniciado no tempo da monarquia absoluta ajudada pelo declínio do feudalismo. O grande feito de Bonaparte teria sido aprofundar este processo de maneira jamais alcançada por outro governante antes dele.

A primeira Revolução Francesa, na sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes — locais, territoriais, urbanos e provinciais — a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mais ao mesmo tempo o âmbito, os atributos, e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara esta máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de Julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesse e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse comum era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral, retirando da atividade dos próprios membros da sociedade e transformando em objeto de atividade do governo (...). Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar juntamente com as medidas repressivas os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram esta máquina ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor. (...) Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter a frente o chefe da Sociedade de dez de dezembro (...) E não obstante o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses.¹⁶⁶

Nesta passagem, Marx, além de descrever concisamente o processo de concentração e ampliação do Poder Executivo do Estado através da expansão de seus aparatos burocrático e militar onipotentes, que incluíam desde a polícia, a burocracia, a magistratura, até o clero (órgãos criados e multiplicados conforme a divisão sistemática e hierárquica do trabalho, e que, nas mãos da burguesia, ora instrumento na luta contra o Antigo Regime, há-viam se tornado uma arma contra as classes por ela oprimida), também destaca aquele que seria o elemento essencial na conceituação marxista do bonapartismo: a autonomia *relativa* do Estado frente à sociedade civil ou, para ser mais preciso, frente às classes que compõem a sociedade. O que explica a facilidade com que Napoleão III assumiu o controle sobre

¹⁶⁶ Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 125-126.

essa poderosa arquitetura burocrático-militar, segundo Marx, teria sido o fato de ele ter encontrado o terreno aplainado pelo conflito entre a classe trabalhadora e a burguesia, por um lado, e, por outro, pelo conflito no interior da própria burguesia, que se mostrara incapaz de resolver suas próprias contradições dentro do arcabouço da república parlamentar. Como diria Engels, de modo sintético, “se o proletariado ainda não estava em condições de governar a França, a burguesia já não podia continuar governando-a”.¹⁶⁷ Esta situação de equilíbrio da luta de classes é pedra fundamental da autonomia relativa do Estado no regime bonapartista. Louis Napoleão, a frente desse Estado, considera sua missão salvaguardar a ordem burguesa, porém, diria Marx, ele “gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra”.¹⁶⁸ Engels, após mais de uma década de existência do Império, apresentaria o problema desta forma:

A forma desta dominação era naturalmente o despotismo militar e o seu chefe natural Louis Napoleão, seu herdeiro legítimo se coloca tanto acima dos operários quanto dos capitalistas, impedindo o choque entre eles. Dito de outro modo, *defende a burguesia contra os ataques violentos dos operários, favorece as pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes, sempre tirando tanto de uma quanto da outra qualquer espécie de poder político*. Nenhum direito de associação, nenhum direito de reunião, nada de liberdade de imprensa. O sufrágio universal sob a pressão da burocracia, torna impossível qualquer eleição da oposição; em um regime policial jamais atingido anteriormente, inclusive na França, com tudo que possui de policial. Uma parte da burguesia, aliás, assim como dos operários está diretamente comprada, uma pelos roubos colossais do crédito, através do qual o dinheiro dos pequenos capitalistas é jogado nos bolsos dos grandes; a outra pelas grandes obras nacionais, constituindo-se num proletariado artificial e imperial submetido ao governo, que se desenvolve nas grandes cidades ao lado do proletariado real e independente. Enfim, o bonapartismo ilude a coragem nacional através de guerras aparentemente heróicas, mas que na realidade são realizadas com autorização da Europa contra o bode expiatório comum do momento – em condições tais que a vitória está de antemão assegurada. O principal resultado que um regime assim pode trazer aos operários e à burguesia, é que eles descansam da luta e que a indústria se desenvolva fortemente (se as condições forem adequadas) e, portanto, que os elementos de uma nova luta mais violenta se desenvolvam, até que estoure, e a necessidade do repouso desapareça. O acúmulo da estupidez seria esperar mais para os proletariados de um regime que existe exatamente para aprisioná-los à burguesia.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Cf. Friedrich Engels (1951) [1891]. “La guerra civil en Francia. Introducción”. In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Obras escogidas en dos tomos*. Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, p. 443.

¹⁶⁸ Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 137.

¹⁶⁹ Maximilien Rubel. (1960). *Karl Marx devant le Bonapartisme*. Paris, Mouton & Co., p. 117.

O bonapartismo é caracterizado assim como uma espécie de governo defensivo para a contenção da luta de classes, para perpetuar a ordem social burguesa seja através da repressão direta, seja através de mecanismos de corrupção tanto da burguesia quanto do operariado. Novamente o papel da burocracia é aqui sublinhado, pois ela se torna um instrumento indispensável de cooptação das classes médias e de parcelas da burguesia e da classe trabalhadora. Aparentemente, Napoleão III se coloca acima das classes, mas a sua arbitragem tem como único fim favorecer a classe socialmente dominante. A guerra, outro aspecto indissociável do bonapartismo, cumpre aqui a função adicional, embora não menos relevante, de manter acesas a glória da pátria. Esta política expansionista, contudo, foi a desgraça da Napoleão. Não tendo outro modo de manter o equilíbrio interno das lutas de classe senão através da ação militar externa, Napoleão se viu forçado a entrar em guerras cujas vitórias eram cada vez mais duvidosas. Em 1871 a França seria derrotada pela Prússia de Bismarck. Mas isto não significou de modo algum o fim do regime bonapartista, exceto, é claro, na França. De fato, o efeito imediato da derradeira derrota do Segundo Império foi a transferência do regime bonapartista para o outro lado do Reno, como sublinharia Marx em “A guerra civil na França”, conjunto de textos em que tratou dos eventos ocorridos por ocasião da Comuna de Paris e onde realizou, de modo definitivo, o balanço da ditadura de Napoleão III, renunciando, tal como Engels, o transplante deste regime burguês para a Alemanha recém unificada.

O Império, com o golpe de Estado como fé de batismo, o sufrágio universal como sanção e a espada como cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho. Dizia que salvava a classe trabalhadora destruindo o parlamentarismo, e, com ele, a descarada submissão do governo às classes proprietárias. Dizia que salvava as classes proprietárias mantendo em pé sua supremacia econômica sobre a classe trabalhadora; e, finalmente, pretendia unir todas as classes, ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível, em um momento em que a burguesia já havia perdido a faculdade de governar o país e a classe trabalhadora ainda não a havia adquirido. O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, alcançou um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio atingiram proporções gigantescas; a especulação financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas se destacava sobre a ostentação desavergonhada de um luxo suntuoso, falso e envilecido. O Poder do Estado, que aparentemente flutuava em cima da sociedade, era, na realidade, seu maior escândalo e o autêntico viveiro de todas as suas corrupções. *Sua podridão e a podridão*

*da sociedade da qual havia conseguido sair a salvo, foram desnudadas pela baioneta da Prússia, que ardia por sua vez em desejos de transferir a sede suprema deste regime de Paris para Berlim. O imperialismo é a forma mais prostituída e ao mesmo tempo a última forma daquele Poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio de se emancipar do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.*¹⁷⁰

Esta análise de Marx acentua um caráter cada vez mais geral do bonapartismo, ou do “imperialismo”, como ele prefere aqui denominá-lo, como uma forma de domínio político tipicamente burguês, mas sem burguesia. Mas quem apreenderia o caráter universal deste tipo de Estado nas formações sociais capitalistas de seu tempo seria Engels, que destacaria a tendência da burguesia a preferir não controlar diretamente o poder político do Estado para não arriscar a expor demasiadamente o seu poder social. Em outras palavras, a burguesia buscaria limitar seu poder político parlamentar a fim de fortalecer o poder executivo do Estado e assim coibir os conflitos sociais que ameaçam seu domínio, seja pela coerção direta, sobretudo em tempos de crise aguda, seja pelo efeito ideológico derivado do fato de este último se arrojar o “bem feitor de todas as classes” e legítimo representante de todo o povo e nação. Numa carta enviada a Marx em 13 de abril de 1866, Engels desabafaria, neste sentido, que, após a guinada bonapartista de Bismarck na Prússia, “depois de certa resistência o burguês alemão se conformou com isto, pois o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea”.¹⁷¹

¹⁷⁰ Karl Marx (1871). *La guerra civil en Francia*. In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Obras escogidas en dos tomos*. Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, p. 483.

¹⁷¹ Friedrich Engels *apud* Vladimir Lênin. *Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels*. *Op. cit.*, p. 258.

2.2.2 – Leon Trotsky

No dia que precedeu seu afastamento do cargo de presidente do Conselho Revolucionário Militar e sua deposição do posto de Comissário do Povo para a Guerra, Leon Trotsky foi procurado por alguns companheiros que o aconselharam, enquanto ainda estava à frente do Exército Vermelho, a prender Zinoviev, Kamanev e Stálin sob a acusação de “traidores da revolução”. Koloskov, acerca deste incidente, reproduziu numa carta o relato de um dos secretários de Stálin, então exilado, da seguinte forma:

A noite caiu e ainda não havia qualquer resposta de Trotsky. Àquela hora, o outro campo já sabia de tudo. Era uma noite de aguda ansiedade. Koba [um dos primeiros codinomes de Stálin] que havia sentado num canto para fumar seu cachimbo desapareceu subitamente. Zinoviev, histérico, enviou pessoas para procurá-lo. Mas ele não podia ser achado em lugar algum. Ao amanhecer, Trotsky disse a seus associados que não faria aquilo. Ele não poderia deixar que o Partido o acusasse do mais terrível pecado para um revolucionário — Bonapartismo. O maior dogma do Partido era que toda atividade política fora de suas fileiras era contra-revolucionária. Um apelo ao povo ou ao Exército poderia levar à criação de um novo Napoleão, e à ruína do Partido. O amante da liberdade Trotsky era também um supremo dogmatista. Ele era como um lobo que logo enfrentaria uma bala e mesmo assim cruzava a linha vermelha. Koba reapareceu na manhã seguinte tão subitamente quanto havia desaparecido.¹⁷²

Não vem ao caso averiguar se o relato condiz ou não com o que realmente aconteceu naquela noite. É provável que haja uma certa áurea mitológica em torno disso. O próprio Trotsky, em sua autobiografia, apenas menciona que seu contato com o Exército era “objeto de temor dos epígonos”, uma das razões pelas quais cedeu o cargo “sem relutar e até mesmo com certo agrado, pois via nisso um meio de tirar aos adversários a possibilidade de insinuar que eu queria utilizar o exército para alcançar os meus próprios fins. Para a sua justificação, os epígonos haviam, efetivamente, inventado pretensões fantásticas de minha parte e começavam a acreditar em si mesmos”.¹⁷³ Nenhuma palavra sobre os supostos companheiros que lhe sugeriram um golpe de estado. Talvez por escrúpulos. Mas isto não é relevante. Sabemos que o próprio Trotsky, sob ferrenho ataque do triunvirato, após a publicação de *Lições de Outubro*, em 1924, acabou pedindo exoneração do cargo, não sem antes rechaçar todas aquelas “acusações inverídicas e até mesmo monstruosas”.¹⁷⁴ Destacamos a

¹⁷² P. A. Kolosov *apud* Edward Radzinsky (1997), *Stalin*. New York, Anchor Books, p. 218.

¹⁷³ Leon Trotsky (1978). *Minha vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 429.

¹⁷⁴ Leon Trotsky *apud* E. H. Carr (1981). *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 72.

insinuação de que caía sobre Trotsky a denúncia de querer utilizar o Exército para alcançar seus próprios fins. Trotsky, naquela passagem, não faz qualquer menção a seu pretensão bonapartismo. Porém, esta foi uma calúnia freqüente à época em que era o líder da Oposição de Esquerda, ainda que não oficialmente, até porque em momento algum de suas lutas ele apelara ao Exército contra os seus adversários. Segundo seu biógrafo, Isaac Deutscher, “quando se fizeram insinuações sobre a sua ambição bonapartista, isto ocorreu apenas em conversações privadas”.¹⁷⁵ A semente desta difamação, contudo, já havia sido plantada bem antes, em princípios de 1923, quando Lênin ainda estava vivo, mas incapacitado de exercer a liderança do Partido. Nas sessões do Politburô, Stálin, já no posto de Secretário Geral do Partido, acusou Trotsky de ambicionar o poder, devido a sua recusa em aceitar o lugar de *vice-premier*. Meses depois, encerrado o XII Congresso, o primeiro realizado na ausência de Lênin, Trotsky, que fora bastante homenageado naquela ocasião, tornou-se alvo de uma latente “campanha de murmúrios” incitada pelo triunvirato, assustado com a extraordinária popularidade do comandante e fundador do Exército Vermelho.

Ora, “não havia Bonaparte, coveiro da Revolução Francesa, ascendido ao poder sob idêntica aclamação? Seria possível confiar em que o imperioso e ambicioso Trotsky não abusasse de sua popularidade? Não seria, na ausência de Lênin, preferível à eminência de Trotsky a liderança coletiva de homens menos destacados, mas que o Partido conhecia bem e nos quais confiava? Tais perguntas, feitas em cochichos preocupados, causaram preocupações em muitos delegados. Os bolcheviques se haviam se habituado a examinar o grande precedente francês e a pensar com analogias históricas. Ocasionalmente, buscavam entre seus líderes aquele caráter imprevisível, o Danton potencial ou provável Bonaparte que poderia causar uma surpresa perigosa à sua revolução. Entre todos os líderes, nenhum parecia ter tanta afinidade com Danton como Trotsky e nenhum a máscara de Bonaparte se afivelaria tão bem quanto nele, segundo lhes parecia.”¹⁷⁶

Tais analogias não teriam sido evocadas somente para minar a autoridade de Trotsky, nem mesmo se refeririam só a personagens. Elas iriam mais longe. Também seriam usadas, mais tarde, para atacar opositores do grupo de Trotsky, a Oposição de Esquerda, bem como seriam estendidas a períodos inteiros da revolução. Em 1925, Peter Zalutski, autodidata e trabalhador do Soviet de Leningrado, pronunciou pela primeira vez em público a comparação entre a fase de decadência dos jacobinos e a então situação do Partido Bolchevique, que se deixava levar pelos interesses dos ricos agricultores (*Kulaks*), em detrimento do pro-

¹⁷⁵ Isaac Deutscher (1984). *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1929)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 174.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 107.

letário industrial, ameaçando as conquistas de Outubro. Era a época em que Bukharin dizia aos camponeses: “enriquecei-vos!”, e Stálin já iniciara sua campanha pelo “socialismo em um país só”. As dissensões entre estes dois e Trotsky eram então indisfarçáveis. No XIV Congresso, Kamanev e Zinoviev, embora não se manifestando abertamente a favor deste último, apoiaram suas idéias, que pouco tempo antes haviam tolhido: a liberdade de debate no Partido, o fim da política de conciliação com o *Kulak*, uma guinada a favor do proletariado, e, finalmente, a defesa do caráter internacionalista da revolução. Naquela ocasião, Stálin conseguiu domá-los, mas logo eles passaram para o lado de Trotsky, enfraquecidos, é verdade, mas ainda confiantes de que “bastaria, diziam, que os três aparecessem juntos em público, reconciliados e unidos, para despertar o entusiasmo entre os bolcheviques e trazer o Partido de volta ao caminho certo”.¹⁷⁷ Seu otimismo, àquela altura, se não era de todo infundado, era pelo menos precipitado. Stálin já dominava a máquina partidária e eles, cada vez mais isolados e afastados de postos chave, estavam de mãos quase vazias. Tinham quase que apenas seus nomes, ligados a um passado de luta e dedicação à causa socialista, e os usaram como bandeiras para hastear suas idéias. Isto foi o bastante para reagruparem os aliados e restabelecerem, mesmo em piores condições, a antiga oposição derrotada em 1923. Mas não foi suficiente para “reformular o partido de dentro”, como haviam pretendido. Imediatamente após o primeiro embate, Zinoviev e Kamanev foram afastados do Politburô, o que os forçou a recorrer às fileiras do Partido, não obtendo com essa tática, no entanto, o sucesso pretendido. Concitaram os bolcheviques: “voltemos a Lênin!”, mas Stálin retorquia: “como, destruindo o princípio essencial do leninismo, que preza pela unidade partidária e pela proibição das facções?”. A fragorosa derrota da Oposição Unida abateu muitos de seus membros. Os mais radicais passaram a defender a idéia de que o Partido estava inteiramente engessado pelo aparato burocrático, sendo, assim, incapaz de ceder a reformas internas. Toda e qualquer luta no interior do Partido estaria, deste ponto de vista, fadada ao fracasso, sendo preciso, portanto, transformar a oposição num novo partido independente, pois o velho já mostrava sinais de avançada e irreversível degeneração. Neste contexto que seria ressuscitada a denúncia de que a revolução atravessava a sua “fase termidoriana”, que os seus líderes, tendo se transformado em burocratas a serviço da pequena burguesia e dos *Kulaks* — e mais ainda: tendo se convertido ela mesma numa nova classe social dominante — teriam traído a revolução proletária, pavimentando o caminho de retorno ao capitalismo. A República Soviética deixara de ser um Estado Operário e não mais estaria em condições

¹⁷⁷ *Idem*, p. 283-284.

de estar na vanguarda do movimento revolucionário internacional. Ao contrário, tudo indicava que o Partido exercia uma postura contra-revolucionária, de forma que não havia jeito de salvar o que ainda restava das conquistas de Outubro, e deste modo preservar a honra do movimento operário, senão rompendo com aquela grotesca e temível caricatura em que havia se transformado o velho Partido de Lênin.

Trotsky, Kamanev e Zinoviev discordavam resolutamente desta posição “ultra-esquerdista”. Sabiam que um “termidor soviético” era uma possibilidade real, mas estavam convencidos de que naquele momento ele não passava de um temor injustificado baseado numa analogia infundada que nada esclarecia sobre o curso real dos acontecimentos. Qualquer ação política fundamentada neste equívoco só levaria a Oposição, quiçá a própria revolução, à ruína. Esta, ao contrário do que afirmava a ala mais radical dos opositores, não havia perimido o seu curso e nem estava perto de ser vencida, muito menos pelos membros do próprio Partido. Fundar um novo partido não só equivaleria, na prática, ao suicídio político dos dissidentes, como, na verdade, poderia significar a morte da revolução que eles tanto desejavam reavivar. A unidade deveria ser mantida. O Partido ainda era a vanguarda da Revolução, a República Soviética ainda era um Estado Operário, a burocracia, mesmo poderosa, não constituía uma classe social dominante — não era sequer uma classe. Diante da ameaça de expulsão, a Oposição recuou. Zinoviev e Kamanev apressaram-se numa retirada e seus correligionários não viam a hora de se dissociar dos adeptos de um novo partido. Os trotskistas estavam mais dispostos a continuar na batalha e muitos deles viam com simpatia a proposta dos radicais. Trotsky, que não concordava nem um pouco com esta idéia, ainda que compreendesse as suas angústias, não tinha condições de enfrentar novamente sozinho os demais líderes do Politburô, e assim resolveu ceder algum terreno a Zinoviev e Kamanev. Juntos, propuseram trégua a Stálin e, mesmo reafirmando expressamente as suas críticas, aceitaram a imposição de seus termos: afastaram-se dos radicais e declararam seu voto a favor da unidade partidária contra as facções. Mas este equilíbrio instável de forças não demoraria a ser perturbado.

Em 1926, novos combates. E novamente as analogias com a Revolução Francesa, em particular com o Termidor, voltaram à tona, desta vez ainda mais intensamente que antes. Segundo Deutscher, “bastava a um opositor pronunciar a palavra ‘Termidor’ em uma reunião do Partido e imediatamente os espíritos se inflamavam e todos bufavam e se irri-

tavam, embora muitos tivessem apenas uma vaga idéia do que se tratava”.¹⁷⁸ Esta denúncia parecia minar a confiança de stalinistas e bucharinistas, que não pretendiam ser mero joguete das forças incontrolláveis da história. O biógrafo de Trotsky expressou bem o estado de espírito que pairava sobre o Kremlin: “o bolchevique sentia-se alienado de sua própria obra — a Revolução”.¹⁷⁹ Diante de tanta confusão no uso das analogias históricas, Trotski decidiu esclarecer sua posição, a fim de definir a estratégia e orientar as táticas que deveriam ser tomadas pela Oposição. Definiu então o “Termidor soviético” como um desvio do Partido para a direita, favorecido pela apatia, desilusão e desmobilização da classe operária. Porém, como ele ainda acreditava que o Partido estivesse equilibrado ao centro, com Stálin, e que a classe operária ainda não tivesse perdido as suas esperanças na Revolução, Trotsky achava precipitada a análise dos opositoristas mais radicais. Desta vez, todavia, reconhecia claramente os elementos de uma “situação termidoriana”, o que justificava o alarme da Oposição. Daí Trotsky apontar todas as suas armas para aquilo que ele considerava ser a direita do Partido — e esta não era Stálin, a quem via apenas como um burocrata oportunista, equilibrando-se ora na esquerda, ora na direita, a fim de preservar o poder; mas sim Bukharin, defensor dos homens da NEP e dos *Kulaks*. A palavra de ordem tática, portanto, era — “com Stálin contra Bukharin, sempre; com Bukharin contra Stálin, nunca”. Erro fatal. Destroçada a Oposição em 1927, Trotsky seria expulso do Partido e levado à reclusão forçada em Alma Ata. Neste breve período em que ele esteve na longínqua cidade cravada no coração gelado da Sibéria, Stálin facilmente afastou Bukharin de seu caminho. Como? Da única maneira possível: implementando várias medidas previstas na “Plataforma da Oposição Unida”, de 1927, como a urgente industrialização e a coletivização das terras no país, o que solapava toda a base social de sustentação política de Bukharin.¹⁸⁰ A esta “guinada a esquerda” do governo de Stálin, Trotsky atribuiu inclusive uma das causas das capitulações de tantos dos correligionários da Oposição Unida, inclusive de pessoas muito próximas a ele, como Karl Radek, principal defensores de Trotsky contra as campanhas difamatórias promovidas por Stálin-Bukharin.

Esta mudança de direção do governo fez Trotsky repensar mais uma vez sua noção de “Termidor Soviético”, que já então era forma generalizada pela qual de se concebia e se denominava o processo real ou possível de refluxo do movimento revolucionário e retorno

¹⁷⁸ Isaac Deutscher (1984). *Trotsky. O profeta desarmado*, *Op. cit.*, p. 332.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 333.

¹⁸⁰ Cf. Leon Trotsky *et alle* (1973). *Platform of the joint opposition*. London, Index Books.

ao capitalismo. Nos momentos finais de sua luta dentro do Partido, recorreu ao conceito para combater diretamente Bukharin. Mas a ameaça termidoriana da “direita”, vista agora do ponto de vista da repentina guinada à esquerda, parecia não ter mais fundamento. Havia superestimado o perigo que a fração de Bukharin representava para a Revolução, ou não soubera perceber quando ele passou para o fundo da cena. Em um significativo texto escrito em setembro de 1929, “Em defesa da União Soviética e da Oposição Unida”, Trotsky redefiniria o conceito como não mais um período de reação em geral, isto é, um período de declínio e enfraquecimento das posições revolucionárias, mas como a “primeira etapa vitoriosa da contra-revolução”. O “Termidor possui um sentido muito mais preciso. Ele sugere a transferência direta de poder das mãos de uma classe para outra, após o que a classe revolucionária não mais pode tomar o poder, senão através de uma insurreição armada. Esta última, por sua vez, exige uma nova situação revolucionária, cujo início depende de todo um complexo de causas internacionais e domésticas”.¹⁸¹ Como Stálin havia sido “forçado, concomitantemente ao esmagamento da Oposição de Esquerda, a plagiar o seu Programa em todos os campos, a fim de centrar fogo na direita, convertendo uma manobra interna do Partido numa acentuada e longa guinada à esquerda”, por mais abatido que estivesse o proletariado, este assim tinha a sua prova de que “não perdera o seu poder de pressão sobre o aparato do Estado”, que continuava a depender dele. Em suma, de acordo com esta reformulação do conceito de “Termidor”, o governo do Stálin, ao menos naquele momento, não representava qualquer perigo neste sentido. Ele cumpria, ainda que por meios distorcidos, devido a sua deformação burocrática, um papel, do ponto de vista estritamente social, claramente revolucionário. “Com base neste fato cardeal é que a Oposição Russa deve manter sua linha política, ou seja, *a política de reforma e não a política de revolução*”.

Isto não queria dizer, porém, que Trotsky deixara de pressentir qualquer perigo ao curso da Revolução sob a direção de Stálin; somente não o via mais sob o prisma da “preparação do Termidor”, quando Stálin tendia a apoiar a plataforma de Bukharin. Agora que o regime dera uma guinada à esquerda, este risco virtualmente desaparecera. De qualquer maneira, Trotsky, como assinalamos antes, jamais aceitou a noção de que o governo Stálin-Bukharin fosse termidoriano, diferentemente dos radicais da Oposição, como Radek. Aliás, a aversão de Trotsky por esta interpretação teórica tornou-se ainda maior agora, vista em retrospecto. Segundo ele, foi justamente essa visão distorcida de que a República Soviética

¹⁸¹ Leon Trotsky (1929). “The Defense of the Soviet Union and the Opposition”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1929/09/fi-b.htm>>.

atravessava já a sua fase termidoriana que levou os radicais a capitular tão vergonhosamente a Stálin, agora que este se livrara da direita e posava de protetor das antigas bandeiras de luta da Oposição. Foi como se, em um passe de mágica, aquele temível espectro termidoriano com o qual se debateram nesses últimos anos tivesse subitamente se desmanchado no ar. Neste sentido, Trotsky foi enfático: era preciso não se deixar ludibriar com a aproximação de Stálin com a esquerda, pois, “em política, o que importa não é somente *o que*, mas também *como e quem*”.

No que se refere à pergunta “o que”, sua resposta não mudaria muito até a sua morte: apesar de Stálin, a República Soviética continuava sendo um Estado Operário, opinião que manteve e defendeu contra todos os ataques, tanto da esquerda quanto da direita.¹⁸² Sua luta para proteger esta idéia no exílio o levou, num primeiro momento, a refutar até mesmo os que pretendiam defendê-lo. Foi o caso do comunista alemão Hugo Urbahns.

Urbahns (como Radek) tem convertido a analogia com o Termidor, que é muito importante no sentido de *classe*, numa analogia formal e, em parte, pessoal. Radek diz: a expulsão da Oposição do Comitê Central é equivalente à eliminação do grupo de Robespierre do governo. A guilhotina ou o exílio em Alma-Ata — isto é apenas uma questão de técnica. Urbahns diz: o esmagamento da Oposição e a deportação de Trotsky são equivalentes à morte na guilhotina do grupo de Robespierre. Uma analogia histórica mais ampla é substituída aqui por uma comparação arbitrária e barata de caráter episódico e pessoal.¹⁸³

Na base deste ataque estava precisamente a defesa da República Soviética como um Estado Operário. As analogias históricas aqui são improcedentes, em parte, pelo o que elas implicam, isto é, que o “Termidor estava consumado”, idéia que Trotsky rejeitava duramente, visto que a associava a um critério de classe (“analogia mais ampla”). Neste sentido, ele dizia: “o Termidor foi a guerra civil pela qual os *sansculottes* sofreram a derrota. Como alguém pode assumir, ou acreditar, que o poder pode passar das mãos do proletariado russo para as mãos da burguesia de maneira pacífica, tranqüila, imperceptível, de um modo burocrático? Tal concepção do Termidor nada mais é do que um *reformismo invertido*”.¹⁸⁴ O que impressiona nesta declaração é que ela contrasta radicalmente com algumas das possi-

¹⁸² No mesmo ensaio citado acima, Trotsky argumentaria contra os esquerdistas que “jogavam fora a bacia da República Soviética com a água suja do stalinismo”: “Nós lutamos contra a sina stalinista. Mas a Rússia Soviética é diferente de Stálin. Apesar da degeneração, contra a qual lutamos e continuamos a lutar resolutamente, enquanto trabalhadores conscientes estiverem armados, a Rússia Soviética se mantém para nós como um Estado Proletário, que nós defendemos incondicionalmente em nosso próprio interesse, na paz ou na guerra, apesar de Stálin e precisamente para derrotar Stálin, que é incapaz de defendê-la com sua política”.

¹⁸³ *Idem.*

¹⁸⁴ *Idem.*

bilidades traçadas por Trotsky para o futuro da União Soviética em 1937 em “A Revolução traída”. Neste, Trotsky não apenas passa a defender que esta é uma possibilidade (embora remota), como passa a definir claramente o regime de Stálin como “Terminador Soviético”. O que teria feito Trotsky mudar tanto de idéia? Passaria ele a duvidar do Estado Operário? Não, dissemos, isso ele jamais o fez. Mudou, sim, o seu critério para definição do “Terminador”, que passaria a designar agora “a vitória da burocracia sobre as massas”. Entendia ele a burocracia como uma classe? Também não. Mas reconhecia que a sua permanência poderia levá-la a se constituir numa futuramente, inclusive de forma pacífica, “burocrática”, caso encontrasse condições para isso. Seus privilégios na esfera da produção só poderiam ser realmente garantidos se fossem transformados em direito de propriedade. Em outras palavras, “não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista”.¹⁸⁵ Qual seria a solução? Uma reforma? Não. Trotsky rejeita a possibilidade de reforma no Partido. É preciso que aconteça uma nova Revolução. Mas como, se o Estado já é Operário? Trotsky não se refere a uma revolução social, pois as relações socialistas de produção já haviam sido instauradas pela Revolução de Outubro. Era preciso revolucionar as “relações de distribuição” a fim de eliminar a “casta de usurpadores” da burocracia mas não as “relações de produção”. “Após a revolução política — isto é, após a derrubada da burocracia — o proletariado teria que introduzir na economia uma série de reformas muito importantes, mas não teria de fazer uma nova revolução social”.¹⁸⁶ Assim o proletariado reencontraria o socialismo, caso contrário, a restauração capitalista seria inevitável.

Voltemos a nossa primeira questão, que ficou sem resposta. Se a pergunta “o que” em política era um ponto resolvido para Trotsky (o caráter de classe da República Soviética), o mesmo não se pode dizer em relação às outras duas perguntas, “como” e “quem”. Foram as duas principais preocupações de Trotsky nos anos subseqüentes, que, por sua vez, poderiam ser reagrupadas numa outra: qual o sentido das lutas de classe na República Soviética? Não foi uma resposta fácil de ser dada, e nem poderia. Conforme se expressou Trotsky:

As questões de sociologia seriam bem mais simples se os fenômenos sociais tivessem sempre um caráter acabado. Mas nada é tão perigoso do que eliminar, no desenvolvimento de uma precisão lógica, os elementos que contrariam os nossos esquemas e que, amanhã, os podem refutar. Em nossa análise, tentamos evitar violentar o dinamismo de uma formação

¹⁸⁵ Leon Trotsky (2005) [1937]. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, p. 227.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 226.

social que não tem precedentes, e que não conhece nada de análogo. A tarefa científica e também política não é dar uma definição acabada a um processo inacabado, mas analisar todos seus estágios, separar as tendências progressistas das reacionárias, avaliar suas relações mútuas, prever as múltiplas variantes do desenvolvimento posterior e encontrar nessa previsão um ponto de apoio para a ação.¹⁸⁷

Em 1929, Trotsky, após deixar de lado sua preocupação com o “Termidor Soviético”, passou a considerar com apreensão um outro perigo para a Revolução. Desta vez, o perigo do “Bonapartismo”. Cogitou, então, duas possíveis ocorrências, caso o proletariado não se tornasse mais ativo e a Oposição não conseguisse se livrar da mordaca que o Comitê havia lhe imposto: a primeira delas, que considerava a mais provável, seria um golpe de Estado, de tipo clássico, perpetrado por generais descontentes, como Voroshilov e Budienny, apoiados pela massa dos camponeses proprietários, que, insatisfeitos com as drásticas reformas, pressionaria o Exército a derrubar Stálin e o regime bolchevique em geral. A segunda alternativa, considerada então bem remota, quase um “elemento que contrariava seu esquema”, seria um golpe efetuado não a partir do Exército, mas de dentro do Partido, por Stálin, que, assim, passaria a exercer um governo pessoal sobre o aparato burocrático do Partido. Em uma perspectiva de longo prazo, ambos os golpes significariam uma única coisa: a restauração do capitalismo na Rússia. Porém, no curto prazo, cabia à Oposição se aliar à Stálin e afastar a ameaça de uma restauração imediata, a fim de ganhar fôlego para lutar pelo socialismo no futuro, ainda que incerto.¹⁸⁸

Em 1935, Trotsky já estava convencido de que Stálin era o “Bonaparte soviético”. No ensaio “Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, esboço dos principais argumentos de “A Revolução traída”, ele ressaltou que o domínio de Stálin em nada mais lembrava o governo dos primeiros anos de Revolução. Mas a “substituição de um regime por outro não ocorreu numa só tacada, mas através de uma série de medidas, por meio de um número de pequenas guerras civis levadas a cabo pela burocracia contra a vanguarda proletária”. É neste sentido que ele constatou uma “ditadura da burocracia e mesmo de uma ditadura pessoal de Stálin. Esta usurpação, contudo, só foi possível e só pode se manter, porque *o conteúdo social da ditadura da burocracia é determinado pelas relações produtivas que foram criadas pela revolução proletária*. Neste sentido, nós podemos falar, com completa justificação, que a ditadura do proletariado encontrou a sua expressão distorcida, mas indubitá-

¹⁸⁷ *Idem*, p. 228.

¹⁸⁸ Ver a análise com base nos arquivos pessoais de Trotsky em: Isaac Deutscher (1984). *Trotsky. O profeta desarmado*, *Op. cit.*, pp. 480-483.

vel, na ditadura da burocracia”. Novamente, a defesa intransigente do Estado Operário.¹⁸⁹ Mas de um ponto de vista bem diferente do defendido antes. Se em 1929, Trotsky negava que tivesse acontecido qualquer transferência de poder de uma classe para outra, o que, portanto, não configurava o “Termidor” (ainda era possível uma reforma), agora, em 1935, ele já admite, em evidente contraste com a sua interpretação anterior, que “o esmagamento da Oposição de Esquerda, em seu sentido mais direto e imediato, implicou a transferência de poder das mãos da vanguarda revolucionária para as mãos dos elementos mais conservadores do meio burocrático e dos extratos superiores da classe trabalhadora. O ano foi 1924 — aquele foi o começo do Termidor Soviético”.¹⁹⁰ Trotsky não só muda de opinião, como passa a concordar, em parte, com aqueles mesmos radicais da esquerda que criticara impiedosamente antes. Eles tinham razão em afirmar que o “Termidor estava consumado”. Mas Trotsky passa a aceitar esta opinião *somente* na medida em que ela não mais implica, em sua análise, que é diametralmente oposta a dos radicais, a negação do caráter proletário do Estado Soviético. Dito de outra forma, quando o Termidor deixa de significar “a transferência direta de poder das mãos de uma *classe* para outra”, para significar, agora sim, a transferência de poder de um *grupo político* para o outro. Na Revolução Francesa, ambas as transferências ocorreram ao mesmo tempo (o poder passou das mãos dos *sans culottes* para as *leisure class*). Na Revolução Russa, esta última, de caráter político, teria de fato se consumado, no que Trotsky agora concordava com o antigos radicais, mas não a primeira, o que marca sua mais profunda discordância com estes últimos.

Contra seus antigos adversários, Trotsky mantém a convicção de que a República Soviética ainda é um Estado Operário. No mais, ele evoca as mesmas analogias históricas de Urbahns e Radek, jamais como uma “comparação arbitrária e barata de caráter episódico e

¹⁸⁹ Em 1937, Trotsky desenvolveria ainda mais esta idéia a fim de diferenciar o conteúdo de duas formas de Estado que, por conta da dominação de suas camadas burocráticas, se assemelhavam: o Estado Operário da União Soviética e o Estado capitalista da Alemanha e da Itália fascistas. Apontaria ele, neste sentido, “Uma outra diferença não menos importante: a burocracia soviética expropriou politicamente o proletariado para defender, pelos seus próprios métodos, as conquistas sociais do proletariado. Mas o próprio fato de ter se apropriado do poder político em um país em que os meios de produção mais importantes pertenciam ao Estado, criou entre ela e as riquezas da nação relações inteiramente novas. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado ‘pertence’ de algum modo à burocracia. Se essas relações se tornassem a norma e fossem legalizadas, com ou sem resistência dos trabalhadores, acabariam levando à liquidação completa das conquistas sociais da revolução proletária. Mas falar sobre isso agora é ainda prematuro. O proletariado ainda não pronunciou a sua última palavra. A burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade. É obrigada a defender a propriedade de Estado, fonte do seu poder e de sua renda. Por este aspecto da sua atividade, permanece como um instrumento da ditadura do proletariado”. Leon Trotsky (2005) [1937]. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS. Op. cit.*, p. 224.

¹⁹⁰ Leon Trotsky (1935). “The Workers’ State, Thermidor and Bonapartism”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/02/ws-therm-bon.htm>>.

peçoal”, mas como uma comparação sempre “condicional”. Em “Termidor e Bonapartismo”, pequeno artigo escrito em 1931, mas bastante significativo no que diz respeito ao tipo de tratamento conceitual com que ele aborda o caso soviético, Trotsky sublinha que “o perigo nesta questão, assim como em qualquer outra questão histórica, consiste no fato de que estamos sempre inclinados a traçar analogias muito formalmente, não importando quão importante ou proveitosa ela possa ser, e que assim tendemos a reduzir o processo histórico concreto a abstrações”.¹⁹¹ Oposto a esta inclinação, ele distingue claramente entre elementos formalmente análogos e tendências históricas concretas, nas quais estes últimos podem ser combinados de modo particular. É desta maneira que ele cogita à época a possibilidade do bonapartismo “saltar” a fase termidoriana que ocorrera na França ou mesmo se misturar a esta numa “terceira forma combinada”, hipótese que deixa em aberto, visto que dependia ainda do curso efetivo dos acontecimentos, mas que, em 1935, ele confirmaria precisamente em “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”.

Neste artigo, Trotsky, ao criticar as analogias grosseiras de seus rivais, descartando o paralelo meramente formal entre o caso francês e o russo, teve como objetivo principal se afastar das posições políticas a elas associadas, ou seja, ele pretendia deixar claro que nem viraria as costas à República Soviética, como Urbahns, nem abraçaria o governo de Stálin, como Radek. Isto, porém, não o impediu de se apropriar dessas analogias, desde que devidamente condicionadas ao processo histórico concreto. Desta forma, ele prossegue a sua análise sobre o “Termidor” e o “Bonapartismo soviético”, enfatizando, sobretudo, o aspecto político suscitado pelas analogias com o caso francês. Os aspectos sócio-econômicos seriam examinados à parte, graças à especificidade do caso russo (daí mesmo a necessidade do complemento).

As velhas células bolcheviques e seus revolucionários foram esmagados e suplantados por funcionários com espinhas dobráveis. O pensamento marxista foi expelido por medo, bajulação e intriga. Do Politburô de Lênin, só Stálin permaneceu (...) Toda a teia da camada dirigente se deformou. Os Jacobinos foram repelidos pelos Termidorianos e Bonapartistas, e os Bolcheviques foram suplantados pelos Stalinistas. (...) [Para os burocratas conservadores] Stálin é o juiz e árbitro, a fonte de todas as bênçãos e o defensor contra todas as possíveis oposições. Para compensar, a burocracia de tempos em tempos presenteia Stálin com a sanção de um plebiscito nacional. O Congresso do Partido, bem como os Congressos dos Soviets, são organizados sob um único critério: *a favor* ou *contra* Stálin? Somente

¹⁹¹ Leon Trotsky (1931). “Thermidor and Bonapartism”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermidor.htm>>.

os “contra-revolucionários” podem ser *contra*, e estes logo são tratados como merecem. Tal é o atual mecanismo de governo soviético. Tal é o mecanismo *bonapartista*. Nenhuma outra definição para isso poderá ser encontrada no dicionário político.¹⁹²

Em 1933, Trotsky ainda era recalcitrante em aplicar o termo “bonapartista” a Stálin. Tratava-se de um conceito para lidar com certos regimes de crise política nos Estados capitalistas. Como simplesmente transportá-lo para um contexto tão diferente e, sob este aspecto social, tão antagônico, sem incorrer num grave erro de interpretação teórica, que certamente se converteria em ações políticas inúteis ou desastrosas? Em um artigo de outubro daquele ano, “A natureza de classe do Estado Soviético”, Trotsky, novamente se dirigindo contra a opinião de Urbahns, refutou a idéia de que o Estado Soviético seria um regime “supraclasse” ou “interclasse”; “bonapartista”, no dizer daquele. Em primeiro lugar, o bonapartismo não se ajustaria a esta definição. “Em todas as suas transmigrações históricas é preservada uma única e mesma base social: a propriedade burguesa. Nada seria mais absurdo do que chegar a conclusão, a partir do equilíbrio bonapartista entre classes ou do lugar ‘acima das classes’ da gangue bonapartista, de que o Estado bonapartista é um Estado sem classes. Monstruoso *nonsense!* O bonapartismo é apenas uma das variedades da hegemonia capitalista”. Agora, admitia Trotsky, “se Urbahns quer estender o conceito de bonapartismo para incluir também o atual regime soviético, então estaremos prontos para aceitar tão larga interpretação — mas sob uma única condição: se o conteúdo social do ‘bonapartismo’ soviético for definido com a requisitada claridade”. Para ele, parecia “absolutamente correto” que o regime da burocracia soviética havia sido construído sobre uma mudança na relação de forças entre classes e que esta mudança em favor da burocracia havia sido coroada pelo governo pessoal plebiscitário de Stálin; porém, enquanto o bonapartismo propriamente dito se desenvolve com base no regime de propriedade burguesa, o bonapartismo da burocracia soviética se desenvolve com base no regime de propriedade soviética. “Inovações terminológicas e analogias históricas”, acrescentou Trotsky, “podem servir, convenientemente, de uma ou de outra maneira para a análise, mas não podem mudar a natureza social do Estado Soviético”.¹⁹³

Em março de 1935, um mês após publicar “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, Trotsky escreve um novo artigo, “Outra vez sobre a questão do bonapartismo”, no

¹⁹² Leon Trotsky (1935). “The Workers’ State, Thermidor and Bonapartism”. *Op. cit.*

¹⁹³ Leon Trotsky (1933). “The class nature of the Soviet State”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/10/sovstate.htm>>.

qual sai em defesa de sua caracterização do regime soviético, rebatendo as críticas daqueles que o acusavam de fazer uso demasiadamente extenso do termo bonapartismo. Segundo ele, tais críticos se esqueciam também de advertir que o mesmo acontece com termos como democracia, ditadura, estado, sociedade, governo, etc. “Falamos da democracia do passado (baseada na escravidão), da democracia das corporações medievais, da democracia burguesas, da democracia proletária, referindo-nos ao Estado, assim como da democracia nos partidos, nos sindicatos, nos grêmios, etc. O marxismo não pode renunciar a estes conceitos já estabelecidos nem deixar de aplicá-los a novos fenômenos; de outro modo, a transmigração do conhecimento humano seria em geral impossível. Sob o risco de se equivoocar, o marxismo tem que definir em cada caso o conteúdo social do conceito e a tendência de sua evolução”.¹⁹⁴ Trotsky demonstra estar plenamente consciente da inovação que realiza ao aplicar o conceito de bonapartismo à República Soviética; afinal, diz ele, “não há dúvidas de que nem Marx, nem Engels, nem Lênin utilizaram o termo bonapartismo para se referir a um Estado Operário; nada há que se surpreender, já que não tiveram ocasião para fazê-lo (...). Porém, o que se pode fazer quando os velhos livros não nos dão as indicações necessárias? Trata-se de arranjá-las usando a própria cabeça”. De modo geral, Trotsky entende por bonapartismo o regime no qual a classe economicamente dominante, ainda que tenha meios de governar democraticamente, a fim de não pôr em risco seu regime de propriedade, prefere tolerar um “salvador” que se impõe pela força de um aparato militar e policial a toda a sociedade. “As coisas se complicam quando usamos o termo bonapartismo para indicar o regime de Stálin, e falamos de ‘bonapartismo soviético’”. Porém, ele se questiona, “o que significa o ‘regime pessoal’ de Stálin e qual é a sua origem? Com a ajuda dos aparatos burocrático e policial, o poder do ‘salvador’ do povo e árbitro da burocracia como *casta* dominante se elevou acima da democracia soviética reduzindo-a a uma sombra de si mesma. A função objetiva do ‘salvador é proteger as novas formas de propriedade usurpando as funções políticas da *classe* dominante. Acaso não seria esta a *precisa caracterização do regime socialista*, por sua vez, a *definição sociológica e científica do bonapartismo?*”. Trotsky perceberia inclusive certos aspectos históricos semelhantes entre Napoleão Bonaparte e Stálin: “os dois regimes vieram de grandes revoluções e as usurparam”. A diferença foi que, no primeiro caso, o Império se seguiu ao Termidor, ao passo que, no segundo, a ditadura pessoal de Stálin era inseparável da ditadura impessoal da burocracia.

¹⁹⁴ Leon Trotsky (1935). “Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo”. Disponível na internet em: <<http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V203.htm>>.

Esta interpretação condicionada do conceito de “bonapartismo” em Trotsky teria sido admitida devido ao entendimento de que a República Soviética vivia então um momento de transição, no qual a “superestrutura política desempenha um papel *decisivo*”.¹⁹⁵ Deste modo, ele passou a abstrair o aspecto econômico-social presente em todas as “transmigrações históricas” do regime bonapartista, ou seja, a manutenção do regime de propriedade burguesa, para dar ênfase ao aspecto político do conceito. Apenas assim ele pôde conceber o regime bonapartista de Stálin como uma forma de preservação, ainda que desvirtuada, da estrutura sócio-econômica implantada pela Revolução de Outubro. O bonapartismo soviético não era a vitória do capitalismo sobre os escombros da Revolução, mas sim um meio pelo qual ele poderia ser restaurado sobre o seu sucesso. Não há como se alcançar o sentido do conceito de bonapartismo soviético em Trotsky sem compreender a sua análise sobre as relações ambíguas entre o aparato burocrático que dirigia o Estado e as conquistas revolucionárias, neste incorporadas.

A burocracia soviética, ao mesmo tempo em que se apossava e esbanjava uma grande parte da produção nacional, era uma das mais interessadas no desenvolvimento econômico e cultural do país, pois deste dependiam diretamente os seus privilégios. Mas, ao contribuir para isto, ela minava as fundações de seu próprio domínio. Em primeiro lugar, tendo alcançado a sociedade um nível relativamente elevado de crescimento econômico, o desperdício burocrático se tornaria um entrave ao próprio desenvolvimento social. Em segundo lugar, tendo a massa dos trabalhadores se beneficiado do desenvolvimento material e cultural da sociedade, a burocracia não mais passaria a ser vista como um instrumento indispensável, e sim como um parasita execrável. A conservação do burocratismo levaria inevitavelmente à estagnação econômica e cultural, a uma terrível crise social e ao declínio de toda sociedade, mas apenas depois de seu sucesso em incrementar o desenvolvimento das forças produtivas e em beneficiar material e culturalmente o conjunto da sociedade. Este colapso, por sua vez, acarretaria não só o fim do domínio da burocracia, mas da própria ditadura do proletariado, que cederia lugar ao capitalismo. A fim de mudar o curso desta tendência, seria necessário extirpar o “tumor” da burocracia que, de servidora da sociedade, havia se transformado em seu senhor. Todavia, diz Trotsky, “depois das experiências dos últimos poucos anos, seria infantil supor que a burocracia stalinista possa ser removida por meio do Partido ou mesmo do Congresso Soviético. (...) Não restou qualquer caminho ‘constitucio-

¹⁹⁵ Leon Trotsky (1933). “The class nature of the Soviet State”. *Op. cit.*

nal' para remover o círculo dirigente. A burocracia só poderá ser compelida a devolver o poder para as mãos da vanguarda proletária pela *força*".¹⁹⁶

Até 1933, Trotsky ainda acreditava na possibilidade de reforma do Estado Soviético e do Partido Bolchevique, embora não depositasse tanto suas esperanças em suas fileiras, que, desde 1923, quando ocorreu o XII Congresso do Partido, eram forçadas a marchar no ritmo da “parada burocrática” em que havia se convertido os congressos subsequentes. Também tinha a exata noção de como a classe trabalhadora estava desmobilizada devido ao controle burocrático de suas organizações para se empenhar na construção de um novo partido capaz de alijar Stálin do poder. Sua defesa da reforma, em vez de revolução, foi alimentada neste período pela esperança de que, com um desenvolvimento favorável do movimento operário na Europa, o que restava da Oposição poderia regenerar o Partido Bolchevique por meios pacíficos, reformar democraticamente o Estado Soviético e pôr novamente a Internacional Comunista em trilhos marxistas. Isto explicaria porque as suas expectativas se voltaram neste período, sobretudo, para o plano internacional, especialmente para a Alemanha e em menor medida para a França, onde lhe preocupava, mais do que a escalada dos movimentos fascistas, a impotência dos partidos comunistas, liderados pelo Kremlin, para combatê-lo.

Segundo Trotsky, a condição fundamental para qualquer reforma do Estado Soviético dependia, mais do que nunca, da disseminação vitoriosa da revolução mundial. Com efeito, esta foi sua principal bandeira nos últimos anos de vida. Em seu nome ele condenou a teoria do “socialismo num país só” e a “política do *status quo*” dela decorrente, cujas sequelas, no plano da prática política, se desdobrariam para além das fronteiras soviéticas, repercutindo sensivelmente nas estratégias e táticas políticas dos partidos comunistas de todo mundo associados ao Comintern. A partir de 1928, quando ocorreu o X Plenário do Comitê Executivo da Internacional Comunista em Moscou, Trotsky passou a considerar a estratégia adotada na ocasião pelos dirigentes completamente incompatível com a situação objetiva da luta de classes de então. Ele já havia entrado em conflito com o Comintern, em 1926, por causa das táticas adotadas em relação às greves gerais na Inglaterra e, em 1927, devido à derrota da Revolução Chinesa. Em ambos os casos, a liderança da Internacional Comunista, então inteiramente subordinada ao Kremlin, teve um papel decisivo para o fra-

¹⁹⁶ *Idem.*

casso dos Partidos Comunistas nos respectivos países.¹⁹⁷ Aqui a crítica já era dirigida à burocracia stalinista, todavia, se atacava o que seriam erros táticos, imperdoáveis, mas, ainda assim, não ligados a uma linha estratégica generalizada. Em 1928, porém, a Internacional Comunista passou a coordenar as ações dos Partidos Comunistas do mundo todo a partir de preceitos que, pela primeira vez, poderiam ser claramente associados ao “stalinismo”. Conforme o estabelecido pelo X Plenário, o movimento revolucionário mundial estaria dividido da seguinte maneira: no *primeiro período* (1917-1924), ele seria caracterizado pela crise capitalista e pela eclosão de uma série de revoluções, das quais a única vitoriosa foi a russa; no *segundo período* (1925-1928), o movimento revolucionário sofreria um refluxo provocado pela estabilização do capitalismo; e por último, no *terceiro período* (a partir de 1928), retratado pela “colapso geral” do sistema capitalista, a revolução mundial engataria numa marcha ascendente até a vitória final do socialismo. De acordo com esta perspectiva, a revolução entrava na ordem do dia e todos os partidos, com exceção dos comunistas, deveriam ser tratados doravante como sendo “objetivamente fascistas”.

Como assinalaria Trotsky, em um artigo escrito em setembro de 1930, tal perspectiva “estava em contradição com o curso real da história”, e, por isto, “deu origem a tendências aventureiras, ao isolamento prolongado dos partidos, e a sua debilidade organizativa”.¹⁹⁸ Se já não bastasse o Comintern declarar *a priori* o colapso geral do capitalismo e a vitória final do socialismo, como se tais acontecimentos pudessem ocorrer independentemente do rumo das lutas políticas concretas,¹⁹⁹ ele o fazia em um momento inteiramente inadequado (como comprovavam os casos da China e da Inglaterra). Tratava-se, isto sim, de uma época de recomposição do movimento operário e de reorganização dos partidos comunistas junto às massas e de reaproximação com suas associações, sobretudo os sindicatos. Em vez disto, no entanto, os partidos comunistas se afastaram, quando não atacaram de vez, os trabalhadores filiados aos partidos e sindicatos social-democratas, vistos agora como “social-fascistas”. E igualmente absurda foi a mudança de tática em 1930, isto é, às vésperas de um período claramente revolucionário, quando a República de Weimar se mostrava combalida frente à polarização dos conflitos de classe que marcou as eleições para *Reichstag* daquele

¹⁹⁷ Cf. E. H. Carr (1981). *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. *Op. cit.*, pp. 86-89; 92-99.

¹⁹⁸ Leon Trotsky (2004) [1930]. “El giro de la Internacional Comunista y la situación en Alemania”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels, p. 40.

¹⁹⁹ Dizia Trotsky em relação a isto: “Rechaçamos a concepção apocalíptica do “terceiro período” como o último: seu número até a vitória do proletariado é um problema de correlação de forças e de mudanças de situação; tudo isto não pode ser verificado senão através da ação. Mas rechaçamos a essência mesma do esquematismo estratégico, com seus períodos numerados. Não existe nenhuma tática abstrata, preparada de antemão, seja para o ‘segundo período’, seja para o ‘terceiro período’.” *Idem*, p. 48.

ano. Nesta ocasião, os comunistas, congratulados com seu êxito eleitoral (de 3.264.800 votos em 1928, eles passaram a 4.592.100 votos), se recusaram a perceber a gravidade que representava o crescimento nazista (de apenas 810.100 votos em 1928, eles passaram a 6.409.600). Agora que o Comintern voltara a configurar aquele momento como “segundo período” e não mais “terceiro”, os comunistas se consolaram com a idéia de que aquele havia sido o começo do fim para os nazistas. Ernst Thaelmann, por exemplo, dirigente oficial do Partido Comunista Alemão, na plenária do Comitê Executivo da Internacional Comunista em abril de 1931, ou seja, mais de seis meses após as eleições para o *Reichstag*, ainda denunciava os pessimistas nos seguintes termos: “Não temos deixado que o pânico nos destrua. Temos demonstrado, serena e firmemente, que o 14 de setembro [de 1930] foi, em certo sentido, o melhor dia da vida de Hitler, e que depois não virão dias melhores, senão piores. Esta avaliação que fazemos sobre este partido está confirmada pelos acontecimentos (...) Na realidade, os fascistas não tem qualquer motivo para rir”.²⁰⁰ Tal menosprezo pelo crescimento fascista era, por sua vez, indissociavelmente acompanhado do desprezo com que tratavam os social-democratas. Stálin, neste sentido, faria a seguinte declaração: “O fascismo é a organização de combate da burguesia, que se baseia no apoio ativo da social-democracia. A social-democracia é objetivamente a ala moderada do fascismo. Não há razão para admitir que a organização de luta da burguesia possa conseguir êxitos decisivos nas lutas ou no governo do país sem o apoio ativo da social-democracia. Estas organizações não são mutuamente excludentes, ao contrário, são mutuamente complementares. Não são antípodas, mas gêmeas”.²⁰¹

A teoria do social-fascismo teve trágicos desdobramentos na tática adotada pelo Partido Comunista. Segundo a diretriz stalinista, o principal inimigo a ser abatido eram, em vez dos fascistas, os social-democratas. Acreditava-se que, com estes fora do caminho, aqueles rapidamente sairiam de cena, deixando o caminho livre para a vitória final dos comunistas. Os social-democratas, por sua vez, também equiparavam os fascistas aos comunistas. Para eles, o principal objetivo destes era, tal como daqueles, destruir as organizações operárias e as instituições democráticas às quais haviam se dedicado décadas a fio, desde a fundação do partido a que pertencera Engels. No momento em que mais precisavam se unir para debelar os fascistas, comunistas e social-democratas se tratavam como

²⁰⁰ Ernst Thaelmann *apud* Leon Trotsky (2004) [1933]. “La tragedia del proletariado alemán: los obreros alemanes se levantarán de nuevo. ¡El stalinismo jamás!”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 330.

²⁰¹ Josef Stálin *apud* Leon Trotsky (2004) [1932]. “¿Y ahora? Problemas vitales del proletariado alemán”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 133.

inimigos irreconciliáveis. O temor da revolução comunista apavorava os líderes social-democratas tanto quanto a visão de uma ditadura fascista, ao passo que os comunistas não se esqueciam da traição daqueles líderes durante a revolução alemã de 1918-1919, na qual o governo social-democrata havia sido cúmplice do assassinato dos dirigentes comunistas Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht. Com efeito, as raízes deste conflito remontavam ao debate bem mais antigo e profundo entre os adeptos de uma estratégia reformista e os adeptos de uma estratégia revolucionária, que, às vésperas da primeira deflagração mundial (quando a maioria dos deputados reformistas rendeu-se à política imperialista do *Reich* e apoiou os créditos de guerra, liquidando, pois, o internacionalismo socialista), culminou na cisão definitiva do Partido Social-Democrata, a fundação do Partido Comunista, o fim da Segunda Internacional e a criação da Terceira. Já no final da Guerra, o motivo da discórdia, antes entre duas alas, agora entre dois partidos, se estendeu para o prolongado e árduo debate entre “democracia e ditadura” (tal como diziam os social-democratas, como Kautsky e Hilferding) ou “democracia burguesa e ditadura do proletariado” (tal como preferiam os comunistas, como Lênin e Trotsky). Tal era o pano de fundo sobre o qual se desenrolava a trama que levaria ao final trágico de ambos os Partidos com a ascensão de Hitler em 30 de janeiro de 1933. E foi neste contexto que a Oposição de Esquerda, sob a liderança de Trotsky, lutou incansavelmente, até o último instante, em favor da formação de uma “Frente Única” entre os dois maiores partidos do proletariado alemão. Trava-se, em suma, de “uma questão de vida ou morte para a classe trabalhadora”.²⁰²

A proposta por uma frente única entre comunistas e social-democratas dependia antes de tudo do abandono da teoria do social-fascismo por parte daqueles. Era preciso distinguir corretamente os aliados táticos dentre os inimigos estratégicos e cessar imediatamente toda hostilidade entre os trabalhadores em prol de uma ação em comum. A idéia da frente única, na verdade, é bem simples. Cada partido deveria manter sua autonomia programática, mas, ao mesmo tempo, marchar junto para golpear o inimigo em comum. A princípio, de acordo com Trotsky, os comunistas deveriam propor uma aliança defensiva, não para salvaguardar a Constituição de Weimar, e sim as posições materiais e intelectuais que o operariado havia conquistado no interior do regime democrático. “O que está em jogo é a sorte das organizações políticas e sindicais, de sua imprensa, de seus clubes e de suas bibliotecas. O operário comunista deve dizer ao operário social-democrata: ‘A política de nossos partidos é

²⁰² Leon Trotsky (2004) [1931]. “Por un frente único obrero contra el fascismo”. *La lucha contra el fascismo*. *Op. cit.*, p. 115.

mesmo irreconciliável, mas se os fascistas vierem esta noite para destruir o local de tua organização, eu virei em tua ajuda com armas em punho. Prometes me acudir caso o mesmo perigo ameace a minha organização?’ Esta é a quintessência da política do período atual. Toda agitação deve se desenvolver neste espírito”.²⁰³ Assim, esperava Trotsky, os trabalhadores comunistas se aproximariam dos trabalhadores social-democratas no terreno defensivo para arrastá-los, em seguida, ao terreno ofensivo. O fascismo perderia sensivelmente sua capacidade de atração sobre a massa da pequena burguesia e mesmo sobre uma parcela do proletariado, caso este agisse firmemente em conjunto. Uma vez debelado o movimento fascista — e não antes — o caminho para a tomada do poder pelo proletariado organizado se tornaria, enfim, uma real possibilidade. A República de Weimar, na opinião de Trotsky, já não possuía mais uma base de sustentação; era como uma esfera equilibrada na ponta uma pirâmide, prestes a cair para a esquerda ou para a direita. A única coisa dita como certa em suas análises era que tal situação não poderia perdurar por muito tempo. Era preciso uma tomada de posição urgente e todo o esforço teórico de Trotsky foi empregado para aclarar o campo de batalha no qual seria decidido o destino da Alemanha, da Europa e do mundo.²⁰⁴

Neste sentido, Trotsky dedicou uma parte significativa de sua produção neste período à apreciação e à classificação dos regimes políticos nos quais se expressavam as correlações de forças sociais que ele considerava decisivas. Um dos pontos destacados foi a ausência de qualquer exame concreto por parte de social-democratas e comunistas quanto aos governos presidenciais da República de Weimar. Ambos os partidos operários se deixariam confundir por conceitos imprecisos, que nada contribuíam para definir o contexto efetivo das lutas de classes, o que impedia, por sua vez, uma ação política corretamente orientada. Como seria de se esperar, os social-democratas, encantados com a Constituição de Weimar que haviam ajudado ativamente a elaborar, descreviam todos os governos eleitos de “de-

²⁰³ Leon Trotsky (2004) [1930]. “El giro de la Internacional Comunista y la situación en Alemania”. *Op. Cit.*, p. 55.

²⁰⁴ “A situação da Alemanha sobressai claramente sobre o fundo político mundial que, sem embargo, está longe de ser pacífico. As contradições econômicas e políticas têm se acentuado de forma inaudita. O desenlace está próximo. É chegada a hora em que a situação pré-revolucionária deve se converter em revolucionária ou em contra-revolucionária. O rumo que tomar este desenlace da crise alemã determinará por muitos anos não somente o destino da Alemanha (o que já é muito), senão também o destino da Europa e do mundo inteiro. A construção do socialismo na República Soviética, o curso da revolução espanhola, a evolução da situação pré-revolucionária na Inglaterra, o porvir do imperialismo francês, a sorte do movimento revolucionário na China e na Índia, tudo isto nos leva claramente à pergunta: quem vencerá na Alemanha no curso dos próximos meses, o comunismo ou o fascismo?”. Leon Trotsky (2004) [1931]. “Alemania, la clave de la situación internacional”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 99.

mocráticos”, e, assim, se abstinham de criticá-los, senão pontualmente. E não poderia mesmo ser de outro jeito. Afinal, os social-democratas, o maior partido da Alemanha, quando não encabeçaram o governo (chanceleres Scheidemann, em 1919; Hermann Müller, em 1928), serviram-lhe ativa ou passivamente de suporte (chanceler Heinrich Brüning, em 1930; Hildenburg, em 1925, após eleito presidente, e, em 1932, já durante a campanha eleitoral; Franz von Papen, em junho de 1932; Kurt von Schleicher, em dezembro do mesmo ano, ambos chanceleres). Ao se limitar à consideração de que tais governos eram constitucionais e, portanto, “democráticos”, os social-democratas não perceberam o quanto a ordem constitucional e democrática estava se deteriorando a olhos vistos ou, quando muito, quando o percebiam, pensavam ser possível ainda regenerá-la por meios estritamente constitucionais. Assim, nem mesmo quando Brüning, sem maioria parlamentar, passou a governar por decretos, e também seus sucessores, e pior, nem mesmo quando Hitler foi nomeado chanceler, os social-democratas passaram à ofensiva. Ao contrário, acataram todas as restrições possíveis, inclusive a deposição “constitucional” de seu governo na Prússia e a política externa proposta por Hitler, na vã esperança de reverterem constitucionalmente a situação. Em resumo, o poderoso Partido Social-Democrata havia se transformado, conforme a expressão de Engels, num “pacífico adorador da legalidade a qualquer custo”.²⁰⁵

Os comunistas, por seu turno, submetidos aos ditames da teoria do “terceiro período”, chamavam a todos estes governos simplesmente de “fascistas”. Isto, como havíamos dito, levou-os a combater, em primeiro plano, os social-democratas, e também a não perceber as diferenças gritantes entre os governos baseados no artigo nº 48 da Constituição de Weimar, Brüning-Papen-Schleicher, e aquele que adviria em caso de vitória dos fascistas. Tamanha desorientação conduziu-os a ações desastrosas. Em julho de 1931, por exemplo, logo após os nazistas começarem sua campanha por um referendo para dissolver o *Landtag* social-democrata na Prússia, os comunistas chegaram a propor uma frente única, mas ainda assim por meio de um inaceitável e oportunista ultimato: ou aceitam nossas condições ou nos unimos aos nazistas. As condições foram rechaçadas e os comunistas marcharam junto aos nazistas a favor do que presunçosamente chamaram de “referendo vermelho”. O referendo foi derrotado, porém suas seqüelas não tardariam a aparecer. Em julho de 1932, Papen pôs o governo prussiano de forma “constitucional”, e os comunistas, desta vez solidários,

²⁰⁵ Em carta a Kautsky de primeiro de abril de 1895, Engels reclamara dos editores da *Vörfwarts*, revista ligada ao Partido Social-Democrata Alemão, por terem mutilado a sua “Introdução” a *Lutas de classe na França*, a ponto de, ao fim da leitura, ele aparecer indignamente como “um adorador da legalidade a qualquer custo”.

conclamaram uma greve geral, mas só para serem tratados com cinismo e incredulidade pelos social-democratas. Trotsky, escrevendo em agosto de 1931, atacaria duramente, não sem ironia, os líderes comunistas alemães.

Se a social-democracia é uma variedade do fascismo, como então se pode pedir oficialmente aos social-fascistas a defesa conjunta da democracia? E uma vez a caminho do referendo a burocracia do partido não impõe nenhuma condição aos nacional-socialistas. Por quê? Se os social-democratas e os nacional-socialistas são só tonalidades do fascismo, por que, então, pode se impor condições à social-democracia e não aos nacional-socialistas? Ou, quem sabe, existem entre estas duas variedades certas diferenças qualitativas muito importantes no que diz respeito a sua base social e ao método de enganar as massas? Mas, assim, não chame-mos a ambos de fascistas, pois os nomes servem em política para diferenciar, não para jogar tudo no mesmo saco.²⁰⁶

Esta ênfase de Trotsky na escolha apropriada dos nomes seria particularmente visível em sua tentativa de determinar os traços característicos dos regimes políticos nos quais as lutas de classe ganhavam forma objetiva no decurso da ascensão do movimento fascista na Alemanha. Segundo ele, os governos Brüning-Papen-Schleicher não seriam nem fascistas, como queriam os líderes do Partido Comunista Alemão, nem democráticos, como queriam os dirigentes do Partido Social Democrata. Tais governos seriam Bonapartistas. Durante o governo de Brüning, o primeiro chanceler a reivindicar o artigo nº 48 da Constituição de Weimar a fim de contornar a falta de apoio no parlamento e, assim, governar por decretos, Trotsky o qualificou como um “regime de ditadura burocrática ou mais exatamente de ditadura da burguesia realizada por meios militares e policiais”. A este regime, na qual a “a pequena burguesia fascista e as organizações proletárias se equilibram, por assim dizer, umas nas outras”, tendo em vista “o fato de que existem organizações operárias poderosas, capazes, *em certas condições*, de opor uma resposta fulminante ao fascismo, [o que] não permite a Hitler ascender ao poder e concede ao aparato burocrático uma certa ‘independência’”, enfim, a este regime Trotsky chamara de uma “caricatura do bonapartismo”. Tratava-se de uma ditadura “instável, pouco sólida e provisória”, que “não marca o começo de um novo equilíbrio social, mas que anuncia o fim próximo de um antigo equilíbrio”.²⁰⁷ Na medida em que seu governo é obrigado a tolerar a existência das organizações operárias, pois não está decidido a entregar o poder a Hitler, nem possui uma força independente o suficiente

²⁰⁶ Leon Trotsky (2004) [1931]. “¡Contra el comunismo nacional! (lecciones del ‘referéndum rojo’). *La lucha contra el fascismo*. *Op. cit.*, p. 70.

²⁰⁷ Leon Trotsky (2004) [1932]. “¿Y ahora? Problemas vitales del proletariado alemán”. *La lucha contra el fascismo*. *Op. cit.*, p. 135.

para as liquidar, e na medida em que também se vê forçado a tolerar e proteger os fascistas, pois teme um levante vitorioso dos operários, seu governo é um “regime de transição, que não pode durar muito tempo e anuncia a catástrofe”.²⁰⁸ Para Trotsky, a única explicação possível para a manutenção de tal regime seria o fato de que os dois principais campos opostos ainda não haviam medido suas forças. “Trata-se de uma ditadura da impotência burocrática, que preenche uma pausa antes do combate, antes do enfrentamento aberto dos dois campos”.²⁰⁹ Esta caracterização do governo de Brüning seria de vital importância para Trotsky. Aqueles que posavam de grandes radicais e insistiam em não ver diferença alguma entre seu regime e o que pretendia Hitler, de fato, nada faziam senão aceitar passivamente uma derrota vista como inevitável. O problema apresentado por Trotsky é bem outro: “devemos nos lançar ao combate geral antes que a ditadura burocrática de Brüning seja substituída pelo regime fascista, quer dizer, antes que sejam esmagadas as organizações operárias”.²¹⁰

O regime de Brüning é um regime preparatório. De quê? Ou bem da vitória do fascismo, ou bem da vitória do proletariado. É um regime preparatório porque os dois se preparam para o combate decisivo. Colocar um sinal de igualdade entre Brüning e Hitler é identificar a situação anterior ao combate com a situação posterior à derrota; quer dizer, considerar de antemão a derrota como inevitável, o que significa fazer um chamamento a capitular sem luta.²¹¹

Em outro ensaio, escrito em setembro de 1932, quatro meses após Hindenburg pedir a demissão de Brüning, e oito após as linhas acima serem publicadas, Trotsky alteraria, em retrospecto, a sua caracterização do governo Brüning. “Em seu tempo”, diria, “caracterizamos o governo de Brüning como bonapartismo (‘uma caricatura de bonapartismo’), isto é, como um regime de ditadura político-militar (...) Todavia, no transcurso dos acontecimentos, foi acrescentado um outro elo à corrente: o governo Papen”.²¹² A concepção de Trotsky de que já naquela época o conflito entre classes havia chegado um nível tal a ponto de criar as “condições para dominação da burocracia, da polícia e da tropa”, ou seja, as condições para o governo se tornar “independente” da sociedade, não se modifica. Porém, ele admite ter se apressado em prognosticar que Brüning permaneceria no poder “até a solução

²⁰⁸ Uma descrição, diga-se de passagem, muito próxima a de Gramsci, quando analisa o fenômeno do cesarismo. Ver. Antonio Gramsci (2002). “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política”. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3, pp. 13-109.

²⁰⁹ Leon Trotsky (2004) [1932]. “¿Y ahora? Problemas vitales del proletariado alemán”. *Op. cit.*, p. 136.

²¹⁰ *Idem*.

²¹¹ *Idem*, p. 137.

²¹² Leon Trotsky (2004) [1932]. “El unico caminio”. *La lucha contra el fascismo*. *Op. cit.*, p. 245.

final”. “Para sermos exatos”, ele se corrige, “deveríamos fazer uma retificação em nossa caracterização anterior: o governo Brüning era um governo pré-bonapartista. Brüning era apenas um precursor. Em uma forma perfeita, o bonapartismo entrou em cena com o governo Papen-Schleicher”.²¹³ A diferença, segundo ele, consistia no fato de que Brüning havia encontrado apoio numa maioria (a Frente de Ferro²¹⁴ dos social-democratas com os partidos burgueses republicanos) que lhe eximia, na prática, de contar com o *Reichtag*. “Quanto mais crescia a independência de Brüning em relação ao parlamento, mais independentes se sentiam a alta burocracia em relação aos grupos políticos que se encontravam atrás dele. Por fim, só faltava romper com os laços com o *Reichtag*. O governo Papen surgiu de uma concepção burocrática imaculada”. No governo de Brüning, “a ‘Frente de Ferro’ servia como apoio direto à ordem. A essência do golpe de Estado de Hindenburg-Papen consistiu, precisamente, em eliminar sua dependência da ‘Frente de Ferro’”.²¹⁵ Não obstante a demonstração de força do governo Papen (declaração de estado de sítio em Berlim, deposição do governo prussiano), Trotsky o considerava ainda mais débil do que o do seu antecessor. Como um governo “em forma perfeita” de Bonapartismo, ele só poderia adquirir um caráter estável e duradouro se conseguisse por um fim àquela época revolucionária. Mas isto estaria longe de seu alcance. A manutenção do regime bonapartista somente seria possível a partir do momento em que a classe revolucionária se encontra esgotada após ter colocado à prova sua força no campo de batalha. Sem isto, argumentaria Trotsky, “o regime bonapartista não está em posição de avançar”. Até lá, as classes dominantes ainda se sentiriam ameaçadas e dispostas, como um último recurso, a entregar o poder a Hitler, o que não lhes agradaria nem um pouco, apesar de saberem intimamente que esta seria uma saída incontornável e acreditassem que Hitler, ao menos no longo prazo, se tornaria um “instrumento submisso”, com todos os custos que uma guerra civil certamente acarretaria num primeiro momento. O fascismo, afirmava Trotsky, a exemplo do que ocorrera na Itália, após vencer a guerra civil, “conduz, no fim, a uma ditadura burocrática militar de tipo bonapartista”.²¹⁶

²¹³ *Idem*. Em outra ocasião, ele aludiria ao governo Brüning como “o período de incubação do bonapartismo”. Leon Trotsky (2004) [1932]. “El bonapartismo alemán”. *La lucha contra el fascismo*. *Op. cit.*, p. 294.

²¹⁴ Segundo Trotsky, “a ‘Frente de Ferro’ é essencialmente um bloco que foi constituído pelas organizações sindicais social-democratas, potente por seus efetivos, com os grupos impotentes dos ‘republicanos’ burgueses, que perderam o apoio do povo e toda a segurança. Se os cadáveres não servem nada para a luta, são bastante bons para impedir os vivos de combateres. Os chefes social-democratas utilizam seus aliados burgueses para frear as organizações operárias”. Leon Trotsky (2004) [1932]. “¿Y ahora?”. *Op. cit.*, p. 123.

²¹⁵ Leon Trotsky (2004) [1932]. “El unico camino”. *Op. cit.*, p. 245.

²¹⁶ *Idem*, p. 246.

Novamente, Trotsky retoma esta que, a seu ver, seria a diferença fundamental entre o bonapartismo e o fascismo. Entre o fascismo e as organizações operárias haveria uma oposição absolutamente irreduzível. Estes dois pólos tenderiam a se engalfinhar num conflito irreconciliável, do qual nenhuma vitória poderia ser conquistada por meios parlamentares, já que nenhum aceitaria espontaneamente a derrota, e nem poderia, pois neste caso ela quer dizer simplesmente aniquilação. Assim, afirmaria Trotsky, “Semelhante cisão da sociedade prefigura uma guerra civil. A ameaça de guerra civil cria na classe dominante a necessidade de um árbitro e caudilho, de um César. Esta é precisamente a função do bonapartismo”.²¹⁷ Deste ponto de vista, o fascismo se distinguiria claramente do bonapartismo. “A essência e o papel do fascismo consiste em liquidar completamente todas as organizações operárias e impedir todo renascimento das mesmas. Na sociedade capitalista desenvolvida, tal objetivo não pode ser alcançado por simples medidas policiais. A única via para consegui-lo consiste em opor à pressão do proletariado — quando esta se relaxa — a pressão das massas pequeno-burguesas levadas ao desespero. É precisamente este sistema particular de reação capitalista que entrou para a história com o nome de fascismo”.²¹⁸ Assim, o fascismo se caracteriza por ser um “regime de guerra civil aberta contra o proletariado”, ao passo que o bonapartismo seria um “regime de ‘paz civil’ baseado numa ditadura policial-militar”.²¹⁹ “Se temos exigido insistentemente”—conclui Trotsky—“que se distinga entre o fascismo e o bonapartismo não é por pedantismo teórico. Os nomes se empregam para diferenciar conceitos, e os conceitos, em política, servem, por sua vez, para distinguir entre forças reais. O esmagamento do fascismo não deixaria lugar para o bonapartismo e, assim esperamos, significaria a entrada direta da revolução social”.²²⁰

A insistência de Trotsky em usar uma terminologia adequada para o entendimento dos regimes em questão não o poupou de críticas que percebiam nisto uma tentativa de apontar nomes familiares para fenômenos não-familiares. Atento a estas críticas, ele escreveria, em outubro de 1932, o artigo “O Bonapartismo alemão”, a fim de refutar as acusações de seus adversários, esclarecer alguns detalhes de sua análise e expor mais detidamente seu método. Num artigo publicado em *Die Stuttgart Arbeitertribüne*, acusavam-no de aplicar inadequadamente o conceito de “bonapartismo” ao governo Papen. O bonapartismo, dizia o artigo, ergue-se de um aparato militar-policial com o propósito de defender a

²¹⁷ Leon Trotsky (2004) [1932]. “El rompecabezas alemán”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 238.

²¹⁸ Leon Trotsky (2004) [1932]. “¿Y ahora? Problemas vitales del proletariado alemán”. *Op. cit.*, p. 132.

²¹⁹ Leon Trotsky (2004) [1932]. “El unico caminio”. *Op. cit.*, p. 259.

²²⁰ *Idem*, p. 277.

classe dominante de seus próprios partidos políticos e apóia-se necessariamente na classe camponesa com o uso de métodos e *slogans* da social-democracia. Como Papen não recebia o apoio do camponês e não lançava mão de um programa político pseudo-radical, logo o conceito “bonapartismo” “não se encaixava” ao seu governo. Ora, a tirar por estes critérios, diria Trotsky, também Marx e Engels erraram quando associaram o governo de Bismarck a uma forma de Bonapartismo; afinal, o chanceler alemão não foi eleito por um plebiscito, mas sim indicado por um rei; e não se apoiou nos camponeses, mas sim na aristocracia latifundiária e na grande burguesia. Assim, a réplica de Trotsky seria dirigida contra o historicismo latente nesta interpretação. Todo termo político, diria ele, tem como característica própria certo grau de generalização, sem o qual ele seria inútil.

Os fenômenos políticos jamais se repetem completamente. Não seria difícil provar que mesmo o governo de Napoleão III, comparado ao regime de Napoleão I, não era ‘bonapartista’. (...) Se nós tentássemos procurar pela repetição de todos os traços do bonapartismo, chegaríamos à conclusão de que ele foi único em sua ocorrência, isto é, que o bonapartismo ‘em geral’ não existe, mas que uma vez existiu um certo general chamado Bonaparte nascido em Córsega. O caso não é diferente com o liberalismo e todos os outros termos generalizados da história. Quando alguém fala por analogia do bonapartismo, é necessário estabelecer precisamente quais dentre seus aspectos encontram uma expressão mais acabada sob as atuais condições históricas.²²¹

Partindo desta abordagem, Trotsky argumentaria que o bonapartismo alemão daquela época apresentava um caráter complexo e uma combinação específica de elementos novos e repetidos. O governo Papen teria sido impossível sem a existência do fascismo, claramente um fenômeno novo. Contudo, ele tampouco teria sido viável sem a presença do presidente Hindenburg, velho general cujas vitórias passadas (a despeito da derrota alemã na Primeira Guerra) simbolizavam a glória do Exército na memória popular. Além disto, a sua segunda eleição tivera fortes traços plebiscitários. Milhões de alemães, de todas as classes, votaram nele. “Eles não viram nele um programa político. Eles queriam, antes de tudo, evitar uma guerra civil, e levantaram Hindenburg sobre seus ombros como um super-árbitro, como um juiz sobre toda nação. Mas é precisamente esta a mais importante função do bonapartismo: erguer-se sobre os dois campos em conflito a fim de preservar a propriedade e a ordem. Ele suprime a guerra civil, ou a precede, ou tenta evitar que ela recomece”.²²²

²²¹ Leon Trotsky (2004) [1932]. “El bonapartismo alemán”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 294.

²²² *Idem*, p. 295.

Trotsky também ironiza social-democratas como Hilferding e Otto Bauer, que diziam ser o fascismo resultado do comunismo. “Sim, o fascismo é a reação da sociedade burguesa à ameaça de uma revolução proletária. Mas justamente porque esta ameaça não é iminente hoje, a classe dominante se esforça para se livrar de uma guerra civil por meio de uma ditadura bonapartista”.²²³ Ele também critica August Thalheimer, líder do Partido Operário Socialista, dissidência do Partido Comunista Alemão, que, curiosamente, num documento escrito em 1928 para o Comintern, quando ele ainda era membro, sustentava que “o melhor ponto de partida para se investigar o fascismo é, em minha opinião, a análise sobre o bonapartismo feita por Marx e Engels” e que, a par de algumas divergências, considerava aquele como um “equivalente moderno do bonapartismo”, por duas razões, basicamente: porque “a forma do estado fascista predomina precisamente nos países que certamente não estão no topo do desenvolvimento capitalista”, e porque “esta forma de poder de estado, com a qual a sociedade burguesa chega ao seu fim, é seu último refúgio *antes* da revolução proletária, e, ao mesmo tempo, sua ruína, por causa de sua extrema corrupção”.²²⁴ Contra tais falácias, Trotsky usaria um argumento semelhante ao de Clara Zetkin, fundadora do Partido Comunista Alemão, juntamente com Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, que, em junho de 1923, já tinha claro para si que o fascismo não era nem um fenômeno de países agrários ou pouco desenvolvidos (mas fruto do acirramento da contradição de classes entre o proletariado e a burguesia) e, talvez o mais importante, nem a sua existência podia ser vista como um castigo aplicado ao proletariado porque se insurgiu contra a ordem burguesa, mas antes como uma “punição porque ele não conseguiu fazer a revolução”.²²⁵

Finalmente, Trotsky traça uma nítida distinção entre o bonapartismo do século XIX, analisado por Marx e Engels, e aquele do século XX, que ele tentava analisar. Assim, “*o bonapartismo da era do declínio do capitalismo difere completamente do bonapartismo da era da ascensão da sociedade burguesa*. O bonapartismo alemão não é apoiado *diretamente* pela pequena burguesia do campo e dos vilarejos, e isto não é acidental. Precisamente por isto que nós escrevemos em outro lugar acerca da *debilidade* do governo Papen, que se mantém unicamente pela neutralização de dois campos: o proletariado e os fascistas”.²²⁶ É certo que em sua base apoio encontravam-se generais, latifundiários e a grande burguesia

²²³ *Idem.*

²²⁴ August Thalheimer (1928). “Über den Faschismus”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/deutsch/archiv/thalheimer/1928/xx/fasch.htm>>.

²²⁵ Clara Zetkin (1923). “Der Kampf gegen den Faschismus”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/deutsch/archiv/zetkin/1923/06/faschism.htm>>

²²⁶ Leon Trotsky (2004) [1932]. “El bonapartismo alemán”. *Op. cit.*, p. 296-297.

industrial e financeira, o que seria, naquelas circunstâncias, uma condição indispensável a qualquer governo num Estado capitalista; “porém, de todos os agentes possíveis, o governo de Papen é o menos estável”. Por expor demais o domínio das classes proprietárias, estas, cada vez mais, estariam se afastando dele para procurar apoio nas massas fascistas, urdindo nos bastidores, “na linguagem dos ultimatos”, a capitulação de Hindenburg a Hitler. Na era do “declínio do capitalismo” o bonapartismo não se manteria; seria sempre instável, fraco e provisório, uma tentativa inútil de evitar um estado de guerra civil latente, prestes a eclodir. Suas palavras finais seriam, neste sentido, como os fatos provariam depois, proféticas:

Ao avaliar a ‘força’ do governo presidencial não devemos esquecer do fato de que, se o capital financeiro apóia Papen, isto não quer dizer, de modo algum, que este cairá junto com aquele. O capital financeiro tem inúmeras outras possibilidades além de Hindenburg-Papen-Schleicher. No caso de um acirramento das contradições, resta em reserva o fascismo puro. No caso de atenuação das contradições, eles irão manobrar até que o proletariado ponha os joelhos sobre o peito. Quanto tempo Papen seguirá sua manobra, o futuro próximo nos dirá.²²⁷

Em novembro de 1932, Hindenburg desfaz o governo Papen. A alta burguesia alemã, enfim, chega à conclusão de que é preciso um governo forte de combate aberto ao operariado. Em dezembro, Schleicher é nomeado chanceler. Enquanto isso, Hindenburg consulta Hitler e Papen para a criação de um governo de coalizão. Em janeiro, várias manifestações contrárias ao governo Schleicher são orquestradas pelo Partido Comunista. Mas ele já não ficaria por muito tempo no poder. Como Trotsky escreveu, no início de fevereiro de 1933, “o bonapartismo adquiriu sua forma mais pura na figura do general Schleicher, mas apenas para se desvelar em sua insolvência”.²²⁸ No dia 28 ele entrega seu posto, e no dia 30 este é entregue a Hitler. “Sua investidura de poder”, nas palavras de Trotsky, “servia a um duplo objetivo: primeiro, adornar a camarilha de proprietários com os dirigentes de um ‘movimento nacional’; segundo, por as forças de combate fascistas à disposição direta dos proprietários”.²²⁹

Em tais circunstâncias, Trotsky dizia ser ainda impossível excluir por completo as chances de uma ruptura com os fascistas e uma volta ao bonapartismo presidencial, mas admitia que semelhante variação, além de indicar apenas mais um regime episódico, seria extremamente improvável. O mais certo seria que a crise continuasse a se desenvolver ru-

²²⁷ *Idem*, p. 297.

²²⁸ Leon Trotsky (2004) [1933]. “Ante la decisión”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 299.

²²⁹ *Idem*, p. 301.

mo ao fascismo, que as contradições tomassem um vulto cada vez maior e que, finalmente, uma guerra civil desabasse sobre a Alemanha. Considerou, evidentemente, a tomada de poder por Hitler um golpe terrível para a classe trabalhadora, porém estava convicto de que isto não significava uma derrota decisiva ou irremediável. Ainda clamou por uma frente única defensiva. Ainda tinha esperanças na revolução. Mas que os eventos ulteriores logo lhe arrancariam.

Com o fechamento definitivo do regime após o incêndio do *Reichtag* e a subsequente supressão dos direitos fundamentais, que acarretou a tão temida aniquilação dos principais órgãos de defesa e de organização da classe trabalhadora (não somente os partidos, mas até mesmo os clubes de xadrez foram destroçados), Trotsky começou a redigir uma curta série de artigos que culminaria com a proclamação da necessidade de se construir novos partidos comunistas e uma nova internacional.²³⁰ Isto representou a sua ruptura definitiva com as ilusões de reforma política no interior do regime soviético. É certo que os stalinistas mudaram significativamente suas táticas após a estrepitosa derrota do proletariado alemão. Em 1934, a teoria do “social-fascismo” já não seria mais empregada oficialmente; a frente única seria proposta na França como a principal tática de combate ao fascismo; contudo, diria Trotsky, “eles chegaram a estas distinções como empiricistas e não como marxistas”. Daí eles se negaram a caracterizar conceitualmente o regime de Doumergue, que emergira após a ofensiva fascista em seis de fevereiro e a greve geral dada em resposta pelos operários menos de uma semana depois. Foi justamente na França onde a passagem do parlamentarismo para o bonapartismo se dera, na opinião de Trotsky, em sua forma mais arrebatadora e demonstrativa. “Tão logo os campos irreconciliáveis tomaram as suas posições de enfrentamento nos pólos da sociedade capitalista, tornou-se evidente que o parlamentarismo perdeu toda a sua importância (...) Graças ao relativo equilíbrio de forças entre o campo da contra-revolução que ataca e o campo da revolução que se defende, graças a sua mútua neutralização, o eixo do poder se ergueu acima da representação parlamentar (...) O governo aparece não como o órgão executivo da maioria parlamentar, mas como o juiz de arbitragem entre dois campos em luta”.²³¹

²³⁰ Tais artigos seriam: “A tragédia do proletariado alemão: os operários se levantarão novamente. Stalinismo jamais!”; “A Alemanha e a República Soviética”; “Hitler e o Exército Vermelho”; “A catástrofe alemã: a responsabilidade da direção”; “O que é nacional-socialismo”; “Quanto tempo Hitler pode durar no poder?”, e “É necessário construir novos partidos comunistas e uma nova internacional”.

²³¹ Leon Trotsky (2004) [1934]. “Bonapartismo y fascismo”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 389.

Acrescenta-se ainda a esta análise de Trotsky a sua advertência de que, muito embora fascismo e bonapartismo sejam coisas bem diferentes, ambos os regimes não poderiam ser considerados como “duas categorias logicamente antagônicas”. Não apenas o bonapartismo teria preparado o terreno para o fascismo (ainda que inicialmente como um expediente para se evitá-lo), mas também o fascismo (uma vez estabelecido no poder) se regeneraria numa forma de bonapartismo. “Diferentemente do bonapartismo preventivo (Giolitti, Brüning-Schleicher, Doumergue, etc.) que reflete um equilíbrio extremamente instável e provisório entre dois campos beligerantes, o bonapartismo de origem fascista (Mussolini, Hitler, etc.), que cresce da destruição, da desilusão e da desmoralização dos dois campos de massas, este se distingue por sua bem maior estabilidade”. Trata-se de lidar não com “categorias lógicas inflexíveis”, mas com “formações sociais vivas”, afirmaria Trotsky. Qualquer análise acerca do fascismo não depende, de forma alguma, de sua definição “como tal”; ela deve procurar se informar das correlações de forças presentes na dinâmica política e social que se processa nas massas.²³²

A outra forma de bonapartismo que ele identifica no período posterior à ascensão de Hitler e da expansão do fascismo na Europa seria o bonapartismo de origem soviética, ou, em suma o bonapartismo soviético, como havíamos aludido antes. Agora, porém, Trotsky passa a identificar neste último várias características tomadas diretamente do fascismo. De acordo com ele, haveria uma similaridade muito grande o fascismo e o stalinismo, a única diferença estaria em que a burocracia fascista e a burocracia stalinista dirigiam Estados de origem social completamente diferente. Os Estados fascistas eram o resultado da vitória da contra-revolução burguesa, enquanto que o Estado Operário parasitado pela camarilha stalinista era o produto da revolução socialista. Os traços comuns, porém, se multiplicavam— a frente de ambos estava a burocracia com poderes ditatoriais frente ao conjunto das instituições. Ao analisar a degeneração do Partido Bolchevique em “A revolução traída”, Trotsky lamentaria que “da democracia do partido nada mais resta do que recordações da velha geração. Com ela a democracia dos soviets, dos sindicatos, das cooperativas, das organizações desportivas e culturais volatizou-se. A hierarquia dos secretários domina a tudo e todos. O regime adquirira um caráter ‘totalitário’ alguns anos antes que o termo nos viesse da Alemanha”.²³³

²³² *Idem.*

²³³ Leon Trotsky (2005) [1937]. *A revolução traída. Op. cit.*, p. 115.

3 – TOTALITARISMO

3.1 – Das origens da palavra à invenção do conceito

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os principais Estados europeus eram governados por regimes liberais ou pareciam estar a caminho deles. Durante a conflagração, no entanto, houve a necessidade de forte intervenção do Estado para a condução do esforço de guerra, com o aumento significativo do poder executivo frente ao legislativo, o que perdurou mesmo após o encerramento do conflito. O Estado liberal como conhecido até então, isto é, nos moldes do século XIX, enfrentou uma crise sem precedentes que se arrastou por mais de duas décadas, pondo em xeque os pilares da crença liberal (racionalista, utilitária e individualista) que depositava a “felicidade do maior número”, nas palavras de Bentham, na supostamente infalível e insubstituível “opinião pública”.²³⁴ Tal circunstância favoreceu enormemente o aparecimento dos regimes fascistas, com as diferenças que adiante serão apontadas, numa Itália e numa Alemanha devastadas pela guerra, e cuja elite política ainda não havia aprendido a lidar, sobretudo na Itália, com um eleitorado de massa.²³⁵ O despreparo dessas elites, acoimadas pela ameaça, por vezes bem real, de ascensão de movimentos de esquerda,²³⁶ é um dos fatos que explica a emergência de um novo tipo de regime político que oferecia “uma nova receita de governo, contando com o apoio popular [que progressivamente abandonou os partidos de esquerda, seja pela coerção, seja pela cooptação], sem implicar numa divisão do poder com a esquerda [permitido no regime parlamentar], e sem representar qualquer ameaça aos privilégios sociais e econômicos e ao domínio político dos conservadores”.²³⁷

Na Itália, os fascistas formaram com a centro-esquerda italiana, nas eleições de 1921, uma coalizão que, ao contrário do que se podia esperar, culminou na nomeação de Mussolini para primeiro-ministro pelo próprio Rei Vittorio Emanuel III.²³⁸ Já em 1923, Mussolini

²³⁴ Cf. Edward H. Carr (2001). *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília, Ed. UnB.

²³⁵ Cf. Robert O. Paxton (2007). *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo, Paz e Terra, p. 139.

²³⁶ Segundo Robert O. Paxton, a possibilidade de uma revolução comunista parecia muito real na Itália de 1921 e na Alemanha de 1932. Isso de certa forma explica porque os conservadores preferiram permitir que o fascismo e o nazismo se instalassem no poder a correr o risco de uma verdadeira revolução comunista.

²³⁷ *Idem*, p. 176.

²³⁸ As circunstâncias que favoreceram a ascensão de Mussolini ao cargo de primeiro-ministro são detalhadamente descritas por Robert Paxton, no livro citado à n1. Ele narra como o blefe de Mussolini, conhecido como a “Marcha sobre Roma”, forçou o governo do Rei Vittorio Emanuel III a decidir entre ter “que usar a força para dispersar milhares de Camisas Negras que convergiam para Roma, correndo um risco considerável de derramamento de sangue e de amargas dissensões internas” ou ter que aceitar Mussolini como chefe de governo.

propõe uma mudança nas leis eleitorais italianas pela qual o partido que obtivesse 25% do total de votos receberia 2/3 de todos os assentos na Câmara dos Deputados. O efeito obtido com essa medida foi, na prática, a eliminação de uma verdadeira oposição no parlamento. O jornalista liberal Giovanni Amendola, por ocasião deste “golpe branco” de Mussolini, o acusou no jornal italiano *Il Mondo* de tentar instaurar “sistema totalitário”, em oposição ao “sistema majoritário ou minoritário” vigente anteriormente. Esta foi a primeira menção que se tem notícia do termo “totalitário”, posteriormente expandido, pelo próprio Amendola, para o termo “totalitarismo”, já definido, de forma bem mais abrangente, como uma verdadeira religião que invocava o monopólio do poder, em franca oposição à orientação pluralista do liberalismo.²³⁹

Ao longo de 1924, o termo “totalitarismo” tornou-se proeminente em debates sobre a natureza do fascismo e seu futuro desenvolvimento. A noção de invasão da vida privada pela esfera pública tornou-se cada vez mais ligada à ditadura do partido único e o termo adquiriu um sentido de “espírito feroz” comprometido com a total transformação da sociedade, em parte através de uma espécie de monismo religioso que propugnava, e em parte por causa de sua violência considerada “saudável” pelos fascistas. Entretanto, após 1925, o termo passou a ser empregado menos no sentido de ferocidade e voluntarismo e mais na intenção de designar um Estado absorvedor de todas as dimensões da vida humana individual. Este novo sentido deve-se à forte influência intelectual de Giovanni Gentile, educado na tradição hegeliana, e autodenominado liberal, opositor do socialismo e do clericanismo, e admirador dos militares. Ele criticava qualquer esforço em considerar o indivíduo sem referência a uma realidade maior, sendo absolutamente contrário à oposição da satisfação individual aos reclamos do Estado. Segundo ele, a consciência moral individual deveria ser identificada em toda sua concretude com o Estado, entendido assim como a vontade livre e independente da comunidade nacional.²⁴⁰ A educação, neste sentido, seria necessária para assegurar que a consciência de cada cidadão se tornasse idêntica à vontade soberana do Estado. O objetivo prático da educação seria constituir o “bom cidadão”, que ouve a voz do Estado em seu interior. Os cidadãos que falhassem na luta em favor dos fins definidos pelo Estado estariam fora das fronteiras da vida moral e deveriam sofrer as conseqüências disso. Nada deveria existir fora do Estado. Tamanha deveria ser a identificação, na opinião de

²³⁹ Cf. Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. The Inner History of the Cold War*. New York, Oxford University Press, p. 14.

²⁴⁰ Cf. *Idem*, p. 17.

Gentile, entre indivíduo e Estado que ele concebia o inimigo do Estado como um criminoso não somente porque infringia suas leis, mas porque, fazendo isso, ele traía seu próprio *status* de “ser livre e moral”. Embora não se manifestasse abertamente em favor do *squadrismo*, Gentile não escondia a sua admiração por aqueles que se sacrificavam à morte em nome da pátria, e entendia que a coerção moral e física fazia parte do poder que o Estado dispunha de forçar os indivíduos a cumprir seus propósitos, sendo, portanto, merecidamente chamado de o primeiro filósofo do totalitarismo. Sua influência sobre os debates acerca do fascismo foi de tal magnitude a partir de 1925 que ao próprio Mussolini agradou a idéia de identificar seu governo fascista com o significado atribuído ao termo nesta época.

Para a oposição, contudo, liberais e socialistas igualmente, o mesmo termo adquiriu rapidamente um senso de arremetimento historicamente sem precedentes da população e de acentuada perda de liberdade. O totalitarismo seria um movimento que pulverizava toda oposição ao mesmo tempo em que mobilizava autoritariamente largos contingentes de pessoas. Conforme o regime se estabelecia, porém, esta dimensão dinâmica do conceito cedeu lugar a uma acepção mais estática que coincidiu, após 1925, com a substituição em importância do Partido fascista pelo Estado autoritário na Itália. Mudança semelhante ocorrera na Alemanha nazista, na qual, em um primeiro momento, o totalitarismo significou um movimento partidário violento de contínuo apoio das massas, mas que, após a consolidação do novo regime e a repressão desencadeada contra as alas “radicais” mais ligadas aos anseios populares, passou a se referir a um governo autoritário que ganhava uma vida própria, além das simples preocupações partidárias anteriores.

Pouco antes da ascensão de Hitler ao governo, entre 1929 e 1933, havia uma grande discussão na direita alemã sobre a possibilidade de uma “revolução nacional” para substituir a República de Weimar por um Estado forte que pudesse representar mais vigorosamente a Alemanha em âmbito internacional. O nazismo pretendia colocar a Alemanha novamente em um lugar de destaque na geopolítica mundial, ainda que isso implicasse maior controle sobre a vida dos indivíduos. De fato, não houve oposição da direita alemã à ascensão do nazismo, especialmente porque ela acreditava inicialmente que podia controlar seu líder, e com isso eliminar as chances de uma oposição comunista chegar ao poder. Neste período, o filósofo alemão que mais contribuiu para a difusão positiva do conceito de “totalitarismo” no país foi Carl Schmitt, oponente vigoroso do liberalismo e do socialismo que apresentava como solução aos dois um Estado fortemente centralizado e autoritário. Schmitt acreditava

que as funções primordiais do Estado era se opor aos inimigos da comunidade nacional e garantir a ordem interna, o que só podia ser alcançado efetivamente se os indivíduos abdicassem de sua vida privada em prol da manutenção da ordem política. Assim, ele combateu incisivamente a República de Weimar, alegando que sua constituição liberal enfraquecia o Estado alemão na arena internacional e que seu parlamentarismo satisfazia a representação política apenas formalmente. Em sua opinião, o parlamento podia ser legal, mas não legítimo. O Estado liberal, típico produto do século XIX, ao contrário do Estado absolutista do Antigo Regime, caracterizado pela forte centralização do poder executivo que possibilitava a eficácia das normas de organização política da sociedade, terminara, em sua opinião, por se fundir com esta, perdendo suas linhas de distinção e, portanto, toda sua potência criadora. O Estado liberal, deste modo, caracterizava um “Estado quantitativamente totalitário”, mas não um “Estado qualitativamente totalitário”. Naquele, a sociedade triunfava sobre o Estado, com a perda de seu dinamismo e autoridade. A busca pelo bem-estar social absorvia as suas energias, enfraquecendo-o diante da vontade das massas. A República de Weimar seria um caso exemplar deste tipo de “Estado fraco” regido pelos ditames de uma democracia de massas em que a autoridade teria desvanecido para dar lugar aos desejos confusos do povo. No “Estado qualitativamente totalitário”, a exemplo do fascismo italiano, o Estado triunfaria sobre a sociedade, impondo sua autoridade sobre o estéril pluralismo liberal que havia sido subjugado pelas massas. Para Schmitt, no entanto, nada haveria de antidemocrático em um Estado forte, já que a democracia “consistia na simples identidade entre o governante e o governado.” Segundo George Schwab, para Schmitt, os cidadãos “concordariam até mesmo com aquelas leis que fossem promulgadas contra suas vontades individuais, porque a lei é a *volonté generale* (...) e a vontade geral está em acordo com a verdadeira liberdade (...) não há nada incompatível entre a democracia e a ditadura, porque a essência da democracia é a identidade, e não necessariamente a liberdade. Na construção de Schmitt, a antítese da ditadura é o debate e não a democracia”.²⁴¹ Com base nisto é que ele condenava o liberalismo expresso na República social-democrata de Weimar e clamava por uma forma de ditadura Cesarista que expressasse o desejo de um povo homogêneo e que promovesse a eliminação ou erradicação da heterogeneidade.²⁴²

²⁴¹ George Schwab (1989). *Challenge of the Exception: An Introduction to the Political Ideas of Carl Schmitt between 1921 and 1936*. Westport, Greenwood Press, p. 62.

²⁴² Jeffrey C. Isaac (2003). “Critics of Totalitarianism”. In: Terence Ball; Richard Bellamy (org). *The Cambridge History of Twentieth Century Political Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 184.

Ainda neste período, 1933, Hitler utilizou algumas vezes o termo “totalitarismo” no mesmo sentido empregado pelos fascistas italianos, especialmente porque buscava aproximar seu regime ao de Mussolini. Entretanto, após a sua ascensão, os líderes nazistas cada vez menos utilizaram o termo, hostilidade que cresceu à medida que ficava se evidenciava sua pretensão de constituir não um Estado fascista, mas antes um Estado alemão. No meio intelectual, porém, discussões sobre a extinção da República de Weimar e sua substituição por um regime autoritário continuaram a despertar interesse acerca do significado do termo e seu uso correto. Datam deste período as primeiras comparações entre os regimes fascistas e o regime stalinista. Neste sentido, a obra de George Sorel foi bastante evocada nestes círculos devido a sua ênfase no papel transformador da violência, na primazia do político sobre o econômico no momento pós-revolucionário, na importância do mito mobilizador, vistos como traços de semelhança entre aqueles regimes ideologicamente antagônicos. O fio condutor dessa comparação foi, sobretudo, o antiliberalismo de ambos. Tanto o nazi-fascismo, como o bolchevismo empregavam uma linguagem combativa contra a burguesia, apelavam para a mobilização partidária das massas e se esforçavam na construção de um Estado forte onde o papel desempenhado pela figura do ditador era fundamental.²⁴³

A disseminação do conceito de “totalitarismo” nos países de língua inglesa ocorreu graças ao interesse crescente de intelectuais liberais e socialistas no estudo comparado dos regimes ditatoriais da União Soviética, da Alemanha e da Itália, e, em parte, por causa da emigração de intelectuais alemães da posteriormente chamada Escola de Frankfurt. Estes, refugiados após a ascensão de Hitler, utilizavam o termo “totalitário”, de modo geral, para designar regimes fascistas, originados da crise capitalista de superprodução, da disputa por matéria-prima e mercados, bem como da emergência da militância trabalhadora organizada disposta a liquidar esse sistema. Herbert Marcuse foi o primeiro destes intelectuais exilados a utilizar o conceito num ensaio em que argumentava que “a luta contra o liberalismo representa apenas uma expressão periférica”²⁴⁴ do fascismo, nada mais sendo senão a sua “visão de mundo” num “nível abstrato de generalidade e de ausência de historicidade”,²⁴⁵ cujo sentido seria precisamente ocultar a concordância prática fundamental entre o fascismo

²⁴³ Mussolini, em um discurso na Câmara dos Deputados em 1921, disse: “Eu reconheço que entre nós e os comunistas não existem afinidades políticas, mas há afinidades intelectuais. Nós, como vocês, consideramos necessária a centralização e a unidade do estado que impõe uma disciplina de ferro a todos os indivíduos, com a diferença que vocês chegaram a esta conclusão via o conceito de classe, e nós chegamos via o conceito de nação”.

²⁴⁴ Herbert Marcuse (1997). “O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado”. In: *Cultura e Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, vol. 1, p. 47.

²⁴⁵ *Idem*, p. 51.

e o liberalismo, o que, segundo ele, seria reconhecido inclusive por liberais inquestionáveis como Ludwig von Mises e fascistas de renome como Giovanni Gentile. O primeiro, que resumia o “programa do liberalismo” a uma só palavra — “propriedade” — chegou a admitir, em 1927, que “o fascismo e todas as orientações ditatoriais semelhantes salvaram na atualidade a formação civilizatória européia. O mérito por esta via adquirido pelo fascismo”, dizia, “sobreviverá eternamente na história”.²⁴⁶ Gentile, neste sentido, parecia concordar plenamente com o teórico da escola liberal austríaca quando, por ocasião de seu ingresso no Partido Fascista, endereçou uma carta a Mussolini em que, arrogando-se um liberal em suas “mais profundas convicções”, admitiu estar convencido de que os ideais liberais autênticos eram, na verdade, garantidos por *Il Duce*, e não pelos liberais, seus adversários.²⁴⁷ Assim, Marcuse indicava o vínculo essencial entre a defesa da ordem econômica capitalista e a opção de amplos setores da classe dominante, antes predominantemente liberal, pelo fascismo.

Apesar de toda a diversidade estrutural do liberalismo e de seus defensores nos vários países e períodos, o seu fundamento uniforme se mantém: a liberdade do sujeito econômico individual em dispor da propriedade privada e a garantia jurídico-estatal dessa liberdade de disposição. Todas as reivindicações econômicas e sociais do liberalismo podem ser mudadas para garantir a estabilidade desse princípio — mudanças que incluem até mesmo sua auto-supressão. Assim, durante a vigência do domínio liberal, foram muito freqüentes inclusive intervenções violentas do poder estatal na vida econômica sempre que fosse exigido para garantir a liberdade e segurança da propriedade privada, sobretudo frente ao proletariado. De maneira alguma a ditadura e a condução autoritária do Estado constituem um ideário alheio ao liberalismo.²⁴⁸

Contudo, embora desnude este “fundamento uniforme” que constitui o ideário liberal e totalitário, Marcuse percebe que “a mudança do Estado liberal ao Estado total-autoritário ocorre no plano mesmo da ordem social. No que concerne a essa unidade da base econômica é possível afirmar: o liberalismo ‘gera’, a partir de si próprio, o Estado total-autoritário, como sendo a sua realização plena em um estágio evoluído do desenvolvimento. O Estado total-autoritário fornece a organização e a teoria social que correspondem ao estágio monopolista do capitalismo”.²⁴⁹

Como observou Abbott Gleason, embora Marcuse analise um cenário de crise ideológica do liberalismo e sua ligação com a emergência de uma “visão de mundo” totalitária, a

²⁴⁶ Ludwig von Mises *apud* Herbert Marcuse, *Op. cit.*, p. 53.

²⁴⁷ Cf. *Idem*, p. 54.

²⁴⁸ *Idem*, p. 52.

²⁴⁹ *Idem*, p. 61.

ele oposta, ainda que de forma abstrata, mas, de todo modo, objetivamente encampada por um novo tipo de Estado, ele não faz qualquer menção a União Soviética, uma das mais palpáveis manifestações da crise do liberalismo na Europa.²⁵⁰ Com efeito, somente em seu livro *Soviet marxism*, de 1958, Marcuse tangenciaria esta problemática ao tratar criticamente a burocracia, a cultura e os valores propugnados pelo regime soviético, atacando sobretudo a versão oficialista de seu marxismo. Porém, Marcuse se recusou a aceitar a denominação então corrente de totalitário para aquele Estado. Afastando-se daqueles que interpretavam o comunismo soviético como um sistema burocrático estático, totalmente opressivo e incapaz de reformas, Marcuse buscou indicar algumas “tendências libertárias” presentes na União Soviética que podiam suplantar o ranço stalinista e reencontrar o caminho da revolução.

Em *One-Dimensional Man*, de 1964, Marcuse estenderia o conceito de totalitarismo para incluir toda a sociedade industrialmente avançada, onde são determinadas “não apenas as ocupações, as habilidades e as atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais”. Nesta sociedade, o desenvolvimento tecnológico, longe de ser neutro, “serve para instituir novas, mais efetivas e agradáveis formas de controle e coesão social. A tendência totalitária desses controles parece se afirmar ainda de outra maneira — ao se espriar para as áreas menos desenvolvidas e até mesmo pré-industriais do mundo, e ao criar semelhanças no desenvolvimento do capitalismo e do comunismo”.²⁵¹ O que antes cumpria o papel de libertação dos indivíduos tornou-se, por fim, numa forma eficiente de aprisioná-los. “O universo totalitário da racionalidade tecnológica”, argumentaria Marcuse, “é última transmutação da idéia de Razão”.²⁵²

O aparato impõe suas demandas econômicas e políticas para defesa e expansão do tempo de trabalho e do tempo livre, da cultura material e intelectual. Em virtude da maneira como organizou sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a ser totalitária. Pois ‘totalitário’ não é só a coordenação política terrorista da sociedade, mas também a coordenação técnico-econômica não-terrorista, que opera através da manipulação das necessidades por grupos de interesse. Ela impede a emergência de uma oposição efetiva contra a totalidade. Não apenas uma forma específica de governo ou domínio partidário faz o totalitarismo, mas também um sistema específico de produção e distribuição que pode muito bem ser compatível com o ‘pluralismo’ partidário, jornais, ‘contra-balanceamento de poderes’, etc.²⁵³

²⁵⁰ Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.* p. 34, n.3.

²⁵¹ Herbert Marcuse (1964). *One-dimensional man*. Boston, Beacon, p. 06.

²⁵² *Idem*, p. 82.

²⁵³ *Idem*, p. 10.

Outro pensador ligado ao Instituto de Pesquisa Social, fundado pelos mencionados intelectuais junto à Universidade de Columbia, que se debruçou sobre o chamado fenômeno totalitário foi Franz Neumann. Seu livro *Behemoth*, de 1942, ainda hoje é considerado um dos estudos mais abrangentes sobre o nazismo. Nele, o autor descreve o Estado totalitário como uma ordem caótica, porém extremamente centralizada, de dominação mobilizada por uma ideologia racista que servia de cimento para a simbiose entre o Estado e o Partido, que, por sua vez, tentaria promover uma coordenação total da vida política, social e privada dos indivíduos arregimentados em torno do conceito racial de *Volk*, cuja origem remontava ao século XIX na Alemanha e estava estreitamente ligado à escalada de um exacerbado anti-semitismo contido na idéia de superioridade da raça alemã. No que diz respeito ao aspecto econômico, Neumann destacou a reorganização promovida pelo Estado em conjunto com a indústria pesada, na qual, por um lado, se acentuava os processos de concentração e monopolização do capital com aumento significativo dos lucros, favorecido, em parte, pelo confisco e arianização dos bens dos judeus; por outro, intensificava-se o dirigismo estatal sem, contudo, converter a economia capitalista privada em economia planificada do tipo soviético (Estado em que em nenhum momento de sua obra ele designa pelo termo “totalitário”). No que se refere ao aspecto sociológico, Neumann cunhou a teoria posteriormente conhecida, sobretudo a partir da obra de Robert Dahl, como “teoria policrática”, segundo a qual na Alemanha nazista teria surgido uma nova estrutura e prática de poder autoritário a partir do uso sistemático da violência, por meio da agressão direta, do terror e da propaganda, cuja função seria sustentar o domínio da grande burguesia submersa em conflitos e contradições que não podiam ser resolvidos pela ideologia *völkisch*. Segundo Neumann, os quatro pilares do regime policrático nazista seriam o partido, a burocracia ministerial, o exército e a liderança econômica, diante dos quais a massa da população, sobretudo a classe operária, seria impotente, completamente à mercê dos ditames diretos do capital e da burocracia do Estado autoritário, que imprimiria a sua prática política um caráter extremamente destrutivo, misto de elementos caóticos e ao mesmo tempo racionais e atávicos,²⁵⁴ que, conforme notou um estudioso, caracterizava o Estado nazista como um não-Estado.²⁵⁵ Este tipo de regime autoritário se enquadraria, segundo tipologia oferecida por Neumann, ao lado de mais duas formas de ditadura: a ditadura simples ou romana, caracterizada como um “governo de crise”,

²⁵⁴ Franz Neumann (1942/1944). *Behemoth: the structure and practice of national-socialism*. Oxford, Oxford University Press.

²⁵⁵ Alfons Söllner (2004). “Hannah Arendt’s The Origins of Totalitarianism in its Original Context”. *European Journal of Political Theory*, vol. 3, n° 2, p. 225.

de acordo com o qual “pertence ao objetivo do poder político monopolizado pelo ditador, que pode exercer o seu poder somente por meio do controle absoluto dos meios tradicionais de coação, ou seja, a política, o exército, a burocracia e o Judiciário”;²⁵⁶ a ditadura cesarista, na qual o ditador é compelido a buscar apoio nas massas para ascender ao poder ou para exercê-lo.

No primeiro tipo, “a massa paga apenas os impostos e talvez seja obrigada a servir no exército, mas não toma mais parte alguma na vida política”.²⁵⁷ Já “na ditadura cesarista, entra um novo elemento: a necessidade do apoio popular”.²⁵⁸ Na ditadura totalitária, não sendo suficiente a coação monopolizada e o apoio popular, “pode ser necessário controlar a educação, os meios de comunicação e as instituições econômicas, e, assim, engrenar toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política”.²⁵⁹ O autor insiste na importância destas distinções, porque “a ditadura totalitária (...) não pode ser confundida com o cesarismo. Até o século XIX, a ditadura cesarista não levava necessariamente a um sistema totalitário, nem era esse sistema resultado de um movimento genuinamente cesarista”.²⁶⁰ Assim, Neumann apresenta cinco fatores da “ditadura totalitária”: 1) “transição de um Estado baseado no governo pelo direito para um Estado policial”, na qual a presunção do direito a favor do cidadão contra o Estado é invertida; 2) “transição da difusão do poder nos Estados liberais para a concentração do mesmo no regime totalitário”; 3) “a existência de um partido estatal monopolista” que serve de “instrumento flexível que fornece a força para controlar a máquina do Estado e a sociedade”; 4) indistinção entre Estado e sociedade, que se torna “inteiramente infiltrada pelo político”, com a “criação de elites graduadas para permitir que os dirigentes controlem as massas de dentro para fora, e para disfarçar a manipulação em sentido contrário, isto é, para suplementar a democracia”; 5) a conservação de “rituais democráticos”. Este último fator, também compartilhado, como os dois primeiros, com a ditadura cesarista, seria crucial às análises de Neumann sobre as ditaduras modernas. Para ele, “uma vez que todas as ditaduras totalitárias modernas nascem quase sem exceção dentro das democracias, sendo sempre contra elas (por mais fracas que sejam suas estruturas), o grupo totalitário tem que assumir a forma de um movimento democrático e conservar essa fachada até mesmo depois de ter alcançado o poder. Em outras palavras, tem que

²⁵⁶ Franz Neumann (1969). “Notas sobre a teoria da ditadura”. In: *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 260.

²⁵⁷ *Idem*.

²⁵⁸ *Idem*, p. 261.

²⁵⁹ *Idem*, p. 260.

²⁶⁰ *Idem*, p. 268.

cultivar os rituais democráticos, embora despidos de toda a sua verdadeira substância”.²⁶¹ Por esta razão que Neumann se diz avesso à tese segundo a qual a ditadura totalitária seria a “negação absoluta” dos “princípios do liberalismo moderno”. Ao contrário, diz ele, “(...) seremos forçados a concluir que a usual comparação da democracia liberal *versus* ditadura, como uma antítese do bem e do mal, não pode ser mantida sob um ponto de vista histórico. Uma moralização sobre os sistemas políticos torna difícil a comparação de suas funções. A afinidade entre democracia e ditadura não é tão simples como se diz”.²⁶² No caso do Estado nazista, por exemplo, “o ditador podia contar com setores substanciais nos tradicionais grupos de mando (...) que estavam comprometidos com um mínimo de legalidade formal (...). Conseqüentemente, a ditadura, para nascer, teria que fazer o jogo democrático (...) Uma vez conseguido o primeiro objetivo (...), o tipo nazi-fascista de ditadura passou a se apresentar como uma forma mais elevada e mais nobre de democracia”.²⁶³ Neumann não deixa de criticar aqueles que buscavam equiparar a noção marxista-leninista de ditadura do proletariado com a ditadura totalitária nazista a partir dessa evocação da democracia. Segundo ele, existiriam três formas básicas de relacionar democracia e ditadura. Em primeiro lugar, “as ditaduras podem ser uma implementação da democracia, mas isto se refere a ditaduras de emergência com funções semelhantes ao clássico tipo romano, e que preferimos classificar como uma espécie de magistratura”. Restariam duas formas. No primeiro caso, “as ditaduras podem ser uma preparação para a democracia, e aí podemos falar de uma ditadura educativa”, como ele pensava ser a ditadura exercida por Lênin, que atendia aos anseios das classes subalternas, fracas ou ainda não plenamente maduras para exercer o poder autonomamente. No segundo caso, “as ditaduras podem ser a negação da democracia, sendo, assim, totalmente regressivas”, como seria, de fato, o Estado nazi-fascista, resultado da tentativa de uma classe ameaçada de declínio, condenada a ver radicalmente mudadas suas condições sócio-econômicas, de inverter esta tendência para conservar o poder.²⁶⁴

Embora Neumann utilize o termo totalitário para designar particularmente um tipo de regime de exceção à democracia, por maiores que sejam as relações, até mesmo causais, entre ambas as formas de governo, ele concebe, assim como Marcuse, traços totalitários em todas as sociedades industriais avançadas. Neste sentido, de acordo com ele,

²⁶¹ *Idem*, p. 269.

²⁶² *Idem*, p. 273.

²⁶³ *Idem*, p. 274.

²⁶⁴ *Idem*, pp. 273 e 276.

A tecnologia em grande escala pode, de um lado, implicar a total dependência da população industrial de um mecanismo complexo e integrado que somente pode ser operado por um sistema hierárquico altamente organizado e estratificado, sistema esse que deverá infundir as virtudes de obediência, disciplina e subordinação — sem levar em conta quem possui os meios de produção. Assim, o industrialismo moderno prega as mesmas virtudes que todos os sistemas políticos autoritários procuram cultivar. São virtudes repressivas porque se opõem à autodeterminação do homem.²⁶⁵

No entanto, Neumann, assim como Marcuse percebera também em outro lugar,²⁶⁶ não considerava o desenvolvimento tecnológico apenas por este prisma negativo. Se, de um lado, a tecnologia tem evidenciado uma forte tendência totalitária nas sociedades industriais (sejam capitalistas ou comunistas), “por outro lado, as próprias virtudes opostas podem se fortalecer por meio da tecnologia: a confiança em si mesmo, a consciência do próprio poder, e, mais particularmente, o sentimento de solidariedade — isto é, um espírito de cooperação como oposição ao totalitarismo”.²⁶⁷

O mesmo “otimismo” não teriam outros dois proeminentes pensadores da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor Adorno, que, em “Dialética do Esclarecimento”, tecem uma das mais cáusticas denúncias contra o liberalismo burguês, cujo individualismo, forjado ainda na tenra época do Esclarecimento, teria sido o germe da dominação totalitária que condenou, mais de um século depois, milhões de pessoas ao extermínio nos campos de batalha e de concentração. Conforme observam logo nas primeiras linhas, “no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”.²⁶⁸ A aliança entre saber e poder, inerente ao esclarecimento, que pretende libertar os indivíduos dos mitos que o apri-

²⁶⁵ *Idem*, p. 277.

²⁶⁶ Cf. Herbert Marcuse (1999) [1941]. “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”. In: Douglas Kellner (org.). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 71-104.

²⁶⁷ Franz Neumann (1969). “Notas sobre a teoria da ditadura”. *Op. cit.*, p. 277. Segundo Marcuse, “a técnica impede o desenvolvimento individual apenas quando está presa a um aparato social que perpetua a escassez, e este mesmo aparato liberou forças que podem aniquilar a forma histórica particular em que a técnica é utilizada”. É neste sentido que ele se opõe aos “inimigos da técnica”, que “prontamente se aliam à tecnocracia terrorista”. “Na Alemanha nacional-socialista”, diz ele em nota, “a ideologia do sangue e do solo e a glorificação do camponês são parte integrante da mobilização imperialista da indústria e do trabalho”. Sendo assim, “a filosofia da vida simples, a luta contra as grandes cidades e sua cultura frequentemente servem para ensinar os homens a desacreditar nos instrumentos potenciais que poderiam libertá-los”. Em vez disso, ele aponta para “a possível democratização das funções que a técnica pode promover e que pode facilitar o desenvolvimento humano total em todos os ramos do trabalho e da administração”, uma tendência que pode “ajudar a mudar o centro de gravidade das necessidades da produção material para a arena da livre realização humana”. Herbert Marcuse (1999) [1941]. “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”. *Op. cit.*, p. 101.

²⁶⁸ Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) [1944]. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, p. 19.

sionam, tal como na caverna de Platão, teria, no fim das contas, resultado no inteiro oposto da pretensão original, reproduzindo “tão-somente a sabedoria fantástica que ela rejeita — a ratificação do destino que, pela retribuição, reproduz sem cessar o que já era”,²⁶⁹ ou seja, a própria condição de sujeição do homem. “A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. (...) O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos outros homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua autoconsciência”.²⁷⁰ E assim Adorno e Horkheimer demonstram como a ordem burguesa, que inicialmente encontrou no esclarecimento “a saída do homem da menoridade”, isto é, de sua “incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outrem” — para usar as significativas palavras de seu maior filósofo, Emmanuel Kant, citadas por seus críticos — como esta ordem, para se manter, foi obrigada a se despir de uma moralidade que sempre defendeu, mas jamais cumpriu: o dever do respeito mútuo em obediência à pura forma da lei da razão. Afinal, para Adorno e Horkheimer, “O burguês que de deixasse escapar um lucro pelo motivo kantiano do respeito à mera forma da lei não seria esclarecido mas supersticioso — um tolo. A raiz do otimismo kantiano, segundo o qual o agir moral é racional mesmo quando a infâmia tem boas perspectivas, é o horror que inspira a regressão à barbárie”. Assim, argumenta Adorno e Horkheimer numa significativa passagem:

A ordem totalitária levou isso muito a sério. Liberando do controle de sua própria classe, que ligava o comerciante do século dezenove ao respeito e amor recíproco kantianos, o fascismo, que através de uma disciplina férrea poupa o povo dos sentimentos morais, não precisa mais observar disciplina alguma. Em oposição ao imperativo categórico e em harmonia tanto mais profunda com a razão pura, ele trata os homens como coisas, centros de comportamentos. Os dirigentes estavam dispostos a proteger o mundo burguês contra o oceano da violência aberta que realmente assolou a Europa, apenas enquanto a concentração econômica ainda não havia progredido suficientemente. Antes só os pobres e os selvagens estavam expostos à fúria dos elementos desencadeados pelo capitalismo. Mas a ordem totalitária instala o pensamento calculador em todos os seus e atém-se à ciência enquanto tal. Seu cânon é a própria eficiência sanguinária.²⁷¹

O esclarecimento, de matriz liberal, que proclama a liberdade de cada indivíduo como a sua capacidade de agir independentemente dos outros, tal como defendido por Kant e

²⁶⁹ *Idem*, p. 26.

²⁷⁰ *Idem*, p. 20.

²⁷¹ *Idem*, p. 85.

estabelecido pela própria “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, descambou, na sociedade ocidental e capitalista, na racionalidade instrumental que confere valor apenas aos homens adaptáveis ao sistema de reprodução do capital, que se comportam como coisa administrável conforme os critérios da eficiência numérica. “O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador comporta-se com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los”.²⁷²

O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento. A partir do momento em que ele pode se desenvolver sem a interferência da coerção externa, nada mais pode segurá-lo. Passa-se então com as suas idéias acerca do direito humano o mesmo que se passou com os universais mais antigos. Cada resistência espiritual que ele encontrava serve apenas para aumentar sua força. Isso se deve ao fato de que o esclarecimento ainda se reconhece a si mesmo nos próprios mitos. Quaisquer que sejam os mitos de que possa se valer a resistência, o simples fato de que eles se tornam argumentos por uma tal oposição significa que eles adotam o princípio da racionalidade corrosiva da qual acusam o esclarecimento. O esclarecimento é totalitário.²⁷³

O resultado cabal perpetrado por esta racionalidade que domina o mundo capitalista industrializado seria o banimento de toda oposição transformadora verdadeiramente possível — a virtual extinção da capacidade humana de fundar outra forma de sociabilidade, nova e, acima de tudo, emancipadora. Este o sentido assumido pelo conceito de “totalitarismo” na obra destes dois pensadores. Mais do que simplesmente circunscrever certos tipos de regime político, ele procura abarcar toda forma de relação social opressora que, guiada pelo princípio racional da eficiência, não deixa espaço para qualquer transformação autêntica. Embora desta concepção possa se inferir que não apenas o fascismo e as democracias liberais sejam totalitárias, mas também o comunismo, por não contestar ou mesmo compactuar com aquele princípio, não há qualquer menção na obra comentada ao Estado Soviético. Se esta era uma tendência muito claramente observada entre os pensadores da Escola de Frankfurt, que, por serem ligados à tradição marxista, sobretudo em sua vertente lukacsiana, não pretendiam, segundo alegação corrente, fazer o jogo das potências capitalistas, o mesmo não valia para outros intelectuais alemães imigrantes, que buscaram traçar diversos paralelos entre os regimes soviético e nazi-fascista.

²⁷² *Idem*, p. 24.

²⁷³ *Idem*, pp. 21-22.

Entre alguns desses proeminentes intelectuais, destacou-se, ainda na década de 1930, Paul Tillich, autor de *The totalitarian State and the claims of the church*, de 1933, no qual qualificava de totalitário os regimes da Alemanha, da Itália e da União Soviética, por estes apresentarem um Estado que, sem qualquer restrição efetiva, dominava a vida econômica, política, cultural e educacional de toda a população, mesmo nos âmbitos mais privados das pessoas, como a vida religiosa, de modo a não subsistir aos indivíduos qualquer direito que pudesse ser chamado por este nome. Embora compreendesse que as razões que levaram tais países a se entregarem a este regime fossem diferentes, todas as importantes características em comum pareciam lhe autorizar esta comparação. Outros intelectuais, como Max Lerner, propugnavam que as semelhanças entre os três Estados eram evidentes, especialmente ao se considerar seus traços peculiares: o partido único, ávido por expurgos, infiltrado por todo o país. Seguindo a mesma linha, Hans Kohn observou apenas que no regime soviético havia uma clara diferença no que se refere ao seu comprometimento com a “modernização” e sua relação com a tradição revolucionária francesa, alheia aos partidos fascistas.

Em princípio da década de 1930, também entre intelectuais americanos começaram a surgir comparações diretas entre o nazismo, o fascismo e o bolchevismo ou stalinismo. O autor de *The Economic Life of Soviet Russia*, de 1931, Calvin Hoover, enfatizou, por exemplo, como elementos em comum, seus governos monocráticos, regidos por partidos únicos, dispostos a usar o terror indefinidamente a fim de se manterem no poder. Em 1934, Hoover chegou a afirmar que uma nova era de cesarismo havia emergido em decorrência da ascensão dos Estados totalitários na Europa. Às características comuns, além daquelas apontadas, referentes às instituições políticas, também se somavam algumas similaridades psicológicas e ideológicas, como a fanática hostilidade ao liberalismo e ao individualismo, o fervoroso culto da força e o desejo de expansão, que sugeria um prognóstico da proximidade de uma guerra que oporia o totalitarismo às democracias ocidentais. A posição destes intelectuais, ao contrário dos da Escola de Frankfurt, favoreciam, de maneira geral, a radicalização dos discursos anticomunistas, conforme se depreende da pesquisa empreendida por Thomas R. Maddux em jornais americanos da década de 1930, onde se relata como os estadunidenses, pelo menos parte de sua imprensa, percebiam os regimes da União Soviética e Alemanha. Ainda que não utilizassem o termo “totalitarismo”, os periódicos comparavam os expurgos realizados por ambos os regimes, voltados para a eliminação de qualquer resistência ou

liderança da oposição, difundindo o entendimento, posteriormente bastante aceito, de que se tratavam basicamente de “regimes de terror”.²⁷⁵ Jornais como o *New Leader* e o *Partisan Review* — para os quais contribuíram inclusive alguns comunistas, como o próprio Trotsky, em especial para o segundo, no início de suas publicações — em pouco tempo converteram-se em redutos de críticas à União Soviética, sobretudo depois da assinatura do pacto de não-agressão nazista-soviético em 1939. Muitos dos que contribuíam para tais jornais mudaram acentuadamente o enfoque dado ao termo “totalitário” a fim de associá-lo à União Soviética onde se destacava a ausência de “democracia política”. Ainda que muitos ensaístas, ligados principalmente ao trotskismo, continuassem a defender a designação de “Estado Operário” para aquele regime, esta foi drasticamente reduzida por uma espécie de auto-censura que, diante da crescente tendência da opinião pública, ou ainda, visto de outro modo, da grande imprensa, em comparar a Alemanha nazista à União Soviética comunista, tolheu a posição de muitos escritores que, cada vez mais, se sentiram constrangidos de apoiarem um Estado dirigido por uma burocracia traidora e sem princípios.

Já nos primeiros anos de guerra, os termos “totalitário” e “totalitarismo” haviam se tornado familiares para milhões de norte-americanos, chegando inclusive a ser brevemente usados para designar ditaduras de países latino-americanos, mas nunca da forma sistemática como foram empregados para definir os regimes nazista, fascista e soviético. Para se fazer uma idéia do quanto estes termos se tornaram difundidos, basta lembrar que, na campanha presidencial de 1940, o conceito de “totalitarismo” passou a ser utilizado pelos candidatos dos partidos democrata e republicano para definir o que poderia acontecer caso o candidato do partido adversário vencesse a disputa.²⁷⁸ Democratas bradavam que regimes totalitários como o da Alemanha e da Itália haviam já elegido como seu candidato o republicano, assim como estes comparavam o momento imediatamente anterior ao aparecimento dos governos totalitários desses países ao *New Deal*, promovido pelo democrata Franklin D. Roosevelt.

Encorajada pela rapidez com que a França sucumbiu ao ataque alemão no início da II Guerra Mundial, fomentou-se a idéia de que a guerra era travada entre a democracia e o totalitarismo.²⁸⁰ Muitos acreditavam que uma democracia não seria páreo para combater o

²⁷⁵ Thomas R. Maddux (1977). “Red fascism, brown bolchevism: the american image of totalitarianism in the 1930s”. *The Historian*, nº 40, pp. 85-103.

²⁷⁸ Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p. 51.

²⁸⁰ *Idem*, p. 53.

totalitarismo, e mistificavam o poderio dos regimes totalitários. Nesta esteira, havia ainda os que acreditavam que os Estados Unidos somente poderiam combater o totalitarismo na Alemanha e na Itália se eles próprios se adotassem um governo totalitário, entendido, neste caso, no sentido popular do termo, ou seja, como um Estado em que o governo administra tudo, a fim de alcançar o objetivo da agressão e conquista.²⁸¹ Lawrence Dennis, no seu livro *The Dynamics of War and Revolution*, citando o ideólogo alemão Oswald Spengler, o qual afirmava que capitalismo e democracia necessariamente geravam algum tipo de cesarismo, chegou a sugerir que um governo totalitário talvez fosse necessário para a sobrevivência da civilização Ocidental na era de sua completude e declínio.²⁸²

Segundo Abbott Gleason, porém, os eventos de 1941, sobretudo o ataque alemão à União Soviética, ocasionaram a diminuição do uso do termo totalitarismo como classificação do regime comunista, ainda que tal fosse o entendimento predominante em muitos círculos privados.

Quando a Grã-Bretanha e então os Estados Unidos se tornaram aliados da União Soviética, o termo que progressivamente pareceu para muitos americanos incorporar o mal no mundo moderno, tornou-se ambíguo e constrangedor. O absoluto confronto entre “ditadores totalitários” e “democracias” foi quebrado. Quase do dia para a noite, o uso do termo foi reduzido enormemente, embora não tenha desaparecido inteiramente. Além disto, era agora normalmente empregado para referir apenas ao Nazismo e ao Fascismo e ocasionalmente, de maneiras um pouco ambíguas, como um desenvolvimento esquecido no mundo moderno ou o dramático oposto de democracia.²⁸⁴

A associação que começou a ser feita um pouco antes da II Guerra entre o Nazismo e o Stalinismo sob o epíteto de “totalitarismo” arrefeceu diante da aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética contra a Alemanha, a Itália e o Japão. Da mesma forma, outros regimes, como o de Franco na Espanha, que por vezes foi dito como totalitário, passaram a ser afastados desta conceituação, empregada agora quase que exclusivamente para designar os integrantes do Eixo. Nesta época, foi publicado *Darkness at Noon*, de Arthur Koestler, o qual, tratando-se de uma ficção sobre os julgamentos soviéticos e os motivos pelos quais os “Velhos Bolcheviques” alegavam inocência, narra a prisão de um velho bolchevique, parecido com Trotsky e Bukharin, ordenada por Stalin, e como ocorreu sua gradual derrota

²⁸¹ Geoffrey Crowther (1940). “Can Democracy survive the war?” *New York Times Magazine*, January 21, p. 04.

²⁸² Cf. Lawrence Dennis (1940). *The Dynamics of War and Revolution*. New York, Weekly Foreign Letter.

²⁸⁴ Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p. 54.

para seus inquisidores. A equiparação entre o nazismo e o stalinismo paira sobre a narração, mas não é o tema central do livro, lançado na Inglaterra em dezembro de 1940 e apenas um ano depois nos Estados Unidos. Neste mesmo ano, Ernst Fraenkel publicou um estudo sobre o aparato do governo nazista alemão intitulado *The dual State*. Fraenkel concebia o Estado nazista como um “Estado dual”, expressão cunhada para indicar a contradição ou paradoxo em que se encontrava o regime alemão, dividido em duas partes: a primeira, denominada de “Estado prerrogativo”, concentrava todas as atividades ditas totalitárias não poupando nada que estivesse em seu caminho; a segunda, chamada de “Estado normativo”, era constituída por autoridades e funcionários legalmente instituídos à frente do serviço público tradicional que, assim como muitas instruções administrativas e legais da Alemanha, não deixaram de funcionar, embora estivessem em segundo plano toda vez que o mérito da questão dissesse respeito aos fins imediatos do “Estado prerrogativo”. Conforme explica Robert Paxton:

O segmento “normativo” do regime fascista continuou a aplicar a lei em conformidade com o devido processo legal, e os funcionários desse setor eram selecionados e promovidos com base nas normas burocráticas de competência e antigüidade. No setor “prerrogativo”, ao contrário, nenhuma regra se aplicava, com a exceção dos caprichos do governante, da gratificação dos militantes do partido e do suposto “destino” do *Volk*, da *razza* ou do povo eleito. O Estado normativo e o Estado prerrogativo coexistiam numa cooperação conflituosa, embora mais ou menos competente, conferindo ao regime sua bizarra mistura de legalismo e violência arbitrária.²⁸⁶

O Estado normativo foi progressivamente subordinado em favor da “manutenção da produção capitalista” e do direcionamento desta produção para a fabricação de armas. Para Fraenkel, o nazismo conseguiu se consolidar removendo todas as barreiras constitucionais e legais às suas políticas e poderes institucionais, subjugando sobretudo o Poder Judiciário. Todas as perversidades do Estado nazista somente teriam sido possíveis graças à inicial derrota da tradição da lei natural racional, das garantias constitucionais do estado de direito e dos direitos inalienáveis dos homens.²⁸⁷ Nesta mesma época, James Burnham publicou o livro *The managerial Revolution*, no qual dizia que o socialismo e o capitalismo estariam longe de serem as únicas alternativas de formas de governo que o mundo poderia conceber. Embora considerasse que a sociedade capitalista, de fato, estava em declínio, não julgava que o socialismo fosse a única saída possível. Bem mais provável seria uma nova forma de

²⁸⁶ Robert O. Paxton (2007). *A Anatomia do Fascismo*. *Op. cit.*, p. 200-201.

²⁸⁷ Cf. Alfons Söllner (2004). “Hannah Arendt’s The Origins of Totalitarianism in its Original Context”. *Op. cit.*, 224.

sociedade planejada e centralizada controlada por *managers*. Pensava ele que, à medida que estes gerentes aumentassem o controle sobre os meios de produção, progressivamente o político seria fundido ao econômico e a nova sociedade burocrática gerencial daí advinda acabaria invariavelmente se transformando num governo de tipo totalitário. O impacto desta obra nos círculos intelectuais da época foi comparável ao livro de Koestler.

Também nesta época, George Orwell, autor de *1984*, retrata a permanente disputa entre super-Estados pela dominação do mundo, muito influenciado pelas idéias Burnham. Ele já havia antecipado um pouco de suas idéias na clássica alegoria *Animal Farm*, no qual analisava com grande ironia a transmutação de ideais igualitários em dogmas ditatoriais. No livro *1984*, ele demonstrava preocupação com o totalitarismo, tendo desenvolvido durante os tempos de guerra a idéia de um mundo dividido em esferas de influência perpetuamente em disputa entre si, utilizado no livro. Nas palavras de Orwell,

Meu livro recente *não* teve a intenção de atacar o socialismo ou o Partido Trabalhista Britânico (o qual apóio), mas sim a de mostrar as perversões às quais uma economia centralizada é leal e que já foi em parte realizado parcialmente no Comunismo e no Fascismo. Eu não acredito que o tipo de sociedade descrita necessariamente chegará, mas eu acredito (permitido pelo fato do livro ser uma sátira) que alguma coisa parecida pode acontecer. Eu acredito também que idéias totalitárias tiveram abrigo nas mentes de intelectuais em toda a parte, e eu tentei mostrar as conseqüências lógicas destas idéias. A cena do livro tem lugar na Grã-Bretanha de modo a enfatizar que as raças que falam inglês não são inatamente melhores que qualquer outra e que totalitarismo, se não combatido, pode triunfar em qualquer lugar.²⁸⁸

Em linha inteiramente oposta, Friedrich Hayek, em seu livro *The Road to Serfdom*, de 1944, explorou o conceito de totalitarismo, dando especial ênfase à maneira como todas as formas de planejamento econômico levariam necessariamente a este regime, destacando, assim, a dimensão econômica do conceito. Contrapunha em suas análises a base econômica da liberdade democrática à da servidão totalitária. Segundo ele, o socialismo no seu sentido real, isto é, totalitário, somente poderia ser realizado por meios repugnantes até mesmo aos socialistas e social-democratas ocidentais. Os ditos planejadores não só estariam errados quanto aos aspectos econômicos, como estariam pavimentando o caminho para a vitória dos nazistas e comunistas, o que poderia ocorrer inclusive aos Estados Unidos. Segundo Hayek,

²⁸⁸ George Orwell. "Letter to Francis A. Henson". In: *Collected Essays, Journalism and Letters*, vol.4, p.502. *Apud* Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p. 84.

²⁹⁰ Jeremy Shearmur (2007). "Hayek's Politics". In: *Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 158.

tudo coletivismo seria, em sua essência, totalitário. O totalitarismo não seria uma reação ao socialismo e ao comunismo, mas antes a sua continuação, já que a planificação, de acordo com esta perspectiva, seria incompatível com o Estado de direito. O planejamento central, conforme suas palavras, “pressupõe um acordo muito mais completo sobre a importância relativa de diferentes finalidades que realmente existem”, de modo que “a autoridade planificadora deve impor às pessoas um detalhado código de valores, que está faltando.” Nestes termos, ele buscava demonstrar como a responsabilidade por tal planejamento se afastaria do controle político-democrático. Para impor um programa de valores, prescindindo de um acordo sobre eles, os planejadores são levados à propaganda e, se necessário, ao uso da força.²⁹⁰ Hayek tentou, assim, traçar uma retrospectiva histórica para saber onde a Europa tomou o caminho da planificação totalitária, chegando à conclusão de que este erro se devia à influência corrosiva de inimigos alemães como J. G. Fichte, K. J. Rodbertus e Ferdinand Lassalle, cujas idéias estatizantes e nacionalistas teriam solapado, a partir da segunda metade do século XIX, a proeminência da filosofia liberal inglesa na Europa. Mas nem todos os inimigos eram alemães. Hayek também classificou August Comte como um “totalitário do século XIX”. Em 1945, Hayek, em debate com Harold Laski numa série de artigos lançada em duas partes intitulada *Tomorrow's world: is it going left?*, tentou refutar o prognóstico deste de que o movimento para a esquerda seria irresistível, e que a economia planificada da União Soviética era uma alternativa viável e incontornável para a Europa.

O livro de Hayek contribuiu imensamente para o conservadorismo americano acertar a agenda política dos debates intelectuais do pós-guerra. Em pouco tempo Harold Laski foi considerado, mesmo para muitos intelectuais de esquerda, uma figura constrangedora que representava uma época ultrapassada. Como afirmou Gleason, “o liberalismo da Guerra Fria no final da década de 1940 era muito menos esperançoso sobre o que poderia ser conseguido através da planificação do que o liberalismo radical da década de 1930.”²⁹¹ Em parte devido ao interesse e apoio, inclusive financeiro, de Hayek, em 1944 foi publicado o livro de Karl Popper *The open society and its enemies*, um ataque virulento às supostas premissas filosóficas das chamadas “sociedades fechadas” ou “coletivistas”, em suma, “totalitárias”, encontradas, segundo ele, na obra de três grandes filósofos, cuja influência ele deplorava: Platão, Hegel e Marx.

²⁹¹ Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p., 66.

Se durante a II Guerra Mundial a determinação do conceito de “totalitarismo” foi, sobretudo, uma questão eminentemente intelectual, sem muita repercussão junto ao público em geral, após o fim do conflito, ela ressurgiu com toda força na opinião pública americana, na medida em que as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética se deterioravam e a tensão entre estes países era explorada pelos políticos norte-americanos para fomentar o sentimento anticomunista. Com a proclamação da Doutrina Truman,²⁹² que pregava, como principal papel dos Estados Unidos no plano internacional, ajudar as democracias a manter sua integridade nacional e suas instituições livres contra os movimentos que procurassem impor regimes totalitários, o termo passou a desempenhar uma função ideológica essencial, que consistia em ligar os antigos aliados soviéticos ao então inimigo nazista. Os ânimos do povo norte-americano, antes contrários aos alemães, teriam que ser direcionados contra os soviéticos. Enquanto a Alemanha passava, assim, por um processo de “destotalização”, a União Soviética deixava de ser o grande “aliado da democracia” do período de Guerra para ser identificado cada vez mais com o totalitarismo. Por este prisma, fica fácil compreender como antigos adversários dos Estados Unidos podiam agora tão rapidamente se tornar seus melhores aliados e vice-versa.²⁹³ A mudança política profunda representada pela declaração pública de que a União Soviética era o principal inimigo dos Estados Unidos demandava novas formas de interpretar as ambições soviéticas, e angariou o apoio de aliados também fora dos Estados Unidos. A linguagem da Doutrina Truman teve imediata repercussão no discurso público sobre o “totalitarismo”, tornando-se cada vez mais agressivo, até contra o regime de Franco, na Espanha.²⁹⁴ Em março de 1946, Winston Churchill fez o seu discurso

²⁹² “Em 12 de março de 1947, Truman [Presidente dos Estados Unidos à época] proclama a “doutrina” que toma seu nome: depois da vitória alcançada na guerra contra a Alemanha e o Japão, abre-se uma nova fase na luta pela causa da liberdade. Agora, a ameaça provém da União Soviética, ‘regime totalitário imposto aos povos livres, mediante agressão direta ou indireta, minando os fundamentos da paz internacional e, portanto, da segurança dos Estados Unidos’”. Domenico Losurdo (2003). “Para uma crítica da categoria de totalitarismo”. *Crítica Marxista*, vol. 17, p. 55

²⁹³ É quase certo que, se Truman não o tivesse feito, o termo poderia ter sido apropriado pelos críticos de seu governo. Enquanto “liberais” continuavam divergindo a respeito de saber se a União Soviética era totalitária, era natural para a parte mais conservadora da política americana usá-lo para os seus propósitos políticos de aumentar a hostilidade à União Soviética nos Estados Unidos. Era plausível fazê-lo ligando os termos totalitário e totalitarismo o máximo possível ao socialismo e até ao “liberalismo”. Tal visão do totalitarismo como uma forma extrema de socialismo ou “liberalismo” começou nos Estados Unidos com os debates sobre se o *New Deal* era socialista ou se o Presidente Roosevelt se tornaria um ditador americano, analogamente à Europa totalitária. Como mencionado, na campanha presidencial de 1940, Herbert Hoover bradava que “totalitário” significava “socialista” e que a situação nos Estados Unidos durante o *New Deal* era muito parecida com a da Alemanha de Weimar antes da vitória de Hitler. Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p., 64.

²⁹⁴ No mesmo dia em que anunciou a Doutrina Truman, o Presidente promulgou uma ordem que determinava a investigação de todos os empregados do Executivo, e não somente daqueles em posição sensível. As pessoas deveriam ser investigadas por deslealdade para com os Estados Unidos, aproveitando-se provas anteriormente produzidas e sem que pudessem saber nem ao menos as provas que existiam contra elas.

sobre “a cortina de ferro” em Fulton, Missouri. Usou o termo “totalitarismo” para se referir ao Comunismo, e suas referências à União Soviética a comparavam claramente à Alemanha nazista. Espelhando internamente as divergências acerca da caracterização da União Soviética como um país totalitário, e da necessidade de combater sua expansão, a esquerda norte-americana também se dividiu. De um lado, havia os que se identificavam com o ponto de vista Rooseveltiano e que eram a favor da acomodação das necessidades de segurança legítimas da União Soviética. Por outro, havia os que acreditavam que ela era insaciavelmente expansionista, uma ameaça feroz à paz mundial.

A separação entre a Frente Popular de Esquerda e a emergente Esquerda da Guerra Fria tomou sua forma organizacional já no final do ano de 1947, quando aqueles que eram favoráveis à acomodação dos interesses soviéticos, liderados por Henry Wallace, fundaram os Cidadãos Progressistas da América (PCA, sigla em inglês para *Progressive Citizens of America*), e os anticomunistas, por sua vez, organizaram-se em torno da Americanos pela Ação Democrática (ADA, sigla em inglês para *American for Democratic Action*), que reunia liberais anticomunistas como Reinhold Niebuhr e Arthur Schlesinger Jr. Todo o propósito da ADA girava em torno da existência ameaçadora do “totalitarismo” e da necessidade de combatê-lo a todo custo. Neste sentido, foi organizada uma oposição interna à política externa norte-americana, especialmente promovida pela PCA, cuja crítica recaía sobre a tolerância norte-americana a regimes igualmente totalitários, como os da China e de Portugal. Nas palavras de Henry Wallace, “o termo totalitarismo era uma forma de distinguir entre ditaduras de direita, que por razões de conveniência os Estados Unidos deveriam apoiar, e ditaduras de esquerda, que eram lesivas aos interesses americanos”.²⁹⁵ Emblemático sobre o conceito de “totalitarismo” nesta época foi o livro *Vital Center: The Politics of Freedom* de Arthur Schlesinger Jr., publicado em 1949, do qual destaca-se o seguinte trecho:

O estado totalitário, que emergiu como uma resposta específica a esse medo da liberdade, é uma invenção do século XX. Diferencia-se essencialmente da velha ditadura, que pode ser sangrenta e tirana, mas ainda deixa intacta a maior parte da estrutura da sociedade. O totalitarismo, ao contrário, pulveriza a estrutura social, esmagando todos os grupos independentes e de lealdades diversas em uma única massa amorfa. O controle do estado totalitário é ilimitado. Só este fato é um indício de seu profundo apelo psicológico. Em nível econômico, ele procura fornecer a resposta para o aparente e incoerente descontrole da sociedade industrial. E, em nível político e psicológico, oferece esperança de acalmar a dolorosa ansiedade; oferece vazão institucional para os impulsos sádicos e maso-

²⁹⁵ Henry Wallace *apud* Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p., 77.

quistas, (...) contra a certeza totalitária, a sociedade livre pode apenas oferecer um homem moderno devorado pela alienação e pela falsidade.²⁹⁶

Mas, subjacente ao conceito de totalitarismo que se estabelecesse, estava sempre a intensa batalha ideológica imanente no período de Guerra Fria, que norteava as discussões a respeito da identificação do regime soviético ao recém-derrotado regime fascista, e a sua caracterização como um Estado totalitário, ou a crítica à utilização do aparato estatal norte-americano para o combate a este inimigo forjado através do discurso de propaganda. Se no período anterior à II Guerra, os principais escritores sobre totalitarismo eram jornalistas, escritores e pesquisadores, em muitos casos, participantes de movimentos de Resistência, no período do pós-guerra a teorização sobre totalitarismo tornou-se cada vez mais ligada a institutos acadêmicos de estudos soviéticos, russos ou do leste europeu, pesadamente financiados pelo governo dos Estados Unidos.²⁹⁷ Em decorrência disto, há uma mudança na abordagem do conceito de “totalitarismo” que acompanha esta progressiva identificação do regime soviético ao regime nazista, caracterizada pelo aumento das preocupações empíricas e pela utilização deste conceito como uma arma de combate ideológico poderosa a ser administrada durante a Guerra Fria.²⁹⁸ Transformou-se numa forma de marcar a União Soviética como o “império do mal” e de identificar a liderança dos Estados Unidos no recém-assinado tratado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de 1949, como as “forças do bem”.

É importante notar que a utilização do termo totalitarismo era comum nos países de fala inglesa, mas não tão aceito, ou largamente utilizado, em países da Europa, no imediato pós-guerra.²⁹⁹ Na França, por exemplo, havia muita resistência ao seu uso, especialmente

²⁹⁶ Arthur Schlesinger Jr (1949). *The Vital Center: The Politics of Freedom*. Boston, Houghton Mifflin, pp. 53-54.

²⁹⁷ Jeffrey C. Isaac (2003). “Critics of Totalitarianism”. *Op. cit.*, p. 192.

²⁹⁸ Em 1950, foi aprovada uma Lei de Segurança Interna, conhecida como *McCarran Act*, cuja justificativa por ela mesma apresentada para sua aprovação era “o movimento comunista mundial”, que através da “deslealdade, disfarce, infiltração em outros grupos, espionagem, sabotagem, terrorismo e outros meios necessários” estava tentando realizar uma “ditadura totalitária”, definida como o regime que possuísse “um partido único, organizado em bases ditatoriais, e com identificação substantiva entre o partido e suas políticas e o governo e as políticas governamentais do país em que se encontrava”. Através desta lei proibiu-se a entrada nos Estados Unidos de comunistas e anarquistas, especialmente se totalitários. Com a sua inserção na legislação, o termo totalitário passou a ter uma nuance indesejada, pois podia-se incluir em sua definição regimes aliados como o da Iugoslávia, quando tornou-se independente da União Soviética, ou o de Franco, quando passou a interessar aos Estados Unidos a aliança com este ditador.

²⁹⁹ Isso porque, a Itália e a Alemanha, por exemplo, que haviam vivido sob a égide de regimes totalitários, tinham todo o interesse em demonstrar que não mais estavam submetidas a estes regimes, a fim de receber a tão necessitada ajuda dos Estados Unidos, decorrente do Plano Marshall, e por isso procuravam alinhar-se então à Doutrina Truman. Entretanto, na Itália, por exemplo, o partido democrata-cristão encontrava-se no poder no pós-guerra e procurava demonstrar que a esquerda comunista, ainda existente no país, propugnava

por aqueles que se recusavam a aplicar um conceito que igualava o regime nazista ao regime stalinista, que ainda percebiam a União Soviética como uma esperança remanescente de uma ordem social mais justa, a exemplo de Jean-Paul Sartre, o qual se manteve fiel ao regime comunista soviético por muito tempo, mesmo quando antigos aliados intelectuais passaram a utilizar o termo “totalitarismo” para designar o regime soviético. Um importante dissidente intelectual de Sartre, no período, foi Raymond Aron, para quem havia inúmeras semelhanças entre o nazismo e o bolchevismo, como o poder absoluto do Estado concentrado nas mãos de um tirano que apoiava-se numa ideologia dogmática refletida na “verdade oficial”. Aron, no entanto, reconhecia algumas diferenças: o fascismo preservava a estrutura de classes existente, enquanto o comunismo a destruíria; e a ideologia propugnada por ambos os regimes também não era a mesma, uma vez que o comunismo encerrava uma caricatura de salvação religiosa enquanto o fascismo não reconhecia o humano. Em *Le Grand Schisme*, de 1948, Aron defendeu que a Guerra Fria era não somente política e econômica, mas moralmente necessária, e que a Europa se encontrava em um momento em que os países pequenos, antes liderados pela Inglaterra, estavam no meio de uma balança de poder que não indicava para eles outro caminho que não se alinharem com os Estados Unidos, já que, do outro lado, havia a União Soviética, que levaria estes países à completa dominação. Os Estados Unidos seriam a única forma de a Europa se salvar. Em seguida, ele lançou o livro *Les Guerres en chaîne*, uma coleção de ensaios que procura demonstrar como as “guerras totalitárias” do século XX estavam associadas aos regimes totalitários da Alemanha e da União Soviética. Em 1955, lançou o livro polêmico criticando a intelectualidade francesa: *L'Opium des intellectuels*, no qual discutia a situação do proletariado europeu naquele momento e acusava a Esquerda, preocupada com o “culto da história”, de estar alienada da sociedade a que pertencia. Posteriormente, Raymond Aron publicaria, em 1965, *Démocratie et totalitarisme*, conjunto de dezenove aulas ministradas na Sorbonne entre 1957 e 1958, em que buscou distinguir dois tipos puros de regime político na modernidade — os regimes constitucionais pluralistas e os regimes monopolistas de partido único. Aqueles consistiriam numa pacífica e organizada competição entre vários partidos, ao passo que estes seriam dominados por um único partido cujo monopólio da força seria legitimado por objetivos ideológicos que, para serem alcançados, requereriam constantes expurgos de purificação.³⁰⁰

por um regime que também era totalitário. Buscou incessantemente o afastamento desta esquerda do poder, demonstrando o total alinhamento com a mencionada Doutrina. Nas eleições de 1948, os democrata-cristãos conseguiram expulsar os comunistas do governo.

³⁰⁰ Cf. T. J., Johnson (1970). “Democracy and totalitarianism”. *Sociology*, n° 4, p. 119.

Outro grande polemizador da esquerda francesa foi Albert Camus, que em seu livro *L'Homme revolte*, de 1951, atacou a questão referente a se o progresso social justificava a violência revolucionária. Para ele a institucionalização da violência estava encapsulada no mito de Prometeu, o revolucionário que teve compaixão pelo povo e os liderou contra Zeus. Prometeu entendeu, no entanto, que as pessoas são covardes, fracas e hedonistas e que precisavam aprender seus próprios interesses a fim de lutar por eles. Então Prometeu se tornou César, o mestre que primeiro ensinava para depois comandar. Camus discorreu sobre como a rebelião do século XVIII se tornou o totalitarismo do século XX, e como, de modo geral, o individualismo extremado de algumas formas de revolta levou ao totalitarismo fascista e comunista, travando uma batalha intelectual com Sartre que não foi resolvida até sua morte em 1960.

Na Alemanha dos anos 1950, o termo totalitarismo se espalhou por livros escolares, enciclopédias e panfletos, especialmente enfatizando as similaridades entre o Estado nazista anterior e o Leste alemão, sob o domínio da União Soviética. Os estudos acadêmicos, que nunca deixaram de ser produzidos sobre o nazismo, desenvolveram-se no sentido de tentar explicar porque o totalitarismo alemão teria surgido, e porque seu terror havia atingido tal proporção. Era bastante aceita a idéia de que o “totalitarismo alemão”, embora tivesse sido bem pior do que o dos outros povos que passaram por esta experiência, pertencia a uma era de modo que o fenômeno nacional não podia ser destacado do destino totalitário de outros países europeus.³⁰¹ É importante notar que, ainda que nos Estados Unidos e na Inglaterra o estudo do totalitarismo tenha deixado de focar o nazismo e as causas de sua ascensão, na Alemanha, entender este fenômeno nunca deixou de nortear os estudos sobre o totalitarismo. A análise sobre a contribuição das elites, da classe política e do próprio povo alemão para a vitória do regime de Hitler continuou sendo o principal tema daqueles que procuravam historicizar o conceito de “totalitarismo”. Na medida em que vários intelectuais imigrantes retornavam para a Alemanha, o termo passou por novas alterações de sentido, ora enfocando especificamente o nazismo, ora sendo utilizado para uma cuidadosa comparação da União

³⁰¹ Alguns estudiosos, no entanto, começaram a identificar o nazismo ao seu líder máximo, utilizando a demonização de Hitler para isentar de responsabilidade a elite alemã e o povo alemão em geral, como se todo o sistema fosse responsabilidade de uma só pessoa.

³⁰³ Zbigniew K. Brzezinski & Carl J. Friedrich (1965) [1956]. *Totalitarismo e autocracia*. Rio de Janeiro (Guanabara), Edições GRD, p. 18. Estes autores apresentam uma teoria sobre o caráter distintivo das ditaduras totalitárias, pretendendo cobrir os regimes nazista, fascista, soviético e chinês. O totalitarismo, para eles, seria uma espécie de “síndrome ou padrão de aspectos relacionados” daqueles fatores. Propugnavam, essencialmente, que o comunismo soviético era um regime imutável e de inspiração imperialista. O que de acordo com seus críticos foi posteriormente desmentido pelo curso dos acontecimentos, como as mudanças promovidas por Khrushchev.

Soviética ou da própria Alemanha Oriental com a Alemanha nazista. Na década de 1950, o historiador, discípulo de Fraenkel, Karl Dietrich Bracher, escreveu *The national socialist seizure of power*, no qual reproduziu as seis características do totalitarismo, apontadas por Zbigniew Brzezinski e Carl Friedrich, quais sejam, “uma ideologia, um partido único tipicamente dirigido por um só homem, uma polícia terrorista, um monopólio de comunicações, um monopólio de armamentos e uma economia centralizada”,³⁰³ alinhado esses elementos à explicação de Jacob Talmon,³⁰⁴ para quem o totalitarismo seria fruto da era democrática inaugurada pelo Iluminismo. Embora respeitasse o modelo de Friedrich e Brzezinski, Karl Bracher percebia no totalitarismo uma dinâmica revolucionária, que não se coadunava com o modelo mais estático daqueles.³⁰⁵ Por outro lado, as mudanças promovidas no regime soviético, especialmente a partir das reformas de Khrushchev, sugeriam uma continuidade do movimento soviético para longe do stalinismo, e, em decorrência disso, começou-se a

³⁰⁴ Talmon, adepto das idéias de Tocqueville, em *The Origins of Totalitarian Democracy*, trata especificamente da política e da ideologia soviéticas, que ele acreditava serem derivadas do Iluminismo. Defendia a existência de um totalitarismo de direita, que teria como ponto de partida a coletividade, o Estado, a nação ou a raça em oposição ao indivíduo, e um totalitarismo de esquerda, o qual proclamaria a essência bondosa e a perfeição da natureza humana, cabendo somente a este último tipo a denominação de “democracia totalitária”. O Iluminismo teria produzido dois distintos modos de pensamento democrático: um liberal, que considerava a política como uma questão de tentativa e erro; e uma escola de totalitarismo democrático, também denominada de “messianismo político”, baseado numa verdade única em matéria de política. Segundo Talmon, o messianismo político teria sido a força motora por detrás da criação do comunismo soviético e o principal suporte da Revolução Russa. Seus estudos levaram-no a concentrarem-se primordialmente em Jean-Jacques Rousseau. Ele enfatizava, sobretudo, o sentido totalitário da “vontade geral”. Para Rousseau, este conceito expressava a soberania e o desejo da comunidade política, mas poderia ser distinguido do desejo de todos, que seria a mera soma dos desejos individuais dos membros da comunidade. Em outras palavras, haveria uma diferença entre o que a maioria poderia parecer querer e o que o legislador, que deveria corporificar o desejo geral, poderia dizer a eles para querer. As pessoas poderiam ser forçadas a ser livres. Para Talmon, esta situação seria o protótipo dos desenvolvimentos posteriores que possibilitaram que Lênin, por exemplo, formulasse o que o proletariado deveria querer, a despeito de qualquer votação. (Jacob L. Talmon (1956). *Los orígenes de la democracia totalitaria*. Madrid, Buenos Aires, Aguilar). Posteriormente, no segundo volume de sua trilogia, *Political Messianism*, mais influenciado pelo conservadorismo de Edmund Burke, Talmon percebe que poderia unir o totalitarismo de direita, do qual seriam exemplos o fascismo e o nazismo, ao totalitarismo de esquerda, a partir do nacionalismo. Com o tempo Talmon angariou mais críticos do que defensores e, já na década de 1970, não possuía mais a mesma influência entre os intelectuais. Cf. Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p., 115.

³⁰⁵ Neste sentido, Hans Mommsen também considerou que o modelo teórico de totalitarismo de Brzezinski e Friedrich não acompanhava o movimento dos regimes fascista e bolchevique. Para aquele autor, este modelo também precisava enfatizar o culto ao líder, a função da ideologia, a mobilização de massa e a propaganda. Dessa forma, o paradigma totalitário nunca conseguiria explicar os regimes não-liberais de direita, que estariam na zona cinzenta. Os que aderem àquele modelo proposto preferem sempre identificar o nazismo com o bolchevismo, mas não com as ditaduras na Espanha ou Argentina. E, assim fazendo, eles sempre deixam de lado o papel das elites na ascensão do regime fascista.

³⁰⁹ Pedro Christian Ludz, por exemplo, entendia que o modelo totalitário era incapaz de explicar as mudanças sociais e conflitos em uma sociedade industrial moderna como a Alemanha Oriental estava se tornando.

questionar a adequação do termo “totalitarismo” para designar este regime, tanto na Alemanha quanto, um pouco mais tarde, nos países de língua inglesa.³⁰⁹ A década de 1960 na Alemanha, e também nos Estados Unidos, foi marcada por uma polarização entre esquerda e direita, principalmente entre os estudantes, e mais difusamente na população. Jovens alemães e americanos, admiradores de líderes radicais do Terceiro Mundo, como Fidel Castro e Che Guevara, contestaram veementemente o caráter ideológico daquele conceito.

Não há dúvida que o sistema fascista de dominação, do ponto de vista de suas intenções e de sua tendência a uma repressão total da oposição, penetração na sociedade e guia ideológico das massas, deve ser chamado de totalitário, se este conceito não levasse a falsas associações. Infelizmente, a teoria do totalitarismo enfatizava principalmente a tese de que o comunismo e o fascismo eram em essência idênticos, porque assim esperava-se que o comunismo fosse ainda mais fortemente desacreditado que o fascismo. Por isso, é uma arma útil para a Guerra Fria.³¹⁰

Em resposta ao crescente movimento de esquerda, intelectuais como Bracher atacaram a posição destes “jovens idealistas”, como um “assalto geral às tradições e posições liberal-democráticas.” Ele considerava que existiam sim semelhanças entre o totalitarismo de esquerda e de direita, ainda que também reconhecesse algumas diferenças. Este ataque à esquerda alemã foi corporificado no livro “Terrorismo e Totalitarismo”. O debate agora já era eminentemente político, e Bracher estava menos preocupado com a plausibilidade acadêmica do modelo totalitário que com o avanço da nova esquerda, a crescente aceitação do eurocomunismo e o poderoso anti-americanismo forjado pela Guerra do Vietnã. Apesar da autodenominação nacionalista dos movimentos de libertação de China, Cuba, Vietnã e Camboja, Bracher considerava-os todos totalitários, na organização e ideologia.

Independentemente de sua utilização como arma ideológica durante a Guerra Fria, e da separação que ao longo do desenvolvimento de sua definição se procurou fazer entre os regimes concretos aos quais ele poderia se referir (nazismo, fascismo e stalinismo) e as características que se buscou atribuir-lhe como conceito, fato é que o totalitarismo começou a ser encarado, a partir dos anos 1950, como a antítese do liberalismo, entendido este como “a visão de que o primeiro objetivo do Estado é instituir uma ordem social que dê o sentido mais amplo possível ao valor da liberdade individual, onde esta liberdade é entendida negativamente como a liberdade ‘livre’ da interferência do Estado na busca individual de sua própria concepção do bem e limitada apenas por igual liberdade de todos os membros

³¹⁰ Reinhard Kühnl (1971). *Formen bürgerlicher Herrschaft*. Hamburgo, Rowohlt, p. 155. *apud* Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p., 162.

da sociedade.”³¹¹ Em verdade, desde que o conceito “totalitarismo” passou a ser utilizado, permaneceu no foco dos debates públicos ocorridos ao longo do século XX na Alemanha, Itália, França, Inglaterra e Estados Unidos, sobre a liberdade, a justiça e a revolução. Logo adiante, examinaremos como este conceito foi apropriado e utilizado por pensadores de diferentes posições no interior da tradição liberal, como Karl Popper e Hannah Arendt, a fim de observar como e em que medida suas teorias sobre o totalitarismo contribuíram para dar a este conceito o sentido, hoje hegemônico, em relação àqueles temas cruciais para o debate político do século XX.

³¹¹ Michael Halberstam (1998). “Totalitarianism as a Problem for the Modern Conception of Politics”. *Political Theory*, vol. 26, n. 4, p. 462.

3.2 – A tradição liberal e seus usos

3.2.1 – Karl Popper

O uso do conceito de “totalitarismo” em Popper não possui uma conotação muito diferente do senso comum de sua época. De modo geral, ele identifica como “totalitarismo” a imposição do todo (Estado) sobre as partes (indivíduos), algo que, ao longo das décadas de 1920, 1930 e início da década de 1940, era amplamente defendido, com sinais trocados, por liberais e fascistas igualmente. Os liberais, sustentando que isto significava o definhamento de toda liberdade individual; os fascistas, alegando que isto proporcionava a realização máxima dos indivíduos. Popper, evidentemente, se posicionava a favor dos primeiros e contra estes últimos. E quanto a isso, como dissemos, ele não foi nem um pouco inovador. Porém, se isto é válido como um resumo grosseiro de sua apreensão do conceito, apenas isso não é o suficiente para qualificá-la. Se Popper não foi inovador na definição do conteúdo geral do conceito de “totalitarismo”, podemos dizer que ele o foi consideravelmente em suas formas específicas. A abordagem de Popper foi sua grande inovação. E deve-se a ela grande parte do reconhecimento ainda hoje tributado ao seu pensamento político e social nos círculos de intelectuais e políticos liberais que há gerações agradecem copiosamente o dia em que veio à luz seu livro “A sociedade aberta e seus inimigos”. Tratava-se, enfim, de um compêndio formidável de refutações endereçadas às idéias dos pais filosóficos do “totalitarismo”, esta forma de governo que, segundo a oração matinal dos liberais, “pertence a uma tradição que é tão antiga ou tão nova quanto nossa civilização”.³¹²

A grande inovação de Popper (como freqüentemente acontece com as grandes inovações teóricas em geral, mas, permitimo-nos considerar, especialmente enfadonho entre os pensadores liberais) é uma reformulação bem sucedida de alguns axiomas proferidos pelos primeiros grandes pensadores liberais. Atrevemo-nos a pensar que, muito provavelmente, o próprio Popper não teria objeções quanto a isso, uma vez que ele considerava o liberalismo e seus vários conceitos associados, ao menos na linguagem que ela adota (individualismo, igualitarismo e humanismo) tão antigos ou tão novos quanto nossa civilização. O seu livro é, por assim dizer, uma cruzada liberal em busca do tesouro perdido da “sociedade aberta”,

³¹² Karl Popper (1987) [1945]. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Vol.1. Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, p.15.

que, se não havia se perdido, corria, em seu tempo, sérios riscos de se perder, ou melhor, de ser destruído pelo avanço do “totalitarismo”. Nele, Popper descreveu a saga das origens da “sociedade aberta” e dos ataques desfechados contra ela, desde os tempos da Antiga Grécia até o surgimento e estabelecimento do mundo moderno. O itinerário desta saga é conhecido — um combate ferrenho e sem trégua, em defesa da “sociedade aberta”, aos seus inimigos mais fatais: Platão, Hegel e Marx, os iminentes precursores do “totalitarismo” moderno.

A novidade de Popper, neste sentido, não teria sido exatamente colocar no banco dos réus tais pensadores, muito menos ter evocado seus nomes especificamente. Muitos antes dele já o tinham feito. Hegel era reclamado pelos próprios fascistas italianos, Marx era castigado por “democratas” de todo mundo pelos horrores cometidos por Stálin e mesmo por ter sido responsável indireto pela ascensão do nazismo na Alemanha, e Platão, bem, este era perseguido desde o início do século XIX como o espírito maligno que havia inspirado a mente doentia de Rousseau, que, por sua vez, quase passou à história como o idealizador da guilhotina. A novidade de Popper, para encerrar estas repetidas digressões, estava em seu método recém formulado do *falsificacionismo científico*, aplicado, pois, em primeira mão por seu próprio inventor à análise do pensamento político e social do Ocidente. Tal método, que ele opunha ao indutivismo, consistia basicamente numa tentativa sistemática de refutação das proposições de uma dada teoria ou hipótese a fim “falsificá-la”, demonstrando, pois, sua invalidez ou inconsistência. É deste exato modo que ele se comporta em relação àqueles pensadores, a fim de descartar suas concepções quanto à melhor forma possível de organização política das sociedades humanas. Inicialmente, ele traça o que, segundo ele, seriam as premissas e principais conclusões de cada autor para, em seguida, apresentar contra-provas ora factuais ora teóricas, de modo a implodir toda a estrutura filosófica, epistemológica e proposicional sobre a qual se assenta o edifício de suas teorias e, além disso, a partir da qual é deduzida toda uma série de práticas políticas nocivas à sociedade aberta, a seu ver, a única sociedade capaz de suportar a infatigável prova do “experimento e erro” a que estamos sujeitos desde o instante em que aceitamos o ininterrupto processo de transformação de nossa vida social.

Como toda saga que se preze, comecemos pelo início. A antiga cidade de Atenas, de acordo com Popper, foi o palco do primeiro ato de encenação da sociedade aberta de que se tem notícia em todo o mundo. Ali, ocorrera o primeiro grande cisma do Ocidente: a rup-

tura com as primitivas formas de organização social das sociedades tribais da antiguidade grega, e o nascimento de uma nova forma de organização, não mais pautada nos valores e práticas coletivistas, autoritários, supersticiosos, autárquicos, irracionais, mágicos, em uma palavra, totalitários, e sim nos valores e práticas individualistas, libertários, sensatos, democráticos, racionais, científicos, em suma, tudo de bom que uma sociedade aberta pode oferecer. Para Popper, a ruptura realizada por Atenas com o seu próprio passado não teria acontecido sem conflito, em primeiro lugar, com os herdeiros da antiga aristocracia tribal, que desejavam o retorno à antiga forma de organização social, na qual eles constituíam o extrato privilegiado da sociedade; em segundo lugar, com a sua vizinha Esparta, que, não tendo ainda saído das trevas que assolam as sociedades tribais ou fechadas, a viam como uma colossal ameaça ao seu modo de vida. Tais cidades epitomariam em seu argumento aquelas antinomias acima mencionadas; seriam a própria encarnação de um conflito irremediável — o primeiro deles — entre a sociedade aberta e seus inimigos. Atenas, com seu pujante comércio marítimo, a sua florescente filosofia, o seu respeito à pluralidade política e às liberdades individuais, a Atenas liberal, *versus* Esparta, com seu isolamento tribal, suas superstições e magias, sua intransigente autarquia coletivista, a Esparta totalitária. Não podia mesmo dar em boa coisa. A Guerra do Peloponeso era inevitável, sobretudo do ponto de vista de Esparta, a principal ameaçada nesta história. “O individualismo, o igualitarismo, a fé na razão e o amor à liberdade eram novos, poderosos, e, do ponto de vista dos inimigos da sociedade aberta, perigosos sentimentos que tinham de ser combatidos”.³¹³ Afinal, a sociedade aberta encarnada por Atenas seria a antítese absoluta da sociedade tribal encarnada por Esparta, cujas principais características, conforme Popper, seriam as seguintes: 1) a “proteção do tribalismo detido: fechar a porta a todas as influências estrangeiras que pudessem pôr em perigo a rigidez dos tabus tribais”; 2) o “anti-humanitarismo: fechar a porta, especialmente, a todas as ideologias igualitárias, democráticas e individualistas”; 3) a “autarquia: ser independente do comércio”; 4) o “anti-universalismo ou particularismo: sustentar a diferenciação entre a própria tribo e as outras; não se misturar com inferiores”; 5) a “dominação: submeter e escravizar os vizinhos”; 6) “não se expandir demais: a cidade só deve crescer enquanto puder fazê-lo sem prejudicar sua unidade e, especialmente, sem arriscar-se à introdução de tendências universalistas”.³¹⁴

³¹³ *Idem*, p. 214.

³¹⁴ *Idem*, p. 198. Esta última característica constituiria a única exceção na analogia traçada por Popper, pois os regimes totalitários modernos teriam fortes tendências imperialistas.

Dois modos de vida tão irreconciliáveis jamais poderiam ser mantidos na indiferença por vizinhos tão próximos. Estava preparada, assim, a trama que levaria a primeira grande provação enfrentada pela sociedade aberta. Mas, após altos e baixos, no final das contas ela venceu; a tirania dos Trinta logo foi abatida, Esparta aceitou a rendição e os bons cidadãos atenienses foram para as suas camas mais tranqüilos, pois, agora sim, estavam convencidos de que o seu regime era o melhor, pelo menos até que novos perigos provassem o contrário: neste haviam passado pelo teste da “experimentação e erro” e resistido bravamente. Porém, nem todos os cidadãos de Atenas cantaram vitória.

Platão, por exemplo, de acordo com Popper, foi um desses que maldisseram a recém reconquistada abertura da sociedade, não apenas por ressentimento devido à condenação à morte de seu mestre Sócrates, acusado injustamente de haver influenciado na educação dos jovens tiranos, Alcebíades, Cármites e Críctas, este último, tio de Platão. Tratava-se de uma convicção política mais funda e contrária aos princípios que regiam a organização da cidade de Atenas. O programa político de Platão, segundo Popper, possuía como principais elementos: 1) a estrita divisão de classes; e 2) a identificação do destino do Estado com o de seus dirigentes. Derivavam destes: 3) o monopólio da classe governante sobre as virtudes e o adestramento militar, o direito de portar armas e receber educação, não podendo ter participação em qualquer atividade econômica; 4) a censura em todas as atividades intelectuais da classe dirigente e propaganda para moldar as mentes, sendo proibida qualquer inovação na educação, legislação e religião; 5) a auto-suficiência do Estado. Popper sintetizaria este programa na seguinte “fórmula idealista: Detenha-se toda mudança política! A mudança é maléfica; o repouso, divino”, do qual ele extraía outra “fórmula naturalista: Volte-se à natureza! Voltemos ao estado original de nossos antepassados, o estado primitivo fundado de acordo com a natureza humana e, portanto, estável; voltemos ao patriarcado tribal do tempo anterior à queda, ao governo da classe dos poucos sábios sobre os muitos ignorantes”.³¹⁵

Tal programa político, classificado “com justiça” por Popper como totalitário, seria a antítese sumária da sociedade aberta de seu tempo, distinguindo-se apenas do totalitarismo moderno em razão de seus alvos serem a “felicidade dos cidadãos e o reino da justiça”. Mas que justiça seria esta em Platão que não se oporia a seu programa político totalitário? De acordo com Popper, não era a justiça que tomava o indivíduo como valor em si; mas ao

³¹⁵ *Idem*, p. 100.

contrário, era a justiça que subordinava o indivíduo à comunidade, noutras palavras, seria a justiça do Estado ou daquilo que é de interesse do Estado melhor, qual seja, deter qualquer mudança por meio da manutenção de uma rígida hierarquia social e do governo de apenas uma classe.

Em “A República”, segundo Popper, de todos os princípios de justiça discutidos por Platão, este teria omitido um princípio que seria fundamental para a constituição das sociedades abertas, o “princípio do igualitarismo”. Este princípio consistiria na exigência de que o Estado dedicasse tratamento imparcial a seus cidadãos, o que implicaria na igualdade de todos os indivíduos perante a lei e na conseqüente abolição de privilégios naturais. Platão, evidentemente, possuía os seus motivos. O primeiro princípio de justiça a ser obedecido em sua República seria precisamente o do “privilégio natural”, cujo significado, nas palavras de Popper, seria “conservar cada qual na sua própria posição”. Os demais princípios seriam: o do “holismo ou coletivismo”, e o da “tarefa de o indivíduo manter e reforçar a estabilidade do Estado”, precisamente os princípios que se opõem diametralmente à justiça humanitária e individualista e protecionista da sociedade aberta. O equívoco de Platão, segundo Popper, teria sido associar necessariamente o individualismo ao egoísmo, sem levar em conta que o individualista pode muito bem fazer sacrifícios a fim de ajudar os outros. Somente isto seria o suficiente para desqualificar a premissa sobre a qual se funda a teoria de justiça de Platão, segundo o método de Popper. “A identificação do individualismo com o egoísmo fornece a Platão poderosa arma para defender o coletivismo, assim como para atacar o individualismo”. Segundo Popper, esta conexão não seria em hipótese alguma arbitrária. Platão estaria consciente que defendia um princípio básico das sociedades tribais, segundo o qual o indivíduo deveria submeter-se sempre ao interesse do todo, seja ele “o universo, a cidade, a tribo, a raça, ou qualquer outro corpo coletivo”.³¹⁶

Por que tentou Platão atacar o individualismo? Acho que ele sabia muito bem o que ele estava fazendo ao apontar as suas armas para essa posição, pois o individualismo, talvez ainda mais do que o igualitarismo, era uma fortaleza das defesas do novo credo humanitário. A emancipação do indivíduo, de fato, era a grande revolução espiritual que conduziu à queda do tribalismo e à ascensão da democracia. A extraordinária intuição sociológica de Platão mostra-se no modo por que ele invariavelmente distinguia o inimigo, onde quer que o encontrasse.³¹⁷

³¹⁶ *Idem*, p. 115.

³¹⁷ *Idem*, p. 116.

A República de Platão, como sabemos, é firmemente edificada numa sociedade dividida por castas, e é na preservação desta estrutura que se ancora toda a teoria de justiça do filósofo (“detenha-se toda a mudança política!”). O individualismo, neste sentido, choca-se frontalmente com as pretensões conservadoras de Platão de preservação da saúde, unidade e estabilidade do todo coletivo. Qualquer garantia de proteção às liberdades individuais poderia, em última instância, representar uma ameaça fatal à constituição de toda a ordem social e política. Tudo que ameaça prejudicar a cidade é moralmente perverso e injusto, por isso, qualquer relaxamento no sistema de castas levaria à queda da cidade; o que prejudicaria a cidade seria a injustiça, e o oposto de injustiça seria a justiça, de forma que o critério da moralidade seria o interesse do Estado. O coletivismo de Platão não permite, portanto, concessões. Mesmo “a injustiça é um ato contra o Estado, e não contra um homem particular, e embora um homem possa cometer um ato de injustiça, só a coletividade pode sofrê-la”.³¹⁸ A finalidade dos indivíduos dentro das sociedades fechadas seria reduzida, desta forma, à manutenção da estabilidade do todo, tal como uma engrenagem que, por si própria, não possui valor, mas só enquanto acoplada a um mecanismo que lhe fornece uma função, ou seja, um propósito de ser. O regime de castas, neste sentido, para Platão, não visaria sequer à exploração de suas partes, senão na medida em que isto fosse necessário para preservar a integridade da República. Tal sistema não seria, portanto, nem mesmo incompatível, segundo Popper, com as restrições à exploração dos privilégios de classe (“bem comum ao totalitarismo”), uma vez que também esta traria um componente egoísta, logo, para Platão, individualista, nocivo à harmonia da ordem pública.

Contrário a esta perspectiva totalitária de Platão, Popper invocaria o princípio da proteção individual, segundo qual cada indivíduo pode exigir proteção para a sua própria liberdade e para a dos outros; eles estariam perfeitamente dispostos a ver até mesmo algumas de suas liberdades restringidas, desde que pudessem obter proteção para a liberdade restante e desde que tais limitações fossem realmente necessárias. Neste sentido, o Estado deveria limitar “a liberdade dos cidadãos tão igualmente quanto possível, e não além do que for necessário para conseguir uma limitação igual da liberdade”. Neste ponto, Popper reconhece uma possível contradição, qual seja, a de que qualquer limitação da liberdade bem poderia significar o desmoronamento deste princípio e, além do mais, a de que a escolha da limitação necessária ou supérflua não poderia ser feita racionalmente, mas só por uma autoridade. No entanto, ressalva Popper, trata-se de uma contradição apenas

³¹⁸ *Idem*, p. 120.

aparente, ou ainda, de uma má colocação do problema, pois “mistura a questão fundamental do que queremos de um Estado com certas importantes dificuldades tecnológicas no processo de realização de nossas metas”,³¹⁹ dificuldades tais de que todos os cidadãos estão cientes, mas que, ainda assim, aceitam seus riscos, pois têm noção de que o único meio de o Estado garantir as liberdades dos indivíduos é impondo a estes restrições em sua prática, de maneira a evitar abusos que, invariavelmente, acabariam por limitar ainda mais as mesmas liberdades. Ademais, a existência de Estados democráticos garantiria que a escolha desses limites não fosse determinada tal esta ou qual autoridade particular, mas sim por uma legislação aprovada pela maioria e, o que é mais importante, consentida por todos, pois até mesmo as escolhas das maiorias devem ser limitadas, a fim de não ferir as liberdades das minorias. “O liberalismo e a interferência do Estado não se opõem mutuamente. Ao contrário, qualquer espécie de liberdade será claramente impossível se não for assegurada pelo Estado”.³²⁰ O argumento é bem antigo e de fácil enunciação: a liberdade total de todos significa nenhuma liberdade para ninguém. Aqui nos defrontamos com a máxima liberal por excelência, cerne da sociedade aberta para Popper, e, portanto, barreira indispensável na contenção das ameaças do princípio de justiça totalitária, qual seja, o princípio da limitação do poder.

Conforme a interpretação de Popper, o problema fundamental da política de Platão é resumido na seguinte indagação: “quem deverá dirigir o Estado?”. Desta perspectiva, o poder político seria considerado, a princípio, livre de todo controle, pois quem o detém pode “quase que inteiramente fazer o que apraz; pode, especialmente, reforçar seu poder, aproximando-o mais, portanto, de um poder ilimitado e incontrolado. Admitem [os que acreditam naquela indagação] que o poder político é essencialmente soberano”.³²¹ Esta, em resumo, a teoria da soberania, que, segundo Popper, embala todos os sonhos de dominação totalitária, pois nada impediria que este poder, uma vez estabelecido, fosse usado da pior forma possível. Além do mais, ele adverte que nenhum poder está isento de controle, pois até mesmo o mais poderoso dos tiranos depende de forças políticas ou poderes além dos seus que devem ser pacificados para que ele exerça o seu domínio. Esta dependência, enfim, resultaria também em uma espécie de controle do poder. Desta forma, Popper acusa a teoria da soberania de não enfrentar o problema fundamental, qual seja, se não se deve lutar por um controle

³¹⁹ *Idem*, p. 125.

³²⁰ *Idem*, p. 126.

³²¹ *Idem*, p. 136-137.

institucional dos governantes, através do equilíbrio de suas forças com outras forças, pois somente assim se teria, de fato, alguma garantia, não de que o governo jamais será injusto e ruim, mas sim de que, caso ele venha a sê-lo, haja meios de se dirimir seus danos e mesmo substituí-lo. A esta teoria ele chama de teoria dos controles e equilíbrios. As duas únicas objeções a essa teoria seria de que tal controle é, na prática, impossível ou essencialmente in-concebível. Porém, atesta, e nisto ele é brevíssimo, “ambas essas objeções dogmáticas são refutadas pelos fatos”.³²²

Pondo de lado os argumentos empíricos contra a teoria da soberania, ele evoca um argumento lógico que poderia ser usado para demonstrar a inconsistência de quaisquer formas particulares que ela possa assumir, qual seja, aquilo que denomina ser o “paradoxo de liberdade”. O homem livre, sugere Platão, pode exercer sua absoluta liberdade, a princípio, desafiando sua própria liberdade e clamando por um tirano. Popper argumenta, no entanto, que este paradoxo só atinge aqueles democratas que crêem no princípio do governo da maioria. “De um lado, o princípio que adoram exige deles que se oponham a tudo quanto não seja o governo da maioria e, portanto, a uma nova tirania; de outro lado, o mesmo princípio exige deles que aceitem qualquer decisão adotada pela maioria e, assim, o domínio do novo tirano”.³²³ O critério que deve orientar a democracia, portanto, não seria, como crêem os “democratas liberais ingênuos”, o de que a maioria deve governar. Popper indica que tal critério, de fato, não representa garantia alguma contra a tirania; ao contrário, diz ele, pois esta não é sequer uma possibilidade remota, tendo acontecido inúmeras vezes. Deve-se estabelecer, isto sim, firmes critérios institucionais de controle democrático, pois, desta forma, a justiça não se vê subjugada à simples expressão da vontade da maioria. Por mais que em uma democracia se aceite esta vontade, ela sempre poderá ser contestada e até mesmo revista por meios democráticos. Nunca será a palavra final. Isto não isenta, é claro, a democracia de falhas ou desvios, mas não é este o objetivo dos controles institucionais, e sim possibilitar que tais falhas ou desvios, uma vez ocorridos, possam ser corrigidos. Para isso, enfim, serve “um arcabouço institucional para reforma das instituições políticas”.³²⁴ A única garantia que uma democracia possui de não ser ameaçada pelo paradoxo da liberdade é oferecendo aos indivíduos, portanto, os instrumentos necessários para revisão da decisão da maioria. Popper destaca, neste sentido, o papel crucial que uma “educação livre” possui

³²² *Idem*, p. 138.

³²³ *Idem*, p. 139.

³²⁴ *Idem*, p. 142.

no desenvolvimento da “originalidade e iniciativa dos indivíduos”, precisamente qualidades depreciadas e combatidas por Platão, pois estas dão margem a questionamentos e mudanças que podem por em risco a estabilidade e harmonia da ordem social e política da República. A educação dos indivíduos, segundo o filósofo grego, deveria ter como principal finalidade a doutrinação dos futuros líderes que, por sua vez, têm como única função conservar intacta a estrutura do Estado. Com isso, diz Popper, Platão estaria longe de atingir a sua meta, que é por na liderança do Estado os melhores e mais sábios, pois a doutrinação é um estímulo à obediência servil e esta, por definição, é contrária a todo e qualquer espírito crítico, segredo da excelência intelectual. A educação autoritária resulta, enfim, no governo dos medíocres.

Séculos depois, eis que a mesmíssima crítica liberal ao princípio totalitário de justiça e liderança política em Platão é lançada, com uma leve escaramuça, sobre Marx. É como se o programa político do antigo filósofo grego tivesse reencarnado no programa político, por mais estranho que pareça, dos comunistas. Evidentemente que Popper reconhece algumas indisfarçáveis diferenças. Platão desejava uma sociedade hermeticamente dividida em classes sociais; Marx, uma sociedade sem classes; Platão exigia que o governo fosse exercido pela casta dos melhores e mais sábios; Marx reivindicava que o governo fosse dirigido pela classe trabalhadora; em suma, Platão era um conservador; Marx, um revolucionário. Diante de tantas e tamanhas diferenças, por que Popper, afinal, equipara a ambos? O segredo que une o filósofo aristocrata ao pensador proletário seria a forma, supostamente idêntica, como eles conceberiam o papel do Estado. Em outras palavras, a sua concordância, na prática, acerca do princípio da soberania. Ambos, na visão de Popper, ao examinarem o problema do poder político, fazem a si próprios uma única e mesma e fatal pergunta: “quem deve governar?”. Não importa, para ele, a resposta dada por cada um. Isto, no fim das contas, torna-se total-mente irrelevante, uma vez que tanto Platão quanto Marx não se preocupariam em momento algum com os mecanismos institucionais de controle e limitação do poder do Estado. Na verdade, afirmaria Popper, a teoria marxista sequer daria muita importância a tal problema; ele já estaria resolvido de antemão pela lógica da luta de classes: o governo da burguesia é mal, o governo do proletariado é bom. Tal concepção, equivocada em sua opinião, impediria que Marx se desse conta do fato de que qualquer poder ilimitado, não importando quem o exerça, seja a classe dos capitalistas, seja a classe dos operários, representaria um perigo a qualquer ordem política.

Assim, [os marxistas] mantiveram sua fórmula da ditadura do proletariado. Não entenderam o princípio de que toda política em larga escala deve ser institucional e não pessoal; e quando clamam pela extensão dos poderes do estado (em contraste com a concepção do estado que Marx tem)³²⁵ nunca consideram que as pessoas erradas podem um dia apoderar-se desses poderes ampliados. Isto é parte da razão pela qual, até onde passaram a considerar a intervenção estatal, planejaram dar ao estado poderes praticamente ilimitados no domínio econômico. Conservam a crença holística e utópica de Marx de que só um “sistema social” inteiramente novo pode melhorar as coisas.³²⁶

Do ponto de vista da sociedade aberta, no entanto, o melhoramento da sociedade não exigiria uma revolução social, isto é, a substituição de toda a estrutura política, econômica e social por outra nova. A sociedade aberta seria passível de reforma. E isto Marx não teria percebido, porque, da perspectiva do materialismo histórico, a estrutura econômica é a base de toda a organização política da sociedade. Qualquer mudança nesta última deveria advir necessariamente de uma mudança prévia na primeira. Este postulado teórico “determinista” que atravessa todo o corpo do pensamento de Marx é o que o faria ter tanto desprezo pelos poderes regeneradores da sociedade aberta. Não por acaso, diria Popper, Marx ter dado tão pouca importância a questões de “planejamento social”, indispensáveis ao “melhoramento da sociedade”. Em vez disso, ele teria se empenhado no aniquilamento da mesma. Segundo as pesquisas econômicas de Marx, esta já estaria caminhando para sua ruína, e toda a ação política, neste sentido, só poderia se contentar em apressar tal processo histórico inevitável, cuja culminação seria a supressão do capitalismo, e da sociedade de classes em geral, logo, o surgimento do comunismo e da almejada sociedade sem classes. Tal visão “historicista”, no dizer de Popper, estaria completamente subordinada ao espírito messiânico da profecia. Marx, devido a sua pretensão de desvendar leis universais de desenvolvimento da história humana, acabaria por desprezar o papel do indivíduo na construção da história, reduzindo-o a um mero instrumento de forças superiores impessoais e autônomas, como se não passasse de um simples joguete nas mãos do pretense destino histórico de sua classe. Desta forma a teoria marxista retiraria dos seres humanos toda responsabilidade por suas próprias ações. O método “historicista” de Marx de predição do futuro a partir de um simples procedimento indutivo seria, para Popper, ao contrário das pre-

³²⁵ Mas esta, para Popper, de nada importa, uma vez que a prática da ditadura do proletariado, que, para Marx levaria, no curso do processo revolucionário, à dissolução das classes e, por conseguinte, do Estado, acabaria, efetivamente, descambando para a opressão de uma classe sobre a outra e para a ampliação do poder estatal.

³²⁶ Karl Popper (1987) [1945]. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, p. 136.

tensões do Marx, inteiramente a-científico. “Não há razão para acreditarmos que, de todas as ciências, a ciência social seja capaz de realizar o antiqüíssimo sonho de desvendar o que o futuro nos reserva”.³²⁷ Ao contrário, para Popper, a *predição científica*, própria da física e da astronomia, por exemplo, seria bem distinta da *profecia histórica*, que tenta prenunciar o futuro da sociedade. Popper chegaria a considerar que, em seus primórdios, a teoria desenvolvida por Marx teria se aproximado da ciência, porém, a própria evolução da sociedade tratou de mostrar o forte viés determinista de suas proposições, pois, quase todas elas haviam sido, na opinião de Popper, desmentidas pelos fatos.

O “capitalismo irrestrito” que Marx estudara à sua época havia de fato acabado, mas não da maneira como ele previu “cientificamente”. Com o fim desta sociedade, que ele tão bem descrevera sociologicamente, não veio o comunismo, mas uma “sociedade aberta” em que os indivíduos não mais estavam submetidos às forças imperiosas da economia sem travas. Nesta sociedade, diria Popper, o sistema econômico havia se modificado tanto e em toda a parte que já não guardava mais relação alguma com o sistema descrito e criticado por Marx. O novo “estado intervencionista” do século XX, diferentemente do “estado ausente” do século XIX teria muitas outras funções além da simples garantia da propriedade privada e dos “contratos livres”. A ação política dos indivíduos organizados, e em muito devido à própria classe trabalhadora, teria criado mecanismos de planejamento e de intervenção econômica que reformaram democraticamente a sociedade capitalista, sem, contudo, aboli-la por inteiro.³²⁸ Isto, na visão de Popper, bastava para refutar a premissa economicista de Marx, e demonstrar o quanto o fator político era, a despeito de todas as coerções econômicas possíveis, o principal meio de transformação da sociedade e de mudança histórica. A teoria marxista nada teria, portanto, a acrescentar atualmente, em parte porque ela já havia sido ultrapassada pelo próprio desenvolvimento histórico — o capitalismo irrestrito da época de Marx não mais existiria e muitas de suas propostas teriam sido incorporadas ao sistema—, sendo, neste sentido, completamente inútil, e, em parte, porque, ao postular o poder ilimitado da ditadura revolucionária do proletariado como forma de abolição de estruturas sociais que haviam se mostrado passíveis de uma reforma pacífica, ela representaria um perigo à constituição das sociedades abertas e à liberdade dos indivíduos.

³²⁷ *Idem*, p. 93

³²⁸ Diferia esta intervenção defendida por Popper, daquela decorrente da implantação do comunismo, porque seria baseada no arcabouço legal democraticamente constituído e sob a rígida fiscalização dos cidadãos, enquanto esta tenderia ao fortalecimento dos órgãos do estado para atuar na forma necessária para alcançar os fins, legítimos ou não, propostos pelos governantes que por acaso detenham o poder.

A teoria de Marx, segundo a qual, para haver mudanças profundas na sociedade, era preciso que houvesse o colapso geral do capitalismo, e assim a emergência do comunismo, onde todas as classes se extinguiriam, dando vez ao desaparecimento do Estado, sinalizava, para Popper, que nem Marx e nem os marxistas compreenderam o papel fundamental que o poder do Estado democrático possuía para reformar as instituições políticas e as estruturas econômicas da sociedade, sendo, portanto, não um instrumento de exploração nas mãos da classe dominante, mas um instrumento de libertação nas mãos de cidadãos conscientes. Isto explicaria, por um lado, porque eles, de modo geral, nunca foram preparados para desenvolver obras construtivas. Ele cita como exemplo o caso de Lênin, que sentiu dificuldades, em 1917, para implementar um programa de reconstrução das instituições e da sociedade russa. Como não havia uma teoria política para o exercício do poder político, os estudos de Marx não haviam contribuído em nada para a condução da economia e da política social comunista; eles haviam se limitado apenas à profecia do evento, o colapso do capitalismo e a ascensão do comunismo, calando-se, contudo, quanto ao que deveria ser feito em relação à transição de uma sociedade para a outra. Por outro lado, a ênfase marxista de que todas as mudanças sociais seriam determinadas pelo desenvolvimento autônomo das estruturas econômicas teria contribuído para que eles não dessem importância à questão política e, assim, ignorassem o necessário controle do poder do Estado, e, portanto, o perigo totalitário contido no princípio do poder ilimitado. “O estabelecimento de instituições para o controle democrático dos governantes é o único modo de garantir a eliminação da exploração”,³²⁹ e não a instauração de um regime totalitário.

Uma das principais críticas de Popper à visão de Marx, neste sentido, seria em relação à sua depreciação da “democracia formal”. Em primeiro lugar, porque Popper não acredita que a “democracia econômica”, assim denominada pelos marxistas, possa realmente trazer alguma mudança; esta, segundo ele, não passaria de uma “frase vaga e extremamente superficial”. Em segundo lugar, porque Popper considera que a “democracia formal” é a única garantia possível de uma política econômica democrática, uma vez que, na sua opinião, o poder econômico é inteiramente dependente do poder político. Popper repudia o dogma segundo o qual o poder econômico seria a base de todo mal político. Em vez disso, advoga que o mal deveria ser procurado nas formas de exercício ilimitado do poder, e sendo preciso combater o mal, seu remédio, ou seja, a limitação ao poder estatal, só poderia existir a partir do estabelecimento da “liberdade meramente formal”. Ele acusa o

³²⁹ *Idem*, p. 146.

marxismo de não reconhecer que a democracia é o único meio de se ter o controle sobre os controladores. Daí o marxismo, segundo ele, nunca ter sido uma barreira contra o aumento do poder do Estado e, conseqüentemente, contra o totalitarismo.

Como vimos, as análises de Popper a respeito das idéias de Platão e Marx enfatizam o pretensível caráter totalitário do Estado pensado por ambos os autores, caracterizado pela adoção do princípio do poder ilimitado nas mãos, seja de uma casta, seja de uma classe que teria como finalidade, no caso de Platão, manter seus próprios privilégios e a estabilidade do Estado, realizando com isso a justiça, e no caso de Marx, estabelecer uma ordem econômica e social nova e mais justa. E o que seria justiça, nestes casos? Segundo Popper, para Platão, a justiça se realizaria pela contenção de toda mudança, atingida através da perpetuação da classe dirigente no poder e de cada indivíduo trabalhando em suas respectivas tarefas para atingir o bem da comunidade. E para Marx, ainda segundo o mesmo autor, ao se abolir a exploração dos trabalhadores pela burguesia, com a instituição do governo do proletariado que, na prática, consistiria em uma nova ditadura que governaria visando atingir o bem-estar desta classe. Neste sentido, expõe porque Platão e Marx seriam considerados inimigos da sociedade aberta, constituída sobre as bases de um regime democrático, com instituições democráticas livres e limitadoras do poder estatal, nas quais o indivíduo realizaria sua liberdade. Estes autores, não acreditariam em barreiras ao poder estatal e privilegiariam o coletivismo em detrimento do individualismo. Popper permite que um pensamento liberal, aparentemente atemporal, permeie sua análise, fortalecido pela evidência, que procura demonstrar, da recorrência, no curso da história, de sociedades abertas e fechadas, corrigidas estas pela presença salutar do liberalismo. Apresenta o totalitarismo como fenômeno perfeitamente conhecido, em dissonância com pensadores da mesma época que o consideraram uma inovação do século XX.

3.2.2 – Hannah Arendt

O pensamento político de Hannah Arendt, como certa vez comentou Claude Lefort, sempre “esteve ligado à sua experiência e à sua interpretação do fenômeno totalitário”.³³⁰ De fato, o conceito de “totalitarismo” pode ser considerado “a chave para sua obra”, conforme destacou Margaret Canovan, pois “a trilha das reflexões sobre as experiências catastróficas que tentou entender pode ser traçada até seus últimos e mais conhecidos escritos teóricos”.³³¹ Temas como a ruptura com a tradição, as revoluções, a fundação da autoridade, a ascensão das massas, a emergência da questão social, a libertação, a liberdade, a liderança, o poder, a dignidade da política, a violência, enfim, todos esses temas que compõem o painel de sua filosofia política podem ser concebidos como desdobramentos das principais preocupações que a motivaram a escrever, no final da década de 1940, “As origens do totalitarismo”. O livro, composto de três partes, *Anti-semitismo*, *Imperialismo* e *Totalitarismo*, começou a ser elaborado em 1945, e seu manuscrito não ficou pronto até o final de 1949. A princípio, sua ênfase recaía, sobretudo, nas duas primeiras partes, cujos temas já havia pesquisado durante a década de 1930; todavia, com a assombrosa descoberta dos campos de concentração e de extermínio nazistas ao final da Segunda Guerra Mundial, quando seu livro já estava quase pronto, ela se sentiu forçada a rever seu material e, mais do que isto, a mudar o seu foco de seu estudo, do “assalto frontal” ao século XIX, o “século burguês”, à expansão colonial e ao racismo, para a crítica urgente ao terror desencadeado pelos movimentos e regimes totalitários depois do “colapso da sociedade burguesa” e de seu “sistema de classes”.³³² O objetivo do livro, conforme relatou a seu editor, em setembro de 1946, era “encontrar os principais elementos do nazismo, traçar o seu rastro e descobrir os problemas políticos de fundo (...), não dar respostas, mas antes preparar o terreno”.³³³ Só em 1947 que Arendt se convenceu de que também deveria estudar a experiência russa, dando a ela um destacado papel na última parte de seu livro. Em 1948, ela concluiu que era o terror, substancializado nos campos de concentração e extermínio que tornava a Rússia soviética e a Alemanha nazista totalitárias. “Todas as demais diferenças”, escreveu ela a Karl Jaspers, “podem ser consideradas traços secundários e marginais”. Esta

³³⁰ Claude Lefort (1991). *Pensando o político*. São Paulo, Paz e Terra, p. 66.

³³¹ Margaret Canovan (2000). “Arendt’s theory of totalitarianism: a reassessment”. In: Dana Villa (org). *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 25.

³³² Cf. Abbott Geason (1995). *Totalitarianism. The inner history of Cold War*. New York, Oxford University Press, p. 108.

³³³ Elizabeth Young-Bruehl (1997). *Hannah Arendt: por amor ao mundo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 210.

caracterização implicava imediatamente a exclusão de suas análises da Itália fascista, então largamente classificada como um regime totalitário, graças à própria elaboração teórica de ideólogos do regime de Mussolini, como Giovanni Gentile.

No contexto em que o livro foi finalmente publicado, em 1951, os debates acerca dos regimes totalitários já tinham extrapolado o meio jornalístico em que, grosso modo, havia se disseminado durante a década de 1930, sobretudo como um esforço intelectual de guerra contra o fascismo e o nacional-socialismo. No início dos anos 1940, importantes livros, em especial de pensadores com os quais Arendt compartilhava a mesma condição de emigrado judeu alemão, haviam tido considerável impacto na vida acadêmica dos Estados Unidos, a exemplo de “O Estado dual”, publicado por Ernst Fraenkel em 1941, “Behemoth”, lançado no ano seguinte por Franz Neumann, e “A revolução permanente”, publicado por Sigmund Neumann também em 1942. Igualmente bem recepcionados foram os livros dos emigrados austríacos, “O caminho da servidão”, lançado por Friedrich Hayek em 1944, e “A sociedade aberta e seus inimigos”, publicada por Karl Popper em 1945. Cada uma dessas obras tinha um escopo diferenciado acerca do fenômeno totalitário e partia de premissas, bem como de áreas de conhecimento bem distintas; porém, pode-se dizer que, certamente, nenhum deles, por maior que tivesse sido sua absorção no debate que se travaria nos anos seguintes, teve tamanho impacto no público acadêmico quanto “As origens do totalitarismo”. Isto se deve, em grande medida, conforme dissera Alfons Sölnner, ao fato de que “ele não se ajustava” às interpretações até então disponíveis.³³⁴ Diferentemente da abordagem teórico-jurídica de Fraenkel, social-jurídica de F. Neumann, da tipologia político-sociológica de S. Neumann, da investigação epistemológico-científica de Popper e político-econômica de Hayek, a obra de Arendt “apareceu no cenário político do período pós-guerra como um golpe totalmente surpreendente”.³³⁵ Isso se deve, sobretudo, à própria alegação de Arendt de que, não apenas o totalitarismo seria um fenômeno novo, o que já havia sido reconhecido antes dela,³³⁶ mas que a sua novidade representava uma completa ruptura com toda a história política, filosófica e social do Ocidente, a ponto de todo o conhecimento até então disponível ao homem ser não só insuficiente, mas inteiramente inapropria-

³³⁴ Alfons Sölnner (2004). “Hannah Arendt’s *The origins of totalitarianism* in its original context”. *European Journal of Political Theory*, vol. 3, nº2, p. 230.

³³⁵ *Idem*, p. 230-231.

³³⁶ Cf. Carlton J. H. Hayes (1940). “The novelty of totalitarianism in the history of Western Civilization”. *Proceedings of the American Philosophical Society*, nº82, pp. 102ss.

do para lidar com o que aconteceu nos campos de concentração e de extermínio que constituíam a essência totalitária da Alemanha Nazista e da Rússia Soviética.

Conforme argumentou Arendt em um texto de 1950, “toda ciência é necessariamente baseada em algumas premissas inarticuladas, elementares e axiomáticas que são expostas e explodidas quando são confrontadas a fenômenos totalmente inesperados que não podem mais ser entendidos dentro da estrutura de suas categorias”.³³⁷ Os campos de concentração e de extermínio nazistas e stalinistas seriam estes fenômenos que desafiariam o pensamento político e social com o qual a mente de cientistas e filósofos estariam ainda acostumadas a conceber o mundo. A tese de Arendt constitui, assim, um violento ataque aos fundamentos de toda filosofia da história e ciências social e política existentes. Ao caracterizar como um único e mesmo tipo de regime os governos de Hitler e Stálin, um julgamento já bastante re-corrente à época, uma vez retomadas as hostilidades em relação à União Soviética, depois de encerrados os esforços conjuntos de guerra, Arendt buscou se afastar da inclinação geral de categorizar aquele fenômeno, a seu ver “inteiramente novo”, em termos conhecidos, isto é, em termos equivalentes aos empregados para categorizar outros tipos de regime, mesmo aqueles considerados os mais terríveis e opressores. Não se tratava de uma mera questão de quantidade ou intensidade; o totalitarismo, ainda que possuísse muitos elementos comuns a regimes opressores conhecidos, possuía qualidades e uma essência completamente distintas. A tarefa que Arendt se impôs, neste sentido, foi entender aquele fenômeno inesperado, sem precedentes, que havia “explodido as nossas categorias de pensamento e os nossos padrões de julgamento moral”.³³⁸ Para ela, o fato de que todos se lamentavam de que não podiam ter deixado aquela catástrofe acontecer nada mais indicava senão a falência de nossa tradição, seja de pensamento filosófico, seja de prática política, em lidar com aquele evento histórico. “A dominação totalitária, como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos ‘crimes’ não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da história ocidental”.³³⁹ Tal ênfase na “novidade radical” do fenômeno totalitário fundamentaria toda a sua crítica em relação às abordagens de seus contemporâ-

³³⁷ Hannah Arendt (1994). “Social science techniques and the study of Concentration Camps”. In: Jerome Kohn (org). *Essays in understanding, 1930-1954*. New York, Harcourt Brace, p. 232.

³³⁸ Hannah Arendt (1994). “Understanding and politics”. In: *Essays in understanding. Op. cit.*, p. 310.

³³⁹ Hannah Arendt (2005) [1954]. “A tradição e a época moderna”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, p. 54.

neos. Embora muitos destes ressaltassem que o totalitarismo era um tipo de regime moderno próprio do século XX, eles ainda se atinham aos modelos teóricos e métodos explicativos anteriores a seu advento, o que, segundo Arendt, somente demonstrava o quanto suas análises, sociológicas ou filosóficas, estavam imbuídas com as idéias de continuidade e causalidade históricas abolidas pelo próprio aparecimento dos movimentos e regimes totalitários. Com efeito, esta crítica de Arendt parece contradizer até a idéia central do livro, como pode se depreender de seu título,³⁴⁰ mas, conforme ela buscava se corrigir mais tarde, a sua obra “não lida exatamente com as ‘origens’ do totalitarismo — como seu título desafortunadamente sugere —; antes, ela oferece uma abordagem histórica dos elementos que se cristalizaram no totalitarismo; abordagem que é seguida pela análise da estrutura elementar dos movimentos totalitários e de sua própria dominação”.³⁴¹ De todo modo, quer ela tenha ou não conseguido se apartar das idéias de continuidade e causalidade históricas, fato é que com isto ela se munuiu contra as perspectivas filosóficas e sociológicas de muitos intérpretes coetâneos.

Diferentemente de Popper, por exemplo, que traçava uma linha direta de continuidade entre Platão e o totalitarismo, passando por Hegel e, sobretudo, Marx, Arendt argumentava que tal fenômeno, de fato, não representava qualquer desdobramento desta tradição, mas a ruptura completa com toda tradição de pensamento político e filosófico do Ocidente. Já no que se refere especificamente a Marx, sua posição é consideravelmente mais ambígua, pois ela o situa no próprio limiar de ruptura do mundo moderno com a tradição. Se, por um lado, afirma, “responsabilizar os pensadores da Idade Moderna, especialmente os rebeldes contra a tradição do século XIX [ela tem em mente Kierkegaard, Marx e Nietzsche], pela estrutura e pelas condições do século XX é ainda mais perigoso do que injusto. As implicações manifestas no evento concreto da dominação totalitária vão muito além das mais radicais e ousadas idéias de quaisquer desses pensadores”,³⁴² por outro, ela parece convicta de que há uma clara “identificação marxista entre ação e violência”, cuja origem deveria ser procurada nas próprias antinomias do pensamento de Marx, onde se vê que “toda a esfera da ação política é caracterizada pelo uso da violência”³⁴³ e, portanto,

³⁴⁰ Cf. Eric Voegelin (1953). “The origins of totalitarianism”. *Review of Politics*, vol. 15, n° 1, pp. 68-76.

³⁴¹ Hannah Arendt (1953). “A reply”. *Review of Politics*, vol. 15, n° 1, p. 78.

³⁴² Hannah Arendt (2005) [1954]. “A tradição e a época moderna”. *Op. cit.*, p. 54.

³⁴³ *Idem*, p. 49. Neste ensaio, ao examinar o que considera serem as três “proposições-chave” de Marx, subjacentes em toda sua obra, “dos primeiros Escritos ao último volume de *Das Kapital*”, quais sejam: “o trabalho criou o homem”; “os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras, quando na verdade é preciso transformá-lo”, e, finalmente, “a violência é a parteira de toda velha sociedade prenha de uma nova”

alheia à liberdade. É nesta época, aliás, no começo da década de 1950, que ela foi agraciada com um *Guggenheim Fellowship* para investigar precisamente as raízes do totalitarismo no pensamento filosófico e econômico de Marx,³⁴⁴ projeto que jamais concluiu, mas cuja pesquisa teria contribuído para a elaboração de “A condição humana”, livro em que dedicou um número expressivo de páginas à crítica de Marx. Ironicamente, foi a partir deste livro que seu diagnóstico em relação à obra deste autor mudou. Antes dele, ela o considerava o principal responsável pela “glorificação da violência” no pensamento moderno,³⁴⁵ mas, a partir dele, tirou-lhe este peso dos ombros e o transferiu para os marxistas, a quem acusou de deformar o pensamento do mestre,³⁴⁶ cuja ênfase não recaía sobre a violência,³⁴⁷ e sim sobre o trabalho, uma atividade “essencialmente pacífica”.³⁴⁸ Esta mudança de perspectiva em relação a Marx não interrompeu a sua procura pelos elementos pré-totalitários no interior do pensamento marxista. Ao contrário, o recuo de sua crítica à “glorificação da violência” em Marx foi concomitante ao avanço de sua crítica à “glorificação do trabalho” no mesmo, que, segundo ela, em vez de implicar na trans-formação revolucio-

(*idem*, p. 48), Arendt conclui que: “Cada uma delas contém uma contradição fundamental que permanece insolúvel em seus próprios termos. Se o trabalho é a mais humana e a mais produtiva das atividades do homem, o que acontecerá quando, depois da revolução, o ‘trabalho for abolido’ no ‘reino da liberdade’, quando o homem houver logrado emancipar-se dele? Que atividade produtiva e essencialmente humana restará? Se a violência é a parceira da História e a ação violenta, portanto, a mais honrada de todas as formas de ação humana, o que acontecerá quando, após a conclusão da luta de classes e o desaparecimento do Estado, nenhuma violência for sequer possível? Como serão os homens capazes de agir de um modo significativo e autêntico? Finalmente, quando a Filosofia tiver sido ao mesmo tempo realizada e abolida na futura sociedade, que espécie de pensamento restará? *Idem*, p. 51.

³⁴⁴ Cf. Abbott Gleason (1995). *Totalitarianism. Op. cit.*, p. 113.

³⁴⁵ “A glorificação da violência por Marx continha, portanto, a mais específica negação do logos, do discurso, da forma de relacionamento que lhe é diametralmente oposta e, tradicionalmente, a mais humana. A teoria das superestruturas ideológicas, de Marx, assenta-se, em última instância, em sua hostilidade anti-tradicional ao discurso e na concomitante glorificação da violência”. Hannah Arendt (2005) [1954]. “A tradição e a época moderna”. *Op. cit.*, p. 50.

³⁴⁶ Embora a Arendt continue a sustentar a “identificação marxista entre ação e violência”, ela não mais imputaria a Marx a responsabilidade teórica pelas inferências de seus discípulos e seguidores, mas sim ao fato de que “tantos dos novos apologistas da violência [ela se refere aos militantes e teóricos da Nova Esquerda, mas sua crítica se estende a Sartre, Fanon e Sorel] ignoram seu decisivo desacordo com os ensinamentos de Karl Marx”. Hannah Arendt (2004)[1969]. “Da violência”. In: *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, p.108.

³⁴⁷ “Naturalmente Marx conhecia o papel da violência na história, mas para ele era um papel secundário; o que traria o fim da velha sociedade não era a violência, mas as contradições inerentes a esta sociedade. O surgimento de uma nova sociedade seria precedido, mas não causado, por violentas insurreições as quais ele comparou às dores do parto, que precedem, mas obviamente não causam o nascimento orgânico. Da mesma forma, ele considerava o Estado como um instrumento de violência sob o comando da classe dominante; mas o verdadeiro poder da classe dominante não consistia de violência, nem se fiava nela. Era explicado pelo papel que a classe dominante desempenhava na sociedade, ou mais exatamente, pelo papel desta no processo de produção”. *Idem*, p. 100.

³⁴⁸ Comentando “o afastamento inconsciente da Nova Esquerda em relação ao marxismo”, ela esclareceria que, “quando se vira o conceito ‘idealista’ de pensamento de cabeça para baixo, pode-se chegar ao conceito materialista de trabalho; nunca se chega à noção de violência”, pois “não se pode negar que existe um abismo separando as atividades essencialmente pacíficas de trabalhar e pensar de toda e qualquer ação violenta”. *Idem*, p. 158n e 102.

nária do mundo, somente acentuaria os seus traços mais característicos, quais sejam, aqueles de nossa moderna “sociedade de operários”, em que o homem estaria, cada vez mais, submetido à condição de *animal laborans*, isto é, vivendo em função de sua sobrevivência biológica apenas, e, portanto, afastado de sua condição de *vita activa*, de sua condição de homem livre, através da ação e do discurso, para, em vez disso, se ver reduzido à condição de “homem-massa”, qual seja, a de indivíduo atomizado, metido em si mesmo, isolado em relação aos outros, precisamente o indivíduo que, após o “colapso da sociedade burguesa” que o produziu, serviu de material para os movimentos e regimes totalitários.³⁴⁹

Se Arendt, no que se refere à perspectiva filosófica de uma continuidade e causalidade histórica em relação ao totalitarismo, é bem mais ambígua do que a princípio o seu simples apelo à “novidade radical” deste fenômeno pode sugerir, no que tange a abordagem sociológica, ela se mostra bem mais coerente. É notável entre seus críticos da época a observação de que seu trabalho pecava pela falta de tratamento sociológico e mesmo histórico do tema investigado.³⁵⁰ Para Arendt, no entanto, a ausência dos métodos de explicação das ciências sociais se devia ao fato de que o totalitarismo havia explodido com a idéia de que o comportamento humano é a manifestação de considerações racionais, instru-

³⁴⁹ Sobre a crítica à glorificação do trabalho em Marx, ver: Hannah Arendt (2005) [1958]. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 90-187. Sobre os esforços de Arendt para encontrar conexões entre marxismo e totalitarismo, ver: Margaret Canovan (1992). *Hannah Arendt. A reinterpretation of her political thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 63-98. Infelizmente, uma discussão acerca da crítica de Arendt a Marx, apesar de relevante, tomaria muitas páginas deste capítulo e o desvirtuaria de seu propósito. É certo entre seus principais intérpretes que “diferentemente de quase todos os teóricos do totalitarismo, ela não busca pelas suas origens nas fontes intelectuais. Mesmo quando, depois de publicar ‘As origens do totalitarismo’, ela se comprometeu a escrever um compêndio traçando as raízes do stalinismo e admitiu que alguns elementos da teoria marxista (e mesmo de toda tradição de filosofia política do Ocidente) ajudaram a torná-lo possível, ela negou qualquer causalidade direta”. Margaret Canovan. (2000). “Arendt’s theory of totalitarianism: a reassessment”. *Op. cit.*, p. 30. Em nossa opinião, ainda que Arendt insista que “o que não tem precedente no totalitarismo não é o seu conteúdo ideológico, mas o próprio *evento* da dominação totalitária”, o fato é que ela jamais concebeu ser possível o totalitarismo mobilizar outro tipo de ideologia/teoria, senão aquelas concernentes à natureza (as teorias racistas de Gobineau, no caso nazista) ou à história (a teoria das lutas de classe de Marx, no caso stalinista), o que indica o quanto o conteúdo da ideologia é importante em suas análises. Hannah Arendt. “A reply”. *Op. cit.*, p. 81.

³⁵⁰ E. H. Caar escreveu no *New York Times*, em 25 de março de 1951, que Arendt buscou “muito claramente generalizar as experiências da Alemanha” devido a sua falta de conhecimento mais aprofundado da história da Revolução Russa. Fato que aparentemente reconheceu, pois passou boa parte da década de 1950 estudando não só a história desta revolução, mas também os “elementos totalitários do marxismo”. *Apud* Abbott Gleason. *Totalitarianism*. *Op. cit.*, p. 257, n. 30. Eric Voegelin, por sua vez, embora reconhecesse que “mesmo sob circunstâncias favoráveis, um processo de tal magnitude e complexidade” como foram os movimentos totalitários, “a destruição positiva da ciência política ainda não está consumada e o grande obstáculo para um tratamento adequado do totalitarismo é a insuficiência de instrumentos teóricos”. Assim, ele observa que o livro de Arendt trazia a marca dessa insuficiência. “O seu método emocional de proceder de um centro de choque concreto [que foi a experiência do massacre nos campos de concentração] para generalizações a leva a limitar o problema”. “A organização do livro é menos rigorosa do que poderia ser, se a autora tivesse se permitido usar os instrumentos teóricos que a ciência atual coloca a sua disposição”. Eric Voegelin (1953). “The origins of totalitarianism”. *Op. cit.*, pp. 70 e 72.

mentais, interessadas e utilitárias, uma vez que o próprio campo de concentração e extermínio não obedeceria a esta lógica. Sua lógica é a do “terror total”, e esta não se detém diante desses cálculos. Os campos de concentração e extermínio são não-utilitários, e mesmo anti-utilitários; eles não se destinavam apenas ao massacre de inimigos do regime ou à eliminação de possíveis ameaças, mas, sobretudo, à aniquilação de pessoas inocentes, que, consideradas supérfluas, sequer seriam exploradas em favor dos esforços de guerra, mas, ao contrário, seriam sistematicamente exterminadas, a despeito dos prejuízos e desperdícios que isto acarretaria. “Era como se os nazistas estivessem convencidos de que era mais importante implementar tais fábricas de extermínio do que ganhar a própria guerra”.³⁵¹ Estes campos, que, inicialmente, foram construídos para aprisionar, matar e intimidar os inimigos do movimento nazista, em pouco tempo, quando estes já haviam sido dizimados, foram transformados em “laboratórios de experiência para a dominação total”. Membros da SS, devidamente escolhidos por critérios físicos e raciais, eram colocados para assegurar a “fabricação de corpos”, a uma “taxa constante”, como uma forma calculada “não para infligir a morte, mas para deixar as vítimas num estado permanente de morte”,³⁵² para provar, enfim, que toda a espontaneidade humana podia ser simplesmente suprimida. O que um observador externo tinha dificuldades para entender era a completa “falta de sentido” dos campos de concentração e extermínio, onde a punição abatia não o inimigo ou o criminoso, mas antes o inocente; onde o trabalho não objetivava a fabricação de produtos, mas a pura matança de indivíduos e a supressão de suas individualidades; onde todos os crimes não eram perpetrados em benefício de seus autores, mas à revelia de seus ganhos e até mesmo de sua própria satisfação moral, já que a maldade, neste caso, era banalizada, tornada algo comum e rotineiro.³⁵³ Os cientistas sociais, desta forma, habituados a pensar como “homens civilizados normais” sentiriam dificuldades em compreender e explicar este universo em que motivos, intenções, utilidades, e, às vezes, até mesmo as paixões estão ausentes na realização de qualquer cálculo, visto que este seria submetido somente à lógica insana de um contínuo e expansivo movimento de destruição. Nada mais justificável, portanto, que as categorias tradicionais do pensamento sociológico se tornassem, de uma hora para outra, insuficientes ou irrelevantes diante do totalitarismo; impedindo, mais do que auxiliando a compreensão histórica deste fenômeno. As noções de

³⁵¹ Hannah Arendt (1994). “Social science techniques and the study of Concentration Camps”. In: *Essays in understanding. Op. cit.*, p. 233.

³⁵² *Idem*, p. 238.

³⁵³ Cf. *Idem*, p. 240-241.

causalidade e de continuidade tenderiam a obscurecer o fato de que se tratava de um evento contingente, e não necessário; inesperadamente novo, e não previsivelmente familiar.³⁵⁴

Em contraste com o ceticismo de Arendt quanto às contribuições das ciências sociais, encontraríamos o pesquisador da Universidade de Chicago, David Riesman, autor de *Lone-ly Crowd*, e um dos primeiros a ler os manuscritos de “As origens do totalitarismo”. Embora o cientista social tenha se entusiasmado com a abordagem inovadora de Arendt, ele não deixou de observar que, apesar de Arendt ressaltar que os nazistas se surpreenderam e se viram até mesmo despreparados diante da rapidez com que galgaram o poder, ela parecia assumir que eles sabiam desde o começo o que eles queriam ao fim, e que, apesar de contingente, o totalitarismo era retratado, assim, como irresistível, o que conferia ao livro daquela filósofa um caráter perigosamente fatalista. “O perigo de assumir que o que ocorreu tinha que ocorrer (o que é diferente de assumir que alguém pode explicar isto retrospectivamente) sempre confronta o historiador que tenta ser mais do que um simples narrador de antiguidades”.³⁵⁵ Segundo Peter Baehr, “a acusação de Riesman era mais danosa do que parecia inicialmente, pois não havia Arendt atacado as ciências sociais justamente por sua ultra-racionalização e visão determinista da conduta humana? Agora Riesman a acusava de incorrer no mesmo erro da tradição que ela havia tão violentamente atacado”.³⁵⁶ E estes equívocos, ele julgava, se deviam muito mais à ausência de um método sociológico de análise do que a sua presença. A falta de um exame concreto de cada movimento e regime teria induzido Arendt a co-meter perigosas generalizações, que dariam margem a um poder absolutamente onipresente e onipotente, capaz de dobrar todos os indivíduos a ele submetido e, desta forma, moldar a sua natureza sem encontrar a menor resistência, como se a simples vontade dos líderes de obter a mais irrestrita obediência não encontrasse limites no indivíduo, nas massas e mesmo entre os seus partidários mais próximos. Em suma, a aversão de Arendt por uma abordagem mais sociológica dos movimentos e regimes totalitários a levaria em certa medida a reduzir a distância que haveria entre a pretensão de domínio total dos líderes e sua consumação na realidade. Baehr salienta que as críticas de Riesman no período tinham como alvo principal o escritor e ensaísta George Orwell, mas que “Arendt não escapava de suas objeções”.³⁵⁷

³⁵⁴ Cf. *Idem*, p. 241-242.

³⁵⁵ David Riesman *apud* Peter Baehr (2004). “Of politics and social science: ‘totalitarianism’ in the dialogue of David Riesman and Hannah Arendt”. *European Journal of Political Theory*, vol. 3, nº2, p. 200.

³⁵⁶ *Idem*.

³⁵⁷ *Idem*.

Até que ponto tais acusações eram apressadas, exageradas ou infundadas é motivo de muitas controvérsias ainda hoje. Teóricos marxistas costumam destacar que a interpretação de Arendt peca pela falta de um exame concreto da correlação de forças entre as diferentes classes sociais no momento da ascensão e durante a vigência dos chamados regimes totalitários.³⁵⁸ Com efeito, a principal relação que ela desenvolve é das massas com o líder, que, na sua interpretação, só se torna possível e só se estabelece após o “colapso da sociedade de classe” ou da “sociedade burguesa de interesses de classes”. As “massas”, que, conforme a interpretação de Arendt, são a condição fundamental da emergência dos movimentos e dos regimes totalitários, são o produto de uma “sociedade sem classes”, em que os indivíduos não mais ocupam uma posição social definida e se vêem à margem da antiga sociedade que se desmorona. São, portanto, compostas por indivíduos que pertenciam antes às mais variadas classes, inclusive antagônicas, e que, tendo sido fragmentados, dispersos e isolados por sua dissolução, deixariam de defender seus antigos interesses particulares de classe, para se deixarem absorver por um vazio existencial e ideológico, que posteriormente seria ocupado pela ideologia salvacionista do líder. Por esta perspectiva, não é mesmo de se surpreender que ela tenha rejeitado qualquer análise minimamente aproximada com o método marxista clássico. Mas esta não seria a única crítica vinda do campo das tradicionais ciências sociais. Além do vínculo dos indivíduos com as classes sociais, tal como definidas pelos marxistas, Arendt também negaria aos indivíduos que compõe a massa qualquer outro vínculo social; os indivíduos seriam completamente desenraizados, sem

³⁵⁸ Nicos Poulantzas, ao comentar o livro de J. P. Faye, *Langages totalitaires*, ressaltaria sua semelhança fundamental em relação ao livro de Arendt e a de outros teóricos do totalitarismo, como Friedrich e Aron, nestes termos: “O que é postulado aqui é uma pretendida *oposição radical* entre discursos e regime fascista e os discursos e regimes democráticos, precisamente articulada em torno da questão do Estado total”. “É necessário felicitar-mos o aparecimento em francês dos escritos de Arendt dos anos 50 sobre o totalitarismo. Os leitores franceses necessariamente deveriam conhecê-los. *Les origines du totalitarisme* de Arendt (que fez escola) foi uma das bíblias dos democratas anglo-saxões-alemães durante os anos da ‘guerra fria’. É bastante conhecida a linha político-ideológica principal deste livro: comunismo=fascismo, Stálin=Hitler, os ‘anormais’ (fascistas e comunistas) assemelham-se, e *viva a democracia ocidental* (...) É portanto necessário dizermos uma palavra a respeito das explicações que faz Arendt sobre o nazismo, porque é aí que encontramos as analogias com a obra de Faye. Brevemente: Arendt faz com uma explicação ‘sócio-política’ do regime nazista o que Faye faz com a análise dos discursos fascistas. Nada de surpreendente, se pensarmos na ausência da luta de classes em ambos (...) Desta forma, encontramos na análise e na explicação do fascismo pela oposição à democracia liberal de Arendt, descrições tão edificantes como aquela das oposições homônimas entre sociedade de classes ou de interesses e sociedade de massas atomizadas; entre o reino dos direitos do homem e o seu declínio; entre um ‘Estado liberal’ que deixa as pessoas em paz – a história do leiteiro de Churchill – e o Estado totalitário que as incorpora; entre as sociedades com ‘propaganda esclarecida’ e sociedades com doutrinações e mensagens públicas sistemáticas; entre Estados com instituições ‘autônomas’ entre o indivíduo e o Estado e a sociedade com instituições estatizadas; entre sociedades com competição política ‘livre e plural’ e sociedades com Estado monolítico, e outras mais. Não há nada que a psicologia da ‘personalidade autoritária’ de Arendt nos tenha poupado: o responsável por isso, como sabemos, é Adorno”. Nicos Poulantzas (1974). “Observações sobre o totalitarismo”. In: Antonio E. M. Rodrigues. *Fascismo*. Rio de Janeiro, Eldorado, pp. 110, 112-113.

laços familiares estáveis, distantes da vida religiosa, de amigos, excluídos de associações, grupos e comunidades de toda sorte, enfim, indivíduos “atomizados”. Eis uma visão que realmente deixa qualquer sociólogo ou antropólogo completamente desorientado. Evidentemente que não faltariam críticas a esta perspectiva. Riesman foi um dos primeiros a indicar este problema, diretamente relacionado à recusa de Arendt em adotar premissas e métodos convencionais das ciências sociais. Isto acarretaria algumas inconsistências, como a identificada por Scheila Fitzpatrick: Arendt, ao afastar de suas considerações a questão das estratificações sociais, conseqüência de sua caracterização das sociedades em que dominavam os regimes totalitários como “sociedades sem classes”, daria pouca relevância a algumas distinções importantes. Na União Soviética, os grandes expurgos de 1936-1938 atingiram, sobretudo, intelectuais e membros do partido e bem menos a classe operária; esta sofreu bem mais com as leis de trabalho de 1938-1940, que impingiram duras punições a quem se atrasasse ou se ausentasse do trabalho, enquanto que os camponeses sofreram muito mais os efeitos da coletivização levadas a cabo no final dos anos 1930.³⁵⁹ Arendt, porém, e isso é algo a se notar, não classificava a União Soviética anterior ao ano de 1929 como uma sociedade sem classes. Ao contrário, dizia que Lênin se esforçara através da NEP para fomentar a estratificação da sociedade, no que, segundo ela, ele deixara falar mais alto o seu instinto de estadista, em vez de sua doutrinação marxista.³⁶⁰ Foi somente com a aceleração da industrialização e a coletivização do campo, isto é, com o fim dos homens da NEP e dos *Kulaks*, durante o primeiro plano quinquenal, executado por Stálin, que a União Soviética passaria a ser considerada por ela uma sociedade sem classes, e o Estado soviético, um regime totalitário. O regime de Lênin, por exemplo, seria chamado de “ditadura revolucionária”.³⁶¹ O argumento de Arendt é que, embora a Alemanha de Hitler e a Rússia de Stálin tenham chegado ao mesmo lugar, ou seja, a um regime totalitário, cada um teria partido de pontos bem diferentes. Hitler teria encontrado uma sociedade arruinada habitada por uma massa amorfa de indivíduos atomizados pronta para ser mobilizada pelas engrenagens do partido nazista; ao passo que Stálin, não tendo encontrado as mesmas condições, teria sido forçado a criá-las. Esta interpretação, todavia, por mais sutil que seja, não elimina o impasse colocado por Fitzpatrick. Afinal, Stálin só teria consumado a liquidação das classes na Rússia (isto, é claro, de acordo com a terminologia

³⁵⁹ Sheila Fitzpatrick (1999). *Everyday Stalinism: ordinary life in extraordinary times. Soviet Russia in the 1930's*. Oxford, Oxford University Press, p. 192.

³⁶⁰ Hannah Arendt (2007) [1951, 1966]. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 369.

³⁶¹ *Idem*, 368.

de Arendt) de meados ao final da década de 1930, ou seja, quase dez anos após ter implantado um regime totalitário na União Soviética. Desta forma, durante este intervalo, se ainda havia “classes”, não havia regime totalitário (o que dificultaria enormemente a classificação das práticas totalitárias, como expurgos e trabalhos forçados em campos de concentração), mas se tal regime existia mesmo, então era indispensável uma análise das classes sociais (o que implicaria reconhecer que as práticas totalitárias não eram assim tão sem sentido ou contrárias a qualquer tipo de razão de Estado). De todo modo, não cabe aqui examinar tais controvérsias.

Apesar destas críticas, que não são poucas e nem as únicas, há quem, evidentemente, destaque os inegáveis méritos da obra de Arendt, ressaltando, inclusive, as vantagens desta abordagem inovadora em relação a muitos de seus contemporâneos. Canovan, por exemplo, defende que a concepção de totalitarismo em Arendt, embora guarde notáveis semelhanças com a de muitos outros pensadores sobre este mesmo tema, destoaria significativamente do “modelo teórico” mais conhecido deste regime. Como os demais teóricos do totalitarismo, Arendt conceberia uma forma de dominação, tanto direita, quanto à esquerda do espectro político, que combina uma coerção sem precedentes com uma ideologia secular a que tudo incorpora. Porém, diria sua intérprete, tais semelhanças seriam menos relevantes do que as diferenças entre os separam. O “modelo mais conhecido”, que ela atribui, resguardando as variadas formas de abordagem, a autores como K. Popper, J. Talmon, R. Aron, C. Friedrich e Z. Brzezinski, “retrata um sistema social e político totalmente coerente”, no qual, grosso modo, o Estado, feito à imagem de uma ideologia, seria governado por um único partido, o qual, por sua vez, seria subjugado por um líder, que empregaria o máximo de violência que seu poder ilimitado lhe garante para aplacar traidores, inimigos e desviantes, além de todos os recursos de doutrinação disponíveis para anestesiar e controlar as massas desorientadas, a fim de conquistar o maior apoio possível, e, conseqüentemente, maiores poderes. Alguns veriam este regime como o resultado inevitável de toda tentativa de fundar uma sociedade utópica; outros o interpretariam como um Estado quase religioso, de perpétua imobilidade; a maioria enfatizaria muito mais o regime totalitário da União Soviética do que o da própria Alemanha Nazista, classificando todo e qualquer regime comunista igualmente de totalitário, e todos recomendariam cautela em relação às idéias políticas radicais, uma boa dose de livre mercado e a velha companheira de-

mocracia liberal.³⁶² Em contraste com este modelo, Canovan sublinha o papel crucial desempenhado pela experiência do Holocausto na análise de Arendt, que faria com que a sua concepção do totalitarismo parecesse “uma gigantesca torrente carregando tudo em seu caminho”, ao contrário daquela concepção, que sugeriria a “rigidez, uniformidade, transparência e imobilidade de um lago congelado”.³⁶³ Embora seja, a nosso ver, extremamente exagerada esta distinção da concepção de totalitarismo entre os dois modelos, sobretudo no que diz respeito às implicações políticas daí derivadas (afinal, Arendt, por mais que tenha sido uma dura crítica do individualismo burguês e defensora do ideal republicano, jamais esteve perto de abandonar as premissas políticas do liberalismo e de contestar a sua base social fundada na propriedade privada;³⁶⁴ do mesmo jeito que não só foi bastante descrente na possibilidade de realização de uma sociedade utópica,³⁶⁵ como várias vezes atacou esta pretensão como uma ameaça à dignidade da política e à liberdade),³⁶⁶ a questão do Holocausto é, com efeito, o grande diferencial da concepção de totalitarismo em Arendt em relação aos demais teóricos deste tipo de regime. Esta, enfim, a sua “terrível novidade”. Examinemo-a de perto.

³⁶² Cf. Margaret Canovan (2000). “Arendt’s theory of totalitarianism: a reassessment”. *Op. cit.*, p. 25-26.

³⁶³ *Idem*, p. 26.

³⁶⁴ Cf. José Eisenberg (2003). “Comunidade ou república? Hannah Arendt e as linguagens do pensamento político contemporâneo”. In: Eduardo de Moraes e Newton Bignotto (org). *Hannah Arendt. Diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 170-171.

³⁶⁵ Basta constatar que, por trás do entusiasmo com a Revolução Húngara de 1956, com sua promissora idéia de república de conselhos, tal como originalmente a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã de 1918, ela não via nisso uma tentativa de transformar essencialmente a ordem econômica, mas, sobretudo, a ordem política. Para ela, “o momento crucial da história do movimento operário foi a abolição do requisito de propriedade para o exercício do voto”, “verdadeira emancipação dos operários” que foram admitidos na esfera pública, “sem que desempenhassem qualquer papel de liderança nas atividades econômicas dessa sociedade”. Os sindicatos, as autênticas organizações dos operários, “jamais foram revolucionários no sentido de desejarem a transformação simultânea da sociedade e das instituições políticas que a representam (...) no decorrer de um movimento revolucionário, ficava claro que, se não fossem comandados por programas e ideologias partidárias oficiais, os operários desenvolveriam idéias próprias quanto às possibilidades do *governo democrático nas condições modernas*”. Hannah Arendt (2005) [1958]. *A condição humana*. *Op. cit.*, pp. 230, 228, 229. Arendt cita ainda um *slogan* da rebelião de Kronstadt, de 1921, “Soviets sem Comunismo”. Poderíamos parodiá-la nas suas intensões: Soviets com capitalismo!

³⁶⁶ Segundo a Arendt, a política teria que guardar uma dignidade própria, independentemente das questões sociais. Daí seu elogio à Revolução Americana em detrimento da Revolução Francesa. Naquela, o problema enfrentado não seria de caráter social, mas, sobretudo, político; não diria respeito à estrutura da sociedade, mas à forma de governo. Esta última, por sua vez, teria sido condenada ao terror justamente porque irrompeu “sob as circunstâncias de pobreza do povo”, um “equivoco fatal” “quase impossível de se evitar”, já que “todas as tentativas para resolver a questão social com meios políticos levaram ao terror”. Hannah Arendt (1990)[1963]. *Da revolução*. Rio de Janeiro, Editora Ática, p. 89.

Para ela, o poder político teria que ser percebido como “um fim em si mesmo”. Qualquer tentativa de se questionar qual a sua finalidade “não faz muito sentido. A resposta será ou questionável — capacitar os homens a viverem juntos — ou perigosamente utópica — promover a felicidade, ou tornar realidade a sociedade sem classes ou algum outro ideal não político, que se for seriamente tentado só pode acabar em alguma forma de tirania”. Hannah Arendt (2004) [1969]. “Da Violência”. In: *Crises da república*. São Paulo, Perspectiva, pp. 128-129.

O advento dos campos de concentração e de extermínio nos regimes totalitários seria, para Arendt, um dos efeitos imprevisíveis e destrutivos da suspeita que o homem moderno alimenta em relação a tudo que ele mesmo não realizou por conta própria. O totalitarismo, deste ponto de vista, não teria sido sequer concebível sem que os homens acreditassem que “tudo é possível”, que todas as formas de organização social, política, cultural e econômica fossem passíveis de ser modificadas, restauradas, substituídas e suprimidas, que a natureza mesma do homem, sua humanidade, fosse maleável a ponto de ser aperfeiçoada ao extremo ou totalmente aniquilada (o *mussmänner*³⁶⁷ nada mais é do que a inversão do *übermensch*). Os movimentos e regimes totalitários, ao basearem sua força nesta crença, isto é, ao partir da premissa de que seu poder era ilimitado, teriam desencadeado um processo de destruição sem precedentes na história humana (os campos de concentração e extermínio, e a guerra), ao mesmo tempo em que procuravam edificar a mais elevada forma de civilização humana (a sociedade comunista, no caso da Rússia stalinista, e a nação ariana, no caso da Alemanha nazista). Em ambos os casos, teríamos a conjugação do *terror* com a *ideologia*. Na opinião de Arendt, porém, se esta última é clara e objetivamente irrealizável, o mesmo não se podia dizer em relação àquele. A ideologia racial nazista e a ideologia histórica comunista seriam uma ficção que preencheria o vazio espiritual das massas, selando a sua identificação com o líder, ao passo que o terror dos campos de concentração e de extermínio seriam bem reais. Em outras palavras, o *übermensch* seria somente um mito; o *mussmänner*, demasiadamente palpável. Ambos, no entanto, seriam duas faces de uma mesma moeda: o totalitarismo.

Centraremos nossa análise do conceito de totalitarismo de Arendt a partir destes dois aspectos principais: por um lado, a relação do líder com as massas; por outro, a aniquilação levada a cabo nos campos de concentração e extermínio. Com isto, teremos uma boa idéia sobre o que Arendt entende por “domínio totalitário”. Em primeiro lugar, chama a atenção em sua análise o fato de que, para um regime onde o papel dos líderes é tão crucial, Arendt pouco ou nada tenha a dizer sobre o caráter individual deles. Ela admitia, por exemplo, em seu prefácio à terceira parte, na edição de 1966, que a morte de Stálin havia sido “decisiva” para o “processo de destotalitarização” da União Soviética,³⁶⁸ e, no entanto, a personalidade de Stálin, assim como a de Hitler, não possuía a menor importância para a compre-

³⁶⁷ Mulçumano, em alemão. Termo usado pelos próprios judeus nos campos de concentração para designar os outros judeus que estavam à beira da morte.

³⁶⁸ Hannah Arendt (2007) [1951, 1966]. *Origens do totalitarismo*. *Op. cit.*, p. 340.

ensão da natureza do regime.³⁶⁹ Para Arendt seria equivocado tratar os líderes do movimento e regime totalitários como exemplos de “líderes carismáticos”,³⁷⁰ pois sua liderança não era resultado de suas características e habilidades pessoais (o que não quer dizer que não as tivessem), e sim do lugar que ocupavam no centro da estrutura de dominação totalitária. Nas palavras de Arendt, “o caráter totalitário do princípio de liderança advém unicamente da posição em que o movimento totalitário, graças a sua peculiar organização, coloca o líder, ou seja, da importância funcional do líder para o movimento”.³⁷¹ Diferentemente dos líderes ditatoriais ou autoritários, o líder totalitário, embora seja plenamente responsável por todo e qualquer ato praticado por qualquer funcionário de seu governo, “não é necessário como pessoa, mas como função, e como tal é indispensável ao movimento”,³⁷² não sendo jamais imputável de culpa.³⁷³ Ainda assim, diz Arendt, “o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige (...) Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do ‘desejo’ das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele. Sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas, o líder seria uma nulidade”³⁷⁴.

A importância das massas para o advento do totalitarismo se deve, sobretudo, ao fato delas constituírem o seu principal combustível: ao mesmo tempo em que o impulsionam — fornecendo-lhe a propulsão política indispensável para sua ascensão no cenário de devastação da sociedade de classes no período imediatamente posterior ao fim da Primeira Guerra Mundial, no qual elas se encontravam dispersas, excluídas, desiludidas e desenraizadas dos valores e posições sociais que ocupavam antes da crise —; também o abasteciam com todo o material supérfluo necessário à sua contínua expansão — expondo-se ao sacrifício coleti-

³⁶⁹ Segundo Arendt, “o Líder representa o movimento de um modo totalmente diferente de todos os líderes de partidos comuns, já que proclama a sua responsabilidade pessoal por todos os atos, proezas e crimes cometidos por qualquer membro ou funcionário em sua qualidade oficial. Essa responsabilidade total é o aspecto organizacional mais importante do chamado princípio da liderança, segundo o qual cada funcionário não é apenas designado pelo líder, mas é a sua própria encarnação viva, e toda ordem emana supostamente dessa única fonte onipresente”; “tais capacidades pessoais, no entanto, embora sejam um pré-requisito absoluto para os primeiros estágios da carreira, e mesmo mais tarde estejam longe de serem insignificantes, já não são decisivas a partir do momento em que o movimento totalitário se consolida, em que se estabelece o princípio de que ‘o desejo do *Führer* é a lei do Partido’ e toda a hierarquia partidária está treinada para o único fim de transmitir rapidamente o desejo do Líder a todos os escalões”. *Idem*, p. 423, 424.

³⁷⁰ Nas palavras da própria Arendt, “Seria grave erro interpretar os líderes totalitários em termos da categoria de Max Weber de ‘lideranças carismáticas’”. *Idem*, 411n.

³⁷¹ *Idem*, p. 414.

³⁷² *Idem*, p. 437.

³⁷³ O líder, “se deseja corrigir os próprios erros, tem que liquidar aqueles que os cometeram por ele; se deseja inculpar a outros por estes erros, tem de matá-los. Pois, nessa estrutura organizacional, o erro só pode ser uma fraude: o líder estava sendo representado por um impostor”. *Idem*, p. 424.

³⁷⁴ *Idem*, p. 375.

vo nos campos de batalha e ao impiedoso massacre nos campos de concentração e extermínio. Sem a existência das massas em condições catastróficas propícias, o totalitarismo seria impensável. “Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados”,³⁷⁵ que, uma vez saídos das sombras da indiferença política, tornaram-se devotados seguidores do líder que lhes prometia salvação. Ambos são ligados ao movimento, que é a própria essência do totalitarismo, “que só pode permanecer no poder enquanto estiver em movimento e transmitir movimento a tudo o que o rodeia”.³⁷⁶ Esta, aliás, a principal diferença entre o que une um simples ditador ao povo e o líder totalitário às massas. Arendt reconhece que o “chamado princípio da liderança não é totalitário em si; algumas de suas características derivam do autoritarismo e da ditadura militar, que muito contribuíram para obscurecer e subestimar o fenômeno essencialmente totalitário”. A distinção seria que, “na linguagem dos nazistas, é o desejo do *Führer*, dinâmico e sempre em movimento — e não as suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita — que é a ‘lei suprema’ num Estado totalitário. O caráter totalitário do princípio da liderança advém unicamente da posição em que o movimento totalitário, graças a sua peculiar organização, coloca o líder, ou seja, da importância funcional do líder para o movimento”.³⁷⁷ Isto não significa, porém, que o líder totalitário se assemelhe ao tirano que governa a seu bel prazer, sem respeitar a qualquer lei. Segundo Arendt, o totalitarismo, neste sentido, é o reverso da tirania. Tanto Hitler, quanto Stálin, embora tivessem total desrespeito à constituição legal e às leis por eles mesmos criadas,³⁷⁸ se colocaram a serviço de uma lei universal e necessária: no primeiro caso, das leis biológicas da luta pela supremacia racial; no segundo caso, das leis econômicas da luta de classes marxista.

“O totalitarismo nos coloca diante de uma espécie diferente de governo. É verdade que desafia todas as leis positivas, mesmo ao ponto de desafiar aquelas que ele próprio estabeleceu (como no caso da Constituição Soviética de 1936, para citar apenas o exemplo mais notório) ou que não se deu ao trabalho de abolir (como no caso da Constituição de Weimar, que o governo nazista nunca revogou). Mas não opera sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa e inequívoca-

³⁷⁵ *Idem*, p. 373.

³⁷⁶ *Idem*, p. 356.

³⁷⁷ *Idem*, p. 414.

³⁷⁸ Hannah Arendt afirma que tanto a União Soviética de Stálin, quanto a Alemanha Nazista de Hitler, na prática, eram estados de “permanente ilegalidade”, no que se refere aos códigos legais publicamente expressos. Cf. *Idem*, pp. 444-445.

camente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis.³⁷⁹

Conforme tais leis inexoráveis, pontuaria Canovan, “a existência humana consistiria em uma luta de vida ou morte entre coletividades — raças ou classes — cujo movimento é o real sentido da história”.³⁸⁰ Enquanto as leis positivas objetivam promover a estabilidade para os movimentos da vida humana, eternamente mutáveis, “na interpretação do totalitarismo, todas as leis se tornaram leis de movimento”.³⁸¹ Em obediência a estas leis, os homens são varridos por uma ininterrupta luta destrutiva sobre a qual nem mesmo o líder possui o menor controle, sendo também ele uma peça nesta locomotiva, embora fundamental, cuja função seria precisamente acelerar o seu movimento; um movimento, que, segundo Arendt, seria absolutamente sem motivos, nem objetivos. A função do líder, pois, seria personificar este movimento. Ele seria tão infalível quanto o próprio movimento da história; seus gestos bruscos e suas mudanças repentinas nada mais significando senão os desígnios insondáveis do destino de uma raça ou de uma classe, que só a ele é dado o poder de conhecer. Desde o momento em que não há qualquer propósito pré-estabelecido que delimite seus atos, o líder totalitário se distancia dos demais líderes ditatoriais e autoritários, que em geral cumprem a função de restabelecer a ordem e salvar as instituições existentes, ou fundar novas no lugar das antigas que soçobraram. “Não obstante o seu assalto sobre a legalidade e as instituições da sociedade civil, os ditadores convencionais possibilitam uma estrutura estável dentro da qual a vida pode ser levada por aqueles que mantêm suas cabeças baixas”.³⁸²

O que distingue, portanto, os regimes nazista e stalinista do fascismo italiano seria o fato de que este último encerrou seu movimento dentro dos limites de uma estrutura estável de poder, ao passo que aqueles jamais permitiram esgotar as forças de seus movimentos. O partido fascista teria se deixado absorver pelo Estado, algo que os regimes autenticamente totalitários jamais fizeram. Ao contrário, segundo Arendt, tais regimes teriam uma notável aversão a qualquer tipo de razão de Estado. Enquanto o regime fascista pôs os interesses do Estado acima do partido e no centro da ideologia do governo, os movimentos totalitários

³⁷⁹ *Idem*, p. 513.

³⁸⁰ Margaret Canovan. (2000). “Arendt’s theory of totalitarianism: a reassessment”. *Op. cit.*, p. 28.

³⁸¹ “Embora os nazistas falassem da lei da natureza e os bolchevistas falem da lei da história, natureza e história deixam de ser a força estabilizadora da autoridade para as ações dos homens mortais; elas próprias tornam-se movimentos”. *Idem*, p. 515.

³⁸² Margaret Canovan (2004). “The leader and the masses. Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: Peter Baher e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory. Op. cit.*, p. 249.

subordinaram todo aparelho de Estado ao fluxo ideológico do partido e consideraram toda instituição um empecilho a sua auto-realização. Isto explicaria, por exemplo, o desprezo de todo líderes totalitários por qualquer forma de programa político. Na medida em que não há objetivos práticos para serem seguidos, eles se sentiriam livres para forçar ainda mais os limites do movimento, “um meio de organizar as pessoas sem estabilidade institucional”.³⁸³

As únicas instituições criadas pelo totalitarismo seriam os campos de concentração e de extermínio e as polícias secretas, que constituiriam o traço peculiar dos regimes nazista e stalinista, qual seja: o “domínio total”. Este, praticado nos campos concentração e de extermínio, seria a própria essência dos regimes totalitários, o meio pelo qual ele se expande, se mantém e se dirige para auto-destruição. Para compreender o “domínio total”, conforme a acepção de Arendt, será necessário retratarmos o papel desempenhado pelos campos de concentração e de extermínio. Estes não serviriam apenas para matar pessoas, mas, principalmente, para aniquilar e erradicar as suas individualidades. Para os regimes totalitários, qualquer espontaneidade humana remanescente seria um obstáculo à completa dominação. Diferentemente da violência aplicada pelos governos tirânicos e despóticos convencionais, o regime totalitário não possui qualquer propósito utilitário, tal como reprimir as oposições e condenar os criminosos; ao contrário, seu verdadeiro domínio só se manifesta e é sentido quando as oposições já se encontram dizimadas, e os criminosos já não são mais problema.

Segundo Arendt, o domínio totalitário seguiu três passos. Em primeiro lugar, a morte da pessoa jurídica do homem, isto é, a destruição de seus direitos civis. Seu maior exemplo é a supressão da cidadania dos judeus alemães, mas este seria apenas um caso particular, favorecido pela condição de apátrida do povo judaico; “o fim do sistema arbitrário é destruir os direitos civis de toda a população, que se vê, afinal, tão fora da lei em seu próprio país como os apátridas e os refugiados”.³⁸⁴ O próximo passo seria aniquilar a “pessoa moral do homem”, ou seja, eliminar todos os vestígios de sua existência e tornar sua morte apenas um ritual que “selava o fato de que ele jamais havia existido”.³⁸⁵ O último passo seria extinguir a própria individualidade do homem, quer dizer, “destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com seus próprios recursos (...) Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem (...) todas

³⁸³ *Idem.*

³⁸⁴ Hannah Arendt (2007) [1951, 1966]. *Origens do totalitarismo. Op. cit.*, p. 502.

³⁸⁵ *Idem.*, p. 503.

reagindo com perfeita previsibilidade, mesmo quando marcham para morte”.³⁸⁶ De tudo isto se conclui que o totalitarismo não busca o domínio despótico, tirânico ou autoritário dos homens, mas sim que os homens se tornem atterradoramente supérfluos.

Esta imagem do totalitarismo em Arendt seria, como bem apontou uma estudiosa, a própria “imagem invertida da concepção arendtiana de política”.³⁸⁷ E o postulado máximo desta concepção seria basicamente uma reedição da idéia de limitação da soberania política —por mais que acreditasse na capacidade de ação humana, sempre, no limite, imprevisível, de fazer nascer o bem no mundo, ela preferia não arriscar, pois as chances de o mal vir daí seriam igualmente grandes: “até agora, a crença totalitária de que tudo é possível parece ter provado apenas que tudo pode ser destruído”.³⁸⁸

³⁸⁶ *Idem*, p. 506.

³⁸⁷ Nerione N. Cardoso Jr (2005). *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, p. 89.

³⁸⁸ Hannah Arendt (2007) [1951, 1966]. *Origens do totalitarismo*. *Op. cit.*, p. 510.

4 – Considerações Finais

Quando em 1989 o muro de Berlim veio a baixo e os países do Leste Europeu foram um a um se desgarrando de uma combalida União Soviética, muitos senhores se apressaram em anunciar ao mundo a boa nova. Não se tratava apenas de um punhado de países que finalmente se desvencilhara do jugo opressor de ditaduras fantoches impostas por uma nação estrangeira, nem simplesmente de pessoas que pela primeira vez na vida puderam se expressar livremente e ir à praça pública deliberar sobre os seus governos. Era muito mais que isso. O fim do regime soviético representou para aqueles senhores a queda não de uma simples potência maligna, mas da potência maligna, nem mesmo de um Estado socialista, mas do Estado socialista. O motivo da celebração de muitos destes não foi tanto a derrota do chamado “socialismo real”, mas, como apontou Perry Anderson, do próprio socialismo como realidade. François Furet, dentre todos eles, certamente, um dos maiores entusiastas, aproveitou-se da ocasião do bicentenário da Revolução Francesa para jubilar-se com o fato de que o comunismo havia sido exposto à “impiedosa sanção da realidade”. O principal significado disto, segundo ele, era que a Revolução Francesa havia provado o seu “caráter insuperável”. “A verdadeira ruptura, a única fundadora do mundo moderno em que ainda vivemos é 1789 e não 1917”. Com isto, “a revolução está mais viva que nunca por sua mensagem democrática, e morta, ao contrário, como uma modalidade privilegiada de mudança”, vez que “nenhuma das idéias leninistas sobreviveu ao teste da experiência, e a rejeição maciça de que são objeto por parte dos povos não parece senão um retorno puro e simples aos princípios de 1789”.³⁸⁹ De forma arrebatadora, ele concluía, “o crepúsculo da idéia revolucionária está ligado ao triunfo da idéia democrática”.³⁹⁰ Ou seja: “o fim do comunismo, ou o fim de seu poder sobre os espíritos, é uma outra maneira de dizermos que o capitalismo e a democracia, as duas figuras-chave da modernidade, foram e continuam sendo os produtos de uma mesma dinâmica. Aquela que ainda estamos, até mais do que nunca, e em relação à qual o sonho de recomeçar uma nova tabula rasa, para enfim realizar a história, aparece doravante como uma *ilusão mortal para a liberdade*”.³⁹¹ Ralf Dahrendorf, outro grande entusiasta, faria coro a Furet. Com efeito, diria ele “a utopia é, pela natureza da idéia, uma sociedade totalitária”. Mas isto já não preocupava mais. Afinal, “os países da Europa Central Oriental não alijaram o sistema comunista para aceitar o

³⁸⁹ François Furet (2001). *A revolução em debate*. São Paulo, Edusc, p. 120, 117 e 125.

³⁹⁰ *Idem*, p. 122.

³⁹¹ *Idem*, p. 140.

capitalismo (o que quer que isso seja): derrubaram um sistema fechado para criar uma sociedade aberta, *a sociedade aberta*, para ser mais exato, porque, embora possa haver muitos sistemas só há uma sociedade aberta”.³⁹²

Passadas quase duas décadas os ânimos se assentaram, mas a crença no “crepúsculo da idéia revolucionária” e no triunfo da “sociedade aberta” parece não ter encontrado ainda qualquer resistência à altura. A aceitação da idéia de que “o sonho de recomeçar uma nova tabula rasa” representa uma “ilusão mortal para a liberdade” e de que toda “utopia” leva invariavelmente a uma “sociedade totalitária” ainda ,hoje embala a convicção hegemônica acerca do “caráter insuperável” dos “princípios de 1789”, quer dizer, dos princípios do capitalismo democrático. Isto bastaria como exemplo de como o conceito de totalitarismo, a despeito do próprio fim do “totalitarismo”, está “mais vivo do que nunca”, não pela sua afirmação explícita, mas pela sua negação tácita. Slavoj Žižek perceberia com exatidão o significado disto. O temor implícito a todas teorias democráticas atualmente hegemônicas, mesmo das chamadas teorias da “democracia radical” (Laclau, Mouffe, etc.) em relação ao fantasma do totalitarismo tem como principal objetivo abortar qualquer perspectiva de uma alternativa verdadeiramente radical a esta “desenfreada autopoiesis do capitalismo que se seguiu após o fim do socialismo”.³⁹³ De fato, a “celebração multiculturalista da diversidade de estilos de vida e do livre desenvolvimento das diferenças” que “aceita a tese do ‘desaparecimento da classe trabalhadora’ e seu corolário, a irrelevância do antagonismo de classe; como seus proponentes costumam dizer: o antagonismo não deve ser *essencializado* num derradeiro ponto de vista hermenêutico em cuja *expressão* todos os outros antagonismos podem ser *reduzidos*”,³⁹⁴ parece nada mais, nada menos do que o pavor em relação à idéia de totalitarismo virado de cabeça para baixo.

Uma breve comparação das estruturas semânticas do conceito de bonapartismo, na tradição de pensamento marxista, e de totalitarismo, na tradição de pensamento liberal, nos sugere o quanto se torna razoável que, a partir de meados do século XX, o primeiro tenha cedido lugar ao segundo como a categoria privilegiada na classificação dos regimes inimigos da democracia. Existe entre as duas estruturas semânticas de conceituação uma nítida ruptura ideológica que impede simplesmente que se diga que o totalitarismo foi um mero substituto forjado para dar conta de algumas novidades trazidas no bojo do século XX ao

³⁹² Ralf Dahrendorf (1990). Reflexões sobre a Revolução na Europa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 83 e 54.

³⁹³ Slavoj Žižek (2001). *Did someone say totalitarianism?* London, New York, Verso, p. 229.

³⁹⁴ *Idem*, p. 238.

fenômeno das ditaduras modernas. Ambos os conceitos se referem por inversão à democracia burguesa ou liberal. Mas, enquanto que o conceito de bonapartismo na tradição marxista enfatiza a continuidade entre aquele regime e a ditadura, numa conjuntura de crise política, o conceito de totalitarismo na tradição liberal ressalta que haveria entre os dois uma antítese absoluta. O bonapartismo representaria uma forma de continuação por outros meios da democracia liberal, ao passo que o totalitarismo representaria a ruptura completa com esta. No primeiro caso, a ditadura seria um regime de salvação; no segundo, de ruína. Assim, fica claro que não por acaso o uso emergente do conceito de totalitarismo no século XX se fez acompanhar da defesa da democracia liberal; defesa intransigente que estaria longe de ser contemplada à luz do conceito de bonapartismo. Neste, ao contrário, estaria embutida uma condenação da democracia liberal em nome da “verdadeira democracia”, ou da “democracia social”, que, por sua vez, seria refutada pelos teóricos do totalitarismo, que veriam nela o prelúdio de um Estado opressor como jamais existiu.

Com isto não se defende que se passe a chamar de bonapartismo aquilo que antes era chamado de totalitarismo. Trata-se apenas de ressaltar a diferença fundamental que existe entre os dois modos de produção conceitual dessas duas tradições de pensamento político. O liberalismo costuma enfocar suas análises, sobretudo, nas formas políticas de governo, enquanto que o marxismo busca destacar a correlação de forças materiais existente entre as classes sociais em conflito. Quando Popper, por exemplo, afirma que Marx se preocupa mais com “quem” governa do que “como” se governa, evidentemente, que há exagero, pois como mostrara Trotsky, no que é válido também para Marx, aquela segunda questão é crucial para a formulação de uma prática política adequada; contudo, tem seu fundo de verdade. A pergunta primordial para os marxistas, na análise de qualquer regime político, recai sobre a determinação de classe deste. Daí a sua principal crítica aos liberais ser justamente o inverso da crítica realizada por Popper. Os liberais, na visão marxista, se preocupariam demasiadamente com as formas de poder político, mas se esqueceriam de olhar para aquilo que é realmente essencial. É uma diatribe antiga (forma *versus* conteúdo; política *versus* economia, etc.) e não cabe prolongar esta questão. Julgamos, do ponto de vista da teoria da práxis marxista, que esta dicotomia é completamente falsa. De fato, as análises de Marx a respeito do bonapartismo são uma demonstração cabal quanto à irrelevância desta questão. Não há entre estes dois pólos uma antítese absoluta (como de modo geral pretende a teoria liberal), mas sim uma relação dialética. Esta seria, fundamentalmente, a distinção entre os modos de produção conceitual marxista e liberal, e que pode ser bem demonstrada através

da análise dos conceitos de bonapartismo e de totalitarismo. Todas as dicotomias traçadas por Karl Popper e também por Hannah Arendt obedecem, via de regra, às “leis” que regem o modo produção conceitual liberal. Isto explicaria, por exemplo, o fato de Popper negar o caráter capitalista de sua “sociedade aberta” e Arendt ter negado o caráter de classe do “totalitarismo”. O raciocínio por antíteses quase que metafisicamente absolutas (não por acaso que eles com tanta frequência falam da eterna luta do mal contra o bem) impede que eles considerem o problema de maneira diferente. O pensamento marxista, neste sentido, seria bem mais sofisticado. Citando Trotsky:

A verdadeira importância prática de uma orientação teórica correta se manifesta da maneira mais notável em um período de agudo conflito social, de rápidos câmbios políticos, de variações bruscas na situação. Nestes períodos, as *concepções e generalizações* políticas se desgastam rapidamente e exigem, ou bem a sua substituição total (o que é mais fácil), ou bem a sua concretização, precisão ou retificação parcial (o que é mais difícil). É precisamente em tais períodos que surgem como algo necessário toda sorte de situações intermediárias e de transição que superam os padrões habituais e exigem uma atenção teórica contínua e redobrada. Em uma palavra, se numa época pacífica e ‘orgânica’ (antes da guerra) ainda se podia viver por conta de umas tantas abstrações preconcebidas, em nossa época, cada novo acontecimento forçosamente traz de volta a mais importante lei da dialética: *a verdade é sempre concreta*.³⁹⁵

Esta “importante lei da dialética” tem andado bastante esquecida nestes tempos “orgânicos” de “autopoiesis do capitalismo”. E a indicação disto pode ser encontrada nas tais teorias da “democracia radical” hoje em voga entre os “críticos” da atual democracia. Sua crença de que é perfeitamente possível ampliar infinitamente os limites da democracia, de modo a superar todas as contradições do capitalismo dentro deste sistema, sem, contudo, romper com este seria o mesmo que tomar a frase pelo conteúdo e na falta de uma perspectiva revolucionária chamar de revolucionário aquilo que existe e que se deseja revolucionar. O procedimentalismo ou institucionalismo mais “radical” se baseia precisamente nisto: na abdicação de qualquer radicalidade. Que o digam os pós-marxistas. Estes esqueceram ou nunca souberam que a verdade é sempre concreta. Enquanto continuarem esquecidos disto, viverão, para falarmos como Marcuse, sob o domínio da razão totalitária do pensamento único de senhores como Furet e Dahrendorf. Que a sociedade aberta não lhes feche a porta na cara.

³⁹⁵ Leon Trotsky (2004) [1934]. “Bonapartismo y fascismo”. *La lucha contra el fascismo. Op. cit.*, p. 387.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, David (1977). “State and Classes in Weimar Germany”. *Politics Society*, vol. 7, pp. 229-266.

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

AGAMBEN, Giorgio. (2004). *Estado de Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo.

ALBAMONTE, Emilio & CINATTI Claudia (2004). “Trotsky e a democracia soviética: para além da democracia liberal e do totalitarismo”. Disponível na internet em: <http://www.ft-ci.org/article.php3?id_article=42>

ALLUM, Percy. (1982). “The Christian Democrat Regime in Italy: A Form of Bonapartism?: Commentary on ‘Italy Today: an Eccentric Society’”. *Current Sociology*, n° 30, pp. 83-95.

ALTHUSSUER, Louis (1979). *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 75-113.

_____ (2001). “Ideology and ideological State apparatuses”. *Lenin and Philosophy and others essays*. New York, Monthly Review Press.

ANGELES YANNUZZI, Maria de los. (1998). “La categoria de cesarismo em los inicios de la sociedade de masas”. *Comunicação nas Jornadas sobre teoria política em el siglo XX*, Buenos Aires, 22 de agosto.

ARENDT, Hannah (2007) [1951, 1966]. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1953). “A reply”. *Review of Politics*, vol. 15, n° 1.

_____. (2005) [1954]. “A tradição e a época moderna”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva.

_____. (2005) [1958]. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

_____. (1990) [1963]. *Da revolução*. Rio de Janeiro, Editora Ática.

_____. (2004) [1969]. “Da violência”. In: *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva.

_____. (1994). “Social science techniques and the study of Concentration Camps”. In: Jerome Kohn (org). *Essays in understanding, 1930-1954*. New York, Harcourt Brace.

_____. (1994). "Understanding and politics". In: *Essays in understanding, 1930-1954*. New York, Harcourt Brace.

ARON, Raymond. (2004). *O marxismo de Marx*. São Paulo, Editora ARX.

_____. *Las etapas del pensamiento sociológico*. Buenos Aires, Siglo Veinte.

BAHER, Peter (2004). "Max Weber and the avatars of caesarism". In: _____ e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1993). "Bonapartism", "Caesarism", "Dictatorship". In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T. B. (org.) *The Blackwell Dictionary of Twentieth-Century Social Thought*.

BALDWIN, Peter (1990). "Social Interpretations of Nazism: Renewing a Tradition". *Journal of Contemporary History*, n° 25, pp. 05-37.

BARCLAY, David E. (2004). "Prussian conservatives and the problem of bonapartism". In: Peter Baher e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

BARSOTTI, Antonio (1996). "Engels e o bonapartismo". In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã, pp. 231-248.

BARTHES, Roland. (2006). *Elementos de semiologia*. São Paulo, Cultrix.

_____. (1998). *Caeser and the fading of the roman World*. New Brunswick, NJ.

BAUER, Otto (1974). "Uma crítica político-ideológica: o fascismo". In: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins (org.) *Fascismo*. Rio de Janeiro, Eldorado, pp. 67-88.

BELLAMY, Richard (2003). "The advent of masses and the making of the modern theory of democracy". In: BELLAMY, Richard, BALL, Terence (org.). *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge, Cambridge University Press.

BENJAMIN, Walter (1994). "Sobre o conceito de história". *Obras escolhidas*, vol. 1. São Paulo, Brasiliense.

BOITO Jr., Armando (2002). "Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista: comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*". *Crítica Marxista*, n° 15, Disponível na internet em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/comen15_armando.pdf>.

BONALD, Louis de (1800). "Essai analytique sur les lois naturelles de l'ordre social, ou du pouvoir, du ministre et du sujet das la societe". *Oeuvres Complètes*, vol. 1, p. 1025ss. Disponível na internet em: <<http://gallica.bnf.fr>>

BORON, Atilio (1979). "New forms of capitalist state in Latin America: an exploration". *Race Class*, n° 20, pp. 263-276.

_____ (2004). *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO.

BRIDGES, Amy Beth (1974). “Nicos Poulantzas and the Marxist Theory of the State”. *Politics Society*, n° 4, pp.161-190.

BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (editores). (1972-1993). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache en Deutschland*. 8 volumes, Stuttgart.

BRZEZINSKI, Zbigniw K. & FRIEDRICH, Carl J. (1965) [1956]. *Totalitarismo e autocracia*. Rio de Janeiro (Guanabara), Edições GRD.

BURKE, Edmund. (1987) [1790]. *Refletions on the Revolution in France*. Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company.

CANOVAN, Margaret. (1992). *Hannah Arendt. A reinterpretation of her political thought*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (2000. “Arendt’s theory of totalitarianism: a reassessment”. In: VILLA, Dana (org) *The Cambridge companion to Hannah Arendt*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 25-43.

_____. (2004). “The leader and the masses. Hannah Arendt on totalitarianism and dictatorship”. In: Peter Baher e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

CARDOSO, Nerione N. (2005). *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

CARR, E. H. (1981). *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____ (2001). *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília, Ed. UnB.

CARVER, Terrel (2004). “Marx’s Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte. Democracy, Dictatorship and the Politics of Class Struggle”. In: RICHTER, Melvin & BAHER, Peter. *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

COCK, Christian de & BÖHM, Sttefan (2007). “Liberalist Fantasies: Žižek and the Impossibility of the Open Society”. *Organization*, vol. 14, n° 6, pp. 815-836.

CODATO, Adriano Cervo. (2004), “O Dezoito Brumário, política e pós-modernismo”. *Lua Nova*, n° 63, pp. 85-116.

_____, PERISSINOTTO, Renato (2001). “O Estado como instituição. Uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx”. *Crítica Marxista*, n° 13, pp. 09-28.

COGAN, Charles G. (1992). “The break-up: General de Gaulle's separation from power”. *Journal of Contemporary History*, n° 27, pp. 167-199.

CONSTANT, Benjamin. (1989) [1814]. *Princípios políticos constitucionais*. Rio de Janeiro, Liber Júris.

_____ (1997) [1819]. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. In: Y. C. Zarka (org.). *Filosofia política*. Porto Alegre, L&PM.

CROWTHER, Geoffrey (1940). “Can Democracy survive the war?” *New York Times Magazine*, January 21.

DAHRENDORF, Ralf (1991) *Reflexões sobre a revolução na Europa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

DENNIS, Lawrence (1940). *The Dynamics of War and Revolution*.

DEUTSCHER, Isaac (1984). *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1929)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DUCHACEK, Ivo (1950). “Bonapartist Unity of Eastern Europe”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n° 271, pp. 165-174.

EISENBERG, José (2003). “Comunidade ou república? Hannah Arendt e as linguagens do pensamento político contemporâneo”. In: Eduardo de Moraes e Newton Bignotto (org). *Hannah Arendt. Diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

ENGELS, Friedrich (1951) [1891]. “Introducción a La Guerra Civil en Francia”. MARX & _____. *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, tomo 1, pp. 440-451.

_____ (1952) [1884]. “El origen de la familia, la propriedade privada y el Estado”. MARX & _____. *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, tomo 2, pp. 157-364.

_____ (1997) [1885]. “Prefácio de Engels para a terceira edição alemã”. In: Karl Marx. *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo, Editora Paz e Terra.

_____ “Carta de Engels a Borgius escrita em 25 de janeiro de 1894”. Disponível na internet em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1894/letters/94_01_25.htm>.

_____ [1888]. “El papel de la violencia en la historia”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/1888viol.htm>>

FEHER, Ferenc (1984). “The French Revolutions as models for Marx’s conception of Politics”. *Thesis Eleven*, n°8, pp. 59-76.

FERES Jr., João & JASMIM, Marcelo G. “História dos conceitos: dois momentos de uma história intelectual” (2006). In: *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, pp. 9-38.

FITZPATRICK, Sheila (1999). *Everyday Stalinism: ordinary life in extraordinary times. Soviet Russia in the 1930’s*. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, Pierre (1946). “Democracy or Bonapartism in Europe?”. *Fourth International*, vol. 7, n° 2, pp.45-49.

FRANKEL, Boris (1982). “Identifying Dominant Misconceptions of States”. *Thesis Eleven* n° 4, pp. 97-123.

FUENTES, Juan F. & SEBASTIÁN, Javier F. (entrev.) (2006). “Entrevista com Reinhart Koselleck”. In: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ.

FURET, François. (1983). *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa, Edições 70.

_____. (1989). *Marx e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. (2001). *A revolução em debate*. São Paulo, Edusc.

GANNAGE, Charlene. (1980). “E.S. Varga and the Theory of State Monopoly Capitalism”. *Review of Radical Political Economics*, n°12, pp. 36-49.

GLEASON, Abbott. (1995). *Totalitarianism. The inner history of the Cold War*. New York, Oxford University Press.

GRAMSCI, Antonio (2002). “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política”. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3, pp. 13-109.

GRANT, Ted [1946]. “Democracy or Bonapartism in Europe – a reply to Pierre Frank”. *Worker’s International News*, vol. 6, n° 8. Disponível internet em: <<http://www.marxist.com/TUT/TUT2-2.html>>.

GUIZOT, François (1849). *De la démocratie en France*. Paris, Victor Masson, pp. 10-11. Disponível “Google Books”.

HALBERSTEM, Michael (1998). “Totalitarianism as a problem for the modern conception of politics”. *Political Theory*, vol. 26, n° 4, pp. 459-488.

HAUPT, Heinz-Gerhard & LEIBFRIED, Stephan. (1972). “Marxian Analysis of Politics or Theory of Social Change?: Toward a marxian theory of the political domain”. *Politics Society*, n° 3, pp. 33-46.

HAYES, Carlton J. H. (1940). “The novelty of totalitarianism in the history of Western Civilization”. *Proceedings of the American Philosophical Society*, n°82,

HOWARD, Dick (1984). “From Marx to Kant: the return of the political”. *Thesis Eleven*, n° 8, pp. 77-90.

IANNI, Octavio (1996). “Estado e capitalismo segundo Engels”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã, pp. 207-218.

ISAAC, Jeffrey C. (2003). "Critics of Totalitarianism". In: Terence Ball; Richard Bellamy (editors). *The Cambridge History of Twentieth Century Political Thought*. Cambridge, Cambridge Press.

KALLIS, Aristotle A. (2003). "Fascism, Para-Fascism and Fascistization: on the similarities of three conceptual categories". *European History Quarterly*, n° 33, pp. 219-249.

KALYVAS, Andreas (2007). "The tyranny of dictatorship: when the greek tyrant met the Roman Dictator". *Political Theory*, n° 35; pp. 412-442.

KEMENY, Jim (1995). "Theories of Power in the Three Worlds of Welfare Capitalism". *Journal of European Social Policy*, n° 5, pp. 87-96.

KOSELLECK, Reinhart (1989). "Linguistic change and the history of the events". *The Journal of Modern History*, vol.61, n° 4.

_____ (1992). "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos". *Estudos Históricos*, n° 10.

_____ (1994). "Some reflections on the temporal structure of conceptual change". In: Willem Melching e Wyger Velema (org). *Main trends in cultural history. Ten essays*. Amsterdam, Rodopi.

_____ (2002). "Social history and conceptual history". In: *The practice of conceptual history. Timing history, special concepts*. Stanford, University Press.

_____ (2006). "História dos conceitos e história social". In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Editora PUC Rio.

_____ (2006). "Crisis". *Journal of the History of Ideas*, vol. 67, n° 2.

_____ (2006). "Uma resposta aos comentários sobre *Geschichtliche Grundbegriffe*". In: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Edições Loyola, IUPERJ.

_____ (2006). "'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas". In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Editora PUC Rio.

_____ (2006) "Critérios históricos do conceito moderno de revolução". In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Editora PUC Rio, pp. 61-77.

_____ (2006). "A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos". In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Editora PUC Rio.

HALBERSTAM, Michael (1998). "Totalitarianism as a Problem for the Modern Conception of Politics". *Political Theory*, vol. 26, n. 4.

HANSON Stephen E. (2006). "Post-imperial democracies: ideology and party formation in Third Republic France, Weimar Germany and Post-Soviet Russia". *East European Politics and Societies*, n° 20, pp. 343-372.

HAZAREESINGH, Sudhir (2004). "Bonapartism as the progenitor of democracy". In: Peter Baehr e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory. Bonapartism, Caesarism and Totalitarianism*. Cambridge, Cambridge University Press,

HEGEL, G. W. F (2001). *The Philosophy of History*. Kitchener, Ontario, Batoche Books.

ISAAC, Jeffrey C. "Critics of totalitarianism" (2000). In: BELLAMY, Richard & BALL, Terence (org.). *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge, Cambridge University Press.

LACAPRA, Dominic (1987). "Reading Marx: The Case of The Eighteenth Brumaire". In: *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 268-290.

LEFORT, Claude (1991). "Hannah Arendt e a questão do político". In: _____. *Pensando o político*. São Paulo, Paz e Terra.

LENIN, V. I. [1917] "The beginning of bonapartism". Disponível na internet em <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/jul/29.htm>>.

_____. [1905] "What the bonapartists are up to?". Disponível na internet em <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/mar/29b.htm>>.

_____. *Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels. 1844-1883*. Montevideo, Pueblos Unidos.

LEONZO, Nanci (1996). "Engels e a historiografia Contemporânea". In: Osvaldo Coggiola (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã, pp. 51-56.

LEVINE, Rhonda. (1977). "A Review of 'The Crisis of the Dictatorships' by Nicos Poulantzas". *Review of Radical Political Economics*, n° 9, pp. 94-96.

LOCKE, John. (1999) [1690]. "Ensaio acerca do entendimento humano". *Os pensadores*. São Paulo, Editora Nova Cultural.

LORENZ, Chris (1995). "Beyond Good and Evil? The German Empire of 1871 and Modern German Historiography". *Journal of Contemporary History*, n° 30, pp. 729-765.

LOSURDO, Domenico (2003). "Para uma crítica à categoria do totalitarismo". *Crítica Marxista*, n° 17, pp. 51-79.

_____. (2004). *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Editora Unesp.

_____. (2006). *Liberalismo: entre civilização e barbárie*. São Paulo, Anita Garibaldi.

LOUGHKIN, Michael B. (2001). “Gustave Hervé’s Transition from Socialism to National Socialism: Another Example of French Fascism?”. *Journal of Contemporary History*, vol. 36, n° 1, pp. 05-39.

LÖWY, Michael; SADER, Eder; GORMAN, Stephan (1985). “The Militarization of the State in Latin America”. *Latin American Perspectives*, n° 12, pp. 07-40.

MADDUX, Thomas R. (1977). “Red fascism, brown bolchevism: the american image of totalitarianism in the 1930s”. *The Historian*, n° 40, pp. 85-103.

MAFFETONE, Sebastiano (2000). “Liberalism and its critique: is the therapy worse than the disease?”. *Philosophy Social Criticism*, vol. 26, n° 3, pp. 01-37.

MAISTRE, Joseph de. (1994) [1797]. *Considerations on France*. Cambridge, Cambridge University Press.

MANDEL, Ernst (1995). *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã.

MARCUSE, Herbert (1964). *One-dimensional man*. Boston, Beacon.

_____ (1999) [1942]. “O Estado e o indivíduo sob o Nacional-Socialismo”. In: Douglas Kellner (org.). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 105-136.

_____ (1997). “O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado”. In: *Cultura e Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, vol. 1, pp. 47-88.

MARX, Karl. (1951)[1848]. “La burguesía y la contrarrevolución”. In: *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, vol. 1.

_____. (1951) [1850]. “Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1850”. In: *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, vol. 1.

_____. (1951) [1850]. “Mensaje del Comité Central a la Liga Comunista”. In: *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, vol. 1.

_____. (1951) [1871]. “La Guerra Civil en Francia”. In: *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, vol. 1.

_____. (1997) [1852]. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

_____. (2005) [1843]. “A questão judaica”. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Martin Claret.

_____. (2005) [1844]. *Crítica à filosofia do direito de Hegel. Introdução*. São Paulo, Editora Boitempo.

_____ & ENGELS, Friedrich [1845] (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes.

_____ (1951) [1848]. “El manifiesto del partido comunista”. In: *Obras escogidas en dos tomos*, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, vol. 1.

_____ (1960). *Selected correspondence*. Moscow, Progress Publish.

MAYALL, James (2003). “Nationalism and imperialism”. In: BELLAMY, Richard; BALL, Terence (org.). *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge, Cambridge University Press.

McCORMICK, John P. (2006). “Review Essay: Democratic Theory Confronts the European Union: Prospects for Constitutional and Social Democracy in a Supranational Sektoralstaat”. *Political Theory*, n° 34, pp. 121-131.

McLAREN, Peter; MARTIN, Gregory (2004). “The Legend of the Bush Gang: Imperialism, War, and Propaganda”. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, vol. 4, n° 3, pp. 281-303.

MICHELS, Robert (2001) [1911/ 1915]. *Political Parties. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. Kitchener, Ontario, Batoche Books.

MIGUEL, Luis Felipe (2002), “A Democracia Domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 45, n° 3, pp. 483-511.

MUNCK, Ronaldo (1985). “The ‘modern’ military dictatorship in Latin America: the case of Argentina (1976-1982)”. *Latin American Perspectives*, vol. 12, pp. 41-74.

NEUMANN, Franz (1942/1944). *Behemoth: the structure and practice of national-socialism*. Oxford, Oxford University Press.

_____ (1969). *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

NICOLET, Claude (2004). “Dictatorship in Rome”. In: Peter Baher e Melvin Richter. *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 263-278.

NOLTE, Ernst. (1974). “O fascismo como um fenómeno metapolítico”. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins (org.) *Fascismo*. Rio de Janeiro, Eldorado, pp. 115-151.

PAXTON, Robert O. (2007). *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo, Paz e Terra.

PETITFILS, Jean-Christian (1977). *Os socialistas utópicos*. São Paulo, Círculo do Livro.

POCOCK, J. G. A. (2003). “Estado da arte”. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Edusp, pp. 23-62.

POPPER, Karl (1987) [1945]. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Vols.1 e 2. Rio de Janeiro, Editora Itatiaia.

POULANTZAS, Nicos (1971). *Dictadura y fascismo*. Ciudad del México, Siglo veintiuno editores.

_____ (1974). “Notas sobre o totalitarismo”. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins (org.) *Fascismo*. Rio de Janeiro, Eldorado, pp. 105-114.

_____ (1977), *Poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro, Martins Fontes.

RICHTER, Melvin (1982). “Toward a Concept of Political Illegitimacy: Bonapartist Dictatorship and Democratic Legitimacy”. *Political Theory*, n° 10.

_____ (1995). *The history is political and social concepts: a critical introduction*. New York/ Oxford, Oxford University Press.

_____ (2001). “A german version of the ‘linguistic turn’: Reinhart Koselleck and the history of political and social concepts”. In: Dario Castiglione e Iain Hampshire-Monk (org). *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____ (2004). “Tocqueville and the french XIXth century conceptualizations of the two Bonapartes and their Empires”. In: Peter Baehr e Melvin Richter (edt). *Dictatorship in history and theory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 83-102.

_____ (2005). “A Family of Political Concepts: Tyranny, Despotism, Bonapartism, Caesarism, Dictatorship, 1750–1917”. *European Journal of Political Theory*, n° 4, pp. 221-248.

_____ (2006). “Introduction: translation of Reinhart Koselleck’s ‘Krise’ in Geschichtliche Grundbegriffe”. *Journal of the History of Ideas*, vol. 67, n° 2, pp. 343-356.

_____ (2006). “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. In: Marcelo G. Jasmin e João Feres Jr. (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ.

_____ (2007). “The Concept of Despotism and *l’abus des mots*”. *Contributions to the History of Concepts*, n° 3, pp. 5-22.

_____ (2007). “Tocqueville on threats to liberty in democracies”. In: Cheryl B. Welch (edt). *The Cambridge Companion to Tocqueville*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 245-275

RIGI, Jakob (2007). “The war in Chechnya: the chaotic mode of domination, violence and bare life in the post-soviet context”. *Critique of Anthropology*, n° 27, pp. 37-62.

RITTER, Gerhard (1954). “Direct democracy and totalitarianism”. *Diogenes*, n°2, pp. 59-67.

ROBESPIERRE, Maximilien. (1999) [1794]. “Sobre os princípios morais que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República”. In: *Discursos e relatórios da Convenção*. Rio de Janeiro, editora UERJ.

ROMIEU, Auguste. (1850). *L’Ère des Césars*. Paris, Galerie D’Orléans.

_____ (1852). *Le spectre rouge*. Paris, Galerie D'Orléans.

ROSANVALLON, Pierre (2002), "Political rationalism and democracy in France in the 18th and 19th centuries". *Philosophy Social Criticism*, n° 28, pp. 687-701.

RUBEL, Maximilien. (2000). *Karl Marx devant Le Bonapartisme*. Paris, Editions Sulliver.

_____ (1989). *The French Revolution and the education of the Young Marx*. Diogenes, vol. 37, n° 1, pp.1-27.

SAMADZADEH, Mehrdad Faiz. (1989), "The Emergence of Iranian Bonapartism: 1905-1921". *Studies in History*, n° 5, pp. 211-269.

SANDERSON, John (1963). "Marx and Engels on State". *Political Research Quarterly*, n° 16, pp. 946-955.

SAVIGEAR, P. (1971). "Some Political Consequences of Technocracy" *Journal of European Studies*, n° 1, pp. 149-160.

SHEARMUR, Jeremy (2007). "Hayek's Politics". In: *Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge, Cambridge University Press.

SCHWAB, George (1989). *Challenge of the Exception: An Introduction to the Political Ideas of Carl Schmitt between 1921 and 1936*. Westport: Greenwood Press.

SCHMITT, Carl (1992) [1932]. *O conceito de político*. Petrópolis, Editora Vozes.

SIMPSON, Matthew (1996). "A paradox of sovereignty in Rousseau's *Social Contract*". *Journal of Moral Philosophy*, vol. 3, n° 1, pp. 45-56.

SKINNER, Quentin (1969). "Meaning and understanding in the history of ideas". *History and theory*, vol. 8, n° 1, pp. 3-53.

_____ (2000). "Meaning and understanding in the history of ideas". In: *Visions of Politics*.

_____ (2001). "The rise of, challenge to and prospects for a Collingwood approach to the history of political thought". In: Dario Castiglione e Iain Hampsher-Monk. *The history of political thought in national context*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 175-188.

SÖLLNER, Alfons (2004). "Hannah Arendt's The Origins of Totalitarianism in its Original Context". *European Journal of Political Theory*, vol. 3, n° 2.

THALHEIMER, August (1928). "Über den Faschismus". Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/deutsch/archiv/thalheimer/1928/xx/fasch.htm>>.

TALMON, Jacob. (1952). *The origins of totalitarian democracy*. Londres, Secker and Warburg [Jacob Tamon (1956). *Los orígenes de la democracia totalitaria*. Madrid, Buenos Aires, Aguilar].

TOCQUEVILLE, Aléxis de (1987) [1835/1840]. *A Democracia na América*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia.

TOURAINÉ, Alain (1989). “Endgame”. *Thesis Eleven*, n° 23, pp. 117-130.

TROTSKY, Leon (1929). “*The Defense of the Soviet Union and the Opposition*”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1929/09/fi-b.htm>>.

_____ (2004) [1930]. “El giro de la Internacional Comunista y la situación en Alemania”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (2004) [1931]. “¿Contra el comunismo nacional! (lecciones del ‘referéndum rojo’). *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (2004) [1931]. “Alemania, la clave de la situación internacional”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (2004) [1931]. “Por un frente único obrero contra el fascismo”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (1931). *Thälmann and the “People’s Revolution”*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1931/310414.htm>>.

_____ (1931). *Workers’ Control of Production*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1931/310820.htm>>.

_____ (1931). *Thermidor and Bonapartism*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermidor.htm>>

_____ (2004) [1932]. “¿Y ahora? Problemas vitales del proletariado alemán”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (2004) [1932]. “El rompecabezas alemán”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (2004) [1932]. “El unico caminio”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (2004) [1934]. “Bonapartismo y fascismo”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (1932). *Interview with Montag Morgen*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1932/320512.htm>>.

_____ (2004) [1933]. “Ante la decisión”. *La lucha contra el fascismo*. Madrid, Fundación Federico Engels.

_____ (1933). “The class nature of the Soviet State”. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/10/sovstate.htm>>.

_____ (1933). *Germany and the USSR*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330317.htm>>.

_____ (1933). *Hitler and the Red Army*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330321.htm>>.

_____ (1934). *Aonde vai a França?* Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/10/aonde-vai-franca/index.htm>>

_____ (1934). *Hitler's Program*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1934/xx/hitler.htm>>.

_____ (1935). *The Workers' State, Thermidor and Bonapartism*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/02/ws-therm-bon.htm>>.

_____ (1935). *Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo. El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético*. Disponible na Internet em: <<http://www2.cddc.vt.edu/marxists/espanol/trotsky/ceip/escritos/Libro4/html/T06V203.htm>>.

_____ (1940). *Bonapartism, war and fascism*. Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1940/08/last-article.htm>>.

_____ (1973). *Platform of the joint opposition*. London, Index Books.

_____ (1978). *Minha vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (2005). *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. São Paulo, Editora Sundermann.

TULLY, James (org.) (1988). *Meaning and context: Quentin Skinner and its critics*. Princeton, Princeton University Press.

VOEGELIN, Eric (1953). "The origins of totalitarianism". *The Review of politics*, vol. 15, n° 1, pp. 68-76.

WEBER, Max (1997) [1918]. "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída". In: *Max Weber. Textos escolhidos. Os economistas*. São Paulo, Editora Nova Cultural.

_____ (2004). "O Estado Nacional e a política econômica". In: Gabriel Cohn (org). *Sociologia*. São Paulo, Ática.

WEYMANS, Wim (2005). "Freedom through Political Representation: Lefort, Gauchet and Rosanvallon on the Relationship between State and Society". *European Journal of Political Theory*, vol. 4, n° 3, pp. 263-282.

WILLIAMS, Raymond (2005). "Base and superstructure in marxist cultural theory". In: *Culture and materialism*. London/ New York, Verso.

WOODS, Ellen Meiksins (1983). "Marxism without class struggle?". *The Socialist Register*, n° 20, pp. 239-271.

WREN, Keith (1980). "Victor Hugo and the Napoleonic Myth". *European History Quarterly*, n° 10; pp. 429-458.

YAVETZ, Zvi (1971). "Caesar, Caesarism, and the historians". *Journal of Contemporary History*, n° 6, pp. 184-201.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth (1997). *Hannah Arendt: por amor ao mundo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

ZETKIN, Clara (1923). "Der Kampf gegen den Faschismus". Disponível na internet em: <<http://www.marxists.org/deutsch/archiv/zetkin/1923/06/faschism.htm>>

ZIMMERMANN, Ekkart (1984). "The study of crises in liberal democracies: pitfalls and promises". *International Political Science Review*, n° 5, pp. 319-343.

ŽIŽEK, Slavoj (2001). *Did someone say totalitarianism?* London/ New York, Verso.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)